

**Volume 12
número 2
jul-dez
2022**



Pontos de Interrogação

Revista de Crítica Cultural

**DOSSIÊ:
REVISITAR CANUDOS, REINVENTAR O BRASIL**



UNEB

UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

POSCRÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CRÍTICA CULTURAL

ISSN 2237-9681



**Pontos de
Interrogação**

Revista de Crítica Cultural

REVISITAR CANUDOS, REINVENTAR O BRASIL

Organização:

Leopoldo Bernucci (Universidade da Califórnia, Davis, EUA)

Luiz Paulo Neiva (Campus Avançado de Canudos e Pós-Crítica — UNEB)

Osmar Moreira dos Santos (Pós-Crítica, UNEB)

Fábrica de Letras

Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural

Departamento de Linguística, Literatura e Artes do Campus II

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Pontos de Interrogação

Alagoinhas

ISSN 2237-9681

v. 12

n. 2

p. 1-308

jul-dez 2022

© 2022 | Fábrica de Letras

Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural (Pós-Crítica)

Departamento de Linguística, Literatura e Artes, Campus II

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Rodovia Alagoinhas-Salvador BR 110, Km 3

CEP 48.040-210 Alagoinhas — BA | Caixa Postal: 59

Telefone: (75) 3163-3515 | E-mail: secposcritica@uneb.br

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)

Reitora: Adriana Marmorì

Vice-Reitora: Dayse Lago de Miranda

Pró-reitora de Extensão: Rosane Vieira

Pró-reitora de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação: Tania Maria Hetkowski

Pró-reitora de Graduação: Gabriela Sousa Rêgo Pimentel

Departamento de Linguística, Literatura e Artes II: Áurea da Silva Pereira

Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural (Pós-Crítica)

Coordenador: Prof. Dr. Osmar Moreira dos Santos

Vice-Coordenadora: Prof. Dr. Cosme Batista dos Santos

CONSELHO EDITORIAL

Angela Del Carmen Bustos Romero de Kleiman (Universidade Estadual de Campinas)

Christian Miranda Jaña (Universidade do Chile, Chile)

Cláudia Graziano Paes de Barros (Universidade Federal de Mato Grosso)

Cláudio Cledson Novaes (Universidade Estadual de Feira de Santana)

Denise Almeida Silva (Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões)

Diógenes Buenos Aires de Carvalho (Universidade Estadual do Piauí)

Fabíola Simão Padilha Trefzger (Universidade Federal do Espírito Santo)

Francisco de Assis da Costa (Universidade Federal da Paraíba)

Geórgia Maria Feitosa e Paiva (Centro Universitário Estácio do Ceará)

Geraldo Vicente Martins (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

Jordi Canal Morel (EHESS, França)

José Henrique de Freitas Santos (Universidade Federal da Bahia)

Marcelo Ferraz de Paula (Universidade Federal de Goiás)

Márcia Cristina Corrêa (Universidade Federal de Santa Maria)

Marcio Rodrigo Vale Caetano (Universidade Federal do Rio Grande, Brasil)

Maria Altina da Silva Ramos (Universidade do Minho, Portugal)

Mônica Santos de Souza Melo (Universidade Federal de Viçosa)

Patrick Imbert (Universidade de Ottawa, Canadá)

Paulo Martins (Universidade de São Paulo, FFLCH, Brasil)

Ramon Grosfoguel (University of California at Berkeley, EUA)

Rosane Maria Cardoso (Universidade de Santa Cruz do Sul)

Sinara de Oliveira Branco (Universidade Federal de Campina Grande)

Fan Xing (Universidade de Pequim, China)

© 2022 | Fábrica de Letras

PONTOS DE INTERROGAÇÃO

Revista de Crítica Cultural do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, v. 12, n. 2, jul.- dez. 2022.

NÚMERO TEMÁTICO: **DOSSIÊ: REVISITAR CANUDOS, REINVENTAR O BRASIL**

ORGANIZAÇÃO DESTE NÚMERO:

Leopoldo Bernucci (Universidade da Califórnia, Davis, EUA)
Luiz Paulo Neiva (Campus Avançado de Canudos e Pós-Crítica/UNEB)
Osmar Moreira dos Santos (Pós-Crítica, UNEB)

COMISSÃO EDITORIAL:

Gislene Alves da Silva

ACOMPANHAMENTO EDITORIAL:

Prof. Dr. Roberto Henrique Seidel (UNEB)

REVISÃO LINGUÍSTICA:

Autores e organizadores

IMAGEM DA CAPA:

Flávio de Barros (cadáveres nas ruínas de Canudos)

SÍTIO DE INTERNET:

<http://www.revistas.uneb.br/index.php/pontosdeint>

DISTRIBUIÇÃO:

Editora Fábrica de Letras
E-mail: distribuicao.fabricadeletras@uneb.br

APOIO TÉCNICO COM O OJS:

Editora Fábrica de Letras

PREPARAÇÃO DE TEXTO:

Gislene Alves da Silva

DIAGRAMAÇÃO E CAPA:

Julio Gomes de Siqueira

EDITORA FÁBRICA DE LETRAS

Coordenação: Profa. Dra. Edil Silva Costa
Editor: Prof. Dr. Roberto Henrique Seidel
Editora assistente: Ma. Gislene Alves da Silva

FICHA CATALOGRÁFICA

Pontos de Interrogação: Revista de Crítica Cultural do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, da Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas: Fábrica de Letras/UNEB, 2011-. il. 27,7 cm. v.12, n.2., jul.-dez. 2022.

Semestral.
ISSN 2237-9681 online
ISSN 2178-8952 impresso

1. Crítica cultural – Periódicos. 2. Letras – Periódicos. 3. Artes – Periódicos.

Os conceitos emitidos nos artigos são de absoluta e exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora. Todos os direitos são reservados à Fábrica de Letras do Programa em Crítica Cultural. Sem permissão, nenhuma parte desta revista poderá ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO | 7
Osmar Moreira dos Santos

ARTIGOS

OS SERTÕES, UM OLHAR SOBRE SEUS 120 ANOS | 17
Walnice Nogueira Galvão

CONVIVENDO COM OS SERTÕES – EXPERIÊNCIAS E REFLEXÕES DE UM ESTUDIOSO ALEMÃO | 29
Berthold Zilly

MILITARISMO E PACIFISMO EM EUCLIDES DA CUNHA: O CASO CANUDOS | 61
Leopoldo M. Bernucci

O INTRINCADO JOGO DE REMEMORAÇÃO E ESQUECIMENTO
NO DISCURSO DE EUCLIDES DA CUNHA SOBRE A CAMPANHA DE CANUDOS | 79
Léa Costa Santana Dias

TRAGAM-ME A CABEÇA DE EUCLIDES DA CUNHA – OS IMPASSES DA CULTURA DE CANCELAMENTO
A PARTIR DE UMA LEITURA CRÍTICA DA QUESTÃO RACIAL EM *OS SERTÕES* | 97
*Cristiane Costa
Rafaela Gama*

O ÁLBUM DE GUERRA DE FLÁVIO DE BARROS: DA HISTÓRIA À MEMÓRIA (1897-2022) | 117
Rozeaux Sebastien

CANUDOS E A REPÚBLICA BRASILEIRA NA IMPRENSA INTERNACIONAL EM 1897 | 139
Juan Recchia Paez

CANUDOS, UMA TOCHA NA AMÉRICA LATINA | 155
Juan Ignacio Azpeitia

ENSINO DE INGLÊS NO BRASIL SOB UMA PERSPECTIVA ANTIRRACISTA | 169
*Agnaldo Pedro Santos Filho
Marieli de Jesus Pereira*

COMO A EDUCAÇÃO TRANSFORMA O MUNDO: EM HOMENAGEM AO CENTENÁRIO DE PAULO FREIRE | 185
Gao Ran

CANUDOS, ESSA HISTÓRIA NÃO PODE MORRER! | 197
Luiz Paulo Neiva

IMAGENS DO SERTÃO: CAPAS E ILUSTRAÇÕES NOS LIVROS DE PAULO DANTAS | 211
Edil Silva Costa

O LABIRINTO DOS SERTÕES | 227
Francisco Foot Hardman

LITERATURA E LINGÜÍSTICA: SIGNOS E PAISAGENS POR UMA CIÊNCIA ABERTA | 237
Osmar Moreira dos Santos

ENTREVISTAS

ENTREVISTA COM PADRE ENOQUE JOSÉ DE OLIVEIRA | 257
Alexandra Cardoso da Silva Duarte
Lucicleide Guimarães Ribeiro

ENTREVISTA COM O ARQUEÓLOGO PAULO EDUARDO ZANETTINI | 281
Luiz Paulo Neiva

RESENHA

JESUS MILITANTE: EVANGELHO E PROJETO POLÍTICO DO REINO DE DEUS | 291
Adilma Nunes Rocha
Otávio de Jesus Assis

SOBRE OS ORGANIZADORES | 303

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES | 304

APRESENTAÇÃO

BELO MONTE, CAPITAL DA REPÚBLICA POPULAR DO BRASIL

Por Osmar Moreira (Pós-Crítica – UNEB)

Neste dossiê, vol. 12, n.2, jul./ dez./2022 da *Revista Pontos de Interrogação* do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, acolhemos artigos de pesquisadores (as) consagrados(as), bem como, realizamos entrevistas com personalidades da organização da vida estético-política e da cultura do arquivo e direito à memória, todos(as) mobilizados(as), inspirados (as) através do tema e problemática, a saber, *revisitar Canudos, reinventar o Brasil* ou, ainda, e mais radicalmente, responder a questão, em que medida, após 120 anos de publicação, podemos ler/interpretar *Os Sertões* como profanações da lógica cultural do Ocidente.

Nesse sentido, e como um operador teórico-metodológico, a noção “belo monte” significa: um nome dado a uma experiência socialista, comunitária, concreta, no Brasil, de 1893 a 1897, que foi dizimada, pelo Estado brasileiro, então ocupado pelos latifundiários, ex-escravocratas, e seu Partido Armado, mas “belo monte” é, também, uma espécie de grau zero, um ponto de partida simbólico entranhado/entranhável em séries discursivas de repercussão regional, nacional e internacional, com potência de nos permitir problematizar, dramatizar, politizar as relações entre o “real” (o trabalho cultural do possível quando a questão é/for a guerra e/ou massacre de Canudos) e o imaginário (o consumo “inocente” de representações, também sobre o tema, e seus enquadramentos interpostos pelo ecossistema social), ponto de partida esse, que coloca em movimento a cidade subjetiva de todo e qualquer sujeito, grupo, tribo, nação, despejado de sua língua, cultura, território, do trabalho do si, seja remanescente de/ou em conexão com o “belo monte” e sua rede de leitores, pesquisadores, ativistas, organizadores(as) da vida política que encare essa cena civilizatória brasileira, como um crivo para a vida cosmopolita, isto é, que revise Canudos (belo monte) como um lugar para se pensar o Brasil, como um possível país socialista, e sua miríade de comunas em lugar dos latifúndios. Assim, Belo Monte nos oferece um outro sentido de cosmopolita.

Dito isto, temos no artigo que abre esse dossiê, intitulado “Os Sertões, um olhar sobre seus 120 anos”, da renomada pesquisadora sobre o tema, Walnice Nogueira Galvão, o estudo e a descrição da conjuntura em que foi concebida a obra, bem como da formação do espírito do jornalista e intérprete do Brasil, Euclides da Cunha, para nos oferecer um quadro decisivo das tensões que envolveram a transição do regime monárquico para o republicano, em que o jogo de cena, típico do capitalismo e sua periferia colonizada, deixa pouca margem para o distanciamento crítico, posto que todo o sistema cultural (ciência, moral, arte) além de precário, encontra-se dominado pelo sistema econômico (o estado, como gerente do capital, o discurso econômico, o das mídias, entre outros), ainda assim, foi possível ao espírito euclidiano, não apenas problematizar o aparato científico do seu tempo com a inserção da ambiguidade artística, suas figuras e oximoros; inverter imagens bíblicas, por uma antropomorfização estruturante e afirmando a vida humana sertaneja e sua vinculação visceral com a terra; transformar o discurso histórico numa espécie de crônica da barbárie, mas ainda estabelecer as linhas gerais para a denúncia de um crime do estado brasileiro, suas elites e seu partido armado, contra as populações empobrecidas do sertão de Canudos.

Essa denúncia realizada por Cunha, e identificada por Galvão, é flagrada e levada ao limite em “Convivendo com *Os Sertões*: experiências e reflexões de um estudioso alemão”, Berthold Zilly, que, além de traduzi-lo para esta língua, e com o impacto que isso significa no processo de traduzibilidade e na recepção da comunidade de leitores alemães, submete-o ainda ao crivo de uma “dialética do esclarecimento”, em sua multiplicidade de estudos sobre a obra, mundo a fora, tornando visível o agenciamento de saberes científicos, antropológicos, artísticos, populares, que a obra mobiliza em sua denúncia, filiando-a, assim, aos discursos de cultura e barbárie, típica do nazifascismo do século XX. E vai além: *Os Sertões* é lido como um libelo, um manifesto contra a lógica científica, cultural, artística e religiosa que tomou forma na civilização brasileira, além de um roteiro para o povo brasileiro e seu sistema intelectual fazer um balanço, permanente, de seu processo histórico. Assim, Zilly inspira-nos a dizer sobre *Os Sertões*: um livro grande, entre os grandes, portanto, a exemplo da *Iliada*, o *Paraíso Perdido*, o *Fausto*, *As Veias abertas da América*

Latina, entre outros, que faria um escritor do quilate do argentino Jorge Luis Borges, em entrevista, dizer ter sido o livro que gostaria ter escrito por encontrar ali a dramatização de “a virtude [que] era uma quase impiedade”.

Sendo *Os Sertões* um livro de denúncia de um crime do Estado brasileiro, através de um ensaio complexo e cheio de ambiguidades, e por um autor, que além de jornalista, engenheiro, era também um adido militar, trabalhando com os militares e na cena do crime, teria sido necessário o artigo “Militarismo e pacifismo em Euclides da Cunha: o caso Canudos” de Leopoldo M. Bernucci para colocar no devido lugar as posições e os gestos do autor de *Os Sertões* nessa cena. Apoiando-se em teóricos clássicos e contemporâneos sobre o que é a guerra, suas configurações e tratados explicativos e epistemológicos, conclui-se que no caso de Canudos não houve guerra, pois havia apenas um sujeito beligerante, o exército brasileiro, contra uma população mais ou menos desarmada, mas, sim, houve um massacre, um genocídio. E é nessa chave, que se deve ler o comportamento de Euclides da Cunha. Aliás, não teria sido necessária a sua presença no cotidiano do massacre e suas degolas, com seus registros no campo de batalha, para que Euclides, segundo Bernucci, já fosse um crítico do aparato militar e seus valores, mas ao longo do processo e entre o fim do massacre e o lançamento do livro, 05 anos depois, em 1902, consolida seu julgamento moral do fenômeno na forma dessa denúncia irretocável, para o abalo e assombro da sociedade brasileira.

O trauma, o luto, a melancolia, o impacto do massacre do povo do Belo Monte pelo Estado criminoso brasileiro no espírito de Euclides da Cunha, bem como, no de quem ficou marcado por esses estilhaços, encontra uma bela interpretação nesse artigo “O intricado jogo de rememoração e esquecimento no discurso de Euclides da Cunha sobre a Campanha de Canudos” de Lea Costa Santana Dias. A pesquisadora, a partir de consistente teoria de processos de subjetivação e da memória, espreita e descreve sintomas, afetos, movimentos de reescrita de si e do outro por parte de Euclides da Cunha, em suas cartas, diário, processos de construção de *Os Sertões*, indicando nesse processo interpretativo não apenas um caminho para a leitura da performance do autor e também do narrador em *Os Sertões*, com isso, criando uma multiplicidade de

posições possíveis no ato de leitura, mas vai além disso: vislumbra uma teoria geral da leitura, como economia da memória, do trabalho de si, como herança e partilha da riqueza simbólica, que o trabalho do luto engendraria se a sociedade brasileira tomasse para si essa tarefa cultural reparatória.

Reforçando as linhas gerais para essa tarefa cultural reparatória, temos no artigo “Tragam-me a cabeça de Euclides da Cunha: os impasses da cultura de cancelamento a partir de uma leitura crítica da questão racial em *Os Sertões*”, de Cristiane Costa e Rafaela Gama, um contraponto decisivo não apenas ao cientificismo do século XIX, com suas noções de frenologia e “obsessão por ossadas, crânios, cérebros [...] para comprovar suposta ‘pirâmides das Inteligências’”, para se ler até que ponto Euclides da Cunha fez uso desse aparato, em suas posições e, ao mesmo tempo, em que foi vítima dele, sobretudo ao tratar da questão racial, com inúmeros exemplos de preconceito e racismo em sua obra. Entretanto Costa e Gama, em vez de condená-lo por essas limitações epistemológicas, quase incontornáveis, prefere sugerir e, em alguns momentos, encenar as condições para que leitores e intérpretes se perguntem pelas limitações de seu próprio lugar de leitura, seus dispositivos epistemológicos, sua infraestrutura de produção, o ambiente para o livre exercício do pensamento, entre outros condicionantes, de modo que é culturalmente mais sensível e produtivo a uma sociedade complexa e avançada, como a nossa, e em processo de emancipação colonial, avaliar o tempo da leitura e da produção em Euclides da Cunha, descrevendo seus limites, avanços e recuos, e o que, ainda, extrair daí e reter como valor, do que o mero “cancelamento” ou o que é bem pior, o seu “en-deusamento”, nesses tempos atuais obscuros, de veto ao pensamento paciente e criterioso, permanentemente ameaçado de um colapso hermenêutico.

Inserindo uma outra personagem na cena interpretativa da comuna do Belo Monte, temos o artigo “O Álbum de guerra de Flávio de Barros: da história à memória (1897 – 2002)” do historiador francês Rozeaux Sebastien, em que além de demarcar e descrever o lugar e função da fotografia, ao longo do século XIX, como celebração e discurso de colonizadores e poderosos sobre colonizados e vencidos, explora, também, os “pontos cegos” de fotos emblemáticas de Barros. Entre elas, a de dezenas de conselheiristas, mulheres e crianças,

que se entregam, na esperança de uma trégua, mas flagradas como que adivinhando sua degola coletiva; outra, e única, em primeiro plano, de corpos em pedaços, se confundindo com as ruínas do massacre; e a de conselheiro, corpo exumado, mas cenicamente preparada, para atestar, tanto o contrato moral do fotógrafo, quanto à prova, incontestável, do crime do exército brasileiro, este, até então, com o direito de matar e estar acima da lei. As demais fotos, num conjunto de 69, procura construir o crime como virtude inquebrantável. Esses paradoxos, na leitura de Sebastien, não apenas exprimem uma arma também apontada para a cabeça do fotógrafo, como estivera, também, para a cabeça de Euclides, mas, se bem pensada, e bem estabelecida no processo de nossa leitura, é uma arma-signo para dissecarmos a trama a partir dos “lugares de memória”, em que se expõem essas fotos em seus diversos formatos.

Da crônica da guerra, tal como construída em *Os Sertões*, ao registro fotográfico, como em Barros, temos ainda a multiplicidade de textos jornalísticos, por vários países e em várias línguas, tornando imperecível a imagem do Belo Monte, não apenas como representação, mas como disseminação de uma ideia e de uma práxis. É nesse pegada que Juan Recchia Paez, em “Canudos e a República brasileira na imprensa internacional em 1897” tem mapeado nos últimos anos a recepção das notícias dos confrontos entre conselheiristas e militares, sobretudo os durante a III e IV expedições, em jornais pelo mundo a fora, com destaque para as releituras dos adjetivos atribuídos aos conselheiristas e ao próprio Antônio Conselheiro, tais como “loucos”, “fanáticos”, “monarquistas”, entre outros, por outras imagens destoantes, lidas, assim, por Paez como deslocamentos que mais expõem as elites e seu partido armado do que as massas sertanejas que insistem em não morrer.

E por esse clarão da resistência conselheirista que, um outro Juan, o Ignacio Azpeitia, em “Canudos, uma tocha na América Latina”, não apenas a toma como um paradigma que alimenta o espírito guerreiro do povo das Américas, portuguesa e espanhola, mas também para entendimento sobre a construção de uma lógica da dominação capitalista sobre as Américas, cuja superação dessa lógica, tem no espírito guerreiro a primeira condição. Então, que fazer para se continuar a luta e a revolução permanente?

Em “Ensino de inglês no Brasil sob uma perspectiva antirracista”, por Agnaldo Pedro Santos Filho e Marieli de Jesus Pereira e, num outro artigo, “Como a educação transforma o mundo: em homenagem ao centenário de Paulo”, do historiador chinês Gao Ran, temos, respectivamente, os dispositivos para uma apropriação e inversão do sinal em línguas da dominação a favor da luta dos oprimidos e, em conexão, o corpo a corpo desse oprimido, onde quer que ela exista e enredado não importa em qual dobra e em que lógica de dominação se expresse ou se camufle. Ou seja, não é suficiente o espírito guerrilheiro, a ação sem reflexão e uma língua, mesmo clandestina, que lhe dê forma, mas compete, a cada oprimido, encontrar em seu cotidiano de opressão e miséria, a palavra “geradora” que o permite confrontar o real, atravessar o imaginário que o aliena, e organizar a práxis que o liberte, coletivamente.

E o lugar para o encontro dessa língua comunal, através de uma múltipla materialidade semiótica, é no Parque Estadual de Canudos, conectado a uma série de outros equipamentos culturais, conforme o artigo do pesquisador, gestor e curador das Feiras Literárias Internacionais de Canudos (FLICAN) Luiz Paulo Neiva. Em seu artigo “Canudos, essa história não pode morrer”, além de descrever e historicizar o longo processo de construção do acervo, em vários formatos e envolvendo vários equipamentos, que remonta a meados dos anos 1980, e com sua participação efetiva já no início dos anos 1990, abre, também uma série de ângulos de leitura de signos desses acervos para os milhares de visitantes locais, regionais, nacionais e internacionais, a começar pelas visitas guiadas ao Parque e aos equipamentos, a oferta de oficinas dos signos culturais em feiras literárias, até a parceria com o Departamento de Linguística, Literatura e Artes do Campus II/UNEB de Alagoinhas para, através do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural (Pós-Crítica) formar até 20 doutores(as) que atuem, a partir de 2025, num programa *stricto sensu*, próprio, do Campus Avançado de Canudos, voltados a políticas culturais e políticas educacionais, políticas essas já em fase de exploração de problemáticas, fontes de pesquisa, articulação de redes e formas de intercâmbio e de cooperação nacionais e internacionais, desde o segundo semestre de 2021.

Como imagens desses exercícios e exploração semiológicos, elencamos, aqui, mais dois artigos, “Imagens do sertão: capas e ilustrações nos livros de Paulo Dantas”, da professora permanente do Pós-Crítica Edil Silva Costa, e “Labirinto dos sertões” do professor Francisco Foot Hardman, da Unicamp, e grande parceiro do Pós-Crítica, e também do Campus Avançado de Canudos. No texto de Costa, temos uma espécie de pedagogia de como fazer uma leitura dos sertões, sua gente, seu imaginário, sua potência criativa e formas de resistir, a partir dos textos em superfície (capas de livros, cordéis, desenhos, pinturas, mas também poderiam ser bordados, trançados, entre outros), fazendo emergir da pele das coisas, novos roteiros para mudar o mundo em sua profundidade. Já no texto de Foot, temos também uma espécie de pedagogia de como reunir os vários formatos e roteiros de luta, urbana, camponesas, onde quer que elas estejam ocorrendo, para nosso aprendizado permanente e contra o vírus do conformismo. Assim, o sertão é sempre luz e revolução; nunca problema, sempre a solução.

No último artigo, *Literatura e linguística: signos e paisagens por uma ciência aberta*, procurei demonstrar como através do objeto do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural (Pós-Crítica), que é a língua, a literatura e suas relações intersemióticas, sob o crivo de teorias e metateorias múltiplas, não apenas podemos problematizar a dicotomia estruturante do campo linguístico-literário, explorar sua riqueza epistemológica, seu espraiamento por todas as áreas das humanidades, acolher as críticas de todos os domínios que puderam fazer suas viradas linguístico-literárias, e irmos além: contribuir de forma decisiva para o advento de uma ciência aberta, a começar pela semiologia que dá forma à comuna do Belo Monte, como horizonte hermenêutico revolucionário e socialista.

Em seguida, e para encerrarmos esta apresentação, temos três exemplos de como extrairmos as linhas gerais, práticas, para esta ciência aberta, já em movimento há décadas, entre nós, e que têm por inspiração as lutas no contexto do Belo Monte e das revoluções camponesas pelo mundo. Trata-se de duas entrevistas, uma com o Padre Enoque José de Oliveira, líder do movimento histórico de Canudos; outra com Paulo Eduardo Zanettini, arqueólogo que pensou e ajudou a organizar os sítios arqueológicos do Parque Estadual de Canudos, numa virada epistemológica decisiva.

Padre Enoque, em entrevista concedida às doutorandas da Turma Multicampi de Canudos, Lucicleide Guimarães Ribeiro e Alexandra Cardoso da Silva Duarte, diz extrair de sua práxis, no âmbito da Paróquia de Monte Santo e suas instituições, a saber, duas irmandades, um sindicato rural e um hospital - as linhas gerais de sua problematização a essas instituições e seus vínculos com o mandonismo local, o controle dos processos de subjetivação das pessoas e anulação do espírito político do povo, então subalternizado e reduzido a quase farrapos. Dessa problematização, feita, coletivamente, e como tarefa educativa para e com esse povo subalternizado, surgem os conflitos, normais na vida política, mas com consequências dramáticas, que culminam na sua expulsão da paróquia, na permanente ameaças de morte, prisão e seu monitoramento pela ditadura militar, que consumiu o Brasil por 21 anos (1964 – 1985). Todo esse processo não o anula, como sujeito político, antes o fortalece, daí, dedicar-se, inteiramente, à educação popular e à formação de lideranças para o combate permanente contra os grileiros e criminosos que ocupa(va)m as principais instituições (estado, igrejas, escola, e assim por diante). Nada disso teria sido possível, nesses mais de 40 anos de luta permanente, ou seja, problematizar as instituições e organizar e formar lideranças para combatê-las e reeducá-las a favor do povo, se não fosse a extração de uma teoria do próprio processo de luta e de combate, sem negar, claro, inspirações estético-políticas de alto nível, tais como, a obra revolucionária de Antônio Conselheiro, a pedagogia do oprimido, os libelos da teologia da libertação, a obra de Dostoievski, as linhas gerais do materialismo histórico e dialético, tanto na interpretação do Belo Monte, quanto na organização da luta camponesa mundial.

Paulo Eduardo Zanettini, em entrevista concedida a Luiz Paulo Neiva, Diretor do Campus Avançado de Canudos, trata do entusiasmo do jovem arqueólogo de formação uspiana, com prática profissional em arqueologia histórica, que busca além de confrontar achados pós-escavações, ou reunião de fragmentos e restos, com a bibliografia sobre o massacre de Canudos, visando a instalação de sítios arqueológicos bem fundamentados, assim sua maior ambição era a constituição de um ecomuseu, que ligasse, numa perspectiva de longa duração, povos e povoamentos de Canudos ao período colonial, ou mesmo an-

tes da ocupação europeia da América. Sua inspiração para esse trabalho arqueológico quanto para uma sugestão para possível implantação de um curso de arqueologia em Canudos é sempre a Serra da Capivara, Piauí, com seus achados rupestres, que remontam a milênios, além do Museu do Homem Americano, que tem provocado uma reviravolta sobre o que se conhecia, até então, sobre o povoamento humano das Américas. De todo modo, e para pensarmos o Belo Monte, como a capital da república popular do Brasil, a arqueologia, com seu trabalho realizado em Canudos, já trouxe contribuições inestimáveis.

Por fim, a resenha do livro “Jesus militante: evangelho e projeto político do reino de Deus” (Frei Beto, 2022), realizada pelos (a) doutorandos (a) Adilma Nunes Rocha e Otavio de Jesus Assis, destaca a leitura contemporânea de Frei Beto do livro bíblico de Marcos sobre a vida de Jesus de Nazaré, identificando conceitos-chave tais como reino de Deus, lei, semear, pescar, milagre, entre outros, e, nessa leitura esvaziando e revertendo seus sentidos, a partir dos pressupostos da teologia da libertação, esta, por sua vez, insuflada de marxismo e materialismo cultural. Assim, reino de Deus, passa a ser uma batalha histórica pela distribuição da riqueza material e simbólica por quem a produz, a classe trabalhadora, semear, pescar, a ver com formação política, encontros pela democracia e cidadania cultural; milagre, como alteridade e trabalho com o outro; oração, poética por uma vida como obra de arte. Assim, em certa medida, Deus é cada de nós que não se deixa dominar por uma metafísica fascista, diria Peter Sloterdijk.

Aqui, então neste dossiê histórico, os(as) leitores(es) encontrarão os dispositivos para articular a herança generosa do Belo Monte com as lutas do nosso tempo presente por um Brasil socialista, e sua miríade de comunas em lugar dos latifúndios.

OS SERTÕES, UM OLHAR SOBRE SEUS 120 ANOS

Walnice Nogueira Galvão

Resumo: Para uma melhor compreensão de *Os Sertões*, é preciso ter em mente a conjuntura em que foi concebido e escrito: trata-se de reportagem sobre uma rebelião sertaneja, desencadeada no fundo do sertão da Bahia, sob a liderança de um beato chamado Antonio Conselheiro. A origem da rebelião se assenta na passagem do Império para a República, sendo uma das muitas que costumam assinalar uma mudança de regime. A mudança é motivo de dores e perdas para a população mais pobre e desassistida, que então se amotina, tendo, no caso, uma bandeira religiosa. O autor da reportagem, o engenheiro militar Euclides da Cunha, recente egresso da Escola Militar da Praia Vermelha, fora enviado ao palco dos acontecimentos como correspondente de guerra pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. Cinco anos depois seu livro viria à luz, abalando a opinião pública com suas denúncias e ocupando um lugar duradouro na cultura brasileira.

Palavras-chave: Os Sertões. Rebelião sertaneja. Antonio Conselheiro. Denúncia.

Abstract: For a better understanding of *Os Sertões*, it is necessary to bear in mind the context in which it was conceived and written: it is a report on a countryside rebellion, unleashed in the backlands of Bahia, under the leadership of a blessed man named Antonio Conselheiro. The origin of the rebellion is based on the transition from the Empire to the Republic, being one of the many that usually signal a change of regime. The change is a reason for pain and loss for the poorest and most unassisted population, which then riots, having, in this case, a religious banner. The author of the report, military engineer Euclides da Cunha, recently graduated from the Praia Vermelha Military School, had been sent to the stage of events as a war correspondent by the newspaper *O Estado de S. Paulo*. Five years later, his book would come to light, shaking public opinion with its denunciations and occupying a lasting place in Brazilian culture.

Keywords: The Sertões. Countryside Rebellion. Antonio Conselheiro. Complaint.

O panorama histórico brasileiro da virada de século impregna de modo inescapável a concepção de *Os Sertões*. Isto porque à proclamação da República em 1889, um ano após a libertação dos escravos, sucedem-se tempos que assistem à eclosão de insurreições e levantes de todo tipo pelo território nacional afora, desde aqueles geograficamente restritos até os mais alastrados. Antes que o novo regime se consolide e entre em funcionamento, vários anos decorrerão. A Guerra de Canudos, desencadeada no sertão da Bahia em 1896-1897, não passa de uma dessas revoltas que compõem o cortejo de uma

mudança de regime. Dedicado à crônica de um evento histórico que o autor testemunhou de corpo presente, *Os Sertões* tem por objeto essa guerra.

-X-X-X-X-

O primeiro contato de Euclides da Cunha com seu objeto viria através da participação na Guerra de Canudos como enviado especial do jornal *O Estado de São Paulo*. De lá remeteu uma série de reportagens, que se tornaria célebre. Entretanto, o interesse maior da série é o fato de poder ser vista *a posteriori* como o embrião de *Os Sertões*.

Essa guerra foi um marco na história da imprensa nacional devido a seu impacto fora do comum: pela primeira vez no país procedeu-se a uma cobertura jornalística em bloco no palco dos acontecimentos, viabilizada pela recente instalação de linhas de telégrafo sulcando o sertão. As principais folhas de Rio, São Paulo e Bahia criaram uma coluna especial, quase sempre intitulada “Canudos,” dedicada exclusivamente ao assunto, por toda a duração da guerra. Além disso, estampavam qualquer coisa: invencionices, pareceres dogmáticos de militares de partido previamente tomado, documentos forjados, cartas falsas. A divulgação de todos esses materiais tinha por objetivo comum reforçar a ideia de uma iminente restauração monárquica. A utilização desse veículo era imperativa: à época, o jornal constituía o *mass medium* por excelência, no vácuo da futura invenção da comunicação audiovisual.

*

Voltando da guerra, Euclides se dedica a acumular uma notável gama de saberes para enfrentar seu objeto, e só em 1902, cinco anos depois, o livro é lançado, com êxito fulminante. É com a primeira parte, intitulada “A Terra,” abrindo o livro como um majestoso pórtico, esplêndido em suas galas literárias, que o leitor entra em contacto com *Os Sertões*, mediante o privilégio concedido ao espaço.

Considerando a região de Canudos de três pontos de vista, a saber, o topográfico, o geológico e o meteorológico, o autor trata-a com paixão, dan-

do margem a imponentes quadros naturais. Os rios se precipitam, saltam e tombam em catadupas, enquanto a terra firme imita a movimentação fluvial nas contorções de seus acidentes e nos embates entre as diferentes camadas geológicas que a sustentam. Em suma, uma paisagem extraordinária, que mais parece obra da mão do homem, mas em escala monumental, à feição de menires colossais ou ruínas de coliseus ciclópicos.

Mas tudo isso é visto de tão alto e de tão longe que só se deixa identificar através de uma espécie de *olhar de Deus*, vislumbrando um deserto imemorial, morto de sede, morto de insolação. As próprias forças cósmicas só podem ser expressas por antíteses.

Como prova do caráter insólito do sertão, o autor submete o leitor a um tratamento de choque, propiciando-lhe o encontro com um soldado que parece deitado a dormir, mas que de fato está morto há vários meses, porém em perfeito estado de conservação por ter sido naturalmente mumificado pela *secura dos ares*.

O flagelo das secas merece especial atenção, dedicada sucessivamente a várias hipóteses sobre sua gênese, que vão desde a influência das manchas solares até o peculiar regime dos ventos. Mais adiante passará das hipóteses a propostas de solução.

As plantas da caatinga se desenvolvem entre dois meios desfavoráveis, quais sejam o terreno árido e o calor do sol. Assim, suas mutações adaptativas vão todas no sentido de proteger-se da morte ou por sede ou por insolação. Mas as estratégias defensivas variam: atrofiar-se, resultando em nanismo que expõe menos superfície às intempéries; enterrar-se, e mal aparecer acima do solo; ou congregar-se em plantas sociais, retendo com suas raízes emaranhadas no subsolo a água e a terra, além de reforçar a segurança mútua.

O autor, em suma, conclui que o sertão de Canudos é único, pois suas características não coincidem exatamente com nenhuma taxonomia pré-existente, ao enfatizar como “a natureza se compraz em um jogo de antíteses”.

*

Do meio físico o autor passa ao exame das etnias. A questão primordial – e por isso a mais complexa – no estudo do homem brasileiro é para ele a mestiçagem, nó conceitual com que se debatiam à época todos os pensadores do país. Dela resultou o sertanejo, com suas características próprias, de corpo e de espírito, herdadas do embate entre as três etnias que lhe deram origem. Tais características, segundo o autor, implicam em vantagens e desvantagens. Entre as primeiras enumera a adaptação ao meio hostil, a resistência, o estoicismo. Entre as segundas conta o fanatismo religioso, a superstição, o equilíbrio psíquico instável, além de um considerável atraso com relação à marcha da civilização.

O determinismo que preside a essa minuciosa análise do meio físico e dos componentes étnicos vai eclodir, também deterministicamente, na pessoa daquele que portava o nome de Antonio Vicente Mendes Maciel, o Peregrino. Com efeito, este constituiu uma síntese do processo histórico em que as correntes de povoamento resultaram, através da miscigenação no isolamento.

O diagnóstico de Antonio Conselheiro é contraditório, o leitor percebendo a hesitação do autor entre considerá-lo um grande homem e decretá-lo “doente grave,” afetado de paranóia. “Condensando o obscurantismo de três raças,” a pessoa do condutor de homens “cresceu tanto que se projetou na História”.

Líder místico católico, Antonio Conselheiro, acompanhado de seus beatos, vagueava pelo sertão numa vida de penitência, proferindo sermões e comandando a construção ou reconstrução de igrejas, cemitérios e açudes. Assim se passaram trinta anos, com o séquito sempre a aumentar.

Tentando elucidar a origem da Guerra de Canudos, Euclides mostra como o advento da República acarreta alterações que perturbam o ânimo dos conselheiristas: novos impostos, separação entre Igreja e Estado, liberdade de culto e instituição do casamento civil, que contradizia frontalmente um sacramento católico.

Repelidos em toda parte, os peregrinos acabaram por se refugiar, por volta do ano de 1893, nas ruínas de uma fazenda abandonada por nome Canudos, no fundo do sertão baiano. Edificam pouco a pouco seus barracos de pau-a-pique – futura “Tróia de taipa,” no oximoro euclidiano.

Não há madeira no sertão, cuja cobertura vegetal típica é a caatinga, a qual não passa de um mato ralo, feito de garranchos, gravetos e cactos. Por isso, o povo de Canudos tinha comprado e pago, antecipadamente, em 1896, na cidade de Juazeiro, um lote de peças necessárias para as obras da Igreja Nova. Não tendo recebido a encomenda, foram buscá-la em procissão, cantando hinos religiosos e desarmados. Entrementes, as autoridades locais tinham convocado para recebê-los tropas estaduais as quais, emboscadas em Uauá, os dizimaram, mas bateram em retirada.

Nova ofensiva, mais numerosa e mais bem armada, deslança novo ataque policial-militar em janeiro de 1897, que resulta igualmente em derrota.

A terceira expedição seria comandada pelo coronel Moreira César, que vinha de reprimir outra insurreição no Sul, quando se destacara pelo rigor da repressão que exercia e à qual devia o cognome de “Corta-pescoço.” O perigo que Canudos veio a representar, após essas duas derrotas, já é agora considerado de alçada nacional e grave demais para ficar sob a responsabilidade de tropas estaduais. Monta-se uma grande ofensiva, com forças federais vindas de todo o país, armamento moderno incluindo canhões, e uma ampla campanha no sentido de excitar a opinião pública. Os ânimos estão exaltados, a demagogia patriótica espicaçada, e insinua-se que os incidentes do sertão apontam para uma tentativa de restauração monárquica.

Acompanhada pela atenção de todo o país, a terceira expedição se reúne em Salvador e marcha para Canudos. Chega a atacar o arraial, mas após algumas horas, sofrendo pesadas perdas, inclusive a de seu comandante, bate em retirada, debandando. Para facilitar a fuga arremessa longe armas e munições – que serão coletadas e entesouradas pelos canudenses – e até peças de farda, como dólman ou botas.

Euclides mostra em cenas vívidas o que foi a celeuma provocada por mais esta derrota. Manifestações de rua nas duas principais cidades do país, Rio e São Paulo, acabaram se transformando em motins em que o furor da multidão se desencadeou sobre os alvos mais óbvios, ou seja, os poucos jornais monarquistas sobreviventes: quatro foram empastelados e o dono de um deles foi linchado. Todos clamavam pelo aniquilamento desta ameaça à novel

República. Os estudantes assinaram uma petição exigindo a liquidação dos sequazes do “degenerado.” Deputados e senadores não discutiam outra coisa no Parlamento. Os jornais trataram a derrota como uma calamidade nacional, disseminando a insegurança e o alarme por toda parte, multiplicando notícias falsas, cartas forjadas e denúncia de focos conspiratórios até internacionais.

Prepara-se então uma quarta expedição, na qual novamente sobe a patente em comando, agora o general Artur Oscar de Andrade Guimarães, assistido por quatro outros generais. Um marechal viria a ser o chefe supremo, na pessoa do ministro da Guerra, Marechal Machado Bittencourt, que se deslocou para o teatro das operações com seu estado-maior e ali montou seu gabinete. As tropas são mobilizadas em todo o país. Foi integrado nesta expedição, na qualidade simultânea de repórter e adido ao estado maior do ministro da Guerra, que Euclides se tornou testemunha ocular da campanha, enviando para o jornal *O Estado de São Paulo* a série de correspondências que levaria o título de *Diário de uma Expedição*.

Da leitura dessas correspondências, depreende-se como Euclides se encaminhou para Canudos presa da mesma lavagem cerebral que as forças armadas e os demais jornalistas, tomados todos de entusiasmo republicano e de fervor sacrificial. Encontravam-se prontos a dar a vida pela República que tanto prezavam, não sem antes extirpar do mundo a ameaça monarquista. É ao longo do desenrolar das reportagens que o leitor pode entrever dúvidas incipientes a se insinuarem no espírito do escritor, que dá os primeiros sinais de desconfiar da propaganda maciça. Essas dúvidas serão depois intensamente elaboradas em *Os Sertões*.

Arrancando em junho de 1897, a quarta expedição iria assediar o arraial, o qual é cercado para impedir socorros ou reforços. O alvo estratégico maior, todavia, era cercar o abastecimento de água, tão preciosa na caatinga seca e penosamente obtida pelos canudenses em cacimbas abertas no leito seco do Vaza-Barris, um uede, ou rio temporário, só cheio e correndo por ocasião de temporadas de fortes chuvas.

Graças ao desastre da terceira expedição, os canudenses se armaram. Se antes só dispunham de poucas e arcaicas peças de fogo, daquelas de

carregar pela boca – arcabuzes, bacamartes e colubrinhas – passaram a dispor do mais moderno armamento da época, abandonado pelas tropas em debandada. Dentre todos, os mais cobiçados eram os rifles de repetição Mannlicher austríacos e as carabinas Comblain belgas.

A poderosa arremetida de tantos recursos conjugados – abundância de homens, fartura de armas e munições, concurso de muitos canhões – implanta o assédio que vai constringindo o arraial, do qual alguns setores são aos poucos ocupados. A resistência inquebrantável dos canudenses desafia a compreensão e se constitui em enigma. Alguns dias antes do final, parlamenta-se uma rendição, negociada por Antonio Beatinho. Para consternação dos atacantes, entregam-se cerca de trezentas mulheres, reduzidas pela penúria à condição de esqueletos, acompanhadas pelas crianças e por alguns velhos. Após o que a resistência recrudescer, com mais ânimo agora porque desvencilhada de um peso morto. E, castigando o arraial por intenso bombardeio durante vários dias, procedeu-se à utilização pioneira de uma espécie de napalm improvisado, a gasolina espalhada sobre as casas ainda habitadas sendo incendiada mediante o lançamento de bastões de dinamite. O arraial se calou, sem se render, a 5 de outubro de 1897. Os últimos resistentes, calcinados numa cova no largo das igrejas, não eram mais que quatro, dos quais dois homens, um velho e um menino. Sempre lembrado, esse final inglório tornou-se representativo daquela que foi uma guerra de extermínio contra uma população indefesa.

O cadáver de Antonio Conselheiro, que morrera de doença no dia 22 de setembro, pouco antes do final, foi exumado. Sua cabeça foi cortada e levada para a Faculdade de Medicina da Bahia para ser autopsiada, com a intenção de descobrir-se a origem de seus descaminhos, o que, segundo rezavam as teorias lombrosianas então em vigor, podia ser inferido a partir das dimensões do crânio e da dissecação do cérebro. Entretanto, o laudo oficial furtou-se a apresentar alguma conclusão definitiva, adensando o mistério, para desapontamento de quantos queriam responsabilizar algo palpável, como a anatomia do líder.

*

A Guerra de Canudos, como vimos, acabou por se revelar ingloriamente como uma chacina de pobres-diabos. Tornou-se evidente que não houvera conspiração alguma e que este bando de sertanejos miseráveis não tinha qualquer ligação com os monarquistas instituídos – gente branca, urbana e de outra classe social, com horror a “jagunços” e “fanáticos,” os quais não passavam de mestiços pobres como os canudenses –, nem qualquer apoio logístico, seja no país, seja no exterior.

A reviravolta resultante foi notável: a opinião mudou de lado e passou a lamentar o massacre de valentes compatriotas numa luta fratricida. Ademais, deixou de ser segredo que a conduta do exército estivera longe de ser irreprochável. Alguns escassos correspondentes de guerra já haviam revelado a prática de degolar em público os prisioneiros indefesos, sancionada por todos, inclusive pelos comandantes.

Com a Guerra de Canudos, completa-se o processo de consolidação do regime republicano. Graças a ela, exorcizou-se o espectro de uma eventual restauração monárquica. Posteriormente, tendo à vista os testemunhos, pode-se dizer que a opinião pública foi manipulada e que os canudenses serviram de bode expiatório nesse processo. Eles desempenharam involuntariamente o papel de adversário comum a todos, aquele que se enfrenta coletivamente e que permite forjar a união nacional. À falta de um inimigo externo, capaz de provocar a coesão do corpo social e político, infalível em caso de guerra internacional, suscitou-se um inimigo interno, com invulgar eficácia.

★

Euclides escrevera dois artigos com o mesmo título de “A Nossa Vendéia,” estampados em *O Estado de São Paulo* – periódico com que colaborava habitualmente desde o ano anterior à proclamação da República, quando fora expulso da Escola Militar por insubordinação – em março e julho de 1897, o primeiro provocado pelo desastre da terceira expedição e o segundo pela arrancada da quarta. Assim se tornou um candidato natural a correspondente. Além de mostrar-se enfronhado no assunto, já expendendo opiniões sobre a natureza do sertão e da campanha, criaria com o título uma expressão que marcou época

e que foi repetida por todos. Ele mesmo a renegaria mais tarde, depois de ter passado tempos a afirmar que o livro que se destinava a escrever repetiria o título. A felicidade da fórmula era um modelo de concentração ideológica. Num conciso sintagma de três termos, transpunha para o coração do Brasil a revolta monarquista católica coligando campesinato e nobreza (1893) em reação contra a Revolução Francesa, democrática, laica e republicana. Mas, quando o livro saiu, ele já sabia que a fórmula, embora feliz, era tendenciosa, e deturpava o caráter do que ocorreria. Por isso, desistiu de empregá-la novamente.

Indicado por *O Estado de São Paulo*, acumularia ainda o cargo de adido ao estado-maior do ministro da Guerra, que obteria mediante pedido de Júlio Mesquita, diretor do jornal, ao presidente da República, Prudente de Moraes.

As reportagens, começando já a bordo do navio *Espírito Santo*, que conduzia tropas no percurso Rio-Bahia, impressionam por serem tão bem escritas, quando se sabe que as condições materiais de trabalho eram penosas, e piorariam a partir da capital. Escreveria ao balanço do trem, em lombo de montaria ou, literalmente, no joelho, enquanto vivia em barracas no acampamento militar, sob o troar da metralha. Já em Salvador fora tocado pelo testemunho de um jagunço de catorze anos, feito prisioneiro. Este negara o que os interrogadores sugeriam, que o Conselheiro fazia milagres e que garantia a ressurreição dos mortos em combate. Indagado, então, quanto ao que o Conselheiro prometia como recompensa aos canudenses que arriscavam a vida, respondera: “Salvar a alma.” Surpreendido, Euclides observa: “... não mentem, não sofismam e não iludem, naquela idade, as almas ingênuas dos rudes filhos do sertão.”

Esse é o primeiro sinal de que a inteligência de Euclides está prestes a captar algum engano no ar. Penetrando no sertão e chegando até Canudos, o escritor vai gradativamente intensificando esses sinais, e mitigando o entusiasmo patriótico que no início demonstrara, sem, todavia, perdê-lo de vez. Desviando-se dos demais repórteres, fará reflexões sobre o cunho equivocado da acolhida a bala dada aos canudenses, quanto outro tipo de tratamento mais civilizado poderia resolver os problemas. E dali a um palmo está o surgimento da admiração que por eles passa a manifestar.

*

Cinco anos, ou um pouco menos computando os trâmites editoriais, foram necessários para a verdadeira metamorfose que vai das reportagens a *Os Sertões*: cinco anos e uma grande ambição. A massa de informações científicas e históricas acumuladas no livro aponta para o risco da dispersão. Mas, ali reunidas, ganham uma certa unificação, que lhes é conferida pelo estilo naturalista, então predominante na literatura brasileira, junto com um tratamento parnasiano da paisagem. A mescla de descrição impessoal com preocupação genética, à maneira do Naturalismo, é posta aqui a serviço da crônica de uma guerra. E a guerra, como se sabe, é literariamente a figuração do drama, ou confronto entre duas pessoas, duas famílias, duas equipes, dois partidos, dois povos, e assim por diante.

Entretanto, o que se observa é que a formação da Terra na primeira parte e a do Homem na segunda parte já são igualmente tratadas como um drama. No que concerne à Terra, os seres da natureza, antropomorfizados, são dotados de sentimentos ou mesmo de desígnios. No caso do Homem, o tema central é o confronto feroz de três raças em disputa de hegemonia. Todavia, como ocorre amiúde nas obras naturalistas, as ideias e as teorias são a cada passo postas em relevo, adquirindo voz própria. O determinismo, o cientificismo, o evolucionismo, a noção de linearidade do progresso tido como inelutável, as preocupações ligadas aos fatores hereditários, tudo isso tem frequentemente voz ativa na narrativa. Disso resultando o caráter polifônico do livro em seu conjunto.

O modo como essa polifonia se realiza decorre da intertextualidade. Ao longo do livro, e é o que lhe dá seu sopro enciclopédico, textos e autores são incessantemente citados e submetidos a discussão. Na parte sobre “A Luta” o autor recorre não somente a suas próprias reportagens e cadernetas de campo, mas também às reportagens dos outros correspondentes, às ordens-do-dia do exército, aos relatórios de governo. No capítulo inicial, “A Terra,” são mobilizados textos e autores de geologia, de meteorologia, de botânica, de zoologia, de física, de química. Em O “Homem,” o autor, ao passar em revista escritos de história da colonização, de folclore, de psiquiatria, de neurologia, de sociologia, de etnologia, embrenha-se por conjecturas que tornam essa a parte mais polêmica do livro.

A dificuldade em lidar com uma tal avalanche de saberes é patente, e se resolve em paráfrases discordantes que se sucedem. Na impossibilidade de realizar uma síntese, ou mesmo sínteses parciais, o texto avança jogando com todo tipo de antíteses, antinomias e contradições. Estas podem tomar o aspecto de uma figura frequentemente privilegiada, o oximoro, isto é, uma aproximação violenta de contrários: “Tróia de taipa” para definir o arraial, “Hércules-Quasímodo” para definir o sertanejo.

A complexa questão da composição de *Os Sertões* segue em geral essas linhas. E a maneira como o texto a enfrenta está à altura dessa complexidade, pondo em jogo recursos nada simplistas ou lineares como a polifonia e a intertextualidade. Para amarrar a matéria, Euclides tomou ainda emprestada dos canudenses, milenaristas e messianistas, que ali se concentraram na Terra Prometida que escolheram para esperar o Juízo Final anunciado pelo fim do século, numa vida de oração para salvar suas almas, a visão escatológica. E mostra como, ao operar uma inversão demoníaca das imagens bíblicas que presidem ao mito salvacionista, é possível vislumbrar o ponto de vista deles. O Belo Monte – como rebatizaram o arraial – ou Nova Jerusalém, tinha se transformado no seu oposto, o inferno. O rio da Cidade de Deus, o rio da vida eterna, se presentifica no leito sem água do Vaza-Barris. As muralhas de ouro garantidas pelas Escrituras, que aguardam os justos, não passam de edificações de pau-a-pique. A vegetação luxuriante do jardim de delícias pelo qual anseiam se degrada na caatinga seca e desnuda. E assim por diante. Seu mundo tinha-se desencantado.

Por isso, o grande sintagma narrativo de *Os Sertões* – começando pelo Gênesis telúrico e terminando pelo Juízo Final contido no Apocalipse, simbolizado pelo aniquilamento de Canudos pelo fogo – haure sua inspiração visionária na mimese do paradigma bíblico.

Recebido em 20 de novembro de 2022.

Aceito em 15 de dezembro de 2022.

CONVIVENDO COM OS SERTÕES – EXPERIÊNCIAS E REFLEXÕES DE UM ESTUDIOSO ALEMÃO¹

Berthold Zilly

Resumo: O autor da presente palestra relembra e contextualiza seu interesse e fascínio, a partir do final dos anos 1960, por *Os Sertões* de Euclides da Cunha, livro que lê, na perspectiva da dialética do Esclarecimento, como relato parcialmente ambíguo ou contraditório de um patriota que, imbuído de ideias do progresso civilizatório, pretende pesquisar e expressar a totalidade das causas, características, aspectos objetivos e subjetivos de um crime cometido em nome da nação e da civilização: a guerra de Canudos. A complexidade e enigmaticidade da tarefa leva Euclides a criar um ensaio interdisciplinar, fundindo abordagens científicas, antropológicas e poéticas numa retórica erudita, de forte impacto emocional e apelo humanitário. Tudo isto motivou o palestrante a traduzir *Os Sertões* ao alemão, obrigando-o a amplas pesquisas e minuciosas análises de texto, das quais são apresentados exemplos. A palestra finaliza com vozes sobre a repercussão de *Krieg im Sertão* nos países de língua alemã.

Palavras-chave: *Os Sertões*. Euclides da Cunha. Guerra de Canudos. Dialética do Esclarecimento. Análise de texto. Tradução ao alemão. Recepção na Alemanha.

Abstract: The author of this lecture recalls and contextualizes his interest and fascination, from the end of the 1960s, on *Os Sertões* by Euclides da Cunha, a book that he reads, from the perspective of the dialectic of Enlightenment, as an account, partially ambiguous or contradictory, of a patriot who, imbued with ideas of civilizing progress, intends to research and express the totality of the causes, characteristics, objective and subjective aspects of a crime committed in the name of the Nation and Civilization: the War of Canudos. The complexity and enigmatic nature of the task led Euclides to create an interdisciplinary essay, merging scientific, anthropological and poetic approaches into erudite rhetoric, with a strong emotional impact and humanitarian appeal. All this motivated the speaker to translate *Os Sertões* into German, obliging him to carry out extensive research and meticulous text analyses, of which examples are presented. The lecture ends with voices about the repercussion of *Krieg im Sertão* in German-speaking countries.

Keywords: *Os Sertões*. Euclides da Cunha. War of Canudos. Dialectic of Enlightenment. Text analysis. Translation into German. Reception in Germany.

¹ Agradeço a Claudia Silveyra d'Avila pela ajuda na revisão do ensaio.

Agradeço de todo coração aos colegas do Campus Avançado de Canudos da UNEB, e a toda a equipe organizadora sob a coordenação do Prof. Luiz Paulo Neiva, pelo convite para este importante evento. Estamos nos encontrando para comemorar um livro que mudou a imagem que o Brasil tem de si mesmo, que mudou a realidade sertaneja, e que mudou também a minha vida. Falar dos *Sertões* significa falar de estruturas e tendências intrínsecas do Brasil dos últimos 120 anos, mas também da história brasileira como um todo, incluindo a história natural, pois Euclides concebeu o seu relato sobre a guerra nos sertões da Bahia como uma espécie de gênese do país todo, uma saga da criação da terra e da gente do Brasil. Não é por acaso que este livro já foi chamado de “Bíblia da nacionalidade”. É fruto de uma ambição, de uma aspiração, de uma sonhação, como diria Riobaldo em *Grande Sertão: Veredas*, que pode parecer megalômana, mas que – espantosamente – deu certo, pois gerou um livro que surgiu como uma revelação, uma sensação, uma fonte de inspiração intelectual e artística, desde a estreia até hoje em dia.

Por outro lado, se Euclides foi um patriota, também foi um cosmopolita, ao compreender, transnacionalmente, a sua pátria como parte do mundo, de modo que um estrangeiro que lê os seus escritos lê ao mesmo tempo observações sobre o seu mundo, sobre a sua gente, sobre si mesmo. É que as forças que movem a História, apesar de todas as diferenças, são basicamente as mesmas no mundo inteiro. Assim, já está em *Os Sertões*, implícita, outra ideia de Riobaldo: “O sertão está em toda a parte”. Euclides sempre deixa claro aos leitores: “Tua res agitur”, “trata-se de coisa tua, de assunto do teu interesse”. Por isso, sempre achei que era um livro também do meu interesse.

Considero muito apropriado o enfoque deste encontro, ou seja, colocar a obra euclidiana na ótica da quebra da lógica ocidental, questionamento radical de um racionalismo exagerado, desenfreado e cego. Não se trata de condenar sumariamente o *Aufklärung*, o Esclarecimento, o Iluminismo, a razão como guia do pensamento, o projeto todo da Civilização e da Modernidade. Euclides apreciava, no fundo, o ideário do Esclarecimento, que tinha

recebido junto com o positivismo, mas ele cada vez mais passou a ver ou intuir as suas contradições e tendências negativas. “Fazer uso do seu próprio entendimento” (Kant), questionar tudo através da “dúvida sistemática” (Descartes) – foram princípios que sempre nortearam também o pensamento de Euclides. E ele, o que nem todos os defensores da Modernidade fazem, usava esses princípios iluministas também para criticar aspectos e consequências problemáticas da própria Modernidade e do Esclarecimento. Este, Kant o definiu assim, em um artigo de jornal de 1784:

Esclarecimento (Aufklärung) significa a saída do homem de sua minoridade, pela qual ele próprio é responsável. A minoridade é a incapacidade de se servir de seu próprio entendimento sem a tutela de um outro. É a si próprio que se deve atribuir essa minoridade, uma vez que ela não resulta da falta de entendimento, mas da falta de resolução e de coragem necessárias para utilizar seu entendimento sem a tutela de outro. Sapere aude! Tenha a coragem de te servir de teu próprio entendimento, tal é, portanto, a divisa do Esclarecimento. [...] É difícil para todo homem tomado individualmente livrar-se dessa minoridade que se tornou uma espécie de segunda natureza. [...] Que um público, porém, esclareça-se a si mesmo, é ainda assim possível; é até, se lhe deixarem a liberdade, praticamente inevitável. Pois então sempre se encontrarão alguns homens pensando por si mesmos, incluindo os tutores oficiais da grande maioria, que, após terem eles mesmos rejeitado o jugo da minoridade, difundirão o espírito de uma apreciação razoável de seu próprio valor e a vocação de cada homem de pensar por si mesmo (Tradução de Luiz Paulo Rouanet).

Não é fácil portanto os indivíduos se livrarem da sua menoridade sozinhos, é mais fácil através do diálogo, no espaço público, onde os mais esclarecidos podem ensinar aos menos esclarecidos o uso do seu próprio entendimento. Isso pressupõe liberdade de expressão na esfera pública, e igualdade no direito à informação e à instrução para todos, o que praticamente é a missão da imprensa e do ensino.

Desde o seu tempo de aluno na escola militar, Euclides da Cunha, provavelmente sem ter lido Kant, mas imbuído do pensamento iluminista, positivista e evolucionista, se compreendia como esclarecedor da opinião públi-

ca, colaborando na imprensa, e tentando diversas vezes entrar no magistério, o que finalmente conseguiu, porém, morrendo duas semanas depois. Mesmo antes de chegar em Canudos, em reportagem para *O Estado de São Paulo* e mesmo antes de saber dos crimes do exército, antes também de descobrir que Canudos não era uma insurreição monarquista, como dizia a propaganda do governo, Euclides parecia duvidar do sentido da guerra, justificando-a, porém, com a condição que ela fosse prelúdio de uma missão pacificadora e educadora. Ouçam esta frase, uma sentença optativa, com posição do sujeito gramatical no final, construção frequente nos seus escritos, criando um suspense e enfatizando aquele que devia ser um sujeito importante no processo civilizatório:

Que pelas estradas, ora abertas à passagem dos batalhões gloriosos, [...] siga, depois da luta, modestamente, um herói anônimo sem triunfos ruidosos, mas que será, no caso vertente, o verdadeiro vencedor: o mestre-escola.

Euclides muito cedo se decepcionou com algumas promessas da Civilização, do Positivismo e do Republicanismo que foram as formas contemporâneas do pensamento iluminista no Brasil. Essa atitude cética, que foi uma das causas da sua retirada do Exército e da política republicana, se intensificou diante daquilo que viu e viveu em Canudos, impregnando profundamente *Os Sertões*. Ele tinha clara noção de que a luta pelo progresso científico, técnico, instrumental e pela libertação do homem podia levar para uma nova servidão, e de que a luta por mais racionalidade podia levar a uma nova mitologia, a uma mitificação da própria ciência, com sua lógica de classificar, instrumentalizar, coisificar tudo, de colocar as coisas, as ideias, as pessoas em uma infinita relação meio-fim. É uma lógica que tende a justificar os maiores sacrifícios em nome de um fim supostamente superior. Produz vítimas, produz sofrimentos, produz conflitos, a exploração do homem pelo homem, e hoje em dia até põe em xeque a sobrevivência da humanidade, o que Euclides ainda não podia saber, mas ele sim viu o potencial destruidor e autodestruidor da Civilização.

Sempre, principalmente desde o Romantismo, os artistas criticaram essa propensão da lógica ocidental para catalogar, subsumir, utilizar cada coisa para outras coisas, de ignorar que cada coisa e cada pessoa também tem um fim em si mesma; e talvez seja justamente esta uma missão das artes, da poesia, da literatura, ou seja a missão de livrar, pelo menos temporariamente, as coisas e as pessoas da hierarquia e do domínio da lógica cartesiana, para lhes devolver e reconhecer a sua autonomia, beleza, dignidade. A ciência tende a medir e quantificar tudo, as artes tendem a contemplar e a qualificar tudo, independentemente de utilidades e hierarquias.

Além disso, os poetas e artistas, também os profetas e teólogos, sabiam ou intuíaam que existe em cada homem o “homem dos avessos” (Guimarães Rosa), em todos nós e na sociedade: contradições, ambivalências, mudanças, maldades, loucuras, que pedem para ser pesquisadas, configuradas, representadas, com recursos não só racionais, mas também artísticos. É por isso que Euclides não pôde escrever um livro puramente científico, nem puramente jornalístico, ele precisou, para fazer jus aos enigmas, paradoxos e avessos do sertão e da Civilização, lançar mão de recursos poéticos, épicos, dramáticos. Mas nunca se esqueceu de questionar a realidade nos seus múltiplos aspectos e de fazer tudo para ser maior no sentido kantiano, maior e vacinado, como diz um ditado brasileiro, sem se deixar guiar por autoridades alheias.

Assim creio que não foi por acaso que, quando cheguei por primeira vez ao Brasil, em 1968, numa idade de rebeldia e de curiosidade por tudo, comecei a me interessar por *Os Sertões*, através de trechos em uma antologia, *Presença de literatura brasileira*, de Antonio Candido e Aderaldo Castello, e comprei os 10 volumes da *Biblioteca Básica Brasileira*, da UnB, de que fazia parte também *Os Sertões*. Eu era estudante de línguas e literaturas românicas, falava francês e algo de espanhol e português. Vim com um grupo de estudantes alemães, tínhamos ganhado uma bolsa para conhecermos problemas da desigualdade e do subdesenvolvimento em um país do então chamado “Terceiro Mundo”, e assim viajamos também pelas regiões mais “subdesenvolvidas” do Brasil, como

se dizia, pelo sertão, pela Amazônia, e subimos no Morro da Providência, no Rio. Tivemos um primeiro contato com a religiosidade popular, em Juazeiro do Norte, cidade do Padre Cícero. Estávamos naturalmente marcados pelo espírito crítico, anticolonialista e antiimperialista do movimento estudantil daquela época, em plena ditadura no Brasil que tinha acabado com as Ligas Camponesas no Nordeste e com projetos de reformas sociais do governo Goulart.

Eu tinha lido algo sobre problemas sociais na América Latina e na África, em autores como Josué de Castro, Florestan Fernandes, Frantz Fanon, Albert Memmi, também pensadores da Teoria da Dependência, André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e outros. Tinha lido estudos sobre conflitos negligenciados pela esquerda tradicional, por exemplo *Primitive Rebels* de Eric Hobsbawm e *Cangaceiros e fanáticos*, de Rui Facó, que procuravam elementos de luta por justiça social em movimentos por assim dizer pré-políticos, falando inclusive do movimento de Canudos. Também tinha lido cientistas sociais mais conservadores, como Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala* e *Sobrados e Mocambos*. E naturalmente intelectuais que eram de certa forma gurus do movimento estudantil, Marx e Engels naturalmente, a chamada escola de Frankfurt, Adorno e Horkheimer, também Leo Löwenthal, mais ainda Herbert Marcuse, com seu *O homem unidimensional* e *Eros e civilização*. Ademais, Rosa Luxemburg, Freud, Wilhelm Reich, Lukács e outros.

Os pensadores da teoria da dependência nos mostraram que o subdesenvolvimento não era simplesmente um atraso, mas era produzido por certo tipo de desenvolvimento desigual do capitalismo internacional, trocas desiguais no mercado mundial dominado pelos países mais industrializados, estruturas de dominação internas nos países menos industrializados e periféricos, falta de estruturas democráticas e de participação popular, pelo que eles falavam do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”. Essas leituras me foram úteis também na análise literária, pois a literatura nunca é apenas autorreferencial, não fala só de linguagem e metáforas e do homem como tal, mas fala da totalidade do que existe, no passado, no presente, no futuro, fala do real e do irreal, do imaginário e do possível. Pouco depois, com o relatório do Club of Rome, de 1972, começou, até dentro do *establishment* mundial, uma preo-

cupação com aspectos destrutivos do dominante modelo de desenvolvimento econômico e social, o que contribuiu para eu ver mais claramente em Euclides tendências também de pensador ecológico.

Indiretamente, antes de chegar no Brasil, eu já tinha entrado em contato com a temática sertaneja e euclidiana através da literatura, Graciliano Ramos principalmente, que sempre apreciei, Raquel de Queiroz também, José Lins do Rego, e através do Cinema Novo que estava conquistando a admiração do público europeu, principalmente *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, de Glauber Rocha, rodado no sertão de Canudos e de Monte Santo, também *Vidas Secas* de Nelson Pereira dos Santos, *Os Fuzis* de Rui Guerra, e um filme mais antigo, *O Cangaceiro* de Victor Lima Barreto.

Foi em Fortaleza, no final dos anos 1970, onde trabalhei como professor visitante de língua e literatura alemã, que cheguei a conhecer o sertão mais de perto, ficando fascinado com essa paisagem nuclear do Brasil, com a extensão infinita dessas terras e desses céus que me pareciam incitar qualquer viajante à meditação, à introspecção, a viagens imaginárias, para pensar nas coisas realmente essenciais da vida e do mundo. Também me informei sobre conflitos sociais e judiciais no sertão cearense, alguns dos quais pareciam resurretos a partir de romances ou filmes antigos, como se, apesar de todos os progressos civilizatórios, o tempo estivesse parado e estagnado no sertão.

Finalmente li *Os Sertões* na íntegra, aí fiquei intimamente tocado e atraído por esse livro, deslumbrado, entusiasmado até, apesar da sintaxe enrolada e dos numerosos floreios patéticos. É que em *Os Sertões* essa paisagem central do Brasil aparece em todos os seus aspectos e matizes, problemática, pobre, bonita, triste e grandiosa, ela não só está no título, mas ela também é palco, é personagem, é protagonista, começa a viver diante dos nossos olhos e ouvidos, presente, com sua beleza áspera, seu solo, sua flora e fauna, o clima, e principalmente o seu povo. Pois o sertão, como outras paisagens também, é uma simbiose entre natureza e sociedade, já que para Euclides, a superfície da Terra influencia e molda o homem, mas o homem influencia e molda também

a superfície da Terra e até o clima, um *insight* moderno como mostra o termo recém-criado “antropoceno”, para designar a idade geológica em que vivemos, marcada pelo homem como agente geoclimático.

O que eu senti e pensei na leitura, os tópicos e o seu arranjo, a linguagem, o impacto do livro – tudo isso achei magistralmente formulado na primeira resenha publicada faz exatamente 120 anos, pois ela saiu dia 3 de dezembro de 1902 no *Correio da Manhã*, de autoria do talvez maior crítico brasileiro da época, José Veríssimo. Notável a importância que o jornal deu a essa matéria, coisa impensável hoje, pois lhe concedeu metade da primeira página, como vocês mesmos podem ver na maravilhosa hemeroteca da Biblioteca Nacional. Eu cito:

O livro, por tantos títulos notáveis, do Sr. Euclides da Cunha, é ao mesmo tempo o livro de um homem de ciência, um geographo, um geólogo, um ethnographo; de um homem de pensamento, um philosopho, um sociologo, um historiador; e de um homem de sentimento, um poeta, um romancista, um artista, que sabe vêr e descrever, que vibra e sente tanto aos aspectos da natureza, como ao contacto do homem, e estremece todo, tocado até ao fundo d'alma, commovido até ás lagrimas, em face da dôr humana, venha ella das condições fataes do mundo physico, as «seccas» que assolam os sertões do norte brasileiro, venha da estupidez ou maldade dos homens, como a campanha de Canudos.

Esta resenha de certa forma antecipa não apenas a minha leitura, mas também, em termos teóricos, a concepção das “três culturas”, que o sociólogo da cultura Wolf Lepenies elaborou nos anos 1980, diferenciando, ao estudar a história intelectual da Alemanha, França e Inglaterra, três vias de captar, interpretar e representar a realidade: as ciências naturais que medem e classificam, as ciências sociais e hermenêuticas que procuram compreender, e a literatura e o ensaísmo literário que configuram e reconfiguram esteticamente.

Euclides sabia que uma temática tão complexa quanto a guerra de Canudos e seus antecedentes, com uma infinidade de causas, aspectos e consequências – fenômenos objetivos e subjetivos, militares, políticos, filosóficos, emocionais, morais – precisava de uma combinação de diversos instrumentos

cognitivos e sensitivos, ou seja, uma pesquisa e expressão por assim dizer interdisciplinar e intermedial, aquilo que ele chamaria mais tarde, em carta ao próprio José Veríssimo, “o consórcio da ciência e da arte”.

Se admiro Os Sertões, também admiro o seu autor, Euclides da Cunha, intelectual polivalente, engenheiro militar e civil, jornalista, geógrafo, cartógrafo, historiador, poeta, um membro proeminente da generosa família de escritores, viajantes e pesquisadores no Brasil, empenhados, como diz Policarpo Quaresma, em trabalhar: “para a grandeza e a emancipação da Pátria”. Naturalmente esses patriotas não eram ufanistas como o herói quixotesco de Lima Barreto, aliás outro autor que comecei a apreciar já no final dos anos 1960, e que acabei traduzindo também. Mas no fundo todos esses autores compartilhavam alguns dos ideais de Policarpo, pois eles se sentiam responsáveis pelo país, pela dignidade e cidadania de todos os brasileiros, com inclusão das camadas subalternas em regiões periféricas. Estou pensando em autores como José Bonifácio, Couto de Magalhães, Teodoro Sampaio, Carlos Chagas, Monteiro Lobato, Mário de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda, Antônio Callado, Darcy Ribeiro e muitos outros, que desejavam, com sinceridade e dedicação, pesquisar, conhecer e interpretar o Brasil, para torná-lo mais esclarecido, mais justo, mais pacífico e civilizado. Em carta a um amigo, Euclides expressa a sua afinidade com aqueles desbravadores em uma frase pela qual também o admiro, pois mostra a sua distância com respeito à cultura dominante, ou seja, a cultura das classes dominantes, da belle époque, com orientação unilateral para uma civilização de moda e de fachada europeizante: “Não desejo a Europa, o boulevard, os brilhos de uma posição, desejo o sertão, a picada malgradada e a vida afanosa e triste de pioneiro”.

Sempre achei, como hoje de manhã também já falaram, com outras palavras, Leopoldo Bernucci e Lea Santana, que Euclides, em momentos decisivos, teve a coragem de usar o seu próprio intelecto, de alcançar a sua maioria, de superar preconceitos reinantes, porque ele estava percebendo o absurdo do republicanismo exacerbado, do racismo com sua crença na su-

premacia branca, da lógica militar elaborada na Europa pelos “doutores na arte de matar”. Em contrapartida, ele começou, como “poeta” e como “homem de sentimento” (Veríssimo) a confiar crescentemente no valor cognitivo do seu horror e da sua indignação diante de crimes observados, sua compaixão com os desprezados, injustiçados, massacrados.

A decepção euclidiana com o legado do Esclarecimento e com consequências bárbaras da própria Civilização me lembraram um clássico da filosofia social dos anos 1940, de Adorno e Horkheimer, dois pensadores que tiveram que fugir do nazismo para os Estados Unidos, onde escreveram *A Dialética do Esclarecimento*, mostrando como a lógica do Ocidente, que teve as suas raízes na Grécia antiga, pode ser pervertida em novo obscurantismo, a razão em mito, a libertação em opressão – ideias induzidas também pelas experiências com o nazismo e o estalinismo, movimentos ultramodernos conforme uma razão instrumental, mas reacionários e bárbaros em termos de uma razão crítica, democrática e emancipatória. De fato, não há nenhum ideal, nenhuma fé, nenhum princípio humano ou humanista, nenhuma utopia que não possa ser levada a extremos absurdos e contraproducentes, que não possa ser usada e abusada para fins egoístas, destrutivos, desumanos.

Grande parte do Exército brasileiro, Euclides também, estava imbuído das belas e promissoras ideias de progresso e civilização, que o positivismo tinha herdado do Iluminismo francês. Mas como homem de sensibilidade moral e estética, o escritor reconheceu o perigo de essas ideias serem pervertidas, quando acionadas com total cegueira, o que por exemplo ficou patente no aniversário do 14 de julho de 1789, data do assalto do povo de Paris à Bastilha, bastião usado como cárcere para os inimigos da Monarquia. Esse dia, celebrado na França até hoje como início da Revolução Francesa, era comemorado também no Brasil nos primeiros anos da República, e foi saudado até em Canudos, em 1897, imaginem! O que Euclides, num desespero sarcástico, ironizou assim:

O dia era propício: uma data de festa nacional. Logo pela manhã uma salva de 21 tiros de bala a comemorara. Os matutos broncos foram varridos cedo – surpreendidos, saltando estonteadamente das redes e dos

catres miseráveis – porque havia pouco mais de cem anos um grupo de sonhadores falara nos direitos do homem e se debatera pela utopia maravilhosa da fraternidade humana...

Um absurdo grotesco, hilariante, se não fosse tão triste: em nome das ideias do Esclarecimento, em nome de *Liberté, Egalité, Fraternité*, os oficiais republicanos organizaram um canhoneio contra uma parcela pobre do seu próprio povo, prenúncio do massacre subsequente, e tudo isso no interesse objetivo das elites regionais e nacionais.

Euclides, que se compreende como “narrador sincero”, começa, ao chegar em Canudos, a se distanciar cada vez mais da lógica militar e a duvidar da legitimidade da guerra. Já nas reportagens para o *Estado de São Paulo*, ele denuncia, discreta, mas perceptivelmente, as sistemáticas degolas dos sertanejos presos, crime aprovado se não ordenado pelos comandantes. Porém, ainda hesita em protestar abertamente, visto que está ali numa dupla função, muito incômoda: como jornalista e como adido do Ministro da Guerra, situação que lembra o *embedded journalism*, jornalismo incorporado, quase emparedado, censurado, nas guerras do nosso século, um antagonismo entre dois papéis: a parcialidade do militar e a imparcialidade do jornalista. Também em Canudos, o exército praticava censura.

No livro publicado cinco anos mais tarde, ele pode falar com maior franqueza: não apenas as guerras geram necessariamente crimes de guerra, mas talvez elas mesmas sejam crimes, principalmente as guerras de agressão, como a de Canudos, um assalto em nome da Nação e da Civilização, de modo que ao sertanejo assaltado só resta a legítima defesa:

“O jagunço [...] só podia fazer o que fez – bater, bater terrivelmente a nacionalidade que [...] procurava levá-lo para os deslumbramentos da nossa idade dentro de um quadrado de baionetas, mostrando-lhe o brilho da civilização através do clarão de descargas”.

Se há progressos na História, estes se referem à tecnologia e à ciência, à razão instrumental, mas quase não há progressos na mentalidade, na moralidade, na razão social e humanista. Modernizam-se a tecnologia, a economia, a administração, mas humanamente, eticamente, continuamos a ser, como diz Euclides: “trogloditas enluvados e encobertos de tênue verniz de cultura”. É um pessimismo que lembra, além da já citada *Dialética do Esclarecimento*, uma observação do filósofo Günther Anders: *Die Antiquiertheit des Menschen* (A Obsolescência do homem), sobre a constituição mental do homem cada vez mais antiquada com respeito aos seus próprios progressos tecnológicos e organizatórios, que ele não sabe manejar com responsabilidade. Assim a barbárie nas mãos da Civilização é muito mais eficiente e perigosa do que a barbárie na Idade da pedra:

Além disto a guerra é uma coisa monstruosa e ilógica em tudo. Na sua maneira atual é uma organização técnica superior. Mas inquinam-na todos os estigmas do banditismo original. Sobranceiras ao rigorismo da estratégia, aos preceitos da tática, à segurança dos aparelhos sinistros, [...] permanecem – intactas – todas as brutalidades do homem primitivo.

Fiquei impressionado com o conflito dentro do autor, entre as típicas ideologias racistas da época, por um lado, e a sua própria observação franca e empática da realidade humana, por outro lado. Na sua grande obra de 1902, ele volta e meia consegue se desvencilhar desses preconceitos, que ele mesmo chama de: “garbosos neologismos etnológicos”, ou: “fantasias psíquico-geométricas”, ou: “imaginosas linhas dessa espécie de topografia psíquica”, que no fundo eram preconceitos em roupagem científica. O racista vira antirracista, até certo ponto, e em vez dessas ideias pré-fabricadas, ele tem a coragem de deixar falar em si mesmo o artista e o observador de coração aberto que ama o sertão e admira os seus moradores, eu cito:

“Sejamos simples copistas. Reproduzamos, intactas, todas as impressões, verdadeiras ou ilusórias, que tivemos quando, de repente, acompanhando a celeridade de uma marcha militar, demos de frente, numa volta do sertão, com aqueles desconhecidos singulares, que ali estão abandonados há três séculos”.

Essa reflexão quase metodológica e metaliterária está situada estrategicamente no livro: ela antecede a famosa apoteose do sertanejo, que abre o terceiro subcapítulo de *O Homem*: “O sertanejo, antes de tudo, é um forte”. A inicial impressão do narrador de que o sertanejo fosse um decaído, um fraco, um inferior, é retificada. Pois, nos lances difíceis da sua vida, seja como vaqueiro, seja como guerreiro, esse ser ambíguo, esse: “Hércules-Quasímodo” – paradoxo tipicamente euclidiano – se torna um gigante, um deus pré-olímpico, eu cito:

“O homem transfigura-se. [...] e da figura vulgar do tabaréu canhestro, reponta, inesperadamente, o aspecto dominador de um titã acobreado e potente, num desdobramento surpreendente de força e agilidade extraordinárias”.

O crítico húngaro Georg Lukács tinha detectado, inspirado por Engels, em grandes prosadores realistas do século XIX, por exemplo em Balzac e em Stendhal, uma dicotomia, até uma oposição entre ideologia por um lado e configuração literária por outro lado, entre um conservadorismo explícito e uma crítica implícita a esse conservadorismo. Balzac era simpatizante da monarquia e da aristocracia, mas através da trama dos seus romances dava uma imagem negativa de personagens desses estamentos, simpatizando mais com personagens oriundos do proletariado ou da pequena burguesia. Lukács chamou isso de “triunfo do realismo”, baseado em “fome de realidade” e “sinceridade literária”, qualidades que se podem observar igualmente em Euclides, quem, como pensador, defendia às vezes posições racistas e colonialistas, as quais, porém criticava como escritor, como “narrador sincero”. Euclides artista é bem mais perspicaz, mais verídico, mais autêntico do que Euclides cientista e ideólogo.

Havia, na relação entre Euclides e a realidade sertaneja, além dos interesses científico, “ambientalista” e “desenvolvimentista”, uma certa afinidade emocional, uma espécie de homologia ou correspondência caracterizada assim por Gilberto Freyre:

A paisagem que transborda *d’Os sertões* é aquela que a personalidade angustiada de Euclides da Cunha precisou de exagerar para completar-se e exprimir-se nela; para afirmar-se – junto com ela – num todo dramaticamente brasileiro em que os mandacarus e os xique-xiques entram para fazer companhia ao escritor solitário, parente deles no apego quixotesco à terra e na coragem de resistir e de clamar por ela. Resistir quando todos desistem. Resistir sempre. Clamar no deserto. Clamar pelo deserto.

De fato, Euclides era um sofredor, com grande talento para entender o sofrimento, o padecimento no mundo, e grande talento para o compadecimento com todas as criaturas, com sertanejos, soldados, pedras, plantas, animais, com a própria face da terra maltratada pelo homem, esse “fazedor de desertos”. Esse cientista e artista agnóstico tinha a alma de um mártir cristão: “O martírio do homem, ali, é reflexo de tortura maior, mais ampla, abrangendo a economia geral da Vida. Nasce do martírio secular da terra..”

A sua empatia com os canudenses e a sinceridade como narrador levam Euclides a reconhecer e a admirar uma qualidade do povo de Canudos – apesar das calúnias que lhe continua reservando – que é um fato raro na história do Brasil e de qualquer outro país, ou seja: em Canudos as camadas subalternas, os analfabetos, os matutos, os eternamente menosprezados, humilhados, explorados ou esquecidos pelas elites, pelos governos, pela Igreja, esses “condenados da terra” (*Les Damnés de la Terre*) como reza o título de um famoso livro de Frantz Fanon, eles portanto se livraram da sua “menoridade”, virando “maiores”, ao tomar o seu destino nas próprias mãos, e ao entrar no palco da história como donos de si mesmos. Esses sertanejos se levantaram do chão, para citar o título de um romance, *Levantado do chão*, em que José Saramago, prêmio Nobel de literatura, narra a luta dos camponeses do Alentejo

para conquistar seus direitos, dignidade, melhores condições de vida. Assim também, os sertanejos de Canudos deixaram de ser apenas objetos, para se tornarem sujeitos da História. Euclides mostra, como os chamados “jagunços” e “fanáticos”, vítimas da repressão policial e das calúnias da imprensa, se retiraram para os ermos do sertão baiano. E mostra como nesse semideserto eles fundaram um arraial que funcionou relativamente bem durante 4 anos, dos quais 1 ano sob ataques de tropas do governo. Mostra também como essa comunidade conseguia, em condições portanto mais do que adversas, satisfazer as necessidades básicas de dez a quinze mil pessoas – moradia, alimentação, vestuário, saúde, educação, segurança – sem ajuda externa nenhuma.

Claro que não era uma democracia, mas era uma comunidade autônoma, espécie de teocracia, com um líder religioso no topo da hierarquia, Antônio Conselheiro. Ali o povo tinha mais participação na gestão das coisas públicas do que em qualquer outra parte do Brasil, e tinha condições de vida melhores do que nas fazendas vizinhas. Pertencer a essa comunidade era uma decisão livre das pessoas, o que gerou uma forte migração para Canudos entre 1894-97 – uma das causas da hostilidade dos fazendeiros da região, preocupados com a perda de mão-de-obra, como se depreende de uma carta de Cícero Dantas, o Barão de Jeremoabo, citada por Euclides. Naturalmente, uma organização social fora do sistema do mandonismo dominante no interior do Brasil era um desaforo absolutamente intolerável para as elites regionais. Mas permaneceu o depoimento, o monumento, o memorial de Euclides sobre aquele projeto social alternativo, bastante viável, até sustentável, não fosse “a estupidez e maldade dos homens” (Veríssimo) e não fosse, como dizia Euclides, a guerra que a nação republicana fazia ao sertanejo, “mostrando-lhe o brilho da civilização através do clarão de descargas.”

Admito que achei a leitura de *Os Sertões* penosa, e não por acaso esse livro tem, desde a sua estreia, fama de ser difícil, pelo excesso de arcaísmos, neologismos e termos técnicos, o culto parnasiano do vocábulo raro, a prosódia ritmicamente elaborada e rica em figuras sonoras, a sintaxe intrinca-

da e neobarroca, predominantemente hipotática, cheia de aliterações, rimas, assonâncias, hipérbatos, quiasmos, elipses, hipérboles, oximoros, paradoxos, metáforas ousadas. Aspectos que já foram criticados por seus primeiros admiradores, como José Veríssimo e Joaquim Nabuco, o qual considerava o livro escrito “com cipó”. Além disso, para explicar a estranheza do sertão, e ao mesmo tempo seu pertencimento à História Mundial, Euclides lança mão de comparações e alusões relativas a três mil anos de história, ciência e literatura do mundo quase inteiro, com certo exibicionismo enciclopédico, pressupondo esses conhecimentos nos leitores, e principalmente nos seus tradutores, fazendo deles, de certa forma, também “sofredores”.

Por outro lado, fui seduzido pelo ritmo, pela vibração, esculturalidade, sublimidade do estilo, suas qualidades poéticas e retóricas, que lembram as tragédias gregas, a Bíblia, as epopeias homéricas, Heródoto, Tucídides, Cícero, Dante, Padre Vieira, Victor Hugo. É parecido com o poeta Virgílio na *Divina Comédia*, o narrador euclidiano, usando muitas vezes a primeira pessoa do plural, caminha conosco pelo sertão, que pode ser um paraíso, mas que muitas vezes é um inferno. Uma narrativa de gênero literário híbrido, um ensaio entre tratado científico multidisciplinar, relato histórico, crônica pessoal, discurso político, romance, cujo narrador ou narradores nem sempre são idênticos com o autor, às vezes falando em estilo indireto livre, o que é indício de ficcionalidade, e o que destoava da pretensão de facticidade e de verdade documental.

No início do terceiro capítulo, “A Luta”, Euclides, em um esboço histórico, deixa claro que mesmo antes da guerra, desde a exploração, ocupação e dominação do sertão pelos bandeirantes e garimpeiros “gananciosos” no século XVIII, a região do São Francisco vivia em, como ele diz, “situação anômala”, um sistema de dominação repleto de violências e conflitos, marcado por “rivalidades partidárias e desmandos impunes de uma política intolerável de potentados locais”, uma ordem social dominada por “mandões” responsáveis por “todas as desordens”, “banditismo”, “saques” e “depredações”. É “situação anômala” do ponto de vista de uma Civilização civilizada, do Estado de direito, mas situa-

ção normalíssima nos sertões na época da República Velha. Ali as autoridades constituídas têm pouca autoridade, já que a dividem com mandões regionais, potentados também chamados de coronéis, de onde o termo coronelismo para denominar esse sistema de dominação. Só que tal situação incivilizada não é uma contra-civilização, é a outra face da mesma Civilização. Os coronéis, geralmente latifundiários, governam através da violência e da fraude eleitoral, junto com ou contra os governos, apoiando-se em suas próprias milícias, constituídas pelos chamados “jagunços”, ou contratando vez por outra cangaceiros, o que gera um permanente estado de instabilidade, de medo e violência, entre guerra civil e banditismo. Ou seja, Euclides vislumbra, contra os seus próprios preconceitos, que os “jagunços” e seu “fanatismo” não são resultados da origem étnica ou miscigenação racial, mas de estruturas e processos e sociais e políticos.

Esse tipo de potentados – coronéis, gamonales, caudillos – vocês tinham isso também no pampa, nos lhanos, nas selvas, no altiplano, temática frequente nas literaturas latino-americanas. Variando Riobaldo: O coronelismo está em toda a parte. E regimes parecidos estão difundidos ainda hoje no mundo inteiro, na África e na Ásia principalmente, regiões de *limited statehood*, estatalidade limitada, que às vezes afeta países inteiros, os chamados *failed states*, Estados falidos, muitas vezes com ingerência de potências estrangeiras. Quem manda nessas áreas infelizes são principalmente *warlords*, senhores da guerra, aliados ou inimigos do governo central ou da oposição, quando esta existe. Elementos dessa anomia, dessa fraqueza do poder público, com rivalidades entre diversos grupos de poder armados, isso a gente ainda tem no Brasil, em favelas dominadas pelo tráfico e por milícias, basta ler *Cidade de Deus*, de Paulo Lins, ou ler simplesmente o noticiário de quase todos os dias.

Uma característica desses regimes é a impunidade de crimes cometidos ou mandados pelas elites, da qual as tropas em Canudos se aproveitam. “O sertão é o homizio,” de modo que o exército – que Euclides considera “multidão criminosa e paga para matar” – nunca vai ser acusado e muito menos punido. Pois, como ele diz: “lá não chegaria, certo, a correção dos poderes constituídos.” O sertão é um lugar, como diz Riobaldo, “onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade”.

Se as autoridades constituídas são incapazes de fazer justiça, deveria haver pelo menos outra justiça, cuja possível ausência também inquieta Euclides: “Ademais, não havia temer-se o juízo tremendo do futuro. A História não iria até ali.” Por outro lado, ao escrever isto, ele esperava que esta previsão fosse desmentida por seu livro, que justamente visava levar a História até ali. Pois um *leitmotiv* no pensamento do escritor era a necessidade de se dar um depoimento dos crimes cometidos na hinterlândia, para a opinião pública do mundo contemporâneo e da posteridade. Dessas instâncias ele reivindicava uma condenação moral dos culpados, ainda que simbólica. Pois ele acreditava numa forma secularizada do Juízo Final, uma justiça que Schiller e Hegel definiram assim: “A História mundial é o Juízo mundial”.

Como era possível que uma obra tão importante e brilhante, de alcance transnacional e trans-histórico não estivesse ainda acessível em língua alemã? Já tinha traduções para o espanhol, para o inglês, para o francês, que depois eu li. Assim, de volta na Alemanha em 1980, retomando a minha atividade como professor no Instituto de Estudos Latino-americanos da Freie Universität Berlin (FU), senti uma forte vontade, uma quase necessidade de traduzir esse livro, traduzir para eu o entender melhor, para os meus alunos, para o público alemão. Como filólogo, eu sabia e sentia que traduzir não só pressupõe e exige uma profunda e minuciosa análise de texto, mas também, por sua vez, provoca, fomenta, aprofunda esta análise. Pois a língua de chegada, principalmente quando distante da língua de partida, como é o caso do alemão em relação ao português, funciona como um aparelho de raios X, diante do qual o original é obrigado a desvendar a sua organização profunda, sua anatomia e fisiologia, sua vida interna. Nas palavras do grande poeta e tradutor Haroldo de Campos: “a tradução é uma forma privilegiada de leitura crítica”, visto que ajuda a penetrar “no âmago do texto artístico” e a reconhecer as suas “operações formadoras”. Euclides me fez tradutor.

Eu sabia que o próprio autor queria ver o seu livro traduzido; mesmo antes de escrever a primeira linha, já tinha combinado uma tradução para o francês, com um intelectual em Salvador da Bahia, Péthion de Villar. Pois o discurso que ele estava planejando, de revelação dos horrores da guerra e dos crimes da Civilização, discurso também fúnebre em homenagem aos sertanejos mortos, esse discurso ia se dirigir não só aos letrados brasileiros, mas aos letrados de todos os países civilizados. Euclides até teceu reflexões sobre a traduzibilidade do seu livro: “temo que o meu estilo, algo bárbaro, não se afeiçoe a tão delicado relevo”; ou seja, ele achava que a sua linguagem poderia não se adequar com as convenções estilísticas da contemporânea literatura francesa. Por aí se pode deduzir que o ideal tradutório para ele não seria a chamada “belle infidèle”, a tradução bela, mas infiel, ou seja, uma tradução beletrística conforme o gosto do público da cultura de chegada; mas que ele queria uma versão que recuperasse, como ele dizia: “as barbaridades” e estranhezas, a feitura intrínseca do seu estilo. Foi o que guiou a minha estratégia tradutória.

Assim, mergulhei na poética e retórica euclidiana, na biografia do autor, na história brasileira, na geografia, sociologia, antropologia do sertão, e também na língua e na historiografia alemã. O tradutor, idealmente, deveria conhecer, quase reviver as vivências, experiências, leituras, ideias, emoções, intenções do autor, dando ao seu texto a configuração linguística que este próprio lhe daria se conhecesse bem a língua de chegada e a sua cultura. Deste modo, o tradutor tem um papel comparável com o de um ator de teatro que de certa forma reencarna um personagem dramático, seja real, seja fictício. De qualquer forma, esse ator precisa saber tudo sobre o seu personagem, seu entorno, sua época, seu caráter, sua linguagem. Tentei ler pelo menos uma parte daquilo que o próprio Euclides tinha lido e citado, pois como outros livros também, *Os Sertões* é um livro sobre livros.

Vim algumas vezes ao Brasil para fazer pesquisas, Walnice Galvão me convidou, já nos anos 1980, para a Semana Euclidiana em São José do Rio Pardo, onde conversei também com outros euclidianos, visitei o Núcleo Sertão da UFBA, conversei com José Calasans e outros especialistas, Manoel Neto por exemplo, estive também em Canudos, e em Cantagalo (RJ), município natal de

Euclides. Traduzir, como qualquer outra atividade intelectual, é um trabalho solitário, mas também coletivo, pois pressupõe diálogos; assim a minha tradução é também resultado de boas conversas com talvez uma centena de pessoas, sertanejos, colegas no Brasil e na Alemanha, amigos, meus filhos.

Aos poucos me tornei um membro de duas confrarias, a dos estudiosos de Canudos e a dos estudiosos de Euclides, contatos e amizades que continuaram e se ampliaram depois da publicação de *Krieg im Sertão* (Guerra no Sertão) em 1994, na editora Suhrkamp. Para minhas pesquisas “pós-tradutórias” foram importantes os contatos com a UNEB, o Centro de Estudos Euclides da Cunha (CEEC) e este Campus Avançado, também com o CPDA (Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) da UFRRJ, no Rio de Janeiro, onde dei aulas sobre a representação da realidade rural na literatura latino-americana. Em 2011, a UFSC, Florianópolis, me convidou como professor visitante, por vários anos, no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (PGET). Neste momento não estou lecionando; estou me dedicando à elaboração de uma nova tradução de *Grande Sertão: Veredas*. Tudo isso por “culpa” de Euclides...

Vamos dar uma olhada na oficina do tradutor, para ver detalhes da análise de texto, que é o dia a dia do tradutor, mas que pode ser esclarecedor para qualquer outro leitor. Vamos ouvir uma frase do trecho sobre “o estouro da boiada” em que a fúria de milhares de bois em pânico se traduz em prosa furiosa, de sonoridade febril e onomatopeica, para quase perder o fôlego, o que me lembrou autores dramáticos alemães do começo do século XIX, como Heinrich von Kleist, ou Georg Büchner, mas também os relatos sobre a Guerra Camponesa do século XVI e a Guerra dos Trinta Anos do século XVII, na Alemanha. Fala Euclides:

E sobre este tumulto, arrodando-o, ou arremessando-se impetuoso na esteira de destroços, que deixa após si aquela avalanche viva, largado numa disparada estupenda sobre barrancas, e valos, e cerros, e galhadas

– enristado o ferrão, rédeas soltas, soltos os estribos, estirado sobre o lombilho, preso às crinas do cavalo – o vaqueiro!

É uma frase relativamente curta para os padrões euclidianos, um período à primeira vista sem sujeito gramatical, uma acumulação de adjuntos adverbiais, verbos quase só no gerúndio, ou seja, formas verbais infinitas, o que é um problema para o tradutor, já que o alemão não tem gerúndio, infelizmente. Também uma série de epítetos e apostos aparentemente perdidos, diversas figuras sonoras, aliteraões, seriação polissindética de substantivos sem clara função sintática, até que enfim – aí aparece o sujeito da oração principal, truncada, sem verbo que deve ser imaginado pelo leitor; e esse sujeito que finalmente aparece é “o vaqueiro”. É sujeito da frase, sujeito da resistência na guerra, e sujeito de um possível futuro do Brasil, “a rocha viva da nossa raça”, “o cerne de uma nacionalidade”, se a Civilização não o tivesse trucidado. A gente vê: a substância do livro todo está em cada um dos seus detalhes.

A frase tem duas partes, primeiro o “tumulto” e a “avalanche” de animais, e depois, no fundo, uma única palavra, um único sujeito: o vaqueiro, seu domador, anunciado por uma intercalação entre dos travessões. Ele sozinho contrapesa e doma e supera o peso lexical e real de milhares de bois. Ele aparece assim, já pela sintaxe, como herói, herói em tempos de paz, e mais tarde, nas seis seguintes partes do livro, vai aparecer também como herói em tempos de guerra. Euclides foi um grande artista de língua portuguesa, pondo a sua arte no serviço da mensagem e da emoção.

Esse ritmo afobado, essa oralidade ora erudita, ora dramática, ora épica, ou até lírica, esse desvio sistemático da língua-padrão, causando estranheza, surpresa, empatia, esse clímax de suspense, essa sintaxe insólita, com sequência incomum das palavras, também com repetições, elipses – tudo isso é desafio, é convite, é tarefa árdua e também gratificante para o tradutor. Este precisa rastrear, recapitular, refazer essa prosódia do texto, na medida do possível. Imaginei o autor como orador em um grande anfiteatro, em que estaria sentado o povo brasileiro, ao qual Euclides narraria, explicaria, declamaria a sua vivência e visão da história, sua comoção, seu protesto. E por trás

haveria outro anfiteatro maior, do público mundial. E onde estaria eu? Eu seria um dos intérpretes ao lado do orador, e eu transformaria, transcriaria, transgermanizaria, como diria Haroldo de Campos, frase por frase, a fala euclidiana para o público de língua alemã. O estilo euclidiano tem uma forte dimensão oral, ele é oral, não de uma oralidade coloquial, mas de uma oralidade erudita, uma retórica cambiante entre solene, lírica, sarcástica, dramática. Li o original em voz alta, e pedi para amigos brasileiros fazerem isso, para eu ter uma impressão da sonoridade e do ritmo dessa linguagem. E, em vez de escrever, eu falei e gravei a primeira versão alemã, pois a tradução devia sair tão pronunciável e audível, tão altissonante, comovedora, imponente quanto o original. Eu queria que *Krieg im Sertão* tivesse um impacto sonoro tal que Euclides ficaria satisfeito.

Com a tradução publicada, fui convidado para muitas leituras públicas, por casas e associações culturais, universidades e livrarias, e sempre as pessoas no público me confirmavam o forte efeito intelectual e emocional que creio que correspondia às intenções do autor. Parece que a oralidade e ‘falabilidade’ da tradução ajudou também a sua adaptação para uma peça radiofônica de quase 3 horas de duração, que a maior emissora alemã, a Westdeutscher Rundfunk (WDR, Colônia) produziu em 2007. O Teatro Oficina, de São Paulo, sob direção de José Celso Martínez Corrêa, levou a sua adaptação de *Os Sertões* duas vezes para a Alemanha, com legendagem em alemão feita por mim, baseada na tradução impressa. Essa encenação foi apresentada em duas turnês na Alemanha, com estrondoso sucesso de crítica e de público, em 2004 no festival Ruhrfestspiele em Recklinghausen, e em 2005 no teatro Volksbühne, em Berlim, acompanhadas de exposições de fotografias de Flávio de Barros e de palestras introdutórias por mim proferidas.

Gostaria de convidar vocês para outra olhada na oficina do tradutor, em outra frase, excepcionalmente curta, também com o sujeito gramatical no final, para aumentar o suspense:

Mas que entre os deslumbramentos do futuro caia, implacável e re-
volta; sem altitude, porque a deprime o assunto; brutalmente violenta,
porque é um grito de protesto; sombria, porque reflete uma nódoa –
esta página sem brilhos.

Durante a maior parte da frase, não se sabe a que se refere o verbo da oração optativa: “caia”, pois ela é interrompida por vários apostos e adjuntos adverbiais aparentemente soltos, referentes a algo ainda desconhecido, seguidos de três subordinadas causais, em movimento de clímax, o que gera tensão e curiosidade no leitor – dramatização de um anúncio, sem que se saiba qual a coisa anunciada, até que, finalmente, vem a revelação, depois de um travessão, o sujeito gramatical: “esta página sem brilhos...” Naturalmente “página sem brilhos” é uma *captatio benevolentiae*, de exagerada modéstia, para atizar a admiração do leitor por este livro “vingador”, escrito com grande brilho estilístico para mostrar que a campanha militar não teve brilho nenhum, para desconstruir a retórica grandiloquente do exército, do governo e de boa parte da imprensa, e para desmanchar a atmosfera festiva da belle époque. Se alguém sai abrilhantado em *Os Sertões*, é o sertanejo; o vencido é o vencedor no plano moral e imaginário.

Mas era realmente desejável recuperar na tradução aquela parafernália toda de recursos estéticos? Já que estes destoam tanto dos ideais estilísticos na Alemanha moderna, com seu apreço da sobriedade, da objetividade, da compreensibilidade, e sua desconfiança contra qualquer *páthos*, pompa, solenidade, exuberância. Até no Brasil, onde há mais compreensão por uma linguagem floreada e barroca, há quem diga que a roupagem poético-retórica de *Os Sertões* seria um ornato superficial e supérfluo, um enxerto estranho a um livro essencialmente não-literário, objetivo e científico. Se realmente fosse assim, eu poderia simplesmente traduzir o conteúdo, a função referencial do texto, para usar conceitos de comunicação de Jakobson, deixando de lado tudo o que serve às funções expressiva, apelativa, poética. Eu traduziria o essencial,

o conteúdo, sem a embalagem decorativa e datada. Será que isso seria adequado? A história da recepção e a fortuna crítica de *Os Sertões* indicam o contrário.

Lendo os relatos contemporâneos sobre a guerra de Canudos, de testemunhas oculares e outros, em grande parte anteriores a *Os Sertões*, a gente vê que todos os fatos importantes narrados por Euclides e muitas das suas avaliações também se encontram naqueles outros depoimentos, inclusive o protesto contra erros e crimes do exército. O essencial no livro de Euclides não são as informações sobre os fatos da guerra, nem sobre a geologia, a fauna e flora do sertão, ou sobre os costumes dos sertanejos, pois tudo isso se pode encontrar, embora de modo espalhado e com outro arranjo e combinação, em outras publicações também. Podemos até dizer, exagerando muito pouco, o seguinte: se não houvesse *Os Sertões*, mesmo assim, poderíamos saber tudo o que sabemos hoje sobre o sertão e sobre aquela guerra.

Mas faltaria algo, e muito: faltaria o grande *mea-culpa* dos letrados brasileiros e da Civilização toda diante de um erro e um crime da própria Civilização. Faltaria o grande monumento da indagação sobre quem são os sertanejos, quem são os brasileiros, qual a sua posição no mundo, qual o papel dos letrados entre elites e povo, quais os caminhos e descaminhos da Modernidade e da lógica do Ocidente, quais as ambiguidades das pessoas e grupos sociais, da religião, da ciência, da racionalidade e da emocionalidade do homem. Faltaria a lembrança de acontecimentos trágicos, que dão o tom ao livro, eu cito: “O heroísmo tem nos sertões, para todo o sempre perdidas, tragédias espantosas.” Justamente graças a Euclides, essas tragédias não estão perdidas para a memória coletiva. Sem *Os Sertões* faltaria o apelo ao público do Brasil e do mundo, pela solidariedade com os vencidos e injustiçados.

E faltariam grandes poemas em prosa, como aquele trecho intitulado “Higrômetros singulares”, que parece ecoar o famoso soneto *Le Dormeur du val* de Rimbaud:

Percorrendo certa vez, nos fins de setembro, as cercanias de Canudos, fugindo à monotonia de um canhoneio frouxo de tiros espaçados e sortunos, encontramos, no descer de uma encosta, anfiteatro irregular, onde as colinas se dispunham circulando a um vale único. [...] Ao lado

uma árvore única, uma quixabeira alta, sobranceando a vegetação franzina. O sol poente desatava, longa, a sua sombra pelo chão, e protegido por ela – braços largamente abertos, face volvida para os céus, – um soldado descansava. Descansava... havia três meses. Morrera no assalto de 18 de julho. [...] O destino que o removera do lar desprotegido fizera-lhe afinal uma concessão: livrara-o da promiscuidade lúgubre de um fosso repugnante; e deixara-o ali há três meses – braços largamente abertos, rosto voltado para os céus, para os sóis ardentes, para os luares claros, para as estrelas fulgurantes...

O poema de Rimbaud, escrito na guerra franco-alemã de 1870-71, e o trecho citado de *Os Sertões*, mostrando a mesma antinomia entre o cenário pacífico e a descoberta súbita – absurda, fora do lugar – da morte, são monumentos não-militaristas ao soldado desconhecido, protestando contra essa barbaridade transnacional da Civilização que é a guerra.

Sem o tom elevado, solene, sublime, o sertanejo não seria dignificado e nobilitado, não seria equiparado aos heróis e divindades da Antiguidade, aos Hércules, titãs, anteus, gladiadores, centauros, aos heróis das tragédias clássicas, aos guerrilheiros germanos que derrotaram as legiões romanas de Varus, aos campeadores e cavaleiros medievais, aos guerrilheiros espanhóis que resistiram a Napoleão. Sem essa retórica, o livro não teria o fôlego dos grandes historiógrafos, de Heródoto, Tucídides, Tácito, Michelet, Mommsen. E Canudos em sua desesperada autodefesa não seria a “Troia de taipa”, famoso oxímoro que nos lembra as epopeias homéricas, e ao mesmo tempo a simplicidade das moradias de Canudos. Sem essa transfiguração apaixonada e poética do sertão este não seria uma das grandes regiões literárias do mundo. Sem a sua configuração estética, poética, compositória, a sua construção como uma segunda Bíblia, *Os Sertões* não seria *Os Sertões*. A guerra de Canudos seria um conflito comparável à Guerra do Contestado, que ficou sem uma saga do gabarito de *Os Sertões* e que por isso não faz parte integral do imaginário dos brasileiros.

Não são os fatos e nem mesmo muitas das reflexões que fazem a singularidade do livro de Euclides, mas sim seu arranjo, sua composição, sua força evocadora e presentificadora, a plasticidade, pictorialidade e teatralidade do seu estilo, e a presença da personalidade do narrador-autor em cada detalhe do

texto, que faz do leitor aquilo que ele mesmo é: um observador participante, emocionado e revoltado. Em Euclides, o estilo realmente é o homem. Por que será que quase todos aqueles outros depoimentos sobre Canudos, muitos de grande valor documental e intelectual, são conhecidos só por especialistas? Simplesmente porque não têm qualidades poéticas e retóricas capazes de expressar fatos, ideias e emoções de modo tão impactante, profundo, permanente. Confirmo inteiramente o que os palestrantes de hoje de manhã falaram nesse sentido.

Por outro lado, tampouco se pode dizer que *Os Sertões* fosse antes de mais nada uma obra de arte, e que a parte informativa e referencial não importasse tanto, podendo ser colocada no segundo plano pelo tradutor. Para esclarecer essa questão, façamos o seguinte experimento virtual: imaginemos que nós teríamos esse livro grandioso que é *Os Sertões*, mas que a Guerra de Canudos nunca teria acontecido, ou seja, que o livro seria puro romance, pura ficção. O impacto seria bem menor, pois este não se deve só à arte compositória, narrativa e estilística do autor, mas também à sua relação com a realidade extraliterária. Quando a gente sabe que um livro, um filme, uma música, remete a fatos reais, a nossa atenção é muito maior, muito mais emotiva, muito mais profunda. No caso de *Os Sertões*, essa referência tem um caráter revelador sobre a História do Brasil, o gênero humano, a dialética da Civilização. O fato de o texto não ser apenas autorreferente, mas também, e em alto grau, referente a uma realidade extraliterária faz parte da própria qualidade literária do texto.

Portanto, para voltar à pergunta sobre aquilo que se deve traduzir – o conteúdo referencial ou a linguagem? – só pode haver uma resposta: as duas coisas, as duas propriedades da obra. Sem a tentativa de reconfigurar os recursos expressivos, poéticos, retóricos, qualquer tradução seria uma mera paráfrase, não seria uma tradução, seria uma traição perante os leitores estrangeiros. textual é uma qualidade do próprio texto. Por todas essas razões, procurei oferecer aos leitores e às leitoras de língua alemã uma tradução em que transparecesse o original tanto em suas qualidades poéticas como também em suas qualidades referenciais, reflexivas, apelativas e emocionais.

Para ajudar o público a fazer uma leitura contextualizadora e aprofundada incluí quase 100 páginas de paratextos: notas finais, glossário, mapas, posfácio, e na última edição, de 2013, também algumas fotos de Flávio de Barros. Assim, *Krieg im Sertão* reúne praticamente dois livros, a tradução propriamente dita, e um extenso comentário.

A crítica literária honrou essa tentativa de reconfiguração tanto da linguagem como da mensagem de Euclides, e o público também, reconhecendo imediatamente o alcance transcultural do clássico brasileiro. Até agora saíram três edições, duas de capa dura e uma como livro de bolso. A publicação de *Krieg im Sertão* foi um dos lançamentos centrais na Feira do Livro de Frankfurt, em outubro de 1994, que teve o Brasil como convidado especial. “A tradução de *Os Sertões* não foi somente um marco na recepção da literatura brasileira dentro do campo literário alemão ou para o mercado editorial, senão para o seu tradutor e para todo o programa da editora Suhrkamp, [...] um feito ímpar na mediação da literatura brasileira assim como da literatura latino-americana,” resumiu o crítico literário Douglas Pompeu. Em janeiro de 1995, na “Bestenliste” – lista mensal dos melhores livros recém-publicados em língua alemã, pesquisa organizada pela emissora de rádio e televisão SWR (Stuttgart) entre 35 críticos alemães, suíços e austríacos – a tradução alemã de *Os Sertões* saiu em 3º lugar, num mercado editorial que conta com 70 mil novos livros todo ano, dos quais dez mil de ficção.

O crítico e professor da USP Marcus Mazzari se mostrou impressionado com o impacto de *Krieg im Sertão*, registrando inclusive as referências para guerras contemporâneas na Europa dos anos 1990, analogias que hoje em dia ganham nova atualidade diante da guerra da Rússia contra a Ucrânia; eu cito trechos do seu comentário:

Entre as obras da literatura brasileira traduzidas para o alemão, talvez tenha sido esta a que obteve maior ressonância, o que se pode verificar pelas resenhas, sempre elogiosas, que saíram em vários dos mais importantes jornais e revistas do país: um extenso comentário sobre *Os*

Sertões abre o “panorama da literatura brasileira” de Hugo Loetscher, publicado numa edição especial da revista *Der Spiegel* (outubro 94) dedicada à Feira Internacional do Livro de Frankfurt, que teve o Brasil como país homenageado. Em periódicos como *Die Zeit*, *Frankfurter Rundschau*, *Süddeutsche Zeitung*, *Freitag*, Euclides foi saudado, em longas e entusiásticas resenhas, como um *Heródoto do sertão*, um épico de *dimensões homéricas*. [...] [Também] há razões para suspeitar que a sua recepção na Alemanha se deva a uma inquietante atualidade do clássico euclidiano. Essa atualidade não residiria apenas na crítica, generalizável, da dialética da civilização, O ato de barbárie reconstituído por Euclides pode ser concebido sob o estigma de *expurgo étnico* que, como sabemos, assumiu formas extremas na Alemanha nacional-socialista. Além disso, *Krieg im Sertão* apareceu num momento em que recrudesciam, em pleno continente europeu, as atrocidades da guerra civil iugoslava, alcançando na Bósnia a configuração de *homizão* generalizado que Euclides desvenda na campanha de Canudos. Esta recente irrupção de *animalidade primitiva*, para usar outra expressão de Euclides, não terá deixado de influenciar a recepção d’*Os Sertões* na Alemanha. Nessa mesma linha de argumentação Ekkehard Krippendorff, em resenha mais recente sobre a nossa “epopéia política de dimensões homéricas” (outubro de 95) vislumbra, num capítulo do livro, “a lógica e a dinâmica da ‘reconquista’ da Tchetchênia pelo estado russo”.

O escritor austríaco – e ex-professor de literatura alemã na USP – Robert Menasse disse em uma palestra de 1995, entre outras coisas:

A expedição descrita por Euclides torna-se assim uma expedição até aos limites das possibilidades da literatura – e assim um imenso desafio a todo tradutor. O tom polifônico deste romance, composto principalmente de elementos contraditórios, como também de *pathos* clássico, tratado científico, informação militar, citações ironizadas, linguagem coloquial, é tão bem equilibrado por uma distância narrativa sempre atuante que disto resulta novamente um todo. [...] A decisão de Berthold Zilly de responder sutilmente os tipos de textos do original, foi, nesse sentido, uma decisão feliz. [...] Justamente por isso ele conseguiu em alemão o afamado equilíbrio de Euclides entre exatidão objetiva e tom poético-suplicante e – isto não pode ser suficientemente realçado – tornou-o compreensível e inteligível. [...] Berthold Zilly traduziu não apenas um romance de Euclides da Cunha para o alemão, ele transpor-

tou para o alemão também e sobretudo uma grande pretensão de Euclides da Cunha, a saber, ser poliglota e cosmopolita no interior de uma língua. Assim, a tradução de Berthold Zilly de *Os Sertões* não é apenas uma sorte para todo leitor alemão, mas também para todo autor que escreve em língua alemã, e que queira se formar através de uma grande obra, e sobretudo queira se educar dentro das possibilidades de sua língua, tanto para ser um aventureiro como para ser um cosmopolita esteticamente sensível.

Um dos maiores críticos alemães, Dieter E. Zimmer, infelizmente falecido, dedicou a *Krieg im Sertão*, no semanário *Die Zeit*, um ensaio monumental, cujo título anuncia a grandeza singular do livro e da admiração que desperta: “Condenado à vida. Uma visão sombria, um poema, um documento grandioso da história do tempo e do homem no Brasil: a epopeia *Krieg im Sertão* de Euclides da Cunha.” Deixem-me, para concluir, citar alguns trechos:

Um jovem literato – que passou a sua vida nos litorais europeizados de um país gigantesco, ainda não dimensionado e ainda desconhecido a si mesmo – volta e meia se encontra, na sua imaginação ávida de conhecimentos, nos fundões do país, onde a vida é impensavelmente dura e áspera e estranha. Quando um dia surge para ele a ocasião de viajar de verdade para esse coração das trevas, ele só topa naquilo que já conhece bem através das suas andanças mentais. É tão fascinante e terrível quanto ele havia afigurado. De volta ao mundo civilizado, ele se retira escrevendo um poema sobre aquela terra selvagem no interior do país e de si mesmo. Esse caráter duplo do livro – por um lado como historiografia entendedora e apeladora e por outro lado como poesia encantadora – confere à obra monumental euclidiana, *Os Sertões*, em alemão *Krieg im Sertão*, o seu poder até hoje em dia. [...] Pois *Os Sertões* é mais do que o panfleto revoltado de uma testemunha ocular. É mais do que um devido ato da historiografia. É mais do que um enciclopédico tratado do país e do homem. Sem ser menos do que tudo isso e sem perder nada da sua fiabilidade, é uma visão sombria, um poema.

Bibliografia

BARTELT, Dawid Danilo. *Sertão, República e Nação*. Trad. Abi-Sâmara, Raquel; Kretschmer, Johannes. São Paulo: Edusp, 2009.

FURLAN, Mauri. “Os Sertões de Euclides da Cunha em Alemão. Prêmio Wieland de tradução 1995”. In: *Cadernos de Tradução*, v. 1, n. 1, (1996) Florianópolis, UFSC, p. 350.

MAZZARI, Marcus V., “Os Sertões na Alemanha”. In: *Estudos Avançados* 10 (26), 1996, p. 331-343. <https://core.ac.uk/download/pdf/268332183.pdf>.

MENASSE, Robert. “Louvor a Berthold Zilly”. In: *Cadernos de Tradução* (1996), p. 351-354, Tradução de Mauri Furlan. file:///C:/Users/T530/Downloads/5103-Texto%20do%20Artigo-16208-1-10-20080719%20(2).PDF.

POMPEU, Douglas. *Uma ilha brasileira no campo literário alemão: Dinâmicas de circulação literária pela editora Suhrkamp e a recepção da literatura do Brasil (1970-1990)*. Bielefeld: Transcript 2022. <https://refubium.fu-berlin.de/handle/fub188/37174>.

ZILLY, Berthold. “Euclides da Cunha na Alemanha” [posfácio da edição alemã de *Os Sertões*, traduzido por Marcus Mazzari]. In: *Estudos Avançados* 10 (26), 1996, p. 329-350. <https://core.ac.uk/download/pdf/268332183.pdf>.

ZILLY, Berthold. “Discurso de agradecimento”. Trad. Mauri Furlan. In: *Cadernos de Tradução*, (1996), p. 355-363. file:///C:/Users/T530/Downloads/5103-Texto%20do%20Artigo-16208-1-10-20080719%20(2).PDF

ZILLY, Berthold. “A Guerra como painel e espetáculo. A História presentificada em Os Sertões de Euclides de Cunha.” In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 14, n. 26/27, Jan./dez. 1997, p. 46-79. file:///C:/Users/T530/Downloads/2037-262-PB%20(1).pdf

ZILLY, Berthold. “Canudos telegrafado. A guerra do fim do mundo como evento de mídia na Europa de 1897.” *Ibero-Amerikanisches Archiv*. Neue Folge, Vol. 26, No. 1/2 (2000), pp. 59-96. <https://www.jstor.org/stable/i40134777>

ZILLY, Berthold. “Entrevista com Berthold Zilly”. Entrevista concedida a Maria Teresa Machado, Paula Arbex e Irene Hirsch em 11 de setembro de 1997. In: *Cadernos de Literatura em Tradução*, nº1, USP, 1997, p. 111-126. file:///C:/Users/T530/Downloads/49296-Texto%20do%20artigo-60540-1-10-20130108%20(1).pdf.

ZILLY, Berthold. “Um depoimento brasileiro para a História Universal – traduzibilidade e atualidade de Euclides da Cunha”. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, 9, outubro 1997: p. 5-15. <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/nove/zilly9.htm>.

[Teatro Oficina em Ruhrfestspiele Recklinghausen 2004:] <https://www.dw.com/pt-br/mina-alem%C3%A3-serve-de-palco-a-z%C3%A9-celso-e-os-sert%C3%B5es/a-1206708>.

[Teatro Oficina em Volksbühne Berlin 2005:] <https://teatroficina.tumblr.com/image/150828504343>.

Recebido em 20 de novembro de 2022.

Aceito em 15 de dezembro de 2022.

MILITARISMO E PACIFISMO EM EUCLIDES DA CUNHA: O CASO CANUDOS

Leopoldo M. Bernucci

Resumo: O presente ensaio discute duas noções inerentes ao pensamento de Euclides da Cunha: militarismo e pacifismo. Com base na biografia e declarações epistolares do escritor brasileiro, busca-se um modo de compreender o seu posicionamento quanto aos conflitos bélicos em geral e, mais particularmente, à guerra de Canudos. A nossa intenção, ao estabelecermos tal discussão, foi advertir possíveis intérpretes da Guerra de Canudos sobre o risco de, apressada ou imprudentemente, se concluir que Euclides abraçava o militarismo de forma cega ou definitiva. Esperamos que através de nossa análise – elencando certas figuras pacifistas dos séculos XIX e XX e, principalmente, com o apoio dos argutos comentários de José Ortega Gasset sobre as ideias de Max Scheler sobre a guerra – poder-se-á entender melhor a trajetória que percorreu o autor de *Os sertões*, o qual, por um lado, adere-se à ideologia do Exército num primeiro momento de sua vida adulta e, por outro, logo mais tarde renuncia-a para abraçar a das soluções pacíficas ou diplomáticas entre as nações.

Palavras-chave: Conflitos bélicos. Guerra de Canudos. Militaristas. Pacifistas. José Ortega y Gasset. Max Scheler. Euclides da Cunha.

Abstract: This essay discusses two notions inherent to Euclides da Cunha's thought: militarism and pacifism. Based on the biography and epistolary statements of the Brazilian writer, I seek a way to understand his position regarding military conflicts in general and, more particularly, the war in Canudos. My intention, in establishing such a discussion, was to warn possible interpreters of the War of Canudos about the risk of, hurriedly or recklessly, concluding that Euclides embraced militarism blindly or definitively. I hope that through our analysis and by listing certain pacifist figures of the 19th and 20th centuries and, mainly, with the support of José Ortega Gasset's acute comments on Max Scheler's ideas about war – it will be possible to better understand the trajectory which the author of *Os sertões* traveled, who, on the one hand, adheres to the ideology of the Army in an early moment of his adult life and, on the other, soon renounces it to embrace peaceful or diplomatic solutions between nations.

Keywords: War conflicts. War of Canudos. Militarists. Pacifists. José Ortega y Gasset. Max Scheler. Euclides da Cunha.

Simpatizante do exército na sua tenra mocidade, mais por falta de opção que por força de vontade, embora admirando o que a cultura militar pudesse oferecer quanto à ordem, hierarquia, tradição e ao poder, Euclides da Cunha nunca chegou a abraçar o Exército de forma cega e leal. Esteve ligado a essa instituição por quase uma década, de 1886 a 1896, e em seu caso a ligação não significou, como no de outros colegas, oportunismo, nem arrivismo ou perda de sua independência intelectual, fatores que poderiam tê-lo convertido em um mero instrumento das casernas. Como era do seu feitio, chegado o momento de aplicar o seu impecável juízo moral e político a um assunto, tomava ele distâncias e criticava duramente os excessos ou abusos das instituições governamentais, sendo que a das forças armadas não foi a exceção. Por isso, recebeu dela duas repreensões que lhe marcaram a vida: a expulsão temporária do exército em 1888, quando ainda era um jovem rebelde, e o seu afastamento em 1894, por ordem de Floriano Peixoto, para um regime de “exílio” em Campanha, MG. Foi ainda duramente criticado por alguns militares que o atacaram de forma aberta, principalmente, depois da publicação de *Os sertões*, embora ele tivesse passado boa parte de sua vida pública fazendo o possível para não ser mais um deles, mas tampouco parecer que estava contra eles. Este difícil posicionamento, construído sobre as bases de um enorme esforço intelectual e ético, pode ajudar-nos a entender o paradoxo que o perseguia durante a Guerra de Canudos: a colaboração com o Exército era ao mesmo tempo necessária e impossível.

Estou plenamente consciente de que o tema que pretendo tratar nestas poucas páginas é vasto e profundo. Portanto, a minha intenção não é simplesmente esgotá-lo hoje, nem muito menos dar provas de soluções finais para uma cabal compreensão do que significam estes dois *ismos*: militarismo e pacifismo. Sem mais preâmbulo, iniciemos então a nossa reflexão sobre o assunto, propondo, em primeiro lugar, as seguintes indagações:

1. Como em nome do progresso e da civilização a guerra pode ser produtiva?
2. De que maneira uma guerra pode transformar aquela pessoa, que não esteja nela diretamente envolvida, mudando sua identidade e sua maneira de pensar?

3. É possível reconciliar as contradições de um observador, cujas ideais derivam de sua própria experiência como testemunha ocular da guerra e, ao mesmo tempo, a sua aderência à ideologia do Estado que promove esta mesma guerra?

No decorrer deste ensaio tentarei responder a estas três perguntas e colocar outras para serem igualmente pensadas. Creio que o momento em que estamos vivendo, além de ser propício para a presente discussão, exige de nós mais que um posicionamento ideológico; pede também uma postura moral frente a essa guerra brutal e insana que se dá atualmente, desferida pela impiedosa Rússia contra a Ucrânia.

Minhas observações seriam intermináveis se eu tivesse que, a partir delas, tentar apreender o significado incontestavelmente complexo do problema da guerra em geral. No entanto, meu propósito se resume em deixar a descoberto apenas alguns de seus pontos principais. Não pretendo nem espalhar-me ao longo das observações que farei sobre as múltiplas e possíveis causas e consequências de uma guerra, já que isto iria além das minhas possibilidades intelectuais e do limitado espaço que aqui temos; nem desejo esgotar o assunto, posto que do tema sobre as causas e consequências das guerras se ocuparam já grandes e eminentes figuras intelectuais, principalmente nos séculos XIX e XX, como Jean de Bloch, Max Scheler, Herbert George Wells, Gustave Le Bon, José Ortega y Gasset, Julien Benda, William James, Bertrand Russell e outros¹.

Se as discussões em torno dos avatares que a guerra pode provocar concentram-se, por óbvias e práticas razões, no período que acabo de mencionar, houve, no entanto, pensadores na Antiguidade, como Tácito, que já identificavam os seus efeitos desumanos: “sob o falso nome de Império, rouba-se,

¹ Ver Jean de Bloch, “The Wars of the Future”, *The Contemporary Review*, n.º. 80, set.1901, p. 305-332; Max Scheler, *Der Genius des Kriegs und der Deutsche Krieg*. Leipzig: Verlag der Weissen Bücher, 1915; George H. Wells, *The Wars of the World*. London: William Heinemann, 1898; Gustave le Bon, *Enseignements Psychologiques de la Guerre Européenne*. 10ª. ed. Paris: Ernest Flammarion, 1916; Ortega y Gasset, *Obras completas*, tomo II, El Espectador (1916-1941), Madrid: *Revista de Occidente*, 1963, p. 192-223; Julien Benda, *La Trahison des clercs*. Paris: Grasset, 1927; William James. “The Moral Equivalent of War”. Lecture 11. In *Memories and Studies*. New York: Longman Green and Co., 1911), p. 267-296; Bertrand Russell, *Justice in War-Time*. Manchester and London: The National Labor Press, Ltd., c.1916.

aniquila-se, usurpa-se; e onde se faz deserto [o território destruído], dá-se o nome de paz”². A cínica ironia da frase que Tácito emprega não poderia ser também mais perversa. Novamente, *quando um exército transforma o campo de batalha em deserto; ou seja, em ruínas, chamam-no de paz*. Tal ironia nos força a examinar a relação entre deserto e guerra tal como o faz o crítico uruguaio Javier Uriarte no seu livro *The Desertmakers: Travel, War, and the State in Latin America*,³ cujo título se inspira na conhecida frase de Euclides da Cunha (*fazedores de deserto*). Refletindo sobre esta relação, primeiramente, deve-se perguntar: O que significa realmente a *paz*? Com maior precisão: que métodos maquiavélicos são utilizados para alcançar a *paz* que Tácito menciona? Quais esforços precisa fazer um país para alcançar finalmente esta *paz*? A que custo? É legítimo este custo?

Tais interrogações e mais outras, sem dúvida, percorreram a mente de Euclides no período pré-, durante a, e pós-Guerra de Canudos. Mas vejamos como é traçada essa trajetória do pensamento do escritor, começando por entender onde e como suas ideias iniciais se fundam antes desse conflito armado, e daí analisar como através delas se justifica o emprego da força, já que no caso de Euclides está justificativa se ancora no seu repúdio a qualquer forma de fanatismo religioso e no seu forte apego ao ideal civilizatório. Em outras palavras, seria o seu modo de rejeitar, por um lado, tudo aquilo que exsudasse superstição ou religiosidade exacerbada; e por outro, de abraçar as ciências, que no seu entender eram responsáveis pelo progresso dos povos. Portanto, só se pode compreender que para Euclides os sertanejos “constituem o cerne de nossa nacionalidade”,⁴ se os retirarmos do universo das superstições e do fanatismo religioso.

² Publius Cornelius Tacitus, *Dialogus, Agricola, Germania*. Ed. por William Peterson e Maurice Hutton. London: William Heinmann/New York: The MacMillan Co., 1914, p. 221. Esta tradução e as demais ao longo deste ensaio são minhas.

³ Javier Uriarte, *The Desert Makers: Travel, War, and the State in Latin America*. New York: Routledge, 2020.

⁴ Euclides da Cunha, *Os sertões*. 6ª. ed. Edição, prefácio, cronologia, notas e índices de Leopoldo M. Bernucci. São Paulo: Ateliê, 2022; p. 302. Todas as citações de *Os sertões* no presente ensaio provém desta edição.

Está claro que, a ideia de “civilização” para o autor de *Contrastes e confrontos*, se bem que contaminada de europeísmo e da noção de progresso, carrega ainda uma carga semântica diferente da que normalmente se emprega; quando ele diz em *Os sertões*: “... a raça forte não destrói a fraca pelas armas, esmaga-a pela civilização”;⁵ ou ainda ao usar a expressão “civilização de empréstimo”;⁶ logicamente ele está dando a esse conceito um significado crítico que nos faz perceber o seu questionamento daquilo que se entedia por “civilização” naqueles tempos. Reynaldo Porchat, amigo íntimo do nosso autor, comentando a resenha do crítico Leopoldo de Freitas sobre *Os sertões* publicada no *Diário Popular* (SP) de 16/12/1902, resume em uma frase na sua correspondência a Euclides, as duas faces da sua formação acadêmica: “[o Freitas] Acha que és um Taine e ao mesmo tempo tens uma filosofia *Tolstoiana* no modo de entender a guerra”⁷. E a propósito dessa assertiva sobre Taine, convém relembrar o que Euclides nos deixou nas primeiras páginas de *Os sertões* sobre o historiador francês ao citá-lo, enfatizando o papel do narrador sincero:

ele se irrita contra as meias verdades que são as meias falsidades, contra os autores que não alteram nem uma data, nem uma genealogia, mas desnaturam os sentimentos e os costumes, que conservam o desenho dos acontecimentos mudando-lhes a cor, que copiam os fatos desfigurando a alma: quer sentir-se como bárbaro entre os bárbaros e, entre os antigos, como antigo”⁸.

Como Tolstói que lutou na guerra contra a Chechênia e a Crimeia, quando era jovem e pôde ver *in loco* os seus horrores e, apesar de ser também soldado, recriminou os meios violentos armados, assumindo, portanto, uma atitude de pacifista; como Tolstói que se destacou no mundo da literatura e da historiografia, “Euclides amava a verdade”, conforme escreve Olímpio de

⁵ *Idem*, p. 189.

⁶ *Idem*, p. 277.

⁷ Carta 16/12/1902 de Porchat p/ Euclides. Coleção Olyntho Sanmartin, Biblioteca Nacional, RJ.

⁸ E. da Cunha, *Os sertões*, p. 62-63.

Souza Andrade. Continua o crítico: “[só] poderiam afirmar que a [a verdade] contrariou se, com o seu relato, não se coadunassem os documentos que compulsou, as histórias todas que estamos conhecendo. O mais, as pitadas de imaginação que sem dúvida ele pôs aqui e ali nas suas páginas, não surgem nunca como deturpação” – e eu ainda acrescentaria *nunca deliberada* – “da realidade, porém, como complemento indispensável dela...”⁹.

Formado na Escola Militar do Rio de Janeiro, jovem ainda, com apenas 31 anos na época da guerra, Euclides absorvera ambos, o espírito patriótico e o republicano, de forma esperada e lógica também para todos aqueles de sua formação e geração. No seu *Diário* ou caderneta de campo, vemo-lo emitindo tais enunciados sobre a guerra nos seus primeiros apontamentos:

Em breve pisaremos o solo aonde a República vai dar com segurança o seu último embate aos que a perturbam¹⁰.

[...] o morteiro Canet, um belo espécimen de artilharia moderna¹¹.

A campanha em seu termo embora, assume uma feição racional, regulárrissima – de resultados positivos, que se traduzirão em próxima vitória ainda quando, o que não é provável, revivesse o inimigo com a primitiva pujança¹².

Se condensarmos essas três afirmativas teremos: um ex-militar, amante da nova República e admirador da moderna artilharia, e que ainda aposta, todavia com certas reservas também, na vitória das forças armadas. Contrária a essa visão um tanto lisonjeira do exército, virá logo o seu prematuro desencanto com a República, a qual ele tanto ansiou. É sintomática essa decepção com um regime de governo ditatorial, como o foi tanto o de Deodoro da Fonseca como o de Floriano Peixoto, registrada em sua confissão por carta de junho de 1903 a Lúcio de Mendonça:

⁹ Olímpio de Souza Andrade, *História e interpretação de “Os Sertões”*. São Paulo: Edart, 1960, p. 293.

¹⁰ Euclides da Cunha, *Canudos (Diário de uma Expedição)*. Introd. de Gilberto Freyre. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editores, 1939; p. 6.

¹¹ *Idem*, p. 5.

¹² E. da Cunha, *Os sertões*, p. 17.

Não se surpreenda com o desejo de conhecer tais pormenores, por parte de quem, (estudante militar e formando-se precisamente na época em que – em pleno poder – nos colocava acima de todos os homens deste país) devia-os conhecer perfeitamente. Explico: naquela quadra não calculei bem a situação; vi no homem [Floriano] apenas um dos muitos *soldats heureux* que entram estonteadamente na história. Além disto fui sempre um tímido; nunca perdi esse traço de filho da roça que me desequilibra intimamente ao tratar com quem quer que seja. Daí o ter perdido¹³.

Contudo, a verdadeira mudança do seu modo de pensar, afastando-o do militarismo, já havia começado mesmo antes de Euclides estar em Canudos. Basta uma rápida consulta a um dos dois artigos intitulados “A nossa vendêa”¹⁴, ambos publicados no mesmo jornal no ano da guerra, para constatar, entre outras ocorrências, aquela que em princípio louvava o heroísmo dos soldados e que, paulatinamente, depois, já em *Os sertões*, vai dando lugar ao heroísmo surpreendente dos sertanejos¹⁵. Outra ainda, a da opinião encomiástica, que ele inicialmente mantinha sobre a disciplina incoercível das tropas do exército e estratégia europeia de guerrear, seria substituída pelas críticas do seu fracasso nestes mesmos quesitos e no da morosidade das operações militares, contra-arrestando com os ganhos que os sertanejos acumulavam por adotarem uma tática rudimentar, porém eficaz e adequada ao meio-físico do campo da guerra¹⁶.

Já estando em Canudos, a visão negativa que Euclides tinha dessa guerra se converteria, sob outros aspectos, em crítica mordaz da deserção dos soldados¹⁷. Porém, algo curioso passa: ao mesmo tempo que se faz esta crítica aos soldados, Euclides lhes toma emprestado a voz de protesto, como um ventríloquo, para demonstrar a sua própria repulsa, lançando nas páginas do

¹³ Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia, Salvador, ano 27, n. 46, 1920, p. 155-157.

¹⁴ O Estado de S. Paulo, 17/7/1897.

¹⁵ E. da Cunha, *Os sertões*, p. 285, 357-358, 672.

¹⁶ *O Estado de S. Paulo*, “A nossa vendêa”, 17/7/1897.

¹⁷ E. da Cunha, *Canudos e inéditos*. Introd. e org. de Olímpio de Souza Andrade. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1967, p. 89.

seu *Diário*¹⁸ e depois nas de *Os sertões* o grito de revolta abafado na escritura hieroglífica daqueles “palimpsestos ultrajantes” que as tropas deixaram:

E em toda a parte – a partir de Contendas – em cada parede branca de qualquer vivenda mais apresentável, aparecendo rara entre os casebres de taipa, se abria uma página de protestos infernais. Cada ferido, ao passar, nelas deixava, a riscos de carvão, um reflexo das agruras que o alanceavam, liberrimamente, acobertando-se no anonimato comum. A mão de ferro do exército ali se espalmara, traçando em caracteres enormes o entrecho do drama; fotografando, exata, naquelas grandes placas, o fâcies tremendo da luta em inscrições lapidares, numa grafia bronca, onde se colhia em flagrante o sentir dos que o haviam gravado. Sem a preocupação da forma, sem fantasias enganadoras, aqueles cronistas rudes deixavam por ali, indelével, o esboço real do maior escândalo da nossa história – mas brutalmente, ferozmente, em pasquinadas incríveis – libelos brutos, em que se casavam pornografia revoltantes e desesperanças fundas, sem uma frase varonil e digna. A onda escura de rancores que rolava na estrada chofrava aqueles muros, entrava pelas casas dentro, afogava as paredes até ao teto... [...] E a empresa perdia repentinamente a feição heroica, sem brilho, sem altitude. Os narradores futuros tentariam em vão velá-la em descrições gloriosas. Teriam em cada página, indestrutíveis, aqueles palimpsestos ultrajantes¹⁹.

O filósofo e pensador espanhol José Ortega y Gasset, em comentário singular à primeira guerra mundial a propósito de uma resenha do livro de Max Scheler, *O gênio da guerra e a guerra alemã* (1915)²⁰, entre outras razões nos convida a aceitar a teoria de que uma guerra não se faz somente porque alguém ou um grupo minoritário no poder possa assim decidir sobre ela. Não, diz o filósofo, se a guerra ocorre é porque o povo como um todo é responsável também por ela e é justamente este povo que a habilita ou a endossa por não se

¹⁸ Idem, p. 91: “[...] nas paredes brancas sobre a brancura da cal, a traços de carvão, numa caligrafia hieroglífica, ostentava-se a *verve* áspera e característica dos soldados; todos os batalhões colaboraram na mesma página. Uma página demoníaca: períodos curtos, incisivos, assombrosos, arrepiadores, espetados em pontos de admiração maiores do que lanças...”.

¹⁹ E. da Cunha, *Os sertões*, p. 619-620.

²⁰ Traduzo aqui a obra já citada do autor: *Der Genius des Kriegs und der Deutsche Krieg*.

dar ao trabalho de meditar seriamente sobre as suas causas e efeitos. Vejamos esta noção em Euclides:

Porque – consideremos o fato sob o seu aspecto real – o que se está destruindo neste momento não é o arraial sinistro de Canudos: – é a nossa apatia enervante, a nossa indiferença mórbida pelo futuro, a nossa religiosidade indefinível difundida em superstições estranhas, a nossa compreensão estreita da pátria, mal esboçada na inconsistência de uma população espalhada em país vasto e mal conhecido; são os restos de uma sociedade velha de retardatários, tendo como capital a cidade de taipa dos *jagunços*...²¹

Scheler pensava, inicialmente, que era possível justificar a guerra, baseando-se no aspecto de sua *genialidade*, tal como ele a definiu. Genialidade porque ele entendia que a guerra era “um veículo para a realização de valores espirituais mais profundos” com o fim último de se preservar uma cultura²². Na sua defesa, ele estava pensando no caso da Alemanha que deveria defender-se diante da ameaça imperialista da Inglaterra e da Rússia. Declara ainda que “[...] o exercício da violência com seus resultados de massacres, etc., que é onde se detém preferentemente a interpretação naturalista da guerra, não forma o núcleo desta: é somente sua manifestação, medida e sinal das energias da vontade que entram em conflito”²³. Continua o pensador alemão:

Na guerra se luta por algo superior à existência: é a luta pelo poder e por tudo aquilo que deste poder depende e com ele coincide – a *liberdade política*. Por isto, não são guerras aquelas ações de extermínio levadas a cabo contra os indígenas e os negros. Estas, sim, são com efeito, *caça* de uma espécie a outra. A verdadeira guerra não busca o aniquilamento de agrupações humanas naturais, e sim um novo reparte do poder espiritual coletivo sobre as unidades naturais²⁴.

²¹ E. da Cunha, *Canudos e inéditos*, p. 70.

²² Zachary Davis, “The Values of War and Peace: Max Scheler’s Political Transformations”, *Symposium*, vol. 16, nº. 2, outono de 2012, p. 141.

²³ Ortega y Gasset, p. 195.

²⁴ *Idem*, p. 195.

Euclides atinou muito bem com essa maneira de pensar de Scheler ao reconhecer que o que se deu em Canudos foi uma verdadeira caça por um exército mal preparado e genocida. Todavia, para ironizar estes aspectos negativos de tal perseguição, cria uma metáfora cinegética de sentido inverso, quando n'Os sertões declara que agora: “a caça [o sertanejo] caçava o caçador [o soldado]”²⁵.

Ortega y Gasset reelabora essas ideias de Scheler buscando compreender que “a guerra terá uma origem vital, mas certamente oposta à que se supõe reger a existência animal. Não é a fome, mas todo o contrário, a abundância, a sobra de energias, o que suscita a guerra”²⁶. No nosso caso brasileiro, a Guerra de Canudos veio para reafirmar o que o Estado quis ser, mas nunca pôde ser, depois do Segundo Reinado: um Estado consolidado e forte. Daí que que “essa energia do Estado [republicano] só pôde manifestar-se na guerra”²⁷. De modo que os períodos de paz, conclui Scheler de maneira paradoxal, tornam-se possíveis graças aos períodos de guerra. *Qui desiderat pacem, praeparet bellum* (Quem quiser paz, que se prepare para a guerra) disse certa vez o historiador romano Flávio Vegécio,²⁸ e, anos depois do conflito armado em Canudos, seria justamente este o lema do Barão do Rio Branco para justificar a expansão da esquadra e o melhor aparelhamento do exército brasileiro durante as tensões diplomáticas entre a Argentina e o Brasil em 1908. Nestas como sabemos, terminou involucrado Euclides, chegando a ponto de ser comparado a Dreyfus, naquilo que ficou sendo conhecido como o “embrulho argentino”²⁹.

O pensador espanhol está convencido de que é “impossível de forma racional substituir a guerra por litígios jurídicos que se dirimam, segundo as normas do direito objetivo”³⁰. Assim, “a guerra transcende a ordem jurídica,

²⁵ E. da Cunha, *Os sertões*, p. 582.

²⁶ Ortega y Gasset, p. 195.

²⁷ *Idem*, p. 219.

²⁸ “*Epitoma Rei Militaris* [Book 3]”

²⁹ Marleine Paula M. e F. de Toledo, *Relações internacionais em Euclides da Cunha*. São Paulo: Nankin/Inst. Cultural, 2012, p. 184.

³⁰ Ortega y Gasset, p. 195-196.

ao contrário de um pleito³¹. E a conclusão a que podemos chegar é a da sua insanidade, da sua irracionalidade como sugeri no início desta exposição.

O ponto de inflexão da consciência euclidiana com respeito à sua visão prática e já não teórica sobre a guerra, como já vimos, dá-se justamente de modo patente ao despertar esta mesma consciência para os efeitos desumanos e criminosos observados por ele em Canudos. Será essa mesma perspectiva grotesca e imoral da guerra que anos mais tarde, no contexto de um conflito armado eminente, que por sorte não ocorreu, entre Peru e Brasil no início do século XX, o fará afirmar que a guerra “[n]ão é Marte, é Saturno”³². Selar esta imagem mitológica da devoração ou extinção dos próprios filhos pelo pai, como fez Hesíodo ao narrar a lenda desse deus-titã, interessa a Euclides na medida em que o escritor fluminense nos alerta que a guerra como tal, ademais da sua interpretação direta como *infanticídio*, no caso do mito, significa também um *fratricídio*. A guerra de Canudos não poderia ter tido melhor imagem: de forma absurda os filhos da Pátria (e, como sabemos, *pátria*, do latim *pater* quer dizer *pai*) são destruídos por este mesmo pai ou essa mesma pátria durante uma verdadeira guerra civil como o Brasil nunca tinha visto antes deste conflito. E vejamos ainda mais o conceito euclidiano de *pátria* para os soldados:

Viam-se em terra estranha. Outros hábitos. Outros quadros. Outra gente. Outra língua mesmo, articulada em gíria original e pinturesca. Invadiam os o sentimento exato de seguirem para uma guerra externa. Sentiam-se fora do Brasil. A separação social completa dilatava a distância geográfica; criava a sensação nostálgica de longo afastamento da pátria³³.

Visto, então, o fenômeno pelas lentes dos expedicionários, resta perguntar: realmente, estariam eles no mesmo país que seus inimigos? Nada como estar na região, como observador arguto que Euclides incontestavel-

³¹ *Idem*, 196.

³² E. da Cunha, “Contra os caucheiros”. In: *Contrastes e confrontos*, Porto: Empresa Litteraria e Typographica – Editora, 1907, p. 144.

³³ E. da Cunha, *Os sertões*, p. 677.

mente foi, para perceber também sob outra ordem fenomenológica agora, a da flora dos sertões, o choque entre a teoria e a prática. É essa outra confissão de Euclides sobre a diversidade das plantas que formam as caatingas a que traduz também a sua mudança de perspectiva quanto à guerra, aproximando-o assim do pacifismo:

Um quadro absolutamente novo; uma flora inteiramente estranha e impressionadora capaz de assombrar ao mais experimentado botânico. De um [Humboldt], sei eu, que ante ela faria prodígios. Eu, porém, perdi-me logo, perdi-me desastrosamente no meio da multiplicidade das espécies e atravessando, supliciado como Tântalo, o dédalo das veredas estreitas, ignorante deslumbrado – nunca lamentei tanto a ausência de uma educação prática e sólida e nunca reconheci tanto a inutilidade das maravilhas teóricas com as quais nos iludimos nos tempos acadêmicos³⁴.

Este despertar de consciência para a dimensão empírica da vida tinha já se dado há mais de dois anos como demonstra o trecho de sua correspondência ao velho amigo João Luiz de Campanha, MG. Nessa carta de 26/ 9/ 95, Euclides escreve:

Por aí já vêes que a minha atividade intelectual agora converge toda para os livros práticos – deixando provisoriamente de lado os filósofos, o Comte, o Spencer, o Huxley, etc. – magníficos amigos, por certo, mas que afinal não nos ajudam eficazmente a atravessar esta vida cheia de tropeços e dominada quase exclusivamente pelo mais ferrenho empirismo³⁵.

Tendo em conta todas essas considerações até agora apresentadas, chegou o momento de se perguntar se seria utópica a noção de pacifismo. Para começar, como seres humanos estaríamos nós condenados à violência já que, como se demonstrou, para que haja paz é necessário também que haja guerra? E o que dizer desse outro conceito que predominou durante boa parte da nossa

³⁴ E. da Cunha, *Canudos e inéditos* (Queimada, 1º. de setembro de 1897), p. 91.

³⁵ Walnice Nogueira Galvão e Oswaldo Galotti. *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: Edusp, 1997, p. 84-85.

história colonial – a *guerra justa*? Conceito que justificava a defesa das tropas espanholas e portuguesas na América, empregado nos debates jurídicos sobre a luta armada contra nossos povos indígenas quando estes atacavam, em regime de defesa evidentemente, essas mesmas tropas. A propósito, pergunta-se Ortega y Gasset: “Que é justa uma guerra defensiva, ninguém poderá negar. Mas, está tão claro este conceito de defesa?” num contexto em que os povos que supostamente atacam “vivem no seu interior uma vida jurídica que a sensibilidade europeia considera bárbara?”³⁶.

No caso da Guerra de Canudos, essa provocação ou ofensiva, que geralmente se traduz como o estopim de qualquer conflito armado, foi aceso por qual das hostes? Pelas forças policiais ou mais tarde pelo exército? Ou pelos sertanejos armados que acompanhavam Antônio Conselheiro e que aparentemente já tinham se imbuído do espírito e das características concretas das milícias (por ex.: a Guarda Católica)? Estas perguntas, difíceis de serem respondidas, certamente pediriam aos nossos historiadores muitas horas de pesquisa e páginas e mais páginas de relatos sobre o início dessa guerra. É bom lembrar, como alguns dos nossos colegas que têm se debruçado sobre esse assunto, que o tema é intrincado pois envolve também a história do cangaço no Nordeste, a relação entre latifundiários e camponeses, e, o papel ambivalente da Igreja Católica no lidar com questão tão delicada e de extrema importância para a preservação da paz no sertão.

Scheler ainda nos recorda que “se assistisse a razão aos que desde essas instâncias a [a guerra] repelem formalmente, seja partindo da ideia de justiça, seja do mandamento do amor, por débil e imperceptível que fosse sua voz, por ineficaz que resultasse diante das forças que em toda guerra fazem sua renovada aparição, a guerra estaria condenada. Estaria condenada”, acrescenta o filósofo alemão, “mesmo quando ela fosse a única garantia do perfeccionismo biológico da humanidade; estaria ainda condenada quando víssemos nela o poder criador da cultura mais forte de todos os históricos”³⁷.

³⁶ Ortega y Gasset, p. 207-208.

³⁷ *Idem*, p. 201.

Para Scheler, num primeiro momento, conceitos como desenvolvimento e crescimento lhe servem para afirmar que nestes estão as verdadeiras raízes da guerra: “As guerras não são dirigidas contra indivíduos, mas contra Estados. [...] O seu fim principal é desarmar o Estado inimigo ou de seu governo, não a matança de homens. [...] Isto bastaria para diferenciar completamente a guerra do assassinato”³⁸. Segundo o pensador alemão, a Morte num conflito bélico é cavalheiresca, ao passo que num assassinato é um ato vulgar³⁹. Está claro que, no contexto bélico, a noção da Vida que se autosacrifica para depois surgir novamente renovada está na base do espírito daquela Alemanha que lamentavelmente iria desembocar no Nazismo. Mas, felizmente, como muitos alemães, Scheler, suspeitoso, começou a questionar a guerra e a demonstrar sua repulsa com respeito a ela.

Chegamos agora a um ponto fundamental sobre a guerra como um fato a ser aceito e o suposto direito de guerrear. Tal questão, nos diz Ortega y Gasset, não tem sido abordada suficientemente ainda pelos estudiosos. Infelizmente, este assunto “[s]omente tem encontrado políticos, de um lado ou de outro, que têm contribuído a embaçá-la ainda mais”⁴⁰.

Ao contrário do filósofo espanhol, Euclides da Cunha não chegou a contemplar a contraposição entre *guerra* e *direito*, se bem que o escritor fluminense tampouco deixou de pensar que a *barbárie* da guerra não deve cegar-nos para a *justiça* da guerra⁴¹. Vejamos o porquê dessa aderência a tal ideia. “Quando o Estado vence com o *Mauser* um motim ou uma sublevação, a pessoa mais sensível lamenta o fato, mas não porque este a repugna. Por que é assim?” se pergunta Ortega y Gasset⁴². E responde ele que se trata de “uma violência *justificada*”. “O não sentir repulsa, procede da clareza racional, cultural, da norma jurídica que invoca”⁴³. Enquanto nós seres humanos “não estatuirmos um

³⁸ *Idem*, p. 201.

³⁹ *Idem*, p. 202.

⁴⁰ *Idem*, p. 206.

⁴¹ *Idem*, p. 210.

⁴² *Idem*, p. 211.

⁴³ *Idem*, p. 211.

claro e bem fundado sistema do direito à guerra”,⁴⁴ “todo [e qualquer] esforço pacifista será estéril”⁴⁵. Já podemos notar como o argumento em torno de conflitos bélicos pode transitar entre a esfera jurídica e a esfera moral. Justamente, é nesta última em que se insere Euclides para demonstrar sua repugnância concernente a este tipo de luta bélico. Esta repulsa, diga-se de passagem, vai crescendo à medida que o nosso autor reflete cada vez mais sobre tais questões ao longo de sua curta vida.

Entretanto, novamente, já cedo se constata em Euclides a sua objeção taxativa ao emprego da força e das armas sugerido pelo senador cearense João Cordeiro a propósito da tentativa de alguns opositores do regime de dinamitar a redação do jornal florianista *O Tempo*. Euclides combate veementemente a sugestão de represália de Cordeiro de fuzilar sumariamente os responsáveis pelo atentado ou dinamitar as prisões onde estes se encontravam, localizadas na Ilha da Cobras. É assim como o nosso autor defende o Estado democrático, com argumentos jurídicos, ou seja, a aplicação da lei e não da força bruta em uma de suas duas cartas publicada na *Gazeta de Notícias* (RJ) do dia 20/2/1894⁴⁶:

Não sei que modalidades deva assumir a minha linguagem para fazer compreender aos que comigo lutam pela mesma causa, com sentimentos diversos, que também condeno inexoravelmente a turbamulta perigosa que irrompe atualmente do seio de todas as sociedades, planejando o mais condenável ataque a todo o capital humano e tentando macular, cobrir com uma fumaçada de incêndio o vasto deslumbramento do nosso século. Por isto mesmo que os condeno, é que entendo que eles devem cair esmagados pela reação de todas as classes; mas por isto mesmo que odeio os seus meios de ação, repilo-os, entendendo que a reação pode perfeitamente, com maior intensidade, defluir da serenidade vingadora das leis.

É necessário que tenhamos a postura corretíssima dos fortes. Não é in-

⁴⁴ *Idem*, p. 211.

⁴⁵ *Idem*, p. 212.

⁴⁶ Ver Frederic Amory, *Euclides da Cunha: Uma Odisseia nos Trópicos*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009, p. 82. A outra carta é do dia 18/2/1894.

vadindo prisões que se castigam criminosos. Nada mais falível e relativo do que esta justiça humana, condecorada pela metafísica com o qualificativo de absoluta. [...] Além disto, se existem a caso dinamitistas nas prisões, que necessidade temos nós, que somos fortes, de descermos até onde eles desceram, utilizando-nos das mesmas armas?

Este tipo de *j'accuse* na escritura de *Os sertões* é fartamente conhecido, mas vale a pena relembrar a forma como Euclides expressa sua frontal repulsa pelos motivos e métodos da guerra:

‘Tínhamos valentes que ansiavam por essas covardias repugnantes, tácita e explicitamente sancionadas pelos chefes militares. Apesar de três séculos de atraso os sertanejos não lhes levavam a palma no estadear idênticas barbaridades’⁴⁷.

‘A degolação era, por isto, infinitamente mais prática, dizia-se nuamente. Aquilo não era uma campanha, era uma charqueada. Não era a ação severa das leis, era a vingança. Dente por dente’⁴⁸.

Como vimos anteriormente, cativado por um certo orgulho cultural dos tempos da Escola Militar, revestido de um patriotismo ainda pululante, Euclides abandona o seu entusiasmo pela guerra ao encará-la de forma dramática, e deve-se frisar, da perspectiva moral. No plano racional, ele, que a longo de toda sua vida admoestou atos de violência, tanto no círculo das convivências pessoais como no do exército, teria que ter chegado às conclusões a que chegou, inevitavelmente, para então dar-nos um testemunho de sua inexorável censura às agressões armadas por parte do exército em Canudos. No plano irracional, a sua opção de acatar um modo violento para resolver um problema familiar que lamentavelmente terminou com sua vida, responderia somente a esse estado mental, tão contrário ao primeiro, definido este, por um equilíbrio de ideias lógicas e claras, totalmente contrárias aos ímpetos ou impulsos da irracionalidade.

Sob o aspecto existencial de Euclides, o seu drama foi, em todo caso, esforçar-se para adequar o olhar científico lançado sobre a guerra e o ideal de civilização e progresso – tão caros ao escritor e a seus pares da época – à visão humana, solidária que vinha do seu coração de homem e artista sensível,

⁴⁷ E. da Cunha, *Os sertões*, p. 727.

⁴⁸ *Idem*, p. 734.

movido pelo descabro em que viviam aqueles seres ignorados pelos nossos governos cegos às populações interioranas do Brasil.

Será justamente com essa mirada clara e essa consciência lúcida que Euclides mais tarde, novamente, virá se defrontar com a noção de guerra, neste caso um conflito armado iminente ou prestes a eclodir entre peruanos e brasileiros no território amazônico por volta de 1905. Vejamos os seus comentários que fazem parte do ensaio “Contra os caucheiros”, publicado em *Contrastes e confrontos*:

A remessa de sucessivos batalhões para o Alto Purus – movimento de armas recordando um começo de guerra declarada – parece uma medida elementar de previdência.

É um erro. Não implica apenas o desfalecido das nossas finanças, nem se limita a projetar, de golpe, um brilho perturbador de baionetas no meio de um debate diplomático; vai além: prejudica de antemão a campanha provável e torna desde já precária a defesa das circunscrições administrativas criadas pelo Tratado de Petrópolis.

Estas afirmativas parecem paradoxais, e vão muito ao arrepio da corrente geral da opinião revoltadíssima contra esse Peru – tão fraco diante da nossa própria fraqueza. Mas são demonstráveis. Está passado o tempo em que a honra e a segurança das nacionalidades se entregavam, exclusivamente, ao rigor das tropas arregimentadas⁴⁹.

Não encontro melhor voz que a de Antonio Candido para auxiliá-nos na compreensão do extraordinário legado literário que nos deixou Euclides. Diz o saudoso mestre em um ensaio de *Vários escritos*: “Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da arte dramática”⁵⁰. Aqui devemos incluir também o gênero que melhor se adapta à produção literária do autor de *Os sertões*: o ensaio. “A literatura”, continua o crítico, “confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. Por isso é indispensável tanto a literatura sancio-

⁴⁹ E. da Cunha, *Contrastes e confrontos*, p. 141.

⁵⁰ Antonio Candido, “O direito à literatura”. In: *Vários escritos*. 5. ed., Rio de Janeiro: Outro Sobre Azul, 2014, p. 175.

nada quanto a literatura proscrita; a que os poderes sugerem e a que nasce dos movimentos de negação do estado de coisas predominante⁵¹.

Para concluir, é necessário repetir o já dito acima, isto é, que as observações feitas por nós até agora almejam apenas uma introdução a assunto tão abstruso como é o caso da luta armada. Nunca fui – e não é esta a ocasião em que deveria dissimular tal postura – um admirador sem reservas de Euclides da Cunha. Mas reconheço sempre nele – inclusive naqueles momentos em que me sinto mais distante da sua ideologia racial – um temperamento prodigiosamente dotado de energia mental e física para dar ao nosso país um impulso capaz de despertá-lo do obscuro remanso em que vivia grande parte do Brasil daquela época. Para concluir, então, nada mais justo do que retornarmos a *Os sertões*, buscando nesta grande obra, afinal, mais uma citação cujo conteúdo, acredito, condensa os pontos aqui levantados:

A história militar é toda feita de contrastes singulares. Além disto, a guerra é uma coisa monstruosa e ilógica em tudo. Na sua maneira atual é uma organização técnica superior. Mas inquinam-na todos os estigmas do banditismo original. Sobranceiras ao rigorismo da estratégia, aos preceitos da tática, à segurança dos aparelhos sinistros, a toda a altitude de uma arte sombria, que põe dentro da frieza de uma fórmula matemática o arrebentamento de um *shrapnel* e subordina a parábolas invioláveis o curso violento das balas, permanecem – intactas – todas as brutalidades do homem primitivo. E estas são, ainda, a *vis a tergo* dos combatentes⁵².

Recebido em 20 de novembro de 2022.

Aceito em 15 de dezembro de 2022.

⁵¹ *Idem*, p. 175.

⁵² E. da Cunha, *Os sertões*, p. 379-380.

O INTRINCADO JOGO DE REMEMORAÇÃO E ESQUECIMENTO NO DISCURSO DE EUCLIDES DA CUNHA SOBRE A CAMPANHA DE CANUDOS

Léa Costa Santana Dias

Resumo: Este ensaio pretende investigar como se processa o entrelaçamento entre rememoração e esquecimento no discurso de Euclides da Cunha sobre a Campanha de Canudos. A visibilidade do conflito na atualidade induz os leitores a acreditarem que o interesse pelo tema manteve-se inalterado desde o ano de 1897, quando as notícias sobre a guerra foram amplamente divulgadas no Brasil e em vários países do mundo. Porém, nos anos posteriores ao acontecimento, tornou-se tendência na imprensa o esforço para esquecer Canudos. *Os sertões*, lançado cinco anos após o término do conflito, também assume a inscrição de esquecimento. Na “Nota preliminar” ao livro, Euclides da Cunha se refere à Campanha de Canudos como um tema datado, sinalizando ao leitor que seria outro o tema norteador da obra. Porém, no próprio forjamento da escrita, à medida que se apresenta em substituição ao tema primeiro (a campanha nos sertões baianos), o tema segundo (uma discussão racial, completamente datada nos dias contemporâneos) protagoniza seu próprio esquecimento, e a intenção de esquecer o conflito de Canudos se converte numa outra forma de trazê-lo à lembrança. As noções de esquecimento e rememoração aparecem neste estudo conforme perspectiva de Paul Ricoeur, em *A memória, a história, o esquecimento*. Nesse contexto, também são utilizados como fundamentação teórica os ensaios “Luto e melancolia” e “Recordar, repetir e elaborar”, de Sigmund Freud. A concepção de discurso que orienta o ensaio transita entre as noções de “narrativas maiores” e “fundadores de discursividades” ou “instauradores de discursividade”, ambas de Michel Foucault, nos textos *A ordem do discurso* e *O que é um autor?*, respectivamente.

Palavras-chave: Euclides da Cunha. *Os sertões*. Campanha de Canudos. Esquecimento. Rememoração.

Abstract: This essay intends to investigate how the interweaving between remembering and forgetting is processed in Euclides da Cunha’s speech on the Canudos Campaign. The visibility of the conflict today leads readers to believe that interest in the topic has remained unchanged since 1897, when news about the war was widely disseminated in Brazil and in several countries around the world. However, in the years after the event, an effort to forget Canudos became a trend in the press. *Os sertões*, released five years after the end of the conflict, also assumes the inscription of oblivion. In the “Preliminary Note” to the book, Euclides da Cunha refers to the Canudos Campaign as a dated theme, signaling to the reader that the work’s guiding theme would be another. However, in the very forging of the writing, as it replaces the first theme (the campaign in the backlands of Bahia), the second theme (a racial discussion, completely dated in contemporary times) is the protagonist of its own oblivion, and the intention to forget the Canudos conflict

becomes another way of bringing him to mind. The notions of forgetting and remembering appear in this study according to the perspective of Paul Ricoeur, in *Memory, history, forgetting*. In this context, the essays “Mourning and melancholy” and “Remembering, repeating and elaborating”, by Sigmund Freud, are also used as a theoretical foundation. The conception of discourse that guides the essay transits between the notions of “greater narratives” and “founders of discursivities” or “instarators of discursivity”, both by Michel Foucault, in the texts *The Order of Discourse* and *What is an Author?*, respectively .

Keywords: Euclides da Cunha. Os sertões. Canudos Campaign. Forgetfulness. Remembrance.

Os sertões, de Euclides da Cunha, lançado em 02 de dezembro de 1902, parece uma dessas “narrativas maiores” que Michel Foucault, em aula inaugural pronunciada no Collège de France em 02 de dezembro de 1970, supõe haver em todas as sociedades. Maiores porque “se contam, se repetem e se fazem variar” (FOUCAULT, 2009a, p. 22). Afinal, de inquestionável potência seminal, o livro continuamente reaparece, com variações, contando de novo os eventos da Guerra de Canudos: seja através de recursos e artifícios teatrais, televisivos, cinematográficos, pictóricos, coreográficos ou musicais que o revisitam para a elaboração de novos discursos; seja através dos diversos romances europeus e latino-americanos que o rememoram; seja através dos discursos que o retomam com ressalvas, por vezes com avaliações denegatórias.

As “narrativas maiores”, segundo Foucault, são “[...] fórmulas, textos, conjuntos ritualizados de discursos que se narram, conforme circunstâncias bem determinadas; coisas ditas uma vez e que se conservam, porque nelas se imagina haver algo como um segredo ou uma riqueza”. Seriam os textos religiosos ou jurídicos e literários (*ibid.*, p. 22). Mesmo negadas – e também porque negadas, poderia ser acrescentado —, essas narrativas permanecem sendo contadas, repetidas e sujeitas a variações, já que o próprio ato de negar pressupõe contar de novo, repetir e transformar. Por existirem produções textuais com essas características é que, nas sociedades, ainda conforme o crítico francês, os discursos estariam desnivelados entre si, compondo dois grupos distintos. Num deles, estariam “os discursos que ‘se dizem’ no correr dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo que os pronunciou”. No outro,

estariam “os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, *são ditos*, permanecem ditos e estão ainda por dizer” (*ibid.*, p. 22, grifos do autor).

Sob essa perspectiva teórica, no último grupo poderia ser inserida a narrativa de *Os sertões*, já que às suas páginas sempre há a possibilidade de retorno. O próprio autor aparenta requerer para seu livro uma vocação seminal, quando se recusa a narrar eventos finais da Guerra de Canudos:

Não há relatar o que houve a 3 e a 4.

[...].

Fechemos este livro.

[...].

Forremo-nos à tarefa de descrever os seus últimos momentos [...]. Esta página [...] cerramo-la vacilante e sem brilhos (CUNHA, 2002a, p. 777-779).

Embora ausente de Canudos nos últimos momentos da guerra, não se pode afirmar sobre Euclides da Cunha que não relatou os acontecimentos dos dias 03 e 04 de outubro por não os ter presenciado, pois eventos posteriores a estas datas são narrados no livro, como é o caso da exumação do cadáver de Conselheiro, ocorrida em 06 de outubro, assim também como outros episódios anteriores à sua chegada, em 16 de setembro. Sendo assim, o silêncio não significa a falência da capacidade narrativa, mas o registro, na escrita, de que sobre a guerra sempre haveria algo a ser dito. Convocado a fechar o livro, o leitor parece inquirido a preencher a página “vacilante e sem brilhos” que o escritor optou por não escrever. O vazio da página funciona como um convite para rasurar as intenções autorais iniciais e dar continuidade à narrativa, outorgando-lhe múltiplas significações, assim como o fizera Euclides por meio das muitas visitas aos textos alheios, que aparecem reconfigurados em sua tradução discursiva sobre a Campanha de Canudos.

Textos com alta potência seminal, a exemplo da narrativa *Os sertões*, concedem uma posição privilegiada a seus autores, possibilitando-lhes, sob certos aspectos, sua inserção dentre os “fundadores de discursividades” aos quais se refere Michel Foucault, em “O que é um autor?”, datado de 1969.

Conforme o teórico, a função autor não é exercida da mesma maneira em todos os discursos. Na civilização ocidental, houve tempos em que os textos atualmente chamados de literários – contos, narrativas, epopeias, tragédias, comédias etc. – eram aceitos sem que sua autoria fosse considerada. O anonimato não constituía uma dificuldade para serem postos em circulação e valorizados. A antiguidade, real ou suposta, era a garantia suficiente para sua aceitabilidade. Em contrapartida, durante a Idade Média, os textos hoje chamados de científicos não eram aceitos como portadores do valor de verdade sem a marcação do nome do autor. Somente a partir dos séculos XVII e XVIII, começou-se a aceitar os discursos científicos pelo que apresentavam de “verdadeiro” ou “demonstrável”, sem a indicação de autoria. Nesse caso, apagou-se a função autor, e o nome do inventor passou a servir, no máximo, para denominar teoremas, proposições, efeitos notáveis, propriedades, corpos, conjuntos de elementos etc. Por outro lado, não mais se aceitou o anonimato nos discursos literários. A qualquer texto de poesia ou de ficção, passou-se a perguntar pelo nome do autor, pela data da escrita, pelas circunstâncias em que foi escrito, pelo projeto a que pertence. O sentido que se lhe atribui e o valor que nele se reconhece dependem da maneira pela qual essas questões são respondidas (FOUCAULT, 2009b, p. 48-49).

Entretanto, na ordem do discurso, é possível ser mais que o autor de uma teoria, uma tradição ou uma disciplina dentro das quais outros livros e autores poderão se posicionar. Esse papel foi desempenhado por Homero, Aristóteles, os primeiros matemáticos e aqueles que estiveram na origem da tradição hipocrática. Estariam tais pensadores numa posição “transdiscursiva”. Na Europa, durante o século XIX, surgiram autores com características semelhantes, que não poderiam ser confundidos com escritores literários considerados grandes, tampouco com produtores de textos religiosos canônicos ou com construtores de postulados científicos (*ibid.*, p. 57-58). São os “fundadores de discursividade”, que se destacam não por serem os autores de suas obras e livros, mas por produzirem alguma coisa a mais: “a possibilidade e a regra de formação de outros textos” (*ibid.*, p. 58).

Segundo Foucault, os primeiros e mais importantes “instauradores de discursividade” são Marx e Freud. Suas ações são diferenciadas das de um autor de romance ou fundador de ciência. Enquanto o autor de um romance abre espaço para certo número de semelhanças e analogias que partem de sua própria obra, com signos, figuras, relações e estruturas que podem ser reutilizadas por outros autores; os “instauradores de discursividade” não tornam possível apenas certo número de analogias, mas também certo número de diferenças. Eles possibilitam o surgimento de outra coisa diferente deles e que, no entanto, pertence ao que eles fundaram (*ibid.*, p. 59-60). A instauração da discursividade também se diferencia da fundação de uma cientificidade, pois esta sempre pode ser reintroduzida no interior da maquinaria das transformações dela derivadas (*ibid.*, p. 60-61). Na obra dos “fundadores de discursividade” não se reconhecem certas proposições como falsas. Apenas são afastados os enunciados impertinentes, ou por serem considerados não essenciais, ou por serem provenientes de outro tipo de discursividade. Ao contrário da fundação de uma ciência, a instauração discursiva não faz parte das transformações ulteriores. Em relação a estas, ela permanece retirada e em desequilíbrio. O que caracteriza a instauração de discursividade é a exigência de “retorno”, que se diferencia dos fenômenos de “redescoberta” e “reatualização”, produzidos com frequência no campo das ciências. Na “redescoberta”, os fenômenos de analogia ou isomorfismo tornam perceptível uma figura que foi embaralhada ou que desapareceu. Na “reatualização”, há a reinserção de um discurso num domínio novo de generalização, aplicação ou transformação (FOUCAULT, 2009b, p. 62-64). No “retorno”, é necessário que haja esquecimento, não esquecimento acidental, por alguma incompreensão, “[...] mas esquecimento essencial e constitutivo” (*ibid.*, p. 64). Porém, o ato de instauração discursiva é de tal ordem que não pode ser esquecido. O que o manifesta e o que dele deriva é, ao mesmo tempo, o que estabelece a distância e o mascaramento. O esquecimento não é acrescentado do exterior. Ele faz parte da própria discursividade. Nesses moldes, a instauração discursiva é, simultaneamente, a razão de ser do esquecimento e a possibilidade de sua manifestação, de tal maneira que o esquecimento e o impedimento do retorno só podem ser interrompidos

pelo próprio retorno. O retorno se dirige ao que está presente no texto, ao texto em sua nudez, e também aos seus vazios, ausências e lacunas (*ibid.*, p. 64-65). Ele se caracteriza por um jogo que consiste em dizer, por um lado, que tudo estava dito, precisando apenas ser lido: “foi preciso os olhos estarem muito fechados e os ouvidos muito tapados para que se não visse e ouvisse”; e, por outro, que nada estava dito: “[...] nenhuma das palavras visíveis e legíveis diz alguma coisa sobre o que está em questão, trata-se antes do que é dito, através das palavras, no seu espaçamento, na distância que as separa.” (*ibid.*, p. 65). É assim que, fazendo parte do discurso e nele sempre operando modificações, o retorno transforma a própria discursividade (*ibid.*, p. 65-66).

Algumas das características atribuídas por Michel Foucault aos “fundadores de discursividade” podem ser encontradas em Euclides da Cunha, notadamente porque parece ser sempre possível a formação de novos textos a partir de *Os sertões*, a mais seminal das obras do autor. O retorno ao livro torna possível certo número de analogias e também certo número de diferenças. Quando se fala em “analogias”, refere-se à utilização da obra como modelo ou princípio para outros autores – seus signos, figuras, imagens, relações e estruturas. Nessa categoria se inserem os diversos romances europeus e latino-americanos que rememoram *Os sertões*: *O mago do sertão* (1952), do francês Lucien Marchal; *A aldeia sagrada* (1953), de Francisco Marins; *João Abade* (1958), de João Felício dos Santos; *Capitão jagunço* (1959), de Paulo Dantas; *Verdicto em Canudos* (1970), do húngaro Sándor Márai; *A guerra do fim do mundo* (1981), do peruano Mario Vargas Llosa; *A casca da serpente* (1989), de José J. Veiga; *As meninas do Belo Monte* (1993), de Júlio César Chiavenato; *Canudos* (1997), de Ayrton Marcondes; *O sertão vai virar mar* (2002), de Moacyr Scliar; *O pêndulo de Euclides* (2009), de Aleilton Fonseca etc. Quando se fala em “diferenças”, refere-se a algo ausente da obra, mas que, simultaneamente, pertence ao que foi fundado no instante da instauração da discursividade. São diversas as produções culturais que retomam *os sertões* como ponto de partida, mesmo sem o interesse de rememorar os fenômenos da Guerra de Canudos. São exemplos dessa dinâmica o espetáculo *O berço do herói* (1963), de Alfredo Dias Gomes, que serviu de inspiração para a telenovela *Roque Santeiro*, exibida

pela Rede Globo, em 1985; e o livro *Estação Carandiru* (1999), de Dráuzio Varella¹, que motivou as produções cinematográficas *Estação Carandiru* (2003) e *Carandiru e outras histórias* (2005), ambas dirigidas por Hector Babenco. Também há produções que rememoram Canudos, indo buscar em *Os sertões*, enquanto texto de partida, o “segredo” ou a “riqueza” aos quais se refere Michel Foucault (FOUCAULT, 2009a, p. 22), ao mesmo tempo em que sentem a necessidade de demarcar o distanciamento em relação ao livro revisitado. Desse modo é que fazem emergir o que estava ausente da obra, embora pertencente ao que foi fundado no instante da instauração da discursividade. Podem ser mencionados os seguintes exemplos: os filmes *Deus e o diabo na terra do sol* (1964), de Glauber Rocha, e *A Guerra de Canudos* (1997), de Sérgio Rezende; o balé Parabelo, do grupo *Corpo*, de Belo Horizonte; o Teatro oficina, dirigido por José Celso Martinez; e o samba-enredo “Os sertões”, de Edeor de Paula, inspirado na assertiva euclidiana “O sertanejo é, antes de tudo, um forte” (CUNHA, 2002a, p. 207). A composição carnavalesca animou o desfile da escola de samba *Em cima da hora*, do Rio de Janeiro, em 1976, contando com a presença de cerca de 2.000 figurantes, durante uma apresentação na Avenida Presidente Vargas.

Várias são as produções literárias, teatrais, televisivas, cinematográficas, pictóricas, coreográficas e musicais que rememoram *Os sertões*, partindo de seus vazios, ausências e lacunas, em busca do que está no texto à espera de decodificação, ou à procura do que não está dito no texto através de “palavras visíveis e legíveis”. O esquecimento é a condição primeira para o retorno. “Regressa-se a um certo vazio que o esquecimento tornou esquivo ou mascarou,

¹ Conforme Denise Carrascosa, é o próprio Dráuzio Varella quem enfatiza o diálogo com *Os sertões*. A autora declara ter obtido a informação através do professor Márcio Serelle da PUC-MG, durante uma das sessões de comunicações do Simpósio Literatura e Cultura das Mídias, da ABRALIC/2006. Conforme a pesquisadora, a divisão temática de *Estação Carandiru* equivale às três partes da obra euclidiana. De “Estação Carandiru” a “Pena capital”, quando se apresenta a casa de detenção com descrição minuciosa de sua organização física, as semelhanças estão relacionadas com “A terra” – a primeira parte do livro de Euclides da Cunha. De “Laranja” até “O filho pródigo”, em que são construídos perfis de homens encarcerados, as semelhanças são com “O homem” – a segunda parte de *Os sertões*. De “Aprendiz de feiticeiro” a “O rescaldo”, em que são narradas cenas do massacre, os diálogos são estabelecidos com “A luta” (CARRASCOSA, 2010, p. 141).

que recobriu com uma falsa ou defeituosa plenitude, e o retorno deve redescobrir essa lacuna e essa falta; daí o jogo perpétuo que caracteriza os retornos à instauração discursiva.” (FOUCAULT, 2009b, p. 65).

Em 1897, sobretudo após o malogro da Terceira Expedição, em que perderam a vida o coronel Moreira César e o coronel Tamarindo, a sociedade brasileira exigia do Exército ações efetivas no combate à insurreição nos sertões baianos. Em alguns textos publicados em *O Estado de S. Paulo*, Euclides demonstra certo alinhamento com essa forma de pensar. Nesse sentido, sua atuação como correspondente de guerra permite-lhe a inserção dentre os corresponsáveis pelo desfecho trágico do conflito, já que o jornal participou da manipulação da opinião pública contra os conselheiristas. Porém, algum tempo depois, opera-se em Euclides, na rememoração dos eventos da Guerra de Canudos, o “esquecimento essencial e constitutivo” ao qual se refere Michel Foucault (*ibid.*, p. 64), sem o qual a escrita denunciativa de *Os sertões* não seria possível, tampouco as diversas produções culturais que a ele retornam enquanto texto de partida.

Em “Notas à segunda edição”, de 27 de abril de 1903, Euclides se inscreve como um historiador comprometido com a exposição objetiva e honesta dos acontecimentos, atento aos depoimentos das testemunhas e aos documentos consultados, e avesso a qualquer postura tendenciosa que o identificasse como um aliado ou defensor de algum dos grupos envolvidos no conflito em Canudos. Por mais que *Os sertões*, desde a publicação, tenha se projetado no cenário nacional como um libelo em favor dos sertanejos, recebe do autor a ressalva de que não se trata de um livro de defesa:

Não tive o intuito de defender os sertanejos, porque este livro não é um livro de defesa; é, infelizmente, de ataque.

Ataque franco e, devo dizê-lo, involuntário. Nesse investir, aparentemente desafiador, com os singularíssimos civilizados que nos sertões, diante de semibárbaros, estadearam tão lastimáveis selvaticuezas [...] (CUNHA, 2002b, p. 784).

Por outro lado, no livro, à medida que condena a selvageria do Exército republicano, o escritor mais se aproxima da postura assumida no ano anterior, numa carta ao amigo Francisco Escobar, datada de 21 de abril de 1902, quando se esquece do entusiasmo republicano com o qual partira para Canudos em agosto de 1897, e se projeta como um advogado da causa sertaneja: “Serei um vingador e terei desempenhado um grande papel na vida – o de advogado dos pobres sertanejos assassinados por uma sociedade pulha, covarde e sanguinária...” (CUNHA, 1997, p. 133).

Ainda assim, conforme se observa em “Nota preliminar”, num intrincado jogo de rememoração e esquecimento, outro é o assunto escolhido como principal para nortear a escrita de *Os sertões*, em substituição ao tema que se imaginava esquecido ou se desejava esquecer:

[...] este livro, que a princípio se resumia à história da Campanha de Canudos, perdeu toda a sua atualidade, rememorada a sua publicação em virtude de causas que temos por escusado apontar.

Demos-lhe, por isto, outra feição, tornando apenas variante de assunto geral o tema, a princípio dominante, que o sugeriu.

Intentamos esboçar, palidamente embora, ante o olhar de futuros historiadores, os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil (CUNHA, 2002c, p. 65).

De início, a “outra feição” concedida à obra aparenta alinhar o autor à tônica dos discursos correntes no período pós-guerra, quando se tornou tendência na imprensa o esforço para esquecer Canudos. Em *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, nenhuma matéria foi publicada para lembrar o primeiro aniversário do término do conflito, ocorrido em 05 de outubro de 1898. O mesmo aconteceu no primeiro aniversário de *Os sertões* e no primeiro aniversário de morte de Euclides da Cunha. Em 05 de outubro de 1907, dez anos após o fim da guerra, nada foi publicado sobre o assunto (PINHEIRO, 2012, p. 215-216). O esquecimento surpreende porque a Campanha de Canudos foi o primeiro evento histórico brasileiro a ter cobertura diária na imprensa (LEVINE, 1995, p. 53). Trata-se, conforme Walnice Nogueira Galvão, do acontecimento jornalístico mais importante do ano de 1897 (GALVÃO, 1976, p. 55). Ao tempo

que as notícias sobre o fato foram amplamente divulgadas no Brasil, também o foram em vários países do mundo, transformando a guerra, segundo Berthold Zilly, num “[...] evento de mídia não só no Brasil, mas nas Américas e em toda a Europa [...]” (ZILLY, 2002, p. 63).

De fato, nesse contexto, conforme sinaliza Euclides da Cunha em “Nota preliminar” (CUNHA, 2002c, p. 65), quando se publicou *Os sertões*, já se podia considerar a Campanha de Canudos um tema datado, justificando-se, portanto, a impressão de uma “nova feição” ao livro. Porém, à medida que se apresenta em substituição ao primeiro assunto (a campanha nos sertões baianos), o segundo assunto (o esboço sobre “os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil”) protagoniza seu próprio esquecimento, e a intenção de esquecer o conflito de Canudos se converte numa outra forma de trazê-lo à lembrança.

Sobre a memória de Canudos, mesmo contestando o caráter de narrativa oficial durante anos atribuído a *Os sertões* e sendo um dos principais sujeitos envolvidos no processo de revisão histórica do acontecimento, José Calasans admite o esquecimento do tema no período pós-guerra e atribui o retorno do interesse à publicação de *Os sertões*: “A obra do jovem engenheiro fluminense, aparecida cinco anos depois da luta sangrenta do interior da Bahia, recolocou em evidência os acontecimentos de 1897 [...]” (SILVA, 1997, p. 11). Em outro momento, numa entrevista publicada por Marco Antonio Villa, o historiador associa ao livro de Euclides da Cunha a visibilidade concedida à história de Canudos nos tempos atuais: “Acho que não estaríamos conversando aqui se não tivesse *Os sertões*, não é isso? Não estaríamos de forma nenhuma. Porque veja você, o Centenário da Revolução Federalista passou quase em branco” (VILLA, 1998, p. 48).

A intenção de imprimir uma “nova feição” ao livro, conforme proposto em “Nota preliminar” (CUNHA, 2002c, p. 65), é sintoma do tempo de esquecimento em que se converteu o período pós-guerra, em esforço para tornar suportável o trauma vivenciado pela nação com o término do conflito e a divulgação de inúmeros relatos sobre as barbáries cometidas pelos republicanos. Nesse contexto, eclodiram no país tensões advindas das constantes e in-

cômodas lembranças daquilo que, por ser traumático, precisava ser esquecido, mas encontrava no próprio trauma as razões para o impedimento do esquecimento – a vitória ignominiosa do Exército republicano e a responsabilidade da sociedade por esse desfecho. A opinião pública se modificou, desencadeando um sentimento coletivo de *mea culpa*, que requeria um meio através do qual pudesse ser realizado um movimento catártico. Em 1902, com o lançamento de *Os sertões*, surgiu o mecanismo capaz de suprir a necessidade nacional.

O trauma decorrente da experiência da Guerra de Canudos parece ter desencadeado no país um sentimento de perda, bem próximo daquele analisado por Freud no ensaio “Luto e melancolia”. Conforme o psicanalista, a melancolia apresenta pontos em comum com o sentimento de luto. Nas duas situações, em reação à perda, o sujeito é acometido por um sentimento doloroso. O luto é a reação à perda de um ente querido ou de alguma abstração que ocupa seu lugar, como a pátria, a liberdade ou algum ideal. Geralmente é superado após certo lapso de tempo, sendo inapropriada ou mesmo prejudicial qualquer interferência em relação a ele. No sujeito em luto, há o desinteresse pelo mundo exterior – por não promover a rememoração do falecido —, a perda da capacidade de eleição de um novo objeto de amor – o que significaria substituir o pranteado – e o afastamento de toda memória que não esteja relacionada à figura do morto. Na melancolia, esse quadro é acrescido da diminuição de autoestima, e o sujeito não consegue discernir com clareza o objeto perdido. Além disso, em estado de melancolia, o ego não consegue libertar sua libido do objeto perdido. O fato de desaparecer após certo tempo sem deixar grandes marcas no sujeito é um traço que a melancolia partilha com o luto. Porém, é com o trabalho de luto que o ego consegue manter-se livre e desinibido (FREUD, 2010a, p. 172-186).

O tempo de luto necessário à libertação do ego em relação ao objeto perdido é um tempo de lembrança, e não há libertação se o objeto perdido não puder ser claramente reconhecido ou identificado. Sobre Canudos, não parece temerária a afirmativa de que os acontecimentos relacionados à campanha instauram como objeto perdido a sensação de unidade nacional, que se desfaz quando se expõe ao país a fragilidade simbólica do outro desconhecido, com-

batido exaustivamente por todo o potencial bélico do Estado até ao extermínio completo. Nesse caso, em decorrência da crise com o reconhecimento do objeto perdido, aflora um sentimento coletivo de *mea culpa* pela participação no desenrolar dos acontecimentos, muitas vezes expressa sob a forma de omissão, já que poucas foram as vozes favoráveis a Canudos durante o conflito. A cura do trauma do *eu* coletivo se processa através desse movimento oportunizado e realizado pelo trabalho de lembrança.

O excesso de memória durante a guerra pode parecer, a princípio, ter desempenhado a função de libertar o ego nacional em relação ao objeto perdido. Porém, conforme sinaliza Sigmund Freud em “Recordar, repetir e elaborar”, repetir não é o mesmo que lembrar. Quando o paciente não se recorda de alguma coisa que esqueceu e reprimiu, ele não reproduz o fato esquecido em forma de lembrança, mas em forma de ação, obviamente sem a consciência de que o repete. O ponto de partida da reflexão de Freud é a identificação do obstáculo principal para a recordação e perlaboração do trauma. Esse obstáculo, atribuído às resistências do recalque, é designado de compulsão de repetição, caracterizada pela tendência da passagem ao ato, que substitui a lembrança. Se, conforme o psicanalista, o paciente repete em vez de lembrar, a repetição equivale a esquecimento (FREUD, 2010b, p. 199-209).

Durante o tratamento, o paciente não pode fugir a esta compulsão à repetição, que é sua maneira de recordar. A transferência e a resistência são características da compulsão pela repetição. A transferência significa, ela própria, apenas um fragmento da repetição; e a repetição, uma transferência do passado esquecido. Também o papel desempenhado pela resistência é facilmente identificável. Quanto maior a resistência, mais extensivamente a atuação (repetição) substituirá o recordar. Ou seja, o paciente repete em vez de recordar, e repete sob as condições da resistência. Por isso, é aconselhável conceder ao paciente tempo suficiente para familiarizar-se com a resistência que o conduz à repetição, a fim de que lhe sejam fornecidas as condições necessárias para tornar-se capaz de elaborá-la, superá-la. Somente quando a resistência está no auge, é que o analista consegue ter acesso aos impulsos reprimidos que alimentam a resistência do paciente, tornando-se ao mesmo tempo apto para

conduzi-lo à conscientização do impacto que tais impulsos exercem sobre sua vida. Desse modo, a repetição dará lugar à lembrança, indispensável para a conscientização do acontecimento traumático e a consequente perlaboração (FREUD, 2010b, p. 201-209).

Em suas leituras sobre memória e esquecimento, Paul Ricoeur ratifica três ensinamentos da psicanálise: primeiro, o trauma permanece mesmo quando inacessível, indisponível, dando ensejo aos fenômenos de substituição, aos sintomas; segundo, o passado vivenciado é indestrutível, de modo que, “em circunstâncias particulares, porções inteiras do passado reputadas esquecidas e perdidas podem voltar”; terceiro, a perlaboração em que consiste o trabalho de rememoração não ocorre sem o trabalho do luto, necessário para o desprendimento dos objetos perdidos do amor e do ódio (RICOEUR, 2007, p. 452-453). Ricoeur retoma os ensaios “Recordar, repetir e elaborar” e “Luto e melancolia”, de Sigmund Freud, para assinalar que memória impedida equivale a memória esquecida, e para reiterar que a compulsão de repetição impede a conscientização do acontecimento traumático (*ibid.*, p. 452). Conforme o teórico, a memória impedida é também uma memória ferida, uma memória enferma (*ibid.*, p. 83).

A retomada da teoria de Freud nos estudos de Ricoeur é relevante por possibilitar uma associação entre a melancolia e a compulsão de repetição, e entre o trabalho de luto e o trabalho de lembrança. Freud sinaliza não ser possível a perlaboração do trauma, se no lugar da lembrança persistir a repetição, e se no lugar do luto persistir a melancolia. Sobre o tema, Paul Ricoeur acrescenta:

É por esse aspecto que o trabalho de luto pode ser comparado com o trabalho da lembrança. [...] pode-se sugerir que é enquanto trabalho da lembrança que o trabalho de luto se revela custosamente, mas também reciprocamente, libertador. O trabalho de luto é o custo do trabalho da lembrança; mas o trabalho da lembrança é o benefício do trabalho do luto (RICOEUR, 2007, p. 86).

A substituição da lembrança pela repetição e a substituição do luto pela melancolia são sintomas que marcam a história do trauma de Canudos. Durante o conflito e no período imediatamente posterior, observa-se um tem-

po de melancolia, expressa pela compulsão de repetição, uma ação substitutiva da lembrança, ineficiente, portanto, para promover a perlaboração. À repetição, que designa sobretudo esquecimento, sucede outra estratégia de esquecimento, o silenciamento sobre o tema – sintomático do trauma preservado pela melancolia repetitiva, ao mesmo tempo necessário para o trabalho de luto, sem o qual o eu não se liberta da angústia desencadeada pela ausência do objeto perdido. O silenciamento é um tempo de resistência à lembrança, mas é também ele que fornece à nação as condições para familiarizar-se com a melancolia repetitiva e se entregar ao trabalho de luto. Nesse contexto, a lembrança tende a substituir a repetição, e o luto tende a substituir a melancolia.

Na transição entre uma movimentação e outra, Euclides da Cunha inscreve em *Os sertões* o esquecimento do tema Canudos, e inaugura o gênero das grandes interpretações sobre o Brasil, ao qual posteriormente se filiariam nomes como Manuel Bonfim, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Por sua vez, como o trabalho de luto não se processa distanciado do trabalho de lembrança, a intenção de esquecer Canudos é também um caminho para trazer o trauma à lembrança e oportunizar a perlaboração. Porém, o retorno do trauma à lembrança não promove a recuperação do passado, posto que, apesar de indestrutível, é inacessível via linguagem. Com o livro, realiza-se o trabalho de luto, após um tempo anterior de silenciamento, suficiente para o *eu* coletivo familiarizar-se com a resistência que o conduz à repetição, mas o que se diz lembrança é também esquecimento: primeiro, pelas seleções e escolhas do autor, por ser sempre possível narrar de outra maneira; segundo, porque o autor se pronuncia em nome de outrem, inevitavelmente destituindo sujeitos sociais do poder de narrarem a si mesmos; terceiro porque, estando o passado irremediavelmente perdido, não havendo meios para ser evocado aquilo que aconteceu um dia, não se rememora o evento histórico real, mas sua construção discursiva.

Ainda assim, ou talvez por isso, não há como negar que *Os sertões* tenha se convertido, desde a publicação, num libelo contrário ao Estado e favorável aos mártires de Canudos. As escolhas e seleções do autor na configuração narrativa permitem sua inscrição como aquele que assume, em relação aos sertanejos, o dever de memória.

Segundo Paul Ricoeur, “o dever de memória é o dever de fazer justiça, pela lembrança, a um outro que não o si.” Dentre todas as virtudes, “a da justiça é a que, por excelência e por constituição, é voltada para outrem.” Ao extrair das lembranças traumatizantes um valor exemplar, é a justiça que transforma a memória em projeto (RICOEUR, 2007, p. 101). Nesse sentido, é pelo dever de memória, que é também dever de justiça, que Euclides da Cunha não apenas faz aflorar no país um sentimento coletivo de *mea culpa* pelo desfecho trágico do conflito em Canudos, como também se constitui a si mesmo, conforme se observa em carta a Escobar datada de 21 de abril de 1902, o advogado da causa sertaneja (CUNHA, 1997, p. 133).

No dever de justiça, conforme Ricoeur, está implícita a necessidade de ser paga uma dívida. Por sua vez, a dívida resgatada pelo dever de memória e de justiça é inseparável da ideia de herança. Saldada a dívida, importa submeter a herança a inventário (RICOEUR, 2007, p. 101). Sobre Canudos, o dever de justiça é trazer à lembrança os mártires da guerra, papel amplamente realizado pela narrativa de *Os sertões*, desde a publicação até os tempos atuais, sobrevivendo à deflagração dos discursos de revisão histórica.

Para a sobrevivência do tema Canudos na contemporaneidade, mesmo sendo possível falar em supressão da voz do outro pela voz autorizada e digna de crédito, são notáveis as contribuições do discurso forjado pela narrativa reconhecida e valorizada como oficial. Esta é a herança que requer ser inventariada. A própria noção de revisão que orienta as leituras não euclidianas sobre o conflito nos sertões baianos pressupõe a existência de um conteúdo a ser reescrito. Sob esse aspecto, os discursos de releitura histórica só parecem possíveis porque há uma narrativa autorizada, sempre por se dizer, que permite ou requer ser contestada, sempre predisposta a atuar como texto de partida para novas produções culturais. O inacabamento de *Os sertões* parece reproduzir o inacabamento do trabalho de luto ao qual se refere Paul Ricoeur, em suas leituras sobre o ensaio “Luto e melancolia”, de Sigmund Freud:

[...] o trabalho de luto, na medida em que exige tempo, projeta o artesão desse trabalho à frente de si mesmo: doravante, ele continuará a cortar um por um os vínculos que o submetem ao império dos objetos perdi-

dos de seu amor e de seu ódio; quanto à reconciliação com a própria perda, ela permanece para sempre uma tarefa inacabada [...] (RICO-EUR, 2007, p. 100).

No luto, há um objeto perdido desencadeador de uma crise que requer um tempo de lembrança para ser superada. No conflito de Canudos, desencadeia a crise e percepção de que há um outro exaustivamente combatido pelo Estado, que desfaz a sensação de unidade nacional à medida que expõe a aquiescência da nação no desenrolar dos acontecimentos. Nesse caso, a nação se expõe fragmentada, tornando-se uma parte dela o objeto perdido pranteado durante a experiência que se inscreve como tempo de luto, e a outra parte a realidade que pranteia, sobretudo por se imaginar ou se propor em unidade. Sendo assim, o permanente trabalho de luto realizado a partir dos retornos discursivos a *Os sertões* necessita não apenas cortar os vínculos da nação com o objeto perdido, mas também promover a difícil e dolorosa reconciliação com a perda, sendo ela mesma uma tarefa em permanente inacabamento.

Referências

CARRASCOSA, Denise. Pra viver no país das calças bege. *Revista Outros Sertões*, Salvador, UNEB, n. 4, p. 140-150, dez. 2010.

CUNHA, Euclides da. *Correspondência de Euclides da Cunha (1890-1909)*. Walnice Nogueira Galvão e Oswaldo Galotti (Org.). São Paulo: EDUSP, 1997. 456p.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões: Campanha de Canudos. Edição, prefácio, cronologia, notas e índices de Leopoldo M. Bernucci*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, 2002a. 928p. (Clássicos Comentados, I).

CUNHA, Euclides da. Notas à segunda edição. *Os sertões: Campanha de Canudos. Edição, prefácio, cronologia, notas e índices de Leopoldo M. Bernucci*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, 2002b. p. 783-92. (Clássicos Comentados, I).

CUNHA, Euclides da. Nota preliminar. *Os sertões: Campanha de Canudos. Edição, prefácio, cronologia, notas e índices de Leopoldo M. Bernucci*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, 2002c. p. 65-67. (Clássicos Comentados, I).

DIAS, Léa Costa Santana. *Euclides da Cunha em terras baianas e amazônicas: impressões de um viajante sobre sertões brasileiros e outros espaços*. 2015. 289f. Tese (Doutorado em Literatura e Cultura) – Instituto de Letras / Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 19. ed. São Paulo: Loyola, 2009a. 80p.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Trad. António Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro. 7. ed. Lisboa: Vega, 2009b. 164p.

FREUD, Sigmund. Luto e melancolia. *Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a. p. 170-194. (Obras completas, 12).

FREUD, Sigmund. *Recordar, repetir e elaborar. Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos*. Trad. Paulo César de Souza. 2. reimp. São Paulo: Cia das Letras, 2010b. p. 193-209. (Obras completas, 10).

GALVÃO, Walnice Nogueira. De sertões e jagunços. *Saco de gatos: ensaios críticos*. São Paulo: Duas Cidades, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1976. p. 65-85.

LEVINE, Robert M. *O sertão prometido: o massacre de Canudos no Nordeste brasileiro*. Trad. Monica Dantas. São Paulo: EDUSP, 1995. 400p.

PINHEIRO, Lidiane Santos de Lima. *A construção do acontecimento histórico: o discurso do jornal O Estado de S. Paulo sobre a Guerra de Canudos e sobre as comemorações do seu centenário*. 2012. 315f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2007. 536p.

SILVA, José Calasans Brandão da. Canudos não euclidiano. *Cartografia de Canudos*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Conselho Estadual de Cultura, EGBA, 1997. p. 11-24. (Coleção Memória da Bahia, 5).

VILLA, Marco Antonio. *Calasans, um depoimento para a história*. Colaboração de José Carlos da Costa Pinheiro. Salvador: UNEB, 1998. 137p.

ZILLY, Berthold. Uma crítica precoce à “globalização” e uma epopéia da literatura universal: *Os sertões* de Euclides da Cunha, cem anos depois. In: NASCIMENTO, José Leonardo do (Org.). *Os sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos*. São Paulo: UNESP, 2002. p. 63-72.

Recebido em 20 de novembro de 2022.

Aceito em 15 de dezembro de 2022.

TRAGAM-ME A CABEÇA DE EUCLIDES DA CUNHA – OS IMPASSES DA CULTURA DE CANCELAMENTO A PARTIR DE UMA LEITURA CRÍTICA DA QUESTÃO RACIAL EM OS SERTÕES

Cristiane Costa
Rafaela Gama

Resumo: Assim como os monumentos que vêm sendo pichados em praça pública, livros tidos até pouco tempo atrás como intocáveis correm o risco de sofrerem uma campanha de cancelamento, muitas vezes com base em leituras reducionistas. Por sua complexidade e contexto histórico, a questão racial se mostra perfeita para explorar as contradições, não só de Euclides da Cunha, mas de todo um referencial teórico importado para os trópicos, tanto no passado quanto nos dias de hoje.

Palavras-chave: Euclides da Cunha. Guerra de Canudos. Frenologia. Cultura do cancelamento.

Abstract: Just like the monuments graffitied in public squares, books that until recently were considered untouchable run the risk of suffering a cancellation campaign, based on reductionist readings. Due to its complexity and historical context, the racial issue is perfect for exploring the contradictions, not only of Euclides da Cunha, but of an entire theoretical framework imported to the tropics, both in the past and today.

Keywords: Euclides da Cunha. Canudos War. Phrenology. Cancel Culture.

Mesmo que intimamente buscassem ser eternizados por suas obras, no passado era comum os escritores exibirem na mesa de trabalho um *memento mori*, um crânio humano que silenciosamente alertava: a mais indesejada das visitas não poupa ninguém, nem mesmo aqueles que vaidosamente ostentam o título de imortal. Em 1909, quando Euclides da Cunha foi alvejado pelo jovem amante de sua mulher, a relíquia macabra já tinha migrado da mesa dos artistas para a dos cientistas, que buscavam nos crânios respostas para a superioridade de determinados indivíduos, raças e grupos étnicos.

Com base em estudos antropométricos, a craniologia estudava as diferenças de forma, tamanho e proporções das cabeças, relacionados pela frenologia com o caráter, os traços psicológicos e a capacidade mental dos seres

humanos, estabelecendo critérios arbitrários para supostamente comprovar a superioridade de uma raça sobre a outra e mesmo do sexo masculino sobre o feminino. Já a estigmatografia “começou como um método geográfico”, explica Euclides da Cunha na *Caderneta de Campo* que levou para a Guerra de Canudos, “passou a um mais particular, o da cor da pele” e acabou chegando à anatomia humana, dividindo as raças humanas entre meso, braqui e dólico, assim como prognatas e ortognatas, a partir do padrão da face e da protuberância da mandíbula (CUNHA, 2009, p. 300). Assim, os dolicocefalos (cabeças alongadas) seriam superiores aos braquicefalos (cabeças chatas), como os que Euclides encontrou no sertão, criados a partir de “um molde único” (CUNHA, 2018a, p. 199).

A bem da verdade, Euclides pouco usou dessas anotações em *Os Sertões*. “Faltaram-nos, do mesmo passo, tempo e competência para nos enredarmos em fantasias psíquico-geométricas, que hoje se exageram num quase materialismo filosófico, medindo o ângulo facial, ou traçando a *norma verticalis* dos jagunços”, afirmou no livro (CUNHA, 2018a, p. 204), num dos dois únicos trechos em que o autor faz alusão direta aos pilares do racismo científico: a frenologia.

Antes que Wilhelm Röntgen descobrisse o Raio-X, em 1895, o mundo científico vivia uma verdadeira obsessão por ossadas, crânios e cérebros, criando instrumentos de medição para comprovar uma suposta “pirâmide das inteligências” (STAUM, 2003, p. 111) das raças humanas. “Há mais semelhança entre certos negros com os grandes macacos do que com os europeus” (TIEDEMANN, 1836), garantiu o professor de Anatomia e Psicologia alemão, Friedrich Tiedemman, em 1836, apenas duas décadas antes de Charles Darwin publicar *A origem das espécies*, mudando para sempre essa concepção.

Cabeças decepadas de “nações bárbaras” eram as mais cobiçadas pelos cientistas europeus. Na mesma época que seu colega alemão apresentou o artigo “Sobre o cérebro do negro, comparado com o do europeu e com o do orangotango” na Royal Society de Londres, o anatomista Pierre-Alexandre-Marie Dumorier orgulhosamente abriu ao público seu museu frenológico particular, com uma invejável coleção de 300 crânios vindos de todas as partes do mundo, disputando com o Musée Dupuytren – criado por outro anatomis-

ta, Guillaume Dupuytren, que se orgulhava de ter sido médico de Napoleão Bonaparte – o título de mais popular gabinete de curiosidades mórbidas de Paris (SAINSBURY, 2022).

É um momento em que meras impressões e preconceitos, já presentes na Bíblia e, antes mesmo, nos textos do grego Aristóteles (STAUM, 2003, p. 83), arvoram-se de ciência e geram uma teoria racial que se ramificará por disciplinas acadêmicas, como a Geografia, a Antropologia e a Etnografia. Embora já fosse usado anteriormente, o termo raça aplicado aos seres humanos será introduzido na literatura científica no início do século XIX, pelo naturalista e pai da Anatomia Comparada, Georges Cuvier (SCHWARCZ, 1993). Onde havia diversidade, lia-se hierarquia. Assim, diferenças físicas aleatórias passam a ser usadas para determinar o lugar de cada grupo étnico na escala evolutiva. Com isso, o racismo científico oferecia uma justificativa para o empobrecimento dos povos subjugados causado pela escravidão, pelo colonialismo e pelo imperialismo, culpando as próprias vítimas.

O próprio Euclides da Cunha seria vítima do frenesi frenológico. Pesando exatos 1.515 gramas, o cérebro do autor de *Os Sertões* foi retirado do crânio e examinado pelo médico legista, além de escritor e crítico literário, Afrânio Peixoto, que acabaria por sucedê-lo na Cadeira número 7 da Academia Brasileira de Letras. Sem lirismo, assim o descreveu: “A calote resistente, meninges duras, pouco aderentes, apresentando-se bastante desenvolvidas as granulações de Pachione. Placas leitosas de leptomeningite. Ligeiro edema nas imediações das circunvoluções rolândicas” (RISSATO, 2020).

Quase uma década depois da necrópsia, em 3 de junho de 1918, o cérebro do escritor foi transferido a pedido do médico Edgard Roquette-Pinto para a Seção de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional, que viria a dirigir. Embora mais tarde defendesse uma forma de antropologia que, tendo enveredado em “atalhos mais felizes”, já “não se limita mais a medir crânios e a calcular ‘índices’ discutíveis, na esperança de poder separar as ‘raças superiores’ das ‘raças inferiores’” (ROQUETTE-PINTO *apud* SANTOS, 1998, n.p), também buscou algum sinal de superioridade intelectual nas circunvoluções e sulcos cerebrais do escritor que tanto admirava, assim como na Europa se fez

com outros encéfalos ilustres, como o de Napoleão Bonaparte e o de Giuseppe Garibaldi (SCHWARCZ, 1993, p. 40). “O cérebro de Euclides da Cunha que está no Museu Nacional é realmente notável pela riqueza e pela complexidade das circunvoluções, mormente na *zona rolandica* que governa as faculdades de expressão”, garantiu.

Até há pouco não tinham os cientistas encontrado meio seguro para distinguir o cérebro de um gênio do cérebro de um cretino. Sabia-se de há muito que o cérebro do homem inteligente em geral é maior, é mais pesado, tem o córtex cinzento mais rico e sobretudo possui circunvoluções mais compridas. O cérebro do cretino em geral é pequeno, pesa pouco, tem pouca massa cinzenta e circunvoluções mais simples (ROQUETTE-PINTO *apud* SANTOS, 1998, n.p).

A virada profissional que Roquette-Pinto fez da Medicina Legal para a Antropologia e a Etnografia não era rara entre o final do século XIX e início do 20, e pode ser percebida no currículo de outros diretores do Museu Nacional, como os médicos Batista de Lacerda, que criou o primeiro curso de Antropologia do Brasil com ênfase em “conhecimentos anatômico fisiológicos”, e Ladislau Netto, que esteve à frente da mesma instituição por quase 20 anos, mais exatamente entre 1874 e 1893, lançando as bases deste campo acadêmico no país (SANTOS, 2019). O mesmo aconteceu com Nina Rodrigues, que, além de médico legista e antropólogo, seria lembrado como um pioneiro da Psiquiatria e responsável por abrir o crânio do líder de Canudos, Antonio Conselheiro. Em comum entre áreas tão diferentes, havia a valorização dos estudos de Anatomia, chave encontrada pelas disciplinas nascentes para explicar as diferenças entre seres humanos e que, em última análise, levaria à Antropologia Criminal do médico italiano Cesare Lombroso.

A segunda metade do século XIX marcou o apogeu da craniologia e da frenologia como práticas científicas que, entre outros pontos, pretendiam explicar diferenças étnicas e de gênero em termos de grau de inteligência; além de aptidão para atividades específicas, saúde física e mental e até mesmo a personalidade dos indivíduos (GOULD, 1991;

SPENCER, 1997). A frenologia pautava-se no estudo detalhado das características cranianas e das circunvoluções cerebrais dos indivíduos. Essa prática notabilizou-se pela análise de cérebros de indivíduos considerados 'geniais', possuidores de 'dons naturais', e de pessoas com comportamento tido como desviante (prostitutas, assassinos, homossexuais etc.) (SÁ *et al.*, 2008, p. 199).

No incêndio que consumiu o prédio do Museu Nacional, em 2018, exatos 200 anos após sua fundação, perdeu-se para sempre o recibo de entrada do cérebro de Euclides em junho de 1918 (SANTOS, 2018). Embebida em formol, durante décadas a peça anatômica registrada com o número 11.414 integrou a enorme coleção de Antropologia Física em que constavam ainda ossadas retiradas de sítios arqueológicos como os de Lagoa Santa, e o crânio mais famoso de todos, o de uma hominídea batizada de Luzia, com mais de 11 mil anos (SANTOS; SILVA, 2006). Hoje, o cérebro do escritor está preservado numa espécie de tumba na Casa Euclides da Cunha, na cidade de Cantagalo, na região serrana do Estado do Rio de Janeiro, onde nasceu. O resto do corpo foi trasladado na década de 1980 para São José do Rio Pardo, cidade paulista que guarda numa redoma a pequena cabana de madeira e zinco onde ele trabalhou por três anos.

O culto ao célebre autor de *Os Sertões* está em toda parte nestas cidades, seu nome eternizado nas avenidas, pontes, escolas, a ponto de Santa Rita do Rio Negro, distrito onde nasceu, ter passado a se chamar Euclidelândia. Já a maioria dos crânios e cérebros anônimos da preciosa coleção de Antropologia Física de Roquette-Pinto se perdeu no incêndio do Museu Nacional. Ossada mais antiga encontrada no Brasil, Luzia foi uma das poucas exceções e pôde ser parcialmente recuperada.

Assim como o cérebro de Euclides da Cunha, a cabeça de um homem que se supunha ser Antonio Vicente Mendes Maciel, o Antonio Conselheiro¹ foi estudada detalhadamente pelos cientistas (VILLA, 1995). Decepada pelos soldados que tomaram Canudos de um corpo já em processo de de-

¹ Autores como Marco Antonio Villa vão questionar essa versão em *Canudos: o povo da terra*.

composição, foi examinada no dia 4 de novembro de 1897 pelo médico Nina Rodrigues em busca de sinais não de genialidade, mas de problemas mentais. Já não era apenas, como aconteceu com a cabeça de Tiradentes, em 1792, ou mesmo a de Zumbi dos Palmares, quase um século antes, em 1695, apenas um troféu, uma punição ou um alerta para os insubordinados. Era um objeto de interesse científico. “Trouxeram depois para o litoral, onde deliravam multidões em festa, aquele crânio. Que a ciência dissesse a última palavra. Ali estavam, no relevo de circunvoluções expressivas, as linhas essenciais do crime e da loucura...”, descreveu Euclides da Cunha em *Os Sertões*, sem imaginar que quase 12 anos depois teria suas próprias circunvoluções expressivas estudadas (CUNHA, 2018a, p. 780).

Era tal o potencial gerado pela cabeça decepada no imaginário da imprensa que alguns jornalistas recorreram à ficção para desvendá-lo. Em uma crônica para o jornal carioca, um autor anônimo combina cranio-metria e espiritismo, dois discursos em voga entre os círculos letrados cariocas, ao invocar o espírito de Paul Broca, médico criminalista francês e um dos maiores proponentes da antropometria e craniometria. Mobilizando o léxico kardecista, o cronista pede a um amigo médium para entrar em contato com o espírito de Broca a fim de que este realizasse, enfim, o exame do crânio de Antônio Maciel (FRAGA, 2021, p. 50).

Apesar da ansiedade com que era esperado, o resultado foi publicado apenas na França, no ano seguinte, no artigo “Épidémie de folie religieuse au Brésil”, e só quatro décadas depois aqui. Veredicto: “nenhuma anomalia que denunciasse traços de degenerescência” (NINA RODRIGUES, 1939, p. 89). Ao contrário do cérebro de Euclides, que só pesava 50 gramas a mais, a cabeça decepada de Antonio Conselheiro se perdeu num incêndio, junto com outras “peças anatômicas” da coleção Nina Rodrigues, em 1905.

Ao buscar no crânio de Antônio Conselheiro as provas da degeneração racial que o tornaria predisposto à loucura, Nina Rodrigues não as encontrou. Era o fracasso da aproximação materialista da psique humana; um sintoma da mudança que começava a acontecer no campo da antropolo-

gia e da psicologia no Brasil, e que já estava em curso na Europa: a morte (após uma breve vida) da craniometria de Broca; assim como da frenologia e da antropologia criminal de Lombroso (FRAGA, 2021, p. 56).

A decapitação de Antonio Conselheiro aconteceu no mesmo ano em que centenas, talvez milhares, de cabeças tombaram na Guerra de Canudos, em cenas sangrentas de degola de prisioneiros, entre eles velhos, mulheres e crianças, que respingaram na imagem do Exército brasileiro. Era de se esperar derramamento de sangue, uma vez que um dos líderes militares, o coronel Moreira César, carregava a alcunha de Corta-Cabeças por sua violenta atuação na Revolução Federalista, no Sul do país. Mas a “gravata vermelha” não chegou a ser aplicada diretamente por ele na Bahia. Moreira César morreu atingido pelos jagunços, sua tropa fugiu e seu corpo nunca foi recuperado. Outros militares que acompanharam a terceira expedição tiveram as cabeças cortadas e empaladas, numa das cenas mais macabras descritas em *Os Sertões*. “Concluídas as pesquisas nos arredores, e recolhidas as armas e munições de guerra, os jagunços reuniram os cadáveres que jaziam esparsos em vários pontos. Decapitaram-nos. Queimaram os corpos. Alinharam depois, nas duas bordas da estrada, as cabeças, regularmente espaçadas, frenteando-se, faces voltadas para o caminho”, descreveu Euclides da Cunha (2018a, p. 492).

Cabeças cortadas literal e metaforicamente

Resquíio de tempos bárbaros ou obsessão de uma ciência que considerava ser possível julgar as pessoas por seus traços fisionômicos e pela análise superficial da morfologia cerebral, a prática de cortar cabeças chegou modificada aos nossos dias. Metaforizada pelo que se convencionou chamar de cultura do cancelamento (SAINT LOUIS, 2021), hoje atinge tanto celebridades que ganharam fama a partir das redes sociais quanto escritores solidamente incrustados no cânone, a exemplo de Euclides da Cunha, Monteiro Lobato, Oswald de Andrade, Graciliano Ramos e Jorge Amado, e também de contemporâneos, como J.K. Rowling. Uma onda de questionamentos com base em te-

orias decoloniais e identitárias transformou grandes clássicos da literatura e das ciências sociais em monumentos tão passíveis de serem profanados quanto as estátuas em homenagem aos bandeirantes. Não por acaso, pintado como herói e anti-herói de *Os Sertões*, que ora louva sua índole aventureira ora critica sua violência contra os indígenas e quilombolas de Palmares. “o empreiteiro predileto das grandes hecatombes” foi retratado por Euclides da Cunha com uma ambivalência que já não encontra espaço nos dias de hoje (FERRETTI, 2009).

Nem mesmo a obra-prima de Euclides da Cunha conseguiu sobreviver sem arranhões a uma onda de releituras, profundamente influenciadas pela *critical race theory* (DELGADO; STEFANCIC, 2017), que não fecham os olhos a seus erros interpretativos e equívocos conceituais, como os das gerações anteriores. No entanto, por mais que seja esperado que novas leituras críticas sejam feitas a uma obra tão fundamental, seria justo pichar *Os Sertões* como um livro racista e seu autor como um supremacista, com base em trechos e palavras descontextualizados, sem levar em conta que seu cancelamento desqualificaria não só *Os Sertões* mas praticamente toda a literatura e produção intelectual do passado?

A leitura anacrônica desses autores com os olhos de hoje traz um risco que não pode ser menosprezado: apagar as virtudes literárias de suas obras, e, no caso de *Os Sertões*, seu papel fundamental na denúncia de um modelo autoritário de ordem e progresso que se repete no Brasil, a cada vez que uma operação policial ou militar invade as favelas, vistas, como Canudos, como “o homígio de famigerados facínoras” (CUNHA, 2018a, p. 302).

Para matizar as acusações de que Euclides seria um autor racista, há uma série de textos esparsos com referências a seu apoio à luta abolicionista e elogios a intelectuais negros, como Castro Alves e André Rebouças. Como, por exemplo, alguns dos seus primeiros textos poéticos e em prosa como: “Cenas da escravidão” de 1884 e um poema de cinco quartetos, sem título, publicado no *Diário Popular* (SP), meses antes da abolição da escravatura, dedicado a Manoel Pinto de Souza Dantas, presidente do Conselho de Ministros do Império que deu grande impulso ao abolicionismo; o artigo “A raça negra e a Guarda Negra”, publicado na coluna “Atos e Palavras”, de *A Província de*

S. Paulo, em 12/ 1/ 1889, sob o pseudônimo Proudhon; “Resposta à Confederação Abolicionista”, publicado no jornal carioca *Democracia*, em 10 e 12/ 5/ 1890, em parceria com Saturnino Nicolau Cardoso e Thomaz Cavalcanti de Albuquerque; o artigo “Amanhã”, também publicado no *Democracia*, em 12/ 5/ 1890; “Antes dos Versos”, prefácio a *Poemas e Canções* (1908) de Vicente de Carvalho; e a famosa conferência “Castro Alves e seu tempo”, proferida no Grêmio XI de Agosto, da Faculdade de Direito de São Paulo, em 2/ 12/ 1907 (CUNHA, 2018b).

Embora ele mesmo se definisse como um mestiço de grego, celta e tapuia (FREYRE, 1944), é inegável que trechos e palavras supremacistas efetivamente estão impressos há mais de um século nas páginas de *Os Sertões*, ecoando uma época em que se podia defender em alto e bom som a existência de raças superiores e inferiores. É impossível não ferirem a sensibilidade contemporânea frases como “a mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da inferior. A mestiçagem extremada é um retrocesso” (CUNHA, 2018a, p. 199). Ou mesmo que não tenham calado fundo a intelectuais de pele escura com quem Euclides da Cunha conviveu intimamente, como Teodoro Sampaio, uma das fontes de *Os Sertões*, Domício da Gama, André Rebouças e Machado de Assis, a classificação dos mestiços como “impuros” que, mesmo quando capazes “das grandes generalizações ou de associar as mais complexas relações abstratas, todo esse vigor mental repousa (salvante os casos excepcionais cujo destaque justifica o conceito) sobre uma moralidade rudimentar, em que se presente o automatismo impulsivo das raças inferiores” (CUNHA, 2018a, p. 200).

A ameaça de cancelamento de escritores por legiões de leitores insatisfeitos com sua posição política ou identitária é relativamente recente, mas o desconforto com a abordagem racial de Euclides não começou hoje. O processo de elevação de *Os Sertões* ao patamar de monumento literário se deu graças ao silenciamento da crítica aos equívocos de sua visão racializada dos problemas sociais brasileiros, como já foi apontado por Luiz Costa Lima (1997, p. 187). “Euclides precisa ser lido não como mito; porém, como o

escritor que mais intensamente procurou pensar seu país. O preço pago por não o fazermos está em, sem o seu carisma, repetirmos suas falhas” (COSTA LIMA, 1997, p. 187).

Passar por cima da supremacia racial afirmada por Euclides, sob o pressuposto de que era a ideia do tempo, é um dado correto de que, no entanto, se extrai uma consequência infame. Por que digo infame? Porque demonstra nossa extrema carência de pensar, o que nos leva a não perceber que continuamos racistas, embora na aparência assim já não se dê. Sim, é certo que a teoria das raças como possuidora de estoques diferenciados provinha da Europa e aqui simplesmente se aclimatava, justificando o branco patriarcal, latifundiário e monocultor. Mas passar batido sobre ela, antes acentuando *Os Sertões* como um livro vingador do sertanejo, leva a que não se veja que nossa sociedade continua racista, por sua prática cotidiana, ainda que não pelas palavras explícitas. Literalmente não somos racistas para o que sejamos por nossa prática social (COSTA LIMA *apud* AUTOR, ano).

E fato, Euclides vai propor a mistura de raças como a “rocha viva” da identidade nacional, com a sintomática exclusão do negro. Mas só após ser resignificada por Gilberto Freyre, na década de 30, a miscigenação efetivamente vai ganhar um valor positivo, num processo que será capitalizado pelo Estado Novo, erguendo o mito da Democracia Racial brasileira.

Já a partir desse momento, as mazelas por que passavam os povos supostamente inferiores passam a ser explicadas por questões como a fome, a falta de instrução, a falta de estrutura familiar e a insalubridade em que eles viviam, entre outros aspectos. Explicações como a de Euclides da Cunha não seriam mais hegemônicas nos meios acadêmicos. Ora, é exatamente nesse momento que, segundo Regina Abreu, em *O enigma de Os sertões*, o movimento euclidiano começa a ganhar força, recebendo subvenções do estado de São Paulo e a contribuição de intelectuais renomados, como Gilberto Freire, José Lins do Rego, Plínio Salgado, Lúcia Miguel Pereira, entre outros. O movimento de monumentalização de Euclides da Cunha estava, finalmente, rendendo frutos e conquistando reconhecimento nacional. No entanto, se esses intelectuais

pretendiam realmente “santificar” o escritor, nada mais inapropriado do que ressaltar suas características evolucionistas nessa época. Esse lado do escritor pode ter passado, então, a ser silenciado pelos intelectuais. Finalmente, após 70 anos de silêncio, essa memória, de fato, passou a não existir mais. Este é mais um dos chamados silêncios eloquentes, que geralmente acontecem quando, intencionalmente, algumas coisas, no caso de Euclides, sua identidade com o pensamento evolucionista spenceriano da época, passam a ser esquecidas em benefício de outras, que passam a ser ressaltadas (SOUZA; GALVÃO, 2007, p. 183).

O próprio Gilberto Freyre elogia Euclides fazendo uma série de “poréns” àquele que chama de mestre. “Na descrição dos sertões, o cientista erraria em detalhes de geografia, de geologia, de botânica, de antropologia; o sociólogo, em pormenores de explicação e de diagnóstico sociais do povo sertanejo”, reconhece, criticando duramente o autor a quem dedicaria os estudos “Atualidade de Euclides da Cunha” e “Euclides da Cunha, revelador da realidade brasileira” (FREYRE, 1939). Porém, “para o redimir dos erros de técnica, havia em Euclides da Cunha o poeta, o profeta, o artista cheio de intuições geniais” (FREYRE, 1939, p. 11).

Em mesa-redonda realizada em 1986, Antonio Houaiss questiona a validade de se exigir do autor de *Os Sertões* mais do que ele poderia dar, sem levar em conta o contexto histórico em que viveu. “Frequentemente, está-se querendo, em Euclides da Cunha, um tipo de conhecimento científico que a humanidade ainda não tinha, ao tempo em que ele escreveu o livro. De maneira que esse tipo de crítica me parece que não apenas corrosiva, mas também intrinsecamente impossível! Ela não cabe, pelo simples fato de que o que se está querendo, é alguma coisa que as epistemes humanas ainda não haviam atingido” (HOUAISS *apud* GALVÃO, 2009a, p. 21).

Na mesma ocasião, Franklin de Oliveira, autor da clássica biografia intelectual de Euclides *A espada e a letra*, replica que já havia outras veredas interpretativas para as questões levantadas pelo autor de *Os Sertões*. Após a geração de Euclides e Nina Rodrigues, a Antropologia Física cairia em desuso no Brasil, substituída pela Antropologia Cultural. Se as teorias tomadas de empréstimo por Euclides da Cunha eram hegemônicas até a virada do século

20, vozes dissonantes como a dos médicos Manoel Bonfim e Juliano Moreira se fizeram ouvir logo no início do novo século.

A ciência já do final do século dezenove, começo do século vinte, não era toda a ciência reacionária a que ele se agarrou. Não era exclusivamente essa, de maneira que todos os autores que ele se abeberou fartamente sem nenhum critério, sem procurar discernir criticamente o que estava engolindo, formava essa ciência reacionária... E isso leva às afirmações e à maneira de encarar o problema de Canudos de forma errada” (OLIVEIRA *apud* GALVÃO, 2009a, p. 34).

Unívocos equívocos

Outro problema para os críticos apressados de Euclides da Cunha é que, por mais que seja um livro-monumento, *Os Sertões* não é monolítico. Para compreendê-lo, é importante “liberá-lo de uma visão unívoca, e muitas vezes equívoca”, como sugere Bernucci (1995, p. 18). Autor que exige, além de esforço, honestidade intelectual de seus analistas, seria injusto julgar Euclides da Cunha sem levar em conta suas contradições internas e das próprias teorias científicas que ditavam o debate intelectual de então, assim como as que resultaram de seu embate com a realidade empírica. Suas idas e vindas revelam “a dificuldade de tratar o objeto que se quer descrever, ou porque suas qualidades eram excessivamente díspares ou sua forma obstinada, ou porque os anseios do coração caminhavam em direção oposta ao intelecto” (BERNUCCI, 1995, p. 87).

A tarefa é especialmente difícil quando se trata de um escritor tão contraditório quanto Euclides, dono de um estilo tortuoso e de um raciocínio baseado em premissas que são gradualmente desconstruídas ao longo da experiência de campo e da própria escrita do livro. Não basta apenas usar aspas em suas palavras e frases, é preciso tentar entender o que efetivamente pensava, de onde tirou essas ideias, qual o exato sentido dos conceitos que usou, com quais pensadores dialogava, qual o contexto histórico em que vivia. E, principalmente: o que pode ter levado a que expressasse opiniões tão contraditórias?

Como se houvesse vários autores numa mesma obra, “é possível ver desde um Euclides republicano e positivista ferrenho, até o extremamente crítico ao regime político e à nacionalidade, passando por aquele desconfiado das leis de evolução que separavam o sertão do litoral brasileiro” (FRANCO NETO, 2015, p. 91). Quando se compara *Os Sertões* com outros livros, artigos e cartas do escritor, fica ainda mais claro que seu pensamento não é rígido e linear, mas um *working in progress*, seguindo um método de escritura que Leopoldo Bernucci denomina de aprendizagem: ao mesmo tempo que o autor escrevia, aderindo-se às teorias raciais da época, ele notava que na prática os sertanejos não se encaixavam nelas (BERNUCCI, 2008).

Seria incompreensível Euclides afirmar que o sertanejo era uma raça destruída pela história (como o faz na segunda parte de *Os Sertões*) e, posteriormente, criminalizar a ação do exército (como encerra na terceira parte). Seria incompreensível, caso se buscasse uma absoluta coerência no argumento de Euclides e não se abrisse à possibilidade das ambiguidades e das próprias autodesconstruções da sua escrita (SANTOS, 1998, p. 75).

Uma leitura reducionista não é capaz de dar conta do complexo pensamento do autor. “O problema é justamente este”, adverte Bernucci: “Muitos dos enunciados em *Os Sertões* não podem ser nem refutados nem assegurados, porque pela própria natureza de sua articulação discursiva não são passíveis de afirmação nem de negação” (BERNUCCI, 2008, p. 31-32). Um dos exemplos com que ilustra o uso da aporia na obra euclidiana é justamente a “impossibilidade de afirmar ou negar a validade da conclusão frenológica”, a partir do que Euclides escreve nas páginas 204 (quando a chama de fantasias psico-geométricas) e 780 do livro (quando parafraseia Lombroso para afirmar que no cérebro de Conselheiro poderiam se ler as “linhas essenciais do crime e da loucura”).

Afinal, Euclides aceita ou rejeita as teorias frenológicas? É difícil chegar a uma conclusão. Como em quase tudo o que escreve, “as duas leituras, a ‘certa’ e a ‘errada’, são possíveis, só que ambas coexistem no livro, servindo ao mesmo princípio de construção literária” (GALVÃO, 2009b, p. 37). Aparentemente, mesmo que o autor o considere questionável, ainda assim se julga in-

capaz de se contrapor ao racismo científico hegemônico. É preciso reconhecer a enorme dificuldade de um pensador periférico, sem formação específica, no século 19, para chegar a uma conclusão sobre assuntos tão complexos quanto raça, mestiçagem e identidade brasileira, ainda hoje controversos, lutando com as armas de todo um sistema intelectual concebido para justificar o imperialismo europeu e a escravidão.

Reflexo de uma dissonância cognitiva típica de quem é obrigado a lidar com ideias e realidades conflitantes, polifonia, antíteses, aporias, antinomias e oximoros marcam o raciocínio de Euclides da Cunha, exigindo do leitor um grande esforço de interpretação. O escritor é mestre no que Walnice Nogueira Galvão chama de movimento oximorático, em que o pensamento se apoia em imagens paradoxais e faz verdadeiros malabarismos para conciliá-las. “O oxímoro em Euclides da Cunha não só arma como expressa a dificuldade real de alcançar uma síntese entre doutrinas contraditórias” (GALVÃO, 2009b, p. 43). Apelando a “atributos antilógicos” (CUNHA, 2018a, p. 524), como ele próprio define, o escritor não raro acaba unindo conceitos opostos numa só expressão, como “Hércules Quasímodo” (CUNHA, 2018a, p. 207).

Quando se analisam as fontes de Euclides, percebe-se que *Os Sertões* não tem só um narrador, mas muitos, como é o caso do famoso “Um parêntesis irritante” (CUNHA, 2018a, p. 199-201), na segunda parte do livro. “Tudo se passa sob as espécies de um simpósio cujos convivas estão ausentes, mas em que suas ideias em entrecchoque os substituem em presença viva nas páginas do livro” (GALVÃO, 2009b, p. 36). Uma das hipóteses já levantadas por Bernucci (*apud* CUNHA, 2018a, p. 200) é que estas duas páginas e meia com os trechos mais deploravelmente racistas de *Os Sertões* sejam uma paráfrase do artigo “A loucura epidêmica de Canudos”, escrito por Nina Rodrigues pouco antes da tomada do arraial² (NINA RODRIGUES, 1939). Em vez de refletir o pensa-

² O artigo foi publicado em 1 de novembro de 1897 na *Revista Brasileira*, Ano III, tomo XII, fasc. 69, mas escrito antes da tomada de Canudos, que é relatada em nota de rodapé por Nina Rodrigues: “Não altera de uma linha as considerações deste estudo a notícia que nos acaba de transmitir o telégrafo de que a 5 de outubro o general Artur Oscar, que desde junho se achava em Canudos à frente de mais de doze mil homens apoderou-se finalmente daquele reduto, batendo completamente o bando de fanáticos que ali se achavam entrincheirados”.

mento euclidiano, o parêntesis irritantemente supremacista seria uma espécie de longas aspas (na verdade uma citação livre) das teorias defendidas por Nina Rodrigues, um dos maiores divulgadores dos conceitos do racismo científico no Brasil. De fato, embora só seja citado uma vez em *Os Sertões*, ecos do artigo de Nina se fazem ouvir nesta e em várias partes do livro. A citação abaixo pertence a Nina Rodrigues, no entanto parece saída da boca de Euclides. Afinal, ele estaria endossando estas ideias ou as criticando, ao defini-las como um parêntesis irritante e logo em seguida começar o capítulo “Uma raça forte”?

Pelo lado etnológico, não é jagunço todo e qualquer mestiço brasileiro. Representa-o em rigor o mestiço do sertão, que soube acomodar as qualidades viris dos seus ascendentes selvagens, índios ou negros, às condições sociais da vida livre e da civilização rudimentar dos centros que habita. Muito diferente do mestiço do litoral, que a aguardente, o ambiente das cidades, a luta pela vida mais intelectual do que física, uma civilização superior às exigências da sua organização física e mental, enfraqueceram, abastardaram, acentuando a nota degenerativa que já resulta do simples cruzamento de raças antropologicamente muito diferentes, e criando, numa regra geral que conhece muitas exceções, esses tipos imprestáveis e sem virilidade que vão desde os degenerados inferiores, verdadeiros produtos patológicos, até esses talentos tão fáceis, superficiais e palavrosos quanto abúlicos e improdutivos, nos quais os lampejos de uma inteligência vivaz e de curto voo correm parselhas com a falta de energia e até de perfeito equilíbrio moral” (NINA RODRIGUES, 1939, p. 151-152).

Considerações finais

É curioso reler *Os Sertões* num momento em que o Brasil experimenta uma mudança de paradigma na forma como encara temas como racismo e miscigenação, questionando os efeitos práticos que o mito de democracia racial teve na construção de uma sociedade profundamente desigual e na consolidação de estruturas sociais profundamente discriminatórias. Um espelhamento entre o racismo historicamente segregacionista nos Estados Uni-

dos (WILKERSON, 2021) e o racismo cordial do Brasil (TURRA; VENTURI, 1995) pode ser muito útil para discutir as diferenças e continuidades entre os dois modelos. Mas ele carrega uma armadilha: nos vemos novamente diante de teorias importadas mal adaptadas, como foi o racismo científico europeu com que Euclides da Cunha se debateu e se submeteu.

Por outro lado, não seria a “cancel culture” uma reação natural, embora tardia e excessivamente personalizada, a um racismo que se pretendia científico em seu olhar etnocêntrico contra orientais, nativos americanos e africanos, vistos como raças inferiores? Uma rejeição aos frutos intelectuais de uma época em que se falava abertamente em “luta de raças” (GUMPLOWICZ, 1981), como hoje se fala em “luta de classes”? Por enfrentarem um racismo mais transparente, os pensadores ligados à “critical race theory” enxergariam com mais clareza estratégias discursivas e barreiras invisíveis, criado as bases conceituais de um novo letramento racial? Ou ela diria respeito a uma realidade específica de um país que rejeitou casamentos interraciais até mesmo do ponto de vista legal, usando a regra do “one drop of blood”, uma gota de sangue, como parâmetro, ao contrário do Brasil, em que a mestiçagem é uma realidade inscrita nos genes da maioria da população?

O problema é que, na ânsia dos cancelamentos, há cada vez menos espaço para uma leitura generosa dos autores, abraçando as contradições que, como todos os humanos, até os gênios carregam. Errar é humano. Por certo, *Os Sertões* é um livro que faz uso de um aparato teórico que hoje facilmente reconhecemos como incorreto, gerando um conteúdo analítico datado, mas ainda hoje repetido. No entanto, é justo que o livro seja pichado como um monumento ao racismo e não como retrato da gradual conscientização de um autor de que suas ideias não correspondem aos fatos? Com o arsenal de que dispunha, Euclides da Cunha fez uma tentativa profundamente honesta de dar sentido a uma guerra sem sentido, analisando suas causas e consequências humanas, criando uma obra que deixou registrado o massacre dos habitantes de Canudos na História, ao contrário de outros combates e insurreições que foram esquecidos. Em sua época dominada pelo racismo científico, apoiou a Abolição e demonstrou amizade e admiração profunda por vários intelectuais negros e mestiços.

Ítalo Calvino diz que um clássico é “um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer” (CALVINO, 1991, p. 11). Mas o que um clássico de fato, não é? Um clássico não é sinônimo de livro perfeito e incriticável, assim como não existe escritor sem defeitos. Um clássico é um livro cheio de camadas, que se renova a cada leitura. Talvez seja o preço a ser pago pelas obras-primas. Uma obra que consegue a proeza de se manter relevante ao longo do tempo se sujeita a ser criticada de diferentes formas, conforme as mentalidades mudam e a importância de certos temas aflora. Mesmo preservado pelo cânone, não está congelado no tempo nem imune a sucessivas críticas.

No final das contas, não seria a onda de cancelamentos de escritores a vitória dos leitores sobre o autor destituído de seu poder e autoridade, uma espécie de imprevisto efeito colateral do movimento descrito por Roland Barthes em “A morte do autor” (2004, p. 57-64)? Na última linha de seu ensaio de 1968, que apontou uma mudança de paradigma e abriu as portas para a teoria da recepção, Barthes prevê que “o nascimento do leitor tem de pagar-se com a morte do Autor” (2004, p. 64). No artigo “Que importa quem fala?”, que de muitas formas complementa o de Barthes, Michel Foucault também aponta um lado negativo da perenidade (FOUCAULT, 2006, p. 34). Ao ser confrontada por leitores, agora transformados em *haters*, “a obra que tinha o dever de trazer a imortalidade recebeu agora o direito de matar, de ser assassina do seu autor” (FOUCAULT, 2006, p. 34). É o que vemos quando autores consagrados têm a cabeça posta a prêmio e entregue de bandeja a um público sedento de bodes expiatórios para problemas estruturais nunca resolvidos pela sociedade como um todo.

Referências

ABREU, Regina. *O enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

BARTHES, Roland. A morte do autor. In: *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BERNUCCI, Leopoldo. *A imitação dos sentidos*. São Paulo: Edusp, 1995.

BERNUCCI, Leopoldo. *Discurso, ciência e controvérsia em Euclides da Cunha*. São Paulo: Edusp, 2008.

CALVINO, Ítalo. *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

COSTA LIMA, Luiz. *Terra Ignota: A construção de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

CUNHA, Euclides da. *Caderneta de campo. Introdução, notas e comentário de Olímpio de Souza Andrade*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões (Campanha de Canudos). Edição, Prefácio, Cronologia, Notas e Índices*; BERNUCCI, Leopoldo. São Paulo: Ateliê Editorial, SESI-SP editora (coedição), 2018^a.

CUNHA, Euclides da. *Ensaio e inéditos*. BERNUCCI, Leopoldo; RISSATO, Felipe Pereira (org). São Paulo: Sesi-SP, 2018b.

DELGADO, Richard; STEFANCIC, Jean. *Critical Race Theory. An Introduction*. Third Edition. New York University Press, 2017. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=dHI4DQAAQBAJ&lpg=PR19&ots=tVHeo5Doys&dq=critical%20race%20theory&lr&hl=pt-BR&pg=PR6#v=onepage&q=critical%20race%20theory&f=false>.

FERRETTI, Danilo Zioni. Euclides da Cunha Historiador: A reinvenção do bandeirante em Os Sertões. *Revista de História*, n 160, 1º semestre de 2009, p. 261-284. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19111/21174>.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Nova Veja, 2006.

FRAGA, Isabela. O crânio-celebridade: Antônio Conselheiro e o fracasso da degeneração racial. Porto Alegre: *Revista PHILIA | Filosofia, Literatura & Arte*, v. 3, n. 1, p. 43-68, maio de 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/philia/article/view/112893/pdf>.

FRANCO NETO, M. Canudos sob o olhar da ciência: Nina Rodrigues e Euclides da Cunha na interpretação da Guerra no Sertão. *Revista Escrita Da História*, v. 2, n. 3, p. 73-92, 2015. Disponível em: <https://www.escriadahistoria.com/index.php/reh/article/view/28>.

FREYRE, Gilberto. (1943) *Atualidade de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante. (Conferência – Salão de conferências da Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 29 out. 1940).

FREYRE, Gilberto. *Perfil de Euclides e outros perfis*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

GALVÃO, Walnice Nogueira (Org.). *Euclidianos e conselheiristas – um quarteto de notáveis*. Transcrição de mesa-redonda reunida na Editora Ática em 1986, com a participação de Antônio Houaiss, Franklin de Oliveira, José Calasans e Oswaldo Galotti. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2009a.

FREYRE, Gilberto. *Euclidiana*. São Paulo: Cia das Letas, 2009b.

GUMLOWICZ, Ludwig. (1981) *La Lutte des races*. Paris: Librairie Guillaumuin, 1983.

NINA RODRIGUES, Raimundo. *As Coletividades Anormais*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira Rio de Janeiro, 1939.

OLIVEIRA, Franklin de. *Euclides: a espada e a letra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

RISSATO, Felipe Pereira (org.). *Dossiê sobre a morte de Euclides da Cunha*. In: EUCLIDESITE. Artigos. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://euclidesite.com.br/artigos/dossie-sobre-a-morte-de-euclides-da-cunha/2/>.

SÁ, Guilherme José da Silva e; SANTOS, Ricardo Ventura; RODRIGUES-CARVALHO, Claudia; SILVA, Elizabeth Christina da. *Crânios, corpos e medidas: a constituição do acervo de instrumentos antropométricos do Museu Nacional na passagem do século XIX para o XX*. Rio de Janeiro: História, Ciências, Saúde-Manguinhos. v. 15, n. 1, março 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/qHzj7XNHG9qSrP5RYDhXw4v/?lang=pt#>.

SAINSBURY, Daisy. *Displaying the Dead-The Musée Dupuytren Catalogue. United Kingdom: The Public Domain Review*, November 22, 2022. Disponível em: <https://publicdomainreview.org/essay/musee-dupuytren-catalogue>.

SAINT LOUIS, Hervé. Understanding cancel culture: Normative and unequal sanctioning. In: *First Monday*, v. 26, n. 7, 23 Jun. 2021. Disponível em: <https://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/download/10891/10177>.

SANTOS, Ricardo Ventura. A obra de Euclides da Cunha e os debates sobre mestiçagem no Brasil no início do século XX: Os sertões e a medicina-antropologia do Museu Nacional. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 5, p. 237-253, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/nwxfPkTjn6J6BzJQFkwCKqR/?lang=pt>.

SANTOS, Ricardo Ventura. Museu Nacional: ruínas precoces, fiapos de esperança. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, setembro de 2018. Disponível em: <https://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/museu-nacional-ruinas-precoces-fiapos-de-esperanca/>.

SANTOS, Ricardo Ventura; SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. *Inventário analítico do Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2006. 160 p. Disponível em: https://www.gov.br/mast/pt-br/imagens/publicacoes/2006/inventario_de_antropologia_fisica.pdf.

SANTOS, Rita de Cássia Melo. Um antropólogo no museu: Edgar Roquette-Pinto e o exercício da antropologia no Brasil nas primeiras décadas do século XX. *Horizontes Antropológicos*. V. 25, n. 53. Janeiro-Abril 2019. Disponível: <https://www.scielo.br/j/ha/a/GGsGHMWFSG7s4KfksJ3ZJyw/?lang=pt>.

SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SOUZA, Natália Peixoto Bravo de; GALVÃO, Gastão. O estigma de uma obra: a trajetória de Euclides da Cunha e suas reapropriações sob o ponto de vista do positivismo e do evolucionismo. Rio de Janeiro: *REVISTA DA SBHC*, v. 5, n. 2, p. 173-184, julho – dezembro 2007. Disponível em: https://www.sbhc.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=94.

STAUM, Martin S. *Labeling People: French Scholars on Society, Race, and Empire, 1815-1848*, McGill-Queen's University Press. ProQuest Ebook Central, 2003.

TIEDEMANN, Frederick. *On the Brain of the Negro, Compared with That of the European and the Orang-Outang*. Philosophical Transactions of the Royal Society of London. Vol. 126, p. 497-527. 37 p. , 1836. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/108042#metadata_info_tab_contents.

TURRA, Cleusa; VENTURI, Gustavo. *Racismo cordial: A mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

WILKERSON, Isabel. *Castas: a origem do nosso mal-estar*. São Paulo: Cia das Letras, 2021.

VILLA, Marco Antonio. *Canudos: O povo da terra*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

Recebido em 20 de novembro de 2022.

Aceito em 15 de dezembro de 2022.

O ÁLBUM DE GUERRA DE FLÁVIO DE BARROS: DA HISTÓRIA À MEMÓRIA (1897-2022)

Rozeaux Sebastien

Resumo: A partir da análise cruzada de algumas fotografias do álbum *Canudos* de Flávio de Barros e da informação biográfica sobre o “fotógrafo expedicionário”, é possível compreender como estas imagens de propaganda de guerra se tornaram fontes históricas de valor etnográfico no século XX, quando foram incluídas na primeira edição de *Os Sertões*, em 1902, e ainda mais a partir da década de 1980, quando essas imagens têm sido utilizadas por historiadores e empresários de memória que, em *Canudos*, tentam reabilitar a experiência de vida comunitária que foi Belo Monte.

Palavras-chave: Memória. *Canudos*. Fotografias de guerra. Euclides da Cunha. Sertão.

Résumé: À partir de l'analyse croisée de quelques photographies de l'album *Canudos* de Flávio de Barros et des informations biographiques concernant le «photographe expéditionnaire», il est possible de comprendre la façon dont ces images de propagande de guerre sont devenues au 20^e siècle des sources historiques à valeur ethnographique, depuis leur inclusion dans la 1^e édition de *Os Sertões* en 1902, et plus encore depuis qu'elles sont utilisées depuis les années 1980 par des historiens et entrepreneurs de mémoire qui, à *Canudos*, œuvrent à réhabiliter l'expérience de vie communautaire que fut Belo Monte.

Mots-clés: Mémoire. *Canudos*. Photographies de guerre. Euclides da Cunha. Sertão.

Abstract: From the cross-analysis of some photographs from the album *Canudos* by Flávio de Barros and the biographical information about the “expeditionary photographer”, it is possible to understand how these images of war propaganda became historical sources with ethnographic value in the 20th century, since their inclusion in the first edition of *Os Sertões* in 1902, and even more since they have been used from the 1980s by historians and entrepreneurs of memory who, in *Canudos*, are working to rehabilitate the experience of community life that was Belo Monte.

Keywords: Memory. *Canudos*. War photographs. Euclides da Cunha. Sertão.

Uma das primeiras cenas do filme de Sergio Rezende, *A Guerra de Canudos*, produzido para a televisão por ocasião do centenário de 1997, tem lugar em Bom Conselho, no sertão da Bahia, no dia do mercado, alguns anos antes da fundação de Belo Monte. Um pregoeiro anuncia a presença pela primeira vez nestas zonas remotas do sertão da “mais nova maravilha da França e das

Alemanhas”, a máquina fotográfica em frente da qual os mais ricos vêm posar, sob o olhar estupefato dos camponeses, que também são seduzidos pela ideia de ter um retrato, esta «lembança que não se apaga» (REZENDE, 1997, 5’ min).

Se a fotografia é o tema da cena de abertura deste filme de grande orçamento, é certamente uma referência implícita à força memorial adquirida ao longo das décadas pelas fotografias tiradas por Barros no fim da guerra, a este símbolo da modernidade artística e industrial que irrompe com as baterias de canhões e metralhadoras que vieram da Europa até às portas de Canudos sitiado em setembro de 1897. Na falta de fotografias tiradas em tempo de paz, tal como Rezende o imagina no seu filme, é preciso voltar às imagens agora digitalizadas do álbum *Canudos*¹, ampliá-las para aceder à espessura do grão, e assim ver o que resta deste fluxo vital que está a secar diante dos olhos do fotógrafo Flávio de Barros, que chega a Canudos enquanto os seus habitantes estão a morrer, após longos meses de incursões e bombardeamentos. Analisar este extraordinário corpus fotográfico é uma oportunidade para restabelecer a ligação com a história e a memória da experiência comunitária que Belo Monte e os seus habitantes encarnaram durante apenas cinco anos no final do século XIX.

Um álbum de guerra?

As 69 fotografias impressas em papel albúmen, conservadas no Museu da República no Rio de Janeiro, foram tiradas durante as semanas que Barros passou no sertão entre setembro e princípios de outubro de 1897. Estão agrupados num álbum do qual existem três cópias. Um é conservado no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em Salvador. Intitulado *Álbum – Canudos*, em letras gravadas na capa, recolhe estas imagens cuidadosamente coladas e acompanhadas da sua legenda, manuscrita ou datilografada numa fina tira de papel. O tamanho destas impressões pode variar, mas respeitam a proporção de três meios, característica da fotografia em prata.

¹ Disponível on-line em Brasileira fotográfica: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br>.

O álbum não é obra de uma editora ou tipografia, mas do próprio fotógrafo, Barros, que comprou álbuns virgens e compôs à mão, no seu regresso da guerra, os poucos exemplares oferecidos ao estado-mor ou postos em venda, cujo número é desconhecido. Os anúncios na imprensa mostram que estas imagens também foram disponibilizadas à unidade, a destinação dos veteranos, dos oficiais que se orgulhavam de ter participado na heroica guerra de Canudos².

Trata-se de um conjunto de documentos sem precedente no Brasil, pois nunca nenhuma guerra tinha produzido este tipo de imagem antes. Embora a fotografia tenha tido sucesso no Rio desde a década de 1840 – o Imperador Pedro II construiu uma coleção de mais de 25.000 fotografias durante o seu reinado – só em 1897 é que apareceu no cenário da guerra, de acordo com uma cronologia que não é acidental (LAGO, 2005): de facto, a fotografia foi comprometida no final do século com a guerra colonial em África e na Ásia, e não há dúvida de que a escolha feita pelo exército de recorrer aos serviços de um fotógrafo inscreve-se neste movimento transnacional através do qual a fotografia também serviu para “justificar a conquista da terra e o uso da força” perante os inimigos irregulares que se recusaram a submeter-se a um poder legítimo (FOLIARD, 2020, p. 40)³: “A câmara não é um objeto neutro, a sua utilização nunca é passiva. Ao aparecer nas mãos dos conquistadores, ou daqueles que preparam os seus avanços, torna-se um elemento de subjugação, e uma ferramenta que participa e estrutura o exercício da violência” (FOLIARD, 2020, p. 51).

Instrumento de propaganda ao favor de um exército envolvido numa longa guerra cujo resultado era ainda incerto, o álbum completa os relatos heroicos dos combates da 4ª expedição, que correspondentes como Euclides da Cunha escreviam para a imprensa de Salvador, Rio ou São Paulo,

² Ver, por exemplo, o anúncio “Guerra de Canudos”, reproduzido no *Jornal de Notícias* de Salvador de Bahia, a 14 de setembro de 1898 (n° 5604, p. 3).

³ Concomitante com a Guerra de Canudos, a conquista de Madagáscar pelas tropas de Joseph Gallieni é documentada por um “repertório fotográfico argumentado de vários milhares de fotografias”. (*Ibid.*, p. 154) Poder-se-ia também citar a campanha britânica de 1896-1898 para conquistar o Sudão, “uma das primeiras guerras da era Kodak” (*Ibid.*, p. 158).

sob a estreita supervisão dos censores militares. A maioria das fotografias documenta a presença dos regimentos envolvidos no esforço de guerra, o bom estado geral dos campos militares e das tropas. São também testemunhas do bom tratamento dos prisioneiros, ao contrário de muitos discursos... e da realidade. É, portanto, necessário usar estas imagens com grande cautela, pois fazem parte de uma narrativa, como relatórios de guerra, cuja relação com a verdade é mais que questionável. No final deste século, os exércitos da Europa – e, portanto, do Brasil, no contexto da circulação internacional da informação – sabem que a fotografia é uma arma de comunicação de dois gumes. “Já no início da década de 1890, quatro anos após os britânicos terem tido de lidar com o caso Hooper na Birmânia, o império francês em rápida expansão em África estava a experimentar um dos seus primeiros escândalos mediáticos envolvendo a fotografia” (FOLIARD, 2020, p. 237). Não há dúvida que os oficiais do exército foram informados destes escândalos através da imprensa, e que o trabalho do fotógrafo em Canudos foi rigorosamente supervisionado, a fim de apresentar uma imagem limpa das tropas envolvidas numa “guerra justa” – é por isso que o álbum também faz sentido através das formas atenuadas de violência de guerra que apresenta, como voltarei a referir.

Contudo, neste panorama que glorifica os exércitos, várias imagens têm um estatuto ambíguo, na medida em que, deixando aqui de lado a violência do gesto fotográfico numa situação de guerra, dão-nos um vislumbre sobre este povo canudense em vias de desaparecer. E, como gostaria de defender aqui, acredito que outras leituras deste corpo de imagens são possíveis. Porque documentam, embora à margem, o projeto comunitário e os seus membros, estas fotografias têm também um valor etnográfico que vai além do contexto do fim da guerra em que foram produzidas. Elas refletem um ponto de vista, o de Flávio de Barros, que é mais ambíguo ou complexo do que se poderia pensar à primeira vista, folheando as páginas do álbum de guerra. Voltando à carreira deste fotógrafo e à forma como compôs o seu álbum, com base nas poucas indicações de que disponho, proponho aqui analisar de uma nova forma estas fotografias, cuja ambivalência atinge o espectador e o leitor, então como agora. Pois é durante este longo século XX que estas fotografias

de guerra, que se tornaram fontes históricas, foram utilizadas por outras pessoas como “lugares de memória”. É preciso dizer que estas fotografias, pela sua representação de uma “realidade” desaparecida, compensam o abismal desequilíbrio enfrentado pelo historiador que deseja escrever uma história objetiva de Canudos e da guerra, porque se os relatos dos vencedores abundam, o silêncio das fontes do lado dos derrotados é imenso. Enquanto uma memória oral se construiu ao longo do século XX, graças aos sobreviventes e aos seus descendentes que ainda hoje seguem mantendo viva essa história, as fotografias de “jagunços” de Barros adquiriram um valor documental inestimável e tornaram-se assim operadores da memória.

Este processo foi iniciado por um trabalho seminal na história do pensamento e da literatura brasileira, *Os Sertões* de Euclides da Cunha, cuja primeira edição foi publicada em 1902, apenas cinco anos após o fim de uma guerra que muitos já tinham esquecido. Ao trazer esta trágica guerra de volta à frente e ao estabelecer uma leitura paradigmática da luta entre o jagunço forte e o exército republicano, Euclides da Cunha questiona a história e identidade brasileiras através do prisma desta população mestiça que ele acredita estar condenada a desaparecer. E o seu livro pode ser lido como o vasto túmulo de um Brasil, o dos sertões, cuja memória ele se propõe a fixar antes da ordem e do progresso apressarem o seu desaparecimento.

Antes de embarcar para a Bahia e ir depois para Monte Santo na companhia do Marechal Bittencourt, o novo Ministro da Guerra encarregado de recolocar os exércitos derrotados no caminho da vitória, Euclides da Cunha levou consigo uma câmera e uma caderneta para documentar com imagens e texto esta “guerra de Vendéia” que estava a ser travada nos confins do Estado da Bahia (ALMEIDA, 1998). No entanto, quando o autor voltou para o Rio, tinha consigo apenas as notas de guerra. Será por isso que, na ausência de fotografias pessoais, quando a primeira edição do seu livro apareceu em 1902, ele incluiu as imagens tiradas por um fotógrafo profissional, Flávio de Barros, que também acompanhou o ministro no sertão. Presume-se que Cunha não terá pedido a permissão de Barros, uma vez que estas imagens não são devidamente referenciadas. Na terceira edição corrigida de *Os*

Sertões, publicada por Laemmert em 1905, são reproduzidas três imagens nas últimas páginas do volume, correspondentes ao relato dos últimos dias da guerra. Dois documentam a mobilização das tropas: “Monte Santo, base de operação” (CUNHA, 1905, p. 527) e “Acampamento dentro de canudos” (CUNHA, 1905, p. 543). Finalmente, uma terceira, sobriamente intitulada “As prisioneiras” (CUNHA, 1905, p. 605), reproduz uma das imagens mais conhecidas do álbum de guerra: o retrato coletivo das centenas de mulheres e crianças que se renderam alguns dias antes da destruição de Canudos. Estas três imagens refletem perfeitamente a ambiguidade genérica deste álbum.

Do álbum de guerra ao documento etnográfico

Ao folhear as páginas do álbum de guerra revela-se a missão do fotógrafo: 50 das 69 imagens são retratos de batalhões, do estado-maior ou dos oficiais do exército mobilizados no esforço de guerra, tal como as duas primeiras imagens reproduzidas na edição de 1905 de *Os Sertões* o ilustram. O fotógrafo preferiu vistas largas a fim de mostrar os milhares de soldados posando numa ordem e hierarquia que refletisse o etos corporativista do exército. Em primeiro plano estão os oficiais e o seu estado-maior, em segundo plano os soldados em armas.

A extraordinária encenação que consiste em posar diante da estranha máquina fotográfica fez parte da tentativa de mobilizar de novo as tropas neste mês de setembro, quando a vitória finalmente parecia estar ao alcance, na sequência dos reforços recebidos. A solenidade do momento e a natureza sem precedentes da iniciativa ajudaram a incentivar os soldados a lutar para salvar a República. Os batalhões de infantaria, os artilheiros e as suas baterias, a comissão de engenheiros, o corpo sanitário; todos os corpos do exército passam em frente da máquina, seja na retaguarda ou nas “trincheiras”, como o mostram fotografias mais raras.

Ao virar as páginas do álbum e os retratos dos batalhões, compreende-se que Barros queria compor um relato lisonjeiro da 4ª expedição. A presença do ministro em Monte Santo, a chegada de reforços militares e com-

boios de abastecimento, e o progressivo cerco da cidade levaram a uma clara melhoria das condições de vida para os soldados, o que o álbum de Barros pretende ilustrar. O Tenente Macedo Soares, como tantos outros, ficou satisfeito com estes “tempos de abundância e de prosperidade”, que puseram fim a longos meses de sofrimento (SOARES, 1902, p. 293). É este rosto do exército republicano que precisa de ser documentado, para lavar a afronta dos reveses militares e das acusações contra o General Oscar e o seu estado-maior.

Neste conjunto visual coerente, algumas imagens são, contudo, dissonantes, como por exemplo, a fotografia das “prisioneiras”. A aparente serenidade e boa saúde da tropa militar contrastam com o retrato coletivo dos derrotados.



Barros, “400 jagunços prisioneiros”, 1897

A fotografia foi tirada pouco depois da rendição de várias centenas de jagunços, na sua maioria mulheres e crianças, alguns dias antes do fim da guerra. De acordo com a legenda escrita por Barros, há aqui 400 deles. Esta é uma fotografia que agarra o coração, terrível e fascinante ao mesmo tempo,

porque documenta o fim de um mundo enquanto revela os seus rostos anônimos. Agrupadas, estas mulheres e crianças estão a experimentar uma última forma de comunhão cujo significado é desviado pela situação: abandonaram os seus maridos, se ainda estes não morreram nos combates, perderam a sua liberdade e, por conseguinte, qualquer controle direto sobre o futuro; sabem que a violência da vitória cairá sobre elas e desfará para sempre os laços forjados em Belo Monte.

Macedo Soares descreve, no seu relato de guerra, a pena que assola os soldados quando viram as “cenas pungentíssimas” das mulheres e crianças a marchar diante dos seus olhos (SOARES, 1902, p. 362). Euclides da Cunha descreve por sua parte essas «mulheres, sem número de mulheres, velhas espectrais, moças envelhecidas, velhas e moças indistintas na mesma fealdade, escaveiradas e sujas, filhos escanchados nos quadris desnalgados, filhos encapitados às costas, filhos suspensos aos peitos murchos, filhos afastados pelos braços, passando; crianças, sem número de crianças; velhos, sem número de velhos; raros homens, enfermos opilados, faces túmidas e mortas, de cera, bustos dobrados, andar cambaleante» (CUNHA, 1905, p. 604).

A fotografia tem por objetivo selar a vitória sobre os fanáticos insurgentes ao documentar a rendição em massa – e o quadro não é suficientemente largo para que todos os prisioneiros caibam na fotografia. No entanto, é outra coisa que atinge hoje o espectador, e talvez já em 1897: talvez Barros quisesse fixar na placa os últimos vestígios de uma utopia antes da sua completa destruição, com este retrato em que tantos rostos e perfis saltam literalmente encima de nós. É um espetáculo perturbador, até mesmo desconcertante, poder ver tão de perto a humanidade e o desespero daqueles que se renderam, tão marcantes são os rostos de certas mulheres, com o seu olhar poderoso e mesmo, porque não o admitir, a beleza que emana delas. Outros rostos parecem expressar, pelo contrário, uma forma de desânimo, de “tristeza profunda”, espelho talvez da famosa “humildade” do povo sertanejo. Mas há também todos aqueles rostos desfocados que fogem à imagem tal como fogem à história escrita – porque não ouviram, não compreenderam ou não quiseram cumprir as instruções do fotógrafo, as quais, no entanto, foram repetidas pelos soldados.

Mas é precisamente a justaposição destes rostos com feições tão nítidas e outros cujos contornos permanecem para sempre elusivos que nos confunde. Com pequenos toques no álbum, Barros compõe – conscientemente, é a hipótese que aqui defendo – uma documentação de valor etnográfico, num álbum cuja parte principal é dedicada à glorificação dos batalhões. Desta forma, restaura parte da essência de um projeto no preciso momento em que este desaparece. Barros torna-se o mitólogo do sertão de Canudos, cujo povo heroico foi saudado por Euclides da Cunha pela sua coragem e força – e não é surpreendente que este último tenha utilizado esta imagem para ilustrar *Os Sertões* em 1902.

Alguns dias após a rendição dos prisioneiros, Flávio de Barros conseguiu tirar fotos dentro de Canudos, que os militares tinham tomado a 5 de outubro, após um cerco de um mês de duração. Com exceção de algumas fotos panorâmicas da cidadela sob as bombas, o álbum *Canudos* não oferece quase nenhuma imagem do massacre que teve lugar nos últimos dias do assalto. Há, portanto, uma espécie de hiato no álbum: à série de vistas panorâmicas de Canudos segue-se uma série mais curta dos monumentos da cidade em ruínas, essas imagens de igrejas desmoronadas, símbolos de vitória, tal como aos retratos dos batalhões respondem as raras fotografias de jagunços feitos prisioneiros, jaguncinhos arrancados do fanatismo, e o singular retrato de António Conselheiro. A morte assombra estas imagens, mas só se encarna nas margens, e, no entanto, é aí, nestes “pontos cegos”, que, passo a passo, toma forma outra narrativa fotográfica da guerra.

O silêncio do exército perante o extermínio deliberado dos conselheiristas foi geral. É por isso que Barros prefere deter-se, com a bênção do Estado-Maior, sobre os monumentos em ruínas. De facto, não há vestígios de violência nos retratos dos jagunços, sejam os prisioneiros, a “jagunça ferida” ou o corpo do Conselheiro, cuja serenidade aparente contrasta com a decapitação a seguir. Barros documentou a vitória dos exércitos e a destruição de Canudos sem se deter na tragédia humana que Horcades, Zama (ZAMA, 1899) ou Cunha descreverão mais tarde. Devemos concluir por isso que Barros permaneceu insensível às cenas do holocausto? Acredito que não.



Barros, “Cadáveres nas ruínas de Canudos”, 1897

Para compreendê-lo, devemos seguir o caminho aberto por uma fotografia cuja presença no álbum dissona, “Cadáveres nas ruínas de Canudos”. Esta imagem é a única que documenta explicitamente o massacre do povo de Belo Monte. Por conseguinte, vale a pena analisá-la. Numa paisagem de ruínas, as paredes irregulares das choças destruídas, duas diretivas guiam o nosso olhar e confundem-nos: a verticalidade das peças de madeira à esquerda, em primeiro plano, e as fardas brancas de dois soldados ao fundo, se cruzam com a horizontalidade das ruínas que se deitam no chão. É aqui que o olhar acaba por se fixar e finalmente enxerga: entre os destroços de guerra, as secções de barro colapsadas, os frascos e munições explodidas, emergem as silhuetas de dois cadáveres. O de uma criança deitada de lado, em primeiro plano, e este corpo emaciado, deitado de costas, em segundo plano. A violência da guerra é brutalmente encarnada nos corpos abandonados destes dois jovens conselheiros. A legenda é clara: não se trata de um retrato dos dois soldados no fundo. Além disso, este seria um retrato falhado, uma vez que o primeiro é decapitado por um quadro demasiado apertado, e o seu corpo desfocado, como se estivesse em movimento. O primeiro cadáver está no centro da imagem, no visor da lente, quando os dois soldados aparecem na imagem apesar deles.

Será que Barros aproveitou um momento de calma para se perder nas ruas e tirar discretamente uma foto do massacre? Seguiu ele o estado-maior do General Oscar na visita às ruínas a 29 de setembro, tal como Euclides da Cunha, cuja descrição dos cadáveres espalhados pelo chão ressoa com a fotografia: “estendidos, de supino, face para os céus; desnudos os peitos, onde se viam os benti-nhos prediletos; inflexos no último crisper da agonia; mal vistos, às vezes, caídos sob madeiramentos, ou de bruços sobre as trincheiras improvisadas, na atitude de combate em que os colhera a morte” (CUNHA, 1905, p. 578).

O caminho aberto com esta fotografia obriga-nos a voltar para as poucas imagens em que aparecem os conselheiristas, como assunto principal ou (muito) secundário. Creio que Barros ficou profundamente comovido com o desfecho da guerra, e que desejou refletir isto no seu álbum, de uma forma discreta, como o constrangia o contrato moral que o ligava ao exército, seu patrocinador. No álbum conservado em Salvador, esta fotografia singular, “Cadáveres nas Ruínas de Canudos”, compõe numa só página um díptico com o retrato do Conselheiro morto. De facto, estas são as duas únicas imagens de cadáveres nas ruínas da cidade.



Barros, “Retrato do Bom Jesus Antônio Conselheiro, depois de exumado”

Logo desde o início, a fotografia contrasta fortemente com a descrição dada por Euclides da Cunha em *Os Sertões*: as “escaras” e “sânie” desapareceram, sob o efeito da distância ou da luz ofuscante. Não há aqui nada que nos recorde a “massa engulhenta de tecidos decompostos” descrita pelo escritor (CUNHA, 1905, p. 610): a pele é lisa, o rosto sereno, o cabelo e a barba negra, as mãos brancas, a túnica e as sandálias bem ajustadas. A decomposição do corpo desde a sua morte a 22 de setembro, no calor sufocante do sertão, escapa ao olho; como se alguns profissionais de tanatopraxia tivessem preparado o corpo para a sessão fotográfica; como se fosse um homem que tinha acabado de morrer.

A encenação aqui é discreta, mas cuidadosa. Para o fotógrafo com o olho no visor, o Conselheiro é um sujeito ideal, numa época em que a imobilidade do “*spectrum*” determina a nitidez da imagem e a impressão de realidade que produzem as imagens (BARTHES, 1980). O corpo repousa sobre uma esteira de junco rasgado, num cenário mineral, esmagado pela luz: o jogo de contraste entre a túnica e o cabelo, também preto, e o chão nu traz o nosso olhar para o corpo exumado. Os soldados tê-lo-ão levado para esta área aberta, cujos escombros residuais se desvanecem sob a dura luz; terão dado alguns passos atrás, de ambos os lados do barranco cuja linha visa a cabeça: no fundo podemos ver o pé de um pau, sandálias e sombras numa auréola, compondo esta cena como um teatro grego cuja arqueação se estende até à delicada curva de um tronco arrancado de uma casa.

Herói apesar de si próprio, o Conselheiro irrompe na modernidade, este mundo de reprodutibilidade industrial do qual a fotografia é um dos símbolos. Após a exumação, fotografar o corpo também viola o que era a singularidade ontológica do Conselheiro; esta relação com o corpo reduzida ao mínimo necessário. A ascese e a humildade da sua pessoa alimentaram a sua lenda desde os anos 1870, quando o Conselheiro ia e vinha no sertão, como um anacoreta dos primeiros tempos do cristianismo. Fotografá-lo torna possível fixar na placa algo da ordem de um anacronismo, quando a Belle Époque no Rio estava prestes a triunfar. “Contemporânea com o recuo dos rituais, a fotografia talvez tenha correspondido à intrusão na nossa sociedade moderna de uma Morte assimbólica, fora da religião, fora dos rituais, uma espécie de mergulho abrupto na Morte literal” (BARTHES, 1980, p. 144).

A segunda violação encontra-se exatamente ali: numa sociedade secular do olhar e parecer, a imagem de alguém que, precisamente, não prestava atenção à sua própria imagem é arrancada. Os ritos bárbaros e obscuros dos “fanáticos” e do seu Messias são substituídos pelo prosaísmo metódico do clichê ordenado pelo chefe do exército.

Mas o retrato também diz outra coisa: o quadro apertado, as precauções tomadas na pose do corpo, a delicada inclinação da cabeça em direção ao visor, restabelecem a dimensão propriamente humana do famoso chefe inimigo. O fotógrafo Barros legou um álbum inteiro da sua estadia em Canudos e tão poucas palavras para interpretá-lo, a não ser as breves legendas que as acompanham e estas palavras lapidares ao anunciar o espetáculo encenado num salão nobre do Rio de Janeiro no final de dezembro de 1897: “Curiosidade! Assombro!! Horror!!! Miséria!!!!” (ZILLY, 1999, p. 108). A pontuação marca uma paleta de emoções prometidas aos espectadores, cuja ordem não é incidental, quando a legítima curiosidade de cada um – começando pelo próprio Barros, tendo deixado Salvador para oferecer os seus serviços ao exército – cedo cede lugar ao assombro sentido no fundo da sua carne, perante o horror de uma guerra cuja vítima talvez não seja o bárbaro fanático retratado pela imprensa mas aquele camponês “miserável” do sertão contra o qual a república acaba de travar uma guerra de extermínio. Euclides da Cunha, também marcado pela sua estadia em Canudos, não tardaria a confessar que o sertão era uma parte essencial do Brasil, talvez a mais real, mas que estava destinado a desaparecer e que, por isso, era necessário arquivá-lo antes. A fotografia e o seu livro complementam-se perfeitamente, neste gesto que tem como objetivo exonerar-se do passado, para seguir em frente, no caminho do progresso. Franz Kafka disse: “A gente fotografa coisas para que escapassem da nossa mente.” (*apud* BARTHES, 1980, p. 88) A humanidade restabelecida deste “mestiço normal”, como o demonstram a fotografia e o relato de Nina Rodrigues sobre a cabeça do Conselheiro conservada no seu laboratório na Faculdade de Medicina, será convocada pelos nostálgicos e memorialistas de Canudos; traíndo assim o que foi a ideia inicial do estado-maior e do ministro ao ordenarem que Barros tirasse uma foto do cadáver, convencidos de que era o clichê que selaria para sempre a vitória da República sobre a barbárie jagunça.

Como não perceber na serenidade deste rosto, nos braços cruzados, no contorno do halo que rodeia o cadáver, a marca de uma possível santificação? Muitos conselheiristas acreditaram que o Conselheiro, a quem alguns chamavam o Bom Jesus, um dia ressuscitaria. “O regresso do falecido” (BARTHES, 1980). Em 1955, um sobrevivente relatou uma lenda que ainda circulava no sertão, sobre a cabeça perdida do Conselheiro: “Depois que degolaram o Conselheiro amarrou uma pedra na sua cabeça e jogaram no mar, mas ele apareceu sobre as ondas...” (DANTAS, 1956, p. 62). Na simplicidade e modéstia do cenário esconde-se a dimensão mística do cliché, que nos lembra até que ponto uma imagem também pode ser polissêmica; um ícone, em poucas palavras. E a primeira edição de *Os Sertões*, que inclui esta fotografia, contribuiu para tornar a única fotografia do Conselheiro num ícone infinitamente reproduzível, o vector de uma memória trágica dos acontecimentos em Canudos.

Flávio de Barros, “fotografo expedicionário”

A fim de entender a ambivalência genética deste álbum de guerra, é necessário considerar a personalidade do fotógrafo, com base nas poucas informações que temos.

As imagens de jagunços feitos prisioneiros são impressionantes pela dignidade e humanidade que delas emanam, além da impressão de miséria que supostamente deveriam ilustrar. Isto é particularmente impressionante nestas poucas fotografias em que as crianças, os “jaguncinhos”, posam ao lado dos soldados, de forma discreta, muitas vezes à margem do retrato coletivo. Será porque, tal como o Conselheiro antes dele, Barros trabalhou primeiro como professor? Foi esta sensibilidade acrescida à causa das crianças que contribuiu para oferecer outra imagem da guerra? Encontrei provas na imprensa baiana da longa carreira de Augusto Flávio de Barros como “professor efetivo” nas escolas primárias para meninos. Em 1877, exerceu no arraial de Alegre, no termo de Carinhanha, uma pequena cidade no Rio São Francisco, cerca de cinquenta quilómetros a montante de Bom Jesus da Lapa (*O MONITOR*, 17/ 07/ 1877, n.º 38, p. 1). Em 1878, começou a ensinar em Santa Maria da

Vitória, no extremo ocidental da província da Bahia, a 800 km de Salvador (O *MONITOR*, 7/ 06/ 1878, nº 6, p. 1). Em 1882, foi transferido para o Galeão, na comarca de Taperoá, onde ensinou uma turma de 33 rapazes. Tinha deixado o remoto sertão da Bahia para o litoral, perto da cidade colonial de Cairu, a poucos quilômetros do Morro de São Paulo (RELATORIO, 1882, p. 430). Foi, portanto, uma carreira de professor que sempre ficou ao contato deste povo sertanejo que foi retratado na imprensa em 1897 como atrasado e fanático. Barros não podia ignorar a dignidade e humildade do povo sertanejo da Bahia quando chegou às portas de Canudos, em setembro de 1897.

Pior: Barros sabia, quando tirou as últimas fotografias em Canudos no início de outubro, que ao horror do extermínio e do urbicídio (ROZEAUX, 2021) ia acontecer outro horror, mais silencioso e vicioso, o do destino reservado aos muitos órfãos, os “jaguncinhos” (MONTEIRO, 2007). Lélis Piedade pertenceu ao Comitê Patriótico da Bahia, fundado por membros da elite e religiosos em 1897 a fim de ajudar os soldados feridos. Depois da guerra, o comitê também se ocupou dos sobreviventes, para que pudessem reunir-se com os seus entes queridos, pois muitos tinham sido dispersos no desastre. Em particular, os órfãos de guerra eram tratados como vulgar espólio de guerra. Muitos oficiais, soldados ou repórteres, como Euclides da Cunha, regressaram de Canudos com uma ou mais crianças consideradas órfãs, sem que isto tenha sido verificado. Vários indivíduos que viviam no sertão acolheram algumas destas crianças, sob o pretexto de lhes oferecerem um lar e uma educação; na maioria das vezes, ficariam reduzidos à domesticidade ou, pior ainda, à prostituição. Preocupado com o seu futuro, a comitê se propôs, portanto, a tarefa de reconstituir as unidades familiares quebradas, a fim de aliviar o grande sofrimento psicológico e físico das crianças (PIEIDADE, 2002). Por mais bem intencionados que sejam, os membros do Comitê também agiram com certa violência contra os órfãos sem família, pois o objetivo era aculturar, “regenerar” através do trabalho e da educação estas crianças, consideradas inocentes, cuja única culpa foi de ter tido pais considerados ignorantes, fanáticos e bárbaros. Muitos foram acolhidos por asilos, casas de misericórdia ou orfanatos.

O autorretrato de Barros, legendado “fotógrafo expedicionário”, mostra-o em roupa civil, posando de perfil em frente à sua tenda. Está a usar botas finas de couro preto e uma pequena sacola pendurada sobre um casaco de algodão. Com o rosto levantado para o horizonte, Barros traz no nariz um bigode e óculos finos. Não se trata de um soldado, e este autorretrato talvez signifique também que ele ficou alheio a esta guerra, que ele testemunhou como espectador, e que como tal teve uma visão mais distante do que estava em jogo. Nada nos traços ligeiramente desfocados do seu rosto trai os sentimentos que o atravessavam no momento da pose, e não sabemos quando a fotografia foi tirada, mas as fotografias que aqui estou analisando parecem atestar o fato de Barros ter aproveitado as suas ligações informais com a instituição para se distanciar do gênero da fotografia de guerra que já estava estabelecido na Europa. E este autorretrato é testemunho disso, pois a fotografia glorifica o fotógrafo e não a guerra, que aqui permanece fora de foco.



“Flávio de Barros, fotógrafo expedicionário”, 1897

Sem negar os termos do contrato que justifica a sua presença no sertão, Barros restaurou a humanidade dos conselheiristas e, conseqüentemente, questionou o massacre ordenado pelas mais altas autoridades civis e militares do Brasil. A escolha do termo “expedicionário” na legenda é ambígua: se a expedição aqui é militar, o termo também se refere à outra tradição que, implicitamente, pode também explicar a forma como o fotógrafo concebeu a sua missão, a da expedição científica, no final de um século que foi marcado pela chegada de tantos aventureiros e missionários que vieram do estrangeiro (ou do Brasil mesmo) para explorar as regiões e povos desconhecidos do país. Tal como Euclides da Cunha em *Os Sertões*, há uma tênue, mas real dimensão etnográfica no álbum *Canudos*, que ainda hoje interessa os empreendedores de memória.

De volta a Canudos: o álbum de guerra e os empreendedores de memória

Depois de Salvador, onde os negativos foram revelados e os álbuns vendidos, e do Rio de Janeiro, onde as imagens foram projetadas diante de milhares de pessoas em 1897-1898, foi apenas no final do século XX que, graças a uma extensa obra coletiva de memória, as imagens de Barros regressaram a Canudos.

Ao nível local, a memória da guerra e dos seus mortos é mantida pelos habitantes do município e por algumas instituições. Foi apenas em 1985, no ano do regresso da democracia no Brasil, que Canudos se tornou um município autônomo. Na nova cidade foi criado um memorial dedicado ao Conselheiro e às vítimas da guerra, assim como um parque estadual em 1986, sob a responsabilidade da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), onde campanhas arqueológicas permitiram encontrar vestígios da guerra (ARQUEOLOGIA, 2002). Muitos habitantes ainda mantêm viva a memória do lugar, com o apoio destas instituições. Por exemplo, um pequeno museu privado abriu nas margens do açude, o mais próximo possível do local da antiga cidade de Canudos, cujas ruínas se erguem da água quando o sertão está demasiado seco. Quer sejam particulares ou atores ligados a instituições públicas apoiadas pelo município ou pelo Estado da Bahia, estes “empreendedores da memória” (BUSCATTO, 2006) mobilizam as imagens de Flávio de Barros para manter

viva a memória da Guerra de Canudos e reabilitar a experiência comunitária de vida que foi Belo Monte, desde a sua fundação em 1893 até à sua destruição em 1897 – em contradição com o que foi a vocação original dessas imagens, que eram instrumentos de propaganda ao serviço do exército.

A memória tal como tem sido escrita há três décadas em Canudos tem-se distanciado da tradição historiográfica e intelectual veiculada pelo livro de Euclides da Cunha. Apesar de todas as qualidades desta obra, que ainda hoje impressiona o leitor com a sua erudição e o seu estilo literário, é preciso dizer que o retrato dos “jagunços” é movido pelos preconceitos racistas das elites republicanas positivistas do início do século XX. Desde então, outros relatos mais matizados da guerra foram escritos por historiadores, que também utilizam as fotografias de Barros para propor um relato mais justo da guerra, como no livro de Marco Antônio Villa (VILLA, 1997) publicado por ocasião do centenário da guerra.

A memória da guerra de Canudos vem compensar a injustiça sofrida por aqueles milhares de habitantes sertanejos que acreditaram no projeto utópico do Conselheiro e se juntaram a ele para inventar outro mundo em Belo Monte, fundando uma comunidade que escaparia às formas de dominação cada vez mais opressivas no sertão. Os corpos ultrajados e profanados pela guerra encontraram um enterro mais digno na arte e na história, de modo a fazer jus àqueles homens, mulheres e crianças cujas vidas foram sacrificadas em nome da ordem e do progresso.

Em Canudos, existem lugares de memória, nas margens do açude que enterrou os restos da primeira Canudos (NEIVA, 2016). O Parque Estadual de Canudos, fundado e mantido pela UNEB, é o mais importante destes, tendo em conta a sua dimensão e ambição, pois é agora um vasto museu a céu aberto (BOAVENTURA, 1997). Paulo Régis foi o meu guia em abril de 2022, levou-me aos locais que documentam a guerra, tais como o Alto da Favela, onde as tropas republicanas acamparam, ou aquelas trincheiras preservadas na caatinga. Recentemente, por iniciativa do fotógrafo e documentarista Claude Santos, as autoridades do parque quiseram prestar homenagem ao povo de Canudos, reproduzindo algumas das fotografias de Flávio de Barros em grandes

placas de vidro transparente. Em particular, o “outeiro das Marias” oferece detalhes ampliados da famosa fotografia das prisioneiras de 1897. Na fotografia abaixo, uma mulher e o seu filho aparecem de novo na paisagem original, a de Canudos. Este é um gesto artístico e memorial que coloca simbolicamente as imagens de Barros no próprio local onde foram tiradas. Vários retratos destas “Marias” são justapostos na colina, a sua existência revelada e sublimada a fim de reparar o horror que lhes sucedeu durante e após a guerra.



Parque estadual de Canudos, 2022, fotografia do autor

Em Canudos – a terceira, construída perto da barragem de Cocorobó – a memória da primeira Canudos ocupa um lugar central no singular tecido urbano da cidade nova, construída em plano reticular. No final da avenida principal, uma vasta praça circular virada para oeste e a primeira Canudos alberga o Memorial Antonio Conselheiro, também gerido pela UNEB⁴. No pátio do edifício, as fotografias de Barros são reproduzidas em grande formato. Mais recentemente, a UNEB e o campus avançado de Canudos construíram

⁴ Ver: <http://www.canudos.uneb.br/index.php/memorial-antonio-conselheiro/>.

um novo museu dedicado mais especificamente à imagem, o Museu João de Régis, nomeado em homenagem a um dos mais famosos sobreviventes da guerra e empreendedores de memória. Contém numerosas pinturas e imagens de fotógrafos que, no século XX, seguiram os passos de Barros e foram observar de perto as ruínas e o renascimento da segunda Canudos, tais como Pierre Verger ou Evandro Teixeira. Foi criado neste local um grande espaço para exibir as fotografias de Flávio de Barros. Numa das paredes do museu, de cada lado de um cartaz que traz a sua biografia e o seu autorretrato, são reproduzidas duas das fotografias mais famosas de Barros. São estas imagens que, elevadas ao estatuto de ícones, ainda hoje contribuem para a memória secular ou religiosa de Belo Monte e da guerra.



Museu João de Régis, Canudos, 2022, fotografia do autor

Conclusão

Ao fechar este breve caminho nas páginas do álbum *Canudos* de Flávio de Barros, parece-me que o trabalho visual do “fotógrafo expedicionário” foi muito além do projeto inicial de documentar a mobilização geral de

um país que colocou nas mãos da 4ª expedição a insigne missão de salvar a república da ameaça jagunça. O valor etnográfico de algumas fotografias já foi reconhecido por Euclides da Cunha, que incluiu imagens de valor documental em *Os Sertões* logo na primeira edição. Esta dimensão etnográfica, que se enraíza certamente na longa carreira de ensino nos sertões de Barros, foi se emancipando ao longo do século XX da leitura euclidiana dominante, para revelar não só a humanidade e a coragem dos habitantes de Belo Monte, mas também a nobreza e as virtudes do seu modo de vida comunitário, cuja dimensão utópica é agora restabelecida pela historiografia. É por isso que estes clichês são hoje essenciais nos museus de Canudos e do Parque Estadual, a fim de perpetuar a memória desta experiência emancipatória tão efêmera quanto intensa que foi a comuna de Belo Monte.

Referências

ALMEIDA, Cícero Antônio F. de. O álbum fotográfico de Flávio de Barros: memória e representação da guerra de Canudos. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* [online]. 1998, v. 5, n. suppl [Acessado 4 Novembro 2022], pp. 305-315. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59701998000400017>.

ARQUEOLOGIA e reconstituição monumental do Parque Estadual de Canudos. Salvador, BA: UNEB, 2002.

BARROS de, Flávio. *Álbum Canudos*, 1897 (IBHB, Salvador da Bahia).

BARTHES, Roland. *La chambre claire. Note sur la photographie*. Paris: Cahiers du cinéma/Gallimard/Seuil, 1980.

BOAVENTURA Edivaldo. *O Parque estadual de Canudos*. Salvador: SCTB, 1997.

BUSCATTO Marie. Voyage du côté des «perdants» et des «entrepreneurs de mémoire». *Ethnologie française*, 2006/4 (Vol. 36), p. 745-748. DOI: 10.3917/ethn.064.0745

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Laemmert, 1905.

DANTAS, Paulo. Nordeste – 1955. *Revista Brasiliense*, janeiro-fevereiro, 1956, p. 49-63.

FOLIARD, Daniel. *Combattre, punir, photographe. Empires coloniaux, 1890-1914*. Paris: La Découverte, 2020.

HORCADES, Alvim Martins. *Descrição de uma viagem a Canudos*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1996.

LAGO, Bia e Pedro Corrêa do. *Brésil. Les premiers photographes d'un empire sous les tropiques*. Paris: Gallimard, 2005.

NEIVA, Luiz Paulo. *Canudos: uma nova batalha*. Salvador: Universalis Edições, EDU-NEB, 2016.

MONTEIRO, Vanessa Sattamini Varão. *Canudos: as crianças do sertão como butim de guerra*. Rio de Janeiro: PUC-Rio (mestrado), 2007.

PIEIDADE, Lelis. *Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia (1897-1901)*. Salvador: Portfolium, 2002. (1. ed., 1901).

RELATORIO dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo. Bahia: Typ. do Diario da Bahia, 1882.

ROZEAUX, Sébastien. "Canudos n'existe plus!" Histoire et mémoire d'un urbicide dans le sertão brésilien (1896-1897). In: LE MAO C., CHASSAIGNE P. et LASTÉCOUÈRES C. (dir.). *Urbicides, destructions et renaissances urbaines du XVIe siècle à nos jours*. Bordeaux: Éditions de la Maison des sciences de l'homme d'Aquitaine, 2021, p. 197-209.

SOARES, Henrique Duque Estrada de Macedo. *A Guerra de Canudos*. Rio de Janeiro: Tipografia Altina, 1902.

REZENDE, Sérgio. *A guerra de Canudos*. Produção Morena filme, 1996.

VILLA, Marco Antônio. *Canudos: o povo da terra*. São Paulo: Atica, 1997.

ZAMA, César. *Libelo Republicano Acompanhado de Comentários Sobre a Guerra de Canudos*. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1989. (1. ed., 1899).

ZILLY, Berthold. Flávio de Barros, o ilustre cronista anônimo da guerra de Canudos. *Estudos Avançados*, 13(36), 1999, p. 105-113.

Recebido em 20 de novembro de 2022.

Aceito em 15 de dezembro de 2022.

CANUDOS E A REPÚBLICA BRASILEIRA NA IMPRENSA INTERNACIONAL EM 1897

Juan Recchia Paez (IdIHCS — UNLP/CONICET)

Resumo: A 3ª FLICAN “Revisitar Canudos, reinventar ou o Brasil” realizada em agosto de 2022 tornou-se um espaço de discussão e atualização de estudos sobre o acontecimento bélico de Canudos no âmbito das comemorações dos 125 anos da Guerra de Canudos e dos 120 anos da publicação da obra *Os Sertões* de Euclides da Cunha. Este artigo, lido no Alto da Favela, busca contribuir para essa refundação de Canudos a partir do estudo das publicações jornalísticas por meio das quais a guerra se espalhou internacionalmente em países como Argentina, México, Espanha e Estados Unidos. Interessa-nos apontar como Canudos, no plano nacional, pode ser pensado e analisado como o grau zero da fundação da República brasileira no final do século XIX. No entanto, no plano internacional, a narração da guerra e as representações de Antônio Conselheiro encontram linhas de fuga nada previstas pelas chamadas “narrativas nacionais” que põem em crise e problematizam a assimilação do acontecimento pelas versões hegemônicas. Na tensão entre esses dois aspectos históricos, e diante das políticas antipopulares do governo Bolsonaro, a FLICAN nos propõe, a partir de seu trabalho educacional e cultural, a refundação de um Brasil novo e diverso.

Palavras-clave: Canudos. Imprensa internacional. 1897. Antônio Conselheiro. FLICAN.

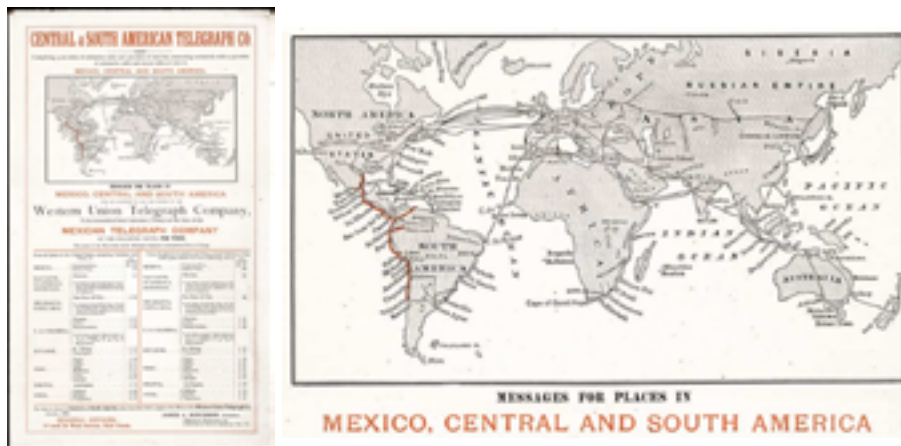
Resumen: La 3ª FLICAN “Revisitar Canudos, reinventar o Brasil” desarrollada en agosto del 2022 se convirtió en un espacio de discusión y actualización de los estudios sobre el acontecimiento bélico de Canudos en el marco de conmemoración de los 125 años de la Guerra de Canudos y los 120 años de la publicación de la obra *Os Sertões* de Euclides da Cunha. El presente artículo, leído en el Alto da Favela, busca aportar a esta refundación de Canudos desde el estudio de publicaciones periodísticas mediante las cuales la guerra se difundió internacionalmente en países como Argentina, México, España y EEUU. Nos interesa señalar cómo Canudos, en el plano nacional, puede ser pensado y analizado como el grado cero de fundación de la República brasileña hacia finales del siglo XIX. Sin embargo, en el plano internacional, la narración de la guerra y las representaciones de Antônio Conselheiro encuentran líneas de fuga para nada previstas por la denominadas “narrativas nacionales” que ponen en crisis y problematizan la asimilación del acontecimiento por las versiones hegemónicas. En la tensión entre estas dos vertientes históricas, y frente a las políticas antipopulares del gobierno actual, la FLICAN nos está proponiendo, desde la labor educativa y cultural, la refundación de un Brasil nuevo y diverso.

Palabras clave: Canudos. Prensa internacional. 1897. Antônio Conselheiro. FLICAN.

É para mim uma honra estar hoje aqui aprendendo e compartilhando tanta coisa nessa 3ª Feira Internacional de Canudos que vocês estão levando à frente. Agradeço enormemente o convite e todos os esforços que estão fazendo nesses dias para que a FLICAN seja o que é: uma refundação de Canudos.

O trabalho com a memória, a oralidade e a revisão da escrita da história que o Campus e a FLICAN propõem geram, realmente, uma revitalidade da nossa história (a brasileira e além dela, a latino-americana) muito necessária. Essa revitalização é preciso fazê-la, colocando em cena o que o crítico latino-americano Julio Ramos denominou como o estudo das formas textuais “menores” que não busca idealizar “marginalidade” ou “heterogeneidade”, mas, ao contrário, tenta “ver como a flexibilidade formal permite a construção de um arquivo dos “perigos” da nova experiência; uma ordenação da vida cotidiana ainda “não classificada” pelo “saber” instituído.” (1987, p. 113) Como todos sabemos, a Guerra de Canudos foi travada nesse território, mas também nas múltiplas discursividades que se desenrolaram no Brasil, na América Latina e em um circuito noticioso internacional que, no final do século XIX, constituía a mais popular rede de telegramas e notícias na história das telecomunicações (Fig. 1). Porém, há uma dimensão discursiva que se constituiu também como frente de batalha.

FIGURA 1 – Mapa do sistema e quadro tarifário da Central & South American Telegraph Company até 1882



Fonte: <http://atlantic-cable.com/CableCos/CSA/index.htm>. Última consulta: 11/6/2019.

A presente exposição é parte de um trabalho maior que venho fazendo nos últimos oito anos sobre o que chamo o acontecimento de Canudos na escala mundial. Portanto, recolhi e preparei um corpus de revistas de propaganda republicana brasileira na Europa e de notícias telegráficas publicadas em várias partes do nosso continente. Trabalhei com os arquivos dos jornais na Argentina, no México, em Cuba, na Espanha, nos EUA e na França que durante o ano de 1897 estavam noticiando sobre a guerra. Nessa rede de notícias, foi como a guerra de Canudos, e a República brasileira mais ainda, ficaram conhecidas internacionalmente¹. Como aponta a célebre figura de Ariano Suassuna: “Quem não conhece Canudos, não conhece o Brasil”. Assim como o Brasil se torna muito mais conhecido internacionalmente devido à Guerra de Canudos, em sua tragicidade e heroísmo; poderíamos pensar que a citação acima também sugere que não se pode compreender bem o Brasil, sem antes conhecer o que foi verdadeiramente Canudos.

Isso foi o que aconteceu com o governo da primeira república e também acontece, penso eu, com esse “desgoverno” que, em dezembro de 2022, está prestes a acabar. E a FLICAN já sabe disso: a ignorância e o desconhecimento se combatem com a educação. Nestes 125 anos após a Guerra de Canudos, aquele conflito bélico ainda está presente em todos nós hoje como um problema, cuja complexidade merece ainda nossa atenção. Assim, eu gostaria de abordar dois sentidos complementares de uma mesma questão: Canudos, como Tróia, pode ser pensado como um evento que dá origem e, ao mesmo tempo, marca os limites da República brasileira.

Origem: uma guerra que cria uma nação

Canudos, como evento, pode ser pensado como o grau zero da fundação, ou pelo menos da tentativa de consolidação da República brasileira: “Aquele campanha lembra um refluxo para o passado. E foi, na significação integral da palavra, um crime.” (2001, p. 111) Definiu Euclides e instalou legal-

¹ Para quem estiver interessado em aprofundar nesses tópicos, pode consultar Recchia Paez 2021a e 2021b.

mente a noção de *crime* para o ano 1902, em que também estava sendo gravada e escrita por estudiosos baianos como Martins Horcades, Lelis Piedade, entre outros. Desta forma, *Os sertões*, assim como a guerra, começaram a sinalizar um fim, cuja origem problemática surgiu de um extermínio sistemático e planejado das populações locais.

Roberto Esposito em seu livro sobre a origem da política nos ajuda a pensar o acontecimento do genocídio e sua relação com a fundação política. O filósofo italiano desenvolve a questão de como a ideia de “originalidade” se define não tanto por seu caráter irrepetível ou de “novidade”, mas sobretudo por seu valor inaugural sobre o qual se baseia uma configuração política da história: “Aquelle evento, em suma, inaugura o tempo da política e inevitavelmente a predetermina” (1999, p. 26). É assim que Canudos, como Tróia, é “uma guerra que não termina com um tratado ou com a rendição de um dos dois contendores, mas com a destruição completa da cidade em torno da qual e pela qual se combate” (1999, p. 29). A forma política republicana, então, “nasce de um polemos cujo resultado é a destruição de uma polis” (1999, p. 29). Michel Foucault, em suas aulas de janeiro de 1976, também havia formulado essa relação ao propor uma inversão da tese de Clausewitz sobre o papel social da guerra para apontar que, na verdade, o poder político não detém a guerra para neutralizar seus efeitos, diz o filósofo francês: “o papel do poder político seria reinscrever perpetuamente essa relação de força [...] nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem, até mesmo nos corpos das populações” (2000, p. 29).

A República nasceu, então, de uma destruição que nos obriga, por um lado, a apontar o alcance das operações de construção de uma história escrita oficial; e, por outro lado, revalorizar a espessura e a multiplicidade de um arquivo constituído por restos, vestígios, ruínas e memórias do sobrevivente. Hoje, 200 anos depois da Independência do Brasil, podemos pensar o sucesso internacional de Canudos como o acontecimento que conseguiu visibilizar a incorporação (não menos problemática) da República no mercado capitalista mundial. Nesse processo legitimou-se uma República, na base de um genocídio e a pesar dele. Vejamos alguns exemplos.

FIGURA 2 – *Revue du Brésil*, p. 1, 1/7/1897 — A Juventude Brasileira e a Ideia Democrática / Alemães Reunidos na Praça Pública de São Paulo



Nos mesmos meses em que as forças militares avançavam para o sertão, intelectuais estrangeiros eram recepcionados e aclamados nas metrópoles da Primeira República. Fora do Brasil havia uma rede muito fluida de trocas textuais em várias direções que faziam o Atlântico rimar com o Pacífico. Apresentam-se os casos, por exemplo, de “revistas ilustradas” como a revista *Revue du Brésil*: um periódico de propaganda republicana editado em Paris entre 1896 e 1897.

Nas páginas da *Revue*, a elite brasileira dialoga entre pares e aperta a mão de intelectuais europeus que, no marco da modernização e da configuração de um mercado econômico mundial, estavam muito atentos às novidades do Brasil (HALPERÍN, 1962). Entre estes, por exemplo, estão extremamente presentes as figuras de viajantes estrangeiros pelo território brasileiro como modelo para essa intelectualidade letrada (SÜSSEKIND, 1990). Basta observar a capa de 1º de junho de 1897 da *Revue du Brésil* intitulada “Allemands réunis au garden public de Saint-Paul” (Fig. 2). A imagem é um instantâneo desse mundo de trocas e expõe os vínculos entre intelectuais estrangeiros e locais no novo e promissor espaço da jovem república. São diferentes apresentações da elite em um “banquete tropical” que nos coloca no início da era cafeeira e de São Paulo, como centro do poder econômico e intelectual. No fundo da imagen, a relação entre os intelectuais e os canaviais (como metonímia da

natureza) inauguram uma nova fase de substituição da economia açucareira. A atmosfera extremamente descontraída é completada com artistas que brincam com uma pintura também feita de junco (que pareceria anunciar o movimento artístico que daria começo ao Modernismo de 1922 e cujo centenário se comemora hoje em todo o país). A nota que acompanha a foto, intitulada “La Jeunesse Brésilienne et l’idée démocratique” sinaliza de modo contundente uma visão para o futuro das promessas utópicas e idealistas da elite intelectual que está no comando desta república nascente.

Podemos ver nessa imagem da *Revue du Brésil* a condensação da vontade da elite brasileira de configurar um imaginário republicano sob o famoso slogan “Ordem é Progresso”. Em linhas gerais, a noção naturalista de história (cujo desenvolvimento na América remonta aos séculos XVII e XVIII) é um pilar conceitual sobre o qual a Nação se apoia como um “projeto cultural” e se torna inseparável de noções-chave do pensamento do século XIX: os de território, raça e progresso (SERGE, 2005). Para o caso brasileiro, sabe-se que foi a corrente positivista que, em suas diversas variáveis, postulou essas teorias sobre o vínculo natureza-cultura para discernir o modelo nacional. Nas palavras de Lila Schwarcz: “Civilização e progresso, termos privilegiados da época, eram entendidos não enquanto conceitos específicos de uma determinada sociedade, mas como modelos universais” (1993, p. 57).

A formação dessa rede de trocas textuais e propaganda republicana no exterior fundou um paradigma ou modelo cultural que conseguiu universalizar uma imagem da República e, também, de certa forma, universalizar uma imagem fixa de Canudos. Cristalizar o fenômeno conflituoso, naturalizar sua fundação, foi, segundo Adriana Campos Johnson, um processo realizado por vozes intelectuais nacionais. A mediação intelectual, no falar de Johnson, foi o fato determinante no final do século XIX para a incorporação da América Latina no mundo como produtora de bens culturais. Essa incorporação se efetivizou graças ao trabalho escrito dos intelectuais e das maquinarias e tecnologias de comunicação. A escrita de Euclides da Cunha e *Os Sertões* cabem, em parte, nesse processo.² A autora formula a questão da seguinte forma:

² Lembremos que boa parte desses intelectuais trabalhou arduamente como representantes do Estado nos processos de delimitação das fronteiras com o Peru, a Bolívia e outros países vizinhos.

O que significa colocar a relação entre Canudos e o texto de Euclides como uma relação entre um “fenômeno” e “sua expressão”? [...] Estes dois elementos [...] exemplificam a naturalização da mediação intelectual que se concretiza na América Latina sob a narrativa do intelectual como voz dos sem-voz [...] mas que os estudos subalternos nos ensinaram a reconhecer como um “julgamento” essencial para o estabelecimento de formas modernas de governança” (2010, p. 4).

Frente a isso, o trabalho com a noção de “arquivo canudense” deve se basear na necessidade de “desfazer” a experiência canudense das versões letradas mais conhecidas e reproduzidas do evento para reler a história na contramão. Essa pergunta de Johnson é, eu creio, uma das perguntas que todos nós estamos respondendo aqui.

Limites: Repercussão internacional da guerra para além do Brasil

São conhecidas, e muito estudadas, as operações de “naturalização” (STOLCKE, 1997) e “normalização” (AGAMBEM, 1998) dos “fanáticos” pelos discursos nacionais brasileiros. Walnice Galvão e Leopondo Bernucci aqui presentes foram pioneros nesses estudos. O termo “fanáticos” está associado a duas configurações de *alteridade*.

Por um lado, temos aquelas representações associadas ao frenesi, à monstruosidade, típicas dos discursos dos militares republicanos; aquilo que José Murilo de Carvalho definiu como “os bestializados” (1996). Por outro lado, haveria aquelas associações com a patologização da psicologia da multidão de Raimundo Nina Rodrigues; “os degenerados”, no dizer de Lilia Schwarcz, as quais guardam relações com a ideia de distinguir uma “identidade nacional” e com a suas diferenças encontradas nos discursos de Ruy Barbosa ou até mesmo de Euclides da Cunha.

Além desses dois modos de representação do “fanático”, encontramos nas textualidades telegráficas internacionais desvios dessas categorizações. A imprensa internacional dá outros usos às formulações de discursos nacionais para esvaziar e preencher o apelido de “fanáticos”. Nas citações, categorias que

em textos militares ou científicos eram associadas a figurações monstruosas, bestializadas ou patológicas, degeneradas, são reescritas com outros fins.

Por exemplo, as fontes internacionais apontam repetidamente o problema que têm ao informar sobre os desenvolvimentos e os inimigos do conflito. Esse caráter “indescritível” está paradoxalmente presente em várias das descrições iniciais dos inimigos da república. Na concretização dessa limitabilidade, materializa-se a exterioridade radical que nos coloca diante de uma crise de identidade da hegemonia republicana (ORTIZ, 1997). Ela é também o traço do desejo de controle e dos limites do conhecimento possível sobre a *alteridade*. Como tópico do inefável, no indescritível está o limite da figuração, portanto, os próprios limites da linguagem, seus usos e sua capacidade de dizer. Basta-nos comparar a reescrita de um mesmo fragmento em publicações diferentes, como nas notas 3 e 4, abaixo, apoiadas pelas ilustrações respectivas.

É assim que, ao considerarmos esses exemplos de reescritura, podemos ver como o meio telegráfico, na sua heterogeneidade, não procura caracterizar taxonomicamente os fanáticos³. Paradoxalmente, quanto mais se tenta desmembrar coletivamente os “fanáticos” para explicá-lo (ou o que Machado de Assis aponta como “[e]ssa coisa é que é o mistério”) mais expostas ficam as limitações e impossibilidades das textualidades para explicá-las⁴. Essas ta-

³ “El ejército del fanático se puede dividir en cuatro clases: fanáticos verdaderos; fanáticos por interés, que esperan obtener un excelente botín de guerra si vencen; desertores del ejército, de la armada y de la policía; asesinos y malhechores de Bahía, de Sergipe, Minas, Alagoas, Piauí.” (p. 2) *El Siglo Futuro* (MD 26/02/1897) e *Diario Oficial de Avisos* (MD 27/02/1897).

“Como el ejército del profeta “portuguesiño” puede clasificarse el liberal en liberales verdaderos, o tontos o malos de remate; liberales por interés, que lo mismo serían partidarios de la Inquisición o del Moro Muza si esos despachasen el turrón y les facilitasen los negocios; desertores del ejército verdaderamente nacional, que se cansa de esperar y suspiran por las ollas de Egipto; aventureros, delincuentes y criminales que se arriman a quienes les asegure la impunidad y no les impida el delito. (30/03/1897: p. 2) *La Voz de México* (MX 30/03/1897).

⁴ “Não vos fieis no telegrama da *Gazeta*, que diz estarem com ele quatro classes de fanáticos, e só uma delas sincera. Primeiro que tudo, quase não há grupo a que se não agregue certo número de homens interessados e empulhadores; e, se vos contentais com uma velha chapa, a perfeição não é deste mundo. Depois, se há crentes verdadeiros, é que acreditam em alguma coisa. Essa coisa é que é o mistério. Tão atrativa é ela que um homem, não suspeito de conseleirista, foi com a senhora visitar o apóstolo, deixando-lhe de esmola quinhentos mil réis, e ela quatrocentos mil. Esta notícia é sintomática. Se um pai de família, capitalista ou fazendeiro, pega em si e na esposa e vai dar pelas próprias mãos algum auxílio pecuniário ao Conselheiro, que já possui uns cem contos de réis, é que a palavra deste passa além das fileiras de combate.” *Gazeta de Notícias* (“A Semana”), 31/1/1897: p. 12. Vide Machado de Assis, p. 412.

xonomias tornam-se, então, um absurdo, que parece antes referir-se à citação que Michel Foucault faz de Borges, no célebre livro *As palavras e as coisas*, para encenar uma “desordem do heteróclita”.

O caso Canudos torna-se assim tão extremo em sua exterioridade que nele entra em crise a própria definição de “identidade” que a República tentava consolidar nesses anos. Como se a identidade nacional e o acontecimento se tornassem irreconhecíveis, irreconciliáveis e impossíveis de serem assimilados entre si. Nas versões internacionais, os “fanáticos” nunca são brasileiros e Canudos nunca fica no sertão. O que chamamos, com Derrida (2005), de *exterioridade radical* das figuras canudenses nos permite visualizar que, em toda operação midiática, persiste uma agência fanática que não pode ser assimilada pelo discurso hegemônico. Visualizar essa liminaridade é afirmar que o marco constitutivo do Estado-nação brasileiro foi determinado a partir de uma impossibilidade, e que ele é fruto de um problema não resolvido ou sempre em tensão nos limites da espacialidade e da representação.

O alcance da chamada dominação discursiva nacional que reproduz formulações científico-militares limita-se, então, às textualidades da imprensa brasileira (GALVÃO, 1977). Fora dela, e no amplo plano da rede telegráfica, o mundo dos fanáticos replica-se de maneiras muito diversas e heterogêneas. Com a mesma precisão e certeza com que a mulher, comentada por Machado de Assis, pede ao vendedor de gazetas da Rua de São José, na esquina do Largo da Carioca, o retrato “desse homem que briga lá fora”, de cujo apelido ela não se lembra⁵.

⁵ “Conheci ontem o que é a celebridade. Estava comprando gazetas a um homem que as vende na calçada da Rua de São José, esquina do Largo da Carioca, quando vi chegar uma mulher simples e dizer ao vendedor com voz descansada:

— Me dá uma folha que traz o retrato desse homem que briga lá fora.

— Quem?

— Me esqueceu o nome dele.

Leitor obtuso, se não percebeste que “esse homem que briga lá fora” é nada menos que o nosso Antônio Conselheiro, crê-me que és ainda mais obtuso do que pareces.” (Machado de Assis, *Gazeta de Notícias*, RJ (“A Semana”), 14/02/1897.

Antônio Conselheiro: “Esse homem que briga lá fora”

Machado de Assis, escritor já consagrado na época e membro fundador da Academia Brasileira de Letras, descreve uma cena de rua para se refletir sobre os limites que as notícias e as histórias de Canudos transcendiam. Testemunhos da intelectualidade como esses mostram um deslocamento do conflito de Canudos e o situam em outras ordens que vão além do sertão baiano: “lá fora” nas palavras de Machado. No início de 1897, boa parte da intelectualidade urbana alertava sobre os limites ultrapassados pelas caatingas, pelos fanáticos e pelo seu líder Antônio Conselheiro.

A célebre figura do Conselheiro aparece, no corpus jornalístico internacional, de feições implausíveis, definida como: “Antônio Conselheiro o profeta, rebelde, fanático, caudilho, guerreiro, sacerdote louco, homem de além-mar e líder inspirador”. Novamente, a forma de representá-lo não é homogênea nem inequívoca. A figuração do profeta nas páginas telegráficas está ligada à discussão sobre a origem de sua loucura, e tem duas imagens principais: a dele como profeta e a dele como líder rebelde.

FIGURA 3 – *La Nación* (Buenos Aires), 9/3/1897, gravura do Conselheiro, de corpo inteiro com sua túnica e seu bastão.



FIGURA 4 – Retrato original do Conselheiro publicado na *Gazeta da Tarde*, RJ, 29/1/1897. Fonte: Alves 1977⁶.



⁶ Alves comenta que provavelmente esta seja a imagem procurada pela senhora do relato de Machado de Assis na *Gazeta de Notícias* (“A Semana”), RJ, 14/2/1897.

O desenho integral do Conselheiro com sua túnica e bengala publicado em *La Nación* de Buenos Aires é acompanhado por um contraponto narrativo entre duas versões da vida de Antonio Maciel e a origem de seu misticismo (Fig. 3). Esta imagem é uma cópia invertida de um famoso perfil publicado na edição de 29 de janeiro de 1897, na primeira página da *Gazeta da Tarde* (RJ) (Fig. 4). É uma imagem que causou muita sensação e, possivelmente, é o objeto da cena comentada por Machado de Assis em sua crônica de 14 de fevereiro desse mesmo ano. Ao contrário da reprodução publicada em *La Nación*, no original há uma igreja em construção, uma pequena casa e algumas ondulações do terreno, seco e sem vegetação que podem ser vistas ao fundo. Como se a imagem estivesse perdendo seu entorno e a figura do corpo fosse se tornando cada vez mais relevante à medida que as cópias são replicadas. Em ambas representações, graças à posição escolhida do corpo, destacam-se a barba do Conselheiro, o polegar gigante e o andar levitante de pés quase descalços.

FIGURA 5 – “The Fanatic Arousing the Natives”, *The Mexican Herald*, Cidade do México, 23/4/1897.



Outro caso interessante é a aparição descentralizada desse outro Conselheiro nas páginas do *The Mexican Herald*, que, como podemos ver, parece estar lutando em uma região de selva e não aqui no sertão (Fig. 5). Em primeiro plano estão as habilidades retóricas do líder e sua relação com a multidão de “nativos” que, segundo a imagem, são representados, na sua maioria, como homens barbudos de chapéu, muito bem armados com grandes cargas de munição; e alguns com aspectos físicos semelhantes aos piratas (lembrando

novamente as crônicas de Machado), com lenços na cabeça. O Conselheiro já não é o velho encurvado que se apoia no cajado para caminhar, mas aquele que se tornou um grande líder agitador das massas e que, sobre uma rocha, ergue o cajado como se fosse uma arma.

A convivência desses diferentes Antônio nos leva a reler também as enunciações dos diferentes sujeitos envolvidos e a contrastar vozes da história intelectual com aquelas menos ouvidas. O discurso nacional compartilha com o discurso jornalístico uma distância intransponível em relação aos acontecimentos; essa distância está incorporada no conceito de mediação. Para além das disposições ideológicas ou políticas (em sentido estrito), o grau de sucesso ou fracasso dos discursos depende de uma série de mediações. Ou seja, progresso, linearidade e civilização realmente funcionam de forma deficiente e alternativa. Há, assim, um “reverso” da história das chamadas hegemônias discursivas — um reverso tecido de resistências, desvios, ilegalidades. Replcando as palavras de Foucault, “quando falo de uma sociedade ‘disciplinar’, não se deve entender ‘sociedade disciplinada’, pois na análise dos procedimentos instalados para normalizar não se enuncia “a tese de uma normalização”. Como se, precisamente, “todos esses desenvolvimentos não fossem iguais a uma perpétua falta de sucesso” (1996, p. 44). Essa “perpétua falta de sucesso” é a condensação do que aconteceu em 1897 com o espaço do sertão e o evento de Canudos em cada uma de suas réplicas pelo mundo.

Breves conclusões

No roteiro percorrido, busquei destacar processos de traduções, reescritas, apropriações e adaptações para visualizar a inexistência de representações “puras”, de origens singulares e de discursos autônomos ao redor de Canudos, o sertão, os fanáticos e a jovem república brasileira no final do século XIX.

No entanto, a narrativa do evento de guerra, nesta nova escala, encontra linhas de fuga que não são de todo previstas pela tão estudada “narrativa da Nação” (ANDERSON, 1993; BHABHA, 2010; SOMMER 2010). A realidade canudense, nas páginas internacionais, irrompe espacial e temporal-

mente de formas raramente previsíveis e controláveis: o cientificismo se traduz no local, a harmonia pictórica entra em crise diante da opinião popular, o sertão se expande e perde seu quadro referencial. O contraponto estabelecido pelas figurações do espaço sertanejo em textos internacionais com as matrizes discursivas hegemônicas da nação brasileira é tal que serve para visualizar um mosaico ampliado, produto das agências múltiplas que coexistiam para o ano de 1897 nos confrontos discursivos. Embora a atribuição do estado-nação de soberania popular (através do conceito de cidadania) tenda para a totalidade, esta é sempre feita de forma parcial e não é estável. Paradoxalmente, o acontecimento de Canudos não pôde ser assimilado por essas operações. Invertendo a formulação de Renato Ortiz, não é aqui que o discurso nacional “despeja” (1997, p. 102) a realidade local para se apropriar dela e construir seu referencial identitário; ao contrário, Canudos “despeja” a ordem desejada pela jovem república. Canudos dá um xeque-mate à identidade nacional:

A identidade nacional está, portanto, fora de alinhamento com o próprio movimento que a engendra. É o resultado de um duplo movimento, a desterritorialização dos homens e sua reterritorialização na esfera de outra dimensão. Sua existência é, portanto, “precária” e deve ser constantemente retrabalhada pelas forças sociais. Longe de ser algo acabado, definitivo, requer um esforço permanente de reconstrução (1997, p. 103).

Penso que é isso mesmo o que a FLICAN propõe hoje, 60 anos depois da efervescência das Ligas Camponesas no Brasil e 180 anos do Conselho Estadual de Educação. Diante do extermínio, a FLICAN constrói e tece memórias. Diante do silêncio, as músicas, os cordéis e as memórias persistem. Diante do desgoverno atual, a FLICAN responde com educação, ciência e tecnologia. Num imenso ato de visibilidade e reinvenção nacional: a FLICAN está reescrevendo, a partir de Canudos, os significados socioculturais de um Brasil novo e diverso.

Referências

ALVES, Lizir Arcanjo. *Humor e Sátira na Guerra de Canudos*, Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, EGBA, 1997.

ASSIS, Machado de. *Obras completas de Machado de Assis*. São Paulo/Rio de Janeiro/Porto Alegre/Recife: Editora Mérito, 1961.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer. El poder soberano y la nuda vida*. Madrid: Pretextos, 1998.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas, reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1993.

BHABHA, Homi K. (Comp). *Nación y narración. Entre la ilusión de una identidad y las diferencias culturales*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2010.

DA CUNHA, Euclides. *Os Sertões (Campanha de Canudos)*. Edição, prefácio, cronologia, notas e índices por Leopoldo Bernucci. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado, 2001.

DE CARVALHO, Murilo. *Os bestializados*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

DERRIDA, Jacques. *Canallas. Dos ensayos sobre la razón*. Madrid: Trotta, 2005.

ESPOSITO, Roberto. *El origen de la política, ¿Hannah Arendt o Simone Weil?*, Paidós, Barcelona-Buenos Aires-México, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Defender la sociedad*. Buenos Aires: FCE, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Las palabras y las cosas*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora: a Guerra de Canudos nos jornais, 4ta expedição*. Ed. São Paulo: Ática, 1977.

JOHNSON, Adriana Michéle Campos. *Sentencing Canudos: Subalternity in the Backlands of Brazil*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2010.

HALPERÍN DONGUI, Tulio. *Historia contemporánea de América Latina*, Alianza editorial: Madrid, 1962.

ORTIZ, Renato. “Modernidad-mundo e identidades” en revista *Estudios sobre las Culturas Contemporáneas*, Época II, Vol. III, Núm 5, Colima, junio 1997, p. 97-108.

RAMOS, Julio. *Desencuentros de la modernidad en América latina*, México: FCE, 1987.

RECCHIA PAEZ, Juan. “La guerra de Canudos en revistas brasileñas publicadas en Europa el caso de la Revue du Brésil (París, 1896-1898)” en *Humanidades: revista de la Universidad de Montevideo*, Montevideo, 2021a.

RECCHIA PAEZ, Juan (2021b) “La serie de Antonio Conselheiro y la rebelión popular de Canudos en la prensa periódica internacional hacia 1897” en *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En línea], Debates, Publicado el 29 marzo 2021, consultado el 17 diciembre 2022.

SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e pensamento racial no Brasil: 1870-1930*. Cia das Letras, 1993.

SERJE, Margarita. *El revés de la Nación: territorios salvajes, fronteras y tierras de nadie*, Bogotá: Universidad de los Andes, Ediciones Uniandes, 2005.

SOMMER, Doris. “Un romance irresistible: las ficciones fundacionales de América Latina”, en BHABHA, Homi K. (Comp). *Nación y narración. Entre la ilusión de una identidad y las diferencias culturales*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2010.

STOLCKE, Verena. “La ‘Naturaleza’ de la Nacionalidad” en *Desarrollo Económico – Revista de Ciencias Sociales*, número abril-junio 2000. Buenos Aires, IDES, 1997.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui. O narrador, a viagem*, São Paulo: Companhia das letras, 1990.

Recebido em 20 de novembro de 2022.

Aceito em 15 de dezembro de 2022.

CANUDOS, UMA TOCHA NA AMERICA LATINA

Juan Ignacio Azpeitia

Resumo: O presente artigo estuda, a partir do conceito de choque civilizatório no continente americano produto da invasão europeia, as reverberações dos acontecimentos de Belo Monte, no final do século dezenove no sertão baiano. O surgimento de uma organização comunitária alternativa sob a liderança de Antônio Conselheiro representou um fortíssimo questionamento à ordem pós-colonial que a nova República representava. Pela força da sua luta e sua inquebrantável resistência, os ecos de Canudos estão presentes na memória dos habitantes locais e ainda nos trabalhos de grande quantidade de estudiosos de todo o Brasil, que procuram fonte de inspiração para modelos de sociedade mais justos e igualitários. Sem tirar nem uma vírgula do valor que tem a luta dos sertanejos na configuração da nação brasileira, o objetivo deste trabalho é adicionar um olhar latino-americanista que permita apreciar a forma em que esse “modo de produção”, que coloca em primeiro lugar a sustentabilidade dos que trabalham a terra e nela habitam, é um acontecimento recorrente na história do continente e pode ser interpretado como um retorno a formas de convivência “mais civilizadas” anteriores à introdução da “barbárie” europeia.

Palavras-Chave: Canudos. América latina. Sublevação.

Resumen: El presente artículo estudia, a partir del concepto de choque civilizatorio en el continente americano, producto de la invasión europea, las reverberaciones de los acontecimientos de Belo Monte, en el final del siglo diecinueve en el sertón bahiano. El surgimiento de una organización comunitaria alternativa bajo el liderazgo de Antônio Conselheiro representó un importante cuestionamiento al orden post colonial que representaba la nueva República. Por la fuerza de su lucha y su inquebrantable resistencia, los ecos de Canudos están presentes en la memoria de los habitantes locales y también en los trabajos de gran cantidad de estudiosos de todo Brasil, que buscan una fuente de inspiración para modelos de sociedad más justos e igualitarios. Sin sacar ni una coma del valor que tiene la lucha de los “sertanejos” en la configuración de la nación brasileña, el objetivo de este trabajo es agregar una mirada latino-americanista que permita apreciar la forma en que ese “modo de producción”, que coloca en primer lugar la sustentabilidad de los que trabajan la tierra y en ella habitan, es un suceso recurrente en la historia del continente y puede ser interpretado como un retorno a formas de convivencia “más civilizadas” anteriores a la introducción de la “barbarie” europea.

Palabras clave: Canudos. América latina. Sublevación.

Tirando o véu do nosso continente

No relato clássico sobre o conflito de Canudos – e sobre os episódios semelhantes que aconteceram na América Latina – a ideia que domina o debate é o enfrentamento entre “Civilização e Barbárie” como fora colocado explicitamente por Domingo F. Sarmiento no seu *Facundo* (SARMIENTO, 1921), que leva esse subtítulo. Porém, essa descrição não se corresponde com uma realidade histórica, trata-se de um relato que foi construído pelos invasores europeus com a finalidade de legitimar o modo bárbaro e brutal em que eles destruíram os povos que habitavam este continente. Quando começou o período de expansão colonial, Europa estava saindo da idade das trevas. Para o ano mil quinhentos em Londres moravam umas cinquenta mil pessoas enquanto em Tenochtitlán, capital do Império Azteca no México, vivia quase meio milhão. A batata, o milho, o tabaco, o cacau, todos eles eram desconhecidos e foi graças a eles que as populações europeias conseguiram resolver os crônicos problemas de fome. Os abundantes minerais, ouro e prata principalmente, que os povos americanos extraíam e trabalhavam, foram encher as arcas dos piratas. Foi da América que veio a “acumulação originária” que Marx descreve como início do capitalismo.

Quando nos debruçamos sobre os relatos que Guaman Poma de Ayala faz das atrocidades cometidas pelos “padres da igreja” compreendemos cabalmente de qual lado ficava a barbárie. Seu livro *Nueva Coronica y buen gobierno* (GUAMAN POMA DE AYALA, 1613) traz em primeira mão a visão de um americano sobre a conduta dos invasores europeus e desnuda como ninguém o duplo jogo de cumplicidade e hipocrisia implícitas nas atividades dos “colonizadores”.

Como os ditos padres e curas entendem em fazer roupa de finas e delicadas para mulheres, e cintos para vender, dizendo que são para os prelados, lhe manda, e comissários, lhe faz fazer roupa e ocupa aos pobres índios e não paga a eles coisa nenhuma em todo o reino.

Enrique Dussel descreve o processo de apropriação do nosso continente pelas potências europeias utilizando quatro conceitos ou figuras (*Gestalten*): Invenção, Descobrimento, Conquista e Colonização.

Começando na sua leitura do idealismo Hegeliano que pensa a Europa como fim último da história universal, inclui nessa linha também a Marx, Weber, Habermas, e vários outros. Todos eles consideram o modelo da Europa Central como única possibilidade de desenvolvimento da humanidade. O mito fundacional da modernidade coloca as potências coloniais em posse de uma superioridade que se opõe às outras culturas (asiáticas, africanas ou americanas) que se encontrariam em estado de imaturidade infantil. A divisão de “velho mundo” e “novo mundo” indica o paternalismo desta visão e justifica as atrocidades cometidas na “missão” de levar o conhecimento a essas terras habitadas por pessoas inferiores e selvagens.

A partir dos testemunhos da época, Dussel mostra como o próprio conceito de América foi “inventado”. Nos primeiros anos que seguiram a chegada de Colombo ainda persistia a ideia de que as terras encontradas pertenciam ao continente asiático. Muitas expedições foram feitas procurando a rota para a Índia acreditando que estavam contornando o território da China, confundindo o Orinoco com o Ganges. Assim os habitantes foram chamados de “índios”.

Isto é o que chamamos a “invenção” do “ser-asiático” de América. Ou seja, o “ser-asiático” deste continente só existiu no “imaginário” daqueles europeus renacentistas. Colombo abriu, política e oficialmente, na Europa a porta à Ásia pelo Ocidente. Pero com su “invención” pudieron seguir existiendo, como la Santa Trinidad, las “Tres Partes” de la Tierra (Europa, Africa y Asia) (DUSSEL, 1994).

O pensamento medieval estava fortemente marcado pela trindade cristã, talvez por isso relutaram tanto em considerar um quarto continente. Isto somente aconteceu a partir das navegações do italiano Américo Vespúcio. O *ego* europeu não teria resistido à existência de um outro mundo. Se caracterizou a situação como “descobrimto”, o novo mundo seria apenas uma imitação do original. Assim nasceriam Nova Espanha, Nova Granada ou Nova Iorque. A partir desse momento Europa começa a ser o centro do mundo e o resto vira periferia.

O conceito de “conquista”, terceiro conceito que traz Dussel, sai do âmbito do conhecimento, da identidade, das características culturais ou topográficas, é uma ideia pragmática, militar de dominação: não sei quem vocês são,

nem como vivem, nem o que fazem, mas vou tomar conta de vocês e de tudo que lhes pertence. A crônica de Bartolomé de Las Casas é absolutamente eloquente em relação à situação de expropriação forçada perpetrada pelos invasores.

A causa pela que tem morrido e destruído tantas e tais e tão infinito número de animas os cristãos tem sido somente por ter como fim último o ouro e se encher de riquezas em muito breves dias e subir a estados muito altos e sem proporção de suas pessoas, convêm a saber: pela insaciável cobiça e ambição que tem tido, que foi a maior que no mundo ser pôde, por ser aquelas terras tão felizes e tão ricas, e as gentes tão humildes, tão pacientes e tão fáceis de assujeitar, às quais não tiveram mais respeito nem delas tem feito mais conta nem estima (falo com verdade, pelo que sei e tenho visto todo o dito tempo) não digo que de bestas, porque prouvesse a Deus que como a bestas as tiveram tratado e estimado, no entanto, como e menos que estrume das praças (DE LAS CASAS, 2011).

A expedição de Hernán Cortés expõe esta mentalidade, segundo a qual as civilizações que se encontraram no caminho deveriam ser subjugadas e aniquiladas. A inspiração religiosa que levava a expulsão dos muçulmanos das terras ibéricas impulsionou da mesma forma este novo capítulo da luta contra os “infiéis”.

A quarta figura, a “colonização” é a que nos traz até nossos dias. A ideia de colônia, afirma Dussel, vem do Império Romano, as colunas que sustentavam o Estado, formadas por cidadãos que eram obrigados a falar latim e a pagar tributos. Na América Latina, os antigos tributários de Roma conseguiram reproduzir a estrutura de dominação da que foram vítimas, se colocando eles agora no centro do poder. O colonialismo começou na América Latina antes que na África e na Ásia, a possibilidade de apropriação da vida dos nativos e sua riqueza acendeu a cobiça e a crueldade dos europeus.

Essa colonização começou pelo litoral, pois foi realizada com base na dominação naval, e somente depois foi se estendendo para o interior do território. No caso particular da Bahia, a casa García D’Avila controlou a faixa costeira desde a cidade de Salvador, adentrando os sertões até o atual Estado do Piauí. As populações originárias foram escapando e procurando refúgio

nas terras mais distantes, até onde o braço do colonizador não poderia chegar. Utilizando como referência o caso de Tomochic no México – contemporâneo de Canudos – observamos o mesmo movimento: os nativos se refugiaram na Serra Madre Tarahumara e aí ficaram por um bom tempo a resguardo do poder central. Na Argentina, os povos originários foram sendo enviados cada vez mais ao sul, confinando sua influência a terras menos produtivas. Até nos dias atuais podemos observar como o agronegócio e o garimpo vão encurralando as populações indígenas do Brasil no mesmo sentido.

O mundo do século XIX

A cobiça crescente nas Metrôpoles abriu caminho para as lutas internas. O final do século XVIII trouxe a expulsão das missões Jesuíticas e isso deixou as populações locais sem ninguém para se opor ao desejo de exploração dos latifundiários e garimpeiros que de forma brutal foram avançando sobre as terras e as riquezas ainda disponíveis para saciar sua sede e ganâncias imediatas. Apenas os caudilhos locais poderiam oferecer algum tipo de proteção à população nativa, sempre em troca de lealdade e servilismo.

A crise da dominação católica na América se completa com as invasões napoleônicas que têm um impacto direto no mundo hispânico, mas também são a causa direta da independência do Brasil e do começo do período Imperial. Também consequência de Napoleão é a compra da Louisiana que daria início à expansão das antigas colônias britânicas para o oeste.

Na América Latina as oligarquias nacionais vão se apropriando rapidamente dos recursos naturais, articuladas com o esquema agroexportador que a nova potência dominante – o Império Britânico – impõe. O “sistema-mundo” (WALLERSTEIN, 1974) vai conquistando cada vez mais espaços e sua voracidade não conhece limites.

Chegando ao final do século XIX, os descendentes dos bandeirantes já têm o controle da maior parte dos centros produtivos do Brasil, mas a aspiração do governo central é o controle da totalidade. O governo Imperial é “bonzinho” demais e então surge a “República da Espada”. No México

o “Porfiriato” como ficou conhecido o governo ditatorial do General Porfírio Díaz assume esse mesmo papel. Na Argentina a “geração de ‘80” com General Julio A. Roca inicia a carnificina chamada “Conquista do Deserto” em que são quebrados os pactos preexistentes com as nações indígenas que habitavam a Patagônia. Na América do Norte, depois da guerra contra o México que acaba anexando Califórnia e Novo México, os pioneiros partem para exterminar os nativos no Velho Oeste.

Esse processo tem um protagonista de que poucas vezes se fala quando pensamos no conflito em Canudos: a estrada de ferro. A Conquista do Oeste Norte americano foi possível a partir da ferrovia unindo ambas as costas. Na Patagônia, também o trem possibilitou a chegada dos materiais bélicos para a campanha. No México, Porfírio Diaz construiu 25.000 quilômetros de trilhos. E o trem que chega até Monte Santo, base das operações militares, fez possível a chegada de um exército regular até o sertão para desenvolver a campanha de Canudos. Esse processo de invasão que começou pelo litoral, pelos mares, com o novo meio de transporte agora poderia também controlar aquelas regiões mais distantes.

Como afirma Robert Levine

o conflito de Canudos aconteceu numa conjuntura diferenciada na história brasileira, quando um novo (e temido) sistema político tinha começado a agravar condições de privação de longa data. Como aconteceu na Europa medieval, o movimento de Conselheiro não afetou somente a pessoas excluídas da fonte da mudança social – neste caso, o mundo das elites do litoral – mas elementos procurando mudanças não no meio rural per se, mas na conduta piedosa. As reformas perseguidas pelos clérigos ultramontanos para as práticas católicas no sertão, eram tão problemáticas para os sertanejos como a queda da monarquia, o advento da estrada de ferro e a penetração do governo republicano (LEVINE, 1992).

Os futuros protagonistas dos conflitos, em todos os casos, já existiam. O Conselheiro, e outros como ele, já percorriam o sertão. Os gauchos, nos pampas, viviam livres, soltos, cuidando do seu gado, sem patrões, sem impostos, sem documentos de identidade. Nas terras do Barão de Jeremoabo

os homens do tipo de Pajeú tinham seus animais e suas formas de vida independentes, autossustentáveis, diríamos hoje. Na Serra Madre, Cruz Chaves, tinha sua comunidade, seus animais, seus rituais religiosos sem quase contato com o poder central. Todas essas existências representavam um claro desafio para a imposição da nova ordem e sua abrangência territorial. O modelo agro exportador precisava de excedente, e se o povo consumia o que produzia, então não sobrava nada. Sobrava esse povo.

Fin de siècle

A tecnologia está toda disponível quando se aproxima o final do século XIX. O modelo prussiano representa uma teoria militar de ocupação do terreno. Forças disciplinadas, obedientes, com estrutura hierárquica piramidal, estão disponíveis para levar adiante a missão. As armas de fogo foram aperfeiçoadas de modo que o combate pudesse ser librado a maior distância, canhões e metralhadoras são as protagonistas destes encontros marcadamente desiguais em todo o continente.

O primeiro passo é a criminalização. O interesse econômico deseja o extermínio dessas populações, mas precisa obter um certo consenso da sociedade para cumprir sua façanha. É necessário estigmatizar o inimigo. Os “índios” da patagônia serão acusados de saqueios, de violar as mulheres, muitas estórias serão contadas. O gaúcho, “Martin Fierro” (HERNANDEZ, 1962) é exemplo claro disso, será chamado de preguiçoso, trapaceiro e tentarão forçar a sua participação nos exércitos invasores. Os sertanejos, serão os “jagunços”, fanáticos, “raça inferior”. Na conquista do Velho Oeste, os norte-americanos, mas de cem anos depois, ainda continuaram fazendo filmes para justificar os crimes cometidos contra os “peles vermelhas”, quilômetros de celulóide gastos em mostrar o “mocinho”, sozinho, matando quinhentos “selvagens”.

A operação realizada no México com Cruz Chaves é um espelho do que fizeram com o Conselheiro. Primeiro acusaram o povo de Tomochic por um roubo a um comboio que pagava salários das minas e, como castigo, mudaram as rotas deixando a cidade sem ingressos e sem comunicação. De-

pois enviaram emissários da igreja católica que, supostamente, iriam contemporizar a situação. O padre que visitou Tomochic fez a mesma coisa que os capuchinos fizeram em Canudos, rejeitou os seus rituais e práticas religiosas e desconheceu a liderança espiritual do Cruz Chaves. O resultado foi idêntico, o enviado da hierarquia eclesiástica foi expulso e foi ele mesmo quem solicitou a intervenção das autoridades militares.

Similar estratégia foi aplicada em Canudos em forma paciente. Primeiro tentaram isolar o Conselheiro, acusando-o de um crime impossível – o assassinato da sua mãe – e com esse argumento tentaram tirar ele do Estado da Bahia. Como ele retornou e organizou seus seguidores num local distante, onde até então as forças militares não chegavam, foi criada a situação com o Juiz Arlindo Leoni. O juiz, que não tinha conseguido reprimir as manifestações de Masseté, aproveita um desacordo com um provedor de madeiras para solicitar o envio da força pública contra os moradores do arraial.

As condições estavam prontas em todo o continente para acabar com a resistência à implantação extensiva do modelo. A força pública foi mobilizada e as campanhas na imprensa atacaram com suas ferramentas favoritas.

O “milénarismo”. Esta ideia, e suas variações, foi jogada na cara dos rebeldes do continente. Eles seriam “suicidas” que acreditam no fim do mundo, somente isso pode explicar sua conduta antissistema. Em Tomochic são acusados de seguir os ensinamentos da “Santa de Cabora” uma adolescente de origem indígena que defende a liberdade do seu povo. O Conselheiro será chamado “Sebastianista”, anticristo e quantas outras coisas pudessem ser ditas para desacreditar a justiça da sua luta. Na Argentina existe a lenda do “Gauchito Gil” – coincidentemente também chamado Antônio Gil – um guia espiritual que teria resistido ao recrutamento forçoso pelo exército. A pecha de milénaristas e messiânicos foi impingida aos rebeldes do Sul boliviano. Milhares de ameríndios caíram na batalha de Kuruyiki em 1892 e o líder Apiawaiki Tumpa foi executado, mas não se renderam, preferindo morrer lutando. A narrativa oficial dirá que na sua “ignorância” preferiram morrer porque acreditavam que o mundo de todas formas estava prestes a acabar.

O modelo de exército prussiano, aplicado em forma calcada e sistemática no continente, sofreu também incidentes semelhantes. A teoria militar fora desenhada para o combate entre exércitos regulares de características semelhantes que se enfrentavam em condições de paridade de poder, por isso os grandes fracassos ao enfrentar pequenas populações que apenas defendiam seu direito a existir. Em Tomochic, igual ao que aconteceu em Canudos, a primeira arma dos defensores foi a surpresa. O que hoje poderíamos chamar de “inteligência militar” derrotou a primeira guarnição enviada para reprimir os rebeldes. Informação adequada conseguiu prevenir os seguidores de Cruz Chaves de forma que nada encontraram os soldados que chegaram em um primeiro momento. A surpresa também foi fundamental na vitória de Uauá, a primeira, que fomentaria a coragem dos seguidores de Antônio Conselheiro.

A segunda tentativa não foi melhor sucedida em nenhum dos dois casos. A incompetência das lideranças foi colocada como desculpa para o que, em rigor de verdade, era uma amostra da inadequação da estrutura mobilizada e as motivações tão diferentes entre os bandos enfrentados. Não está claro se foi o General Felipe Cruz ou Rosendo Márquez, há versões encontradas sobre quem era o comandante, mas todos coincidem em que houve uma campanha em Tomochic dirigida por um alcoólatra que ordenou uma ofensiva contra um milharal e enviou telegrama para Porfírio Diaz afirmando ter liquidado o inimigo. É famosa a frase “almoçaremos em Canudos” dita pelo Coronel Moreira César, que esse mesmo dia não conseguiria nem fazer a última refeição da sua vida. O fracasso coletivo foi diluído procurando apontar responsáveis individuais.

Quando finalmente os exércitos nacionais convocam uma desproporcionada força —quanto a materiais e mão de obra— tanto em Tomochic como em Canudos, eles criam um cerco que impede a entrada e saída dos locais. Em uma mensagem inesquecível para as futuras gerações de americanos, os sublevados não ser entregam e combatem até o último guerreiro. O sinal é claro, existe uma forma de viver a vida em liberdade, em comunidade, mais antiga e equilibrada que o modelo que propõem os invasores. A vida que eles querem é essa, a outra não vale a pena ser vivida.

Literatura, história e memória

A construção das identidades – sejam sociais, étnicas, nacionais – requer relatos que as expliquem e justifiquem. Essas narrativas não precisam, em forma alguma, ser verdadeiras basta com que sejam reiteradas e façam parte do discurso do poder. Os nacionalismos basco e catalão, na Espanha, começaram a cobrar força a partir de um resgate preciso de elementos do passado que permitem configurar essa “identidade” e construíram uma narrativa que a sustenta. As comunidades da diáspora africana enfrentam o mesmo desafio de revisitar suas origens e os episódios traumáticos de sua história para assim conseguirem um futuro livre de estigmatizações.

A procura pela identidade é uma constante na literatura latino-americana, a procura por um direito que lhe foi negado na origem. A colonialidade do Poder tem muita responsabilidade nas distorções produzidas diante do espelho europeu. Um grande desafio representa o caminho para desvendar essa América Profunda, que ressurgue uma e outra vez em Canudos, em Tomóchic, e onde quer que o povo se organize para viver sua vida livremente.

Os textos historiográficos quase sempre têm o costume de apresentar sua versão dos acontecimentos e deixar claramente estabelecida a posição do autor sobre os fatos. A obra literária não tem essas limitações e talvez esteja aí o segredo da sua importância. A polifonia dos textos é sua grande fortaleza simbólica e cultural.

Euclides da Cunha afirma claramente que o que se fez em Canudos “foi um crime” (CUNHA, 2016). Se fosse um relato coerente cientificamente, a continuação deveria apresentar a descrição dos criminosos. Pelo contrário, encontramos em *Os sertões* o relato do fanatismo e o comportamento selvagem das vítimas do crime, os moradores de Canudos. Sua densidade artística talvez esteja nessa dualidade na qual a obra se exprime. É um “instantâneo” do enfrentamento, talvez ajude ainda o pontilhismo obsessivo de Euclides, que não pode evitar a presença de imagens que fogem ao controle do fotógrafo – esses invisíveis que, de pronto, se fazem notar no texto: a capacidade de organização dos habitantes de Belo Monte, a solidariedade entre eles e a

resistência até o fim. Fora do libreto do regime, o livro de Euclides traz isso que incomoda, e por isso será utilizado pelos adversários políticos do regime que aniquilou o povoado de Belo Monte. A narrativa de ficção tem essa capacidade de absorver aspectos contraditórios de uma realidade e trazê-los para perto do leitor em estado de conflito.

Heriberto Frías (1899) percorre um trajeto bem semelhante, dado que também fazia parte do exército agressor. Começa encarando o dever civilizatório da campanha contra Tomóchic como uma obrigação de pessoa de bem. Seu personagem principal se enxerga a si próprio como redentor de uma dama que se encontra em poder da barbárie para finalmente observar que os combatentes de Tomóchic são muito valorosos porque estão defendendo suas casas e suas famílias. Se defronta com sua incapacidade para “salvar” a alguém, já que a moça com quem ele sonha escolhe morrer na luta.

A arte, neste caso a Literatura, como espaço de memória merece toda nossa atenção. Observamos que, apesar das contradições que apresentam, de escolher muitas vezes o padrão de pensamento eurocêntrico como organizador e justificativa do discurso, os textos literários, na sua polissemia, são capazes de conter a força das emoções e o legado cultural das lutas dos nossos ancestrais. A cultura é um meio privilegiado para a transmissão desse tipo de conhecimento, atemporal, ou cujos efeitos têm duração muito maior do que uma vida humana. Nas batidas dos tambores e nos cânticos da capoeira, por exemplo, os descendentes das populações brutalmente levadas pra fora da África conseguiram cifrar suas mensagens, preservar sua cultura e alimentar seu espírito de resistência. E forma análoga na América Latina, a preservação dos rituais, os nomes dos locais, as formas de viver e “estar” em comunidade tem sobrevivido às tentativas de apagamento e exclusão tenazmente instituídas pelos invasores.

A persistência das culturas nativas, dos modos de civilização mais antigos, tem nos relatos de lutas do passado um espaço destacado. Ressignificar esses textos é uma operação adequada à construção de uma identidade latino-americana dinâmica que permita reconhecer os interesses comuns de nossos povos, na medida em que são compreendidas as agressões semelhantes

que estamos suportando a partir da invasão do continente pelos europeus. O estabelecimento do sistema-mundo baseado no eurocentrismo trouxe inúmeros sofrimentos às populações de distantes pontos do planeta.

A valorização das lutas, a desconstrução dos preconceitos raciais e culturais, o resgate dos relatos que constroem nossa América é fundamental nesse caminho do futuro. Por isso afirmo ser importante identificar Canudos como uma tocha que alumia com seu resplendor o destino da América Latina. Dessa forma não diminui em nada sua importância no contexto local, com suas particularidades e escolhas. Mas serve também como lembrete para os brasileiros da existência de inimigos comuns ao livre desenvolvimento das nossas potencialidades. A inferiorização dos colonizados se completa perfeitamente com a fragmentação das suas lutas. Criminalização das lideranças, procura de bodes expiatórios e explicações que tiram a racionalidade das reivindicações.

Canudos é luz, é guia. Mais valioso ainda sabendo que não foi o único, que no nosso continente existem muito irmãos que passaram por experiências semelhantes e que também estiveram dispostos a entregar suas vidas pela sua cultura, pelo seu povo. As culturas não morrem, como nunca morrem os heróis que conseguem interpretar a força do povo e guiá-los no conflito. A vitória ou derrota militares são muitas vezes irrelevantes para o efeito da história. O campo de batalha das letras é onde as consequências da coragem podem encontrar melhor abrigo para seus sonhos.

Os guerreiros de Canudos, de Tomochic, da Patagônia, do Kuruyiki e de tantos outros pontos de resistência americanos vivem em nós. Eles renascem cada vez que decidimos lembrar sua força e sua retidão. Em cada encontro com as pessoas que mantêm viva a memória do Arraial de Belo Monte, na música, na academia, nas letras ou simplesmente no espírito das suas vivências, em cada ocasião encontramos essa tocha, esse fogo sagrado que grita “somos livres, esta é aqui que nosso povo merece ser feliz”.

Referências

DA CUNHA, Euclides. *Os sertões. Os Sertoões-Edicao Critica*. Walnice Nogueira Galvão (Org.). São Paulo. Ubu Editora, 2016.

DE LAS CASAS, Bartolomé. *Brevísima relación de la destrucción de las Indias*. Medellín: Universidad Nacional de Antioquia, 2011.

DUSSEL, Enrique. *1492: El encubrimiento del otro: hacia el origen del mito de la modernidad* La Paz: UMSA. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación Plural Editores, 1994.

FRIAS, Heriberto. *Tomochic*. Barcelona, México, Buenos Aires: Casa editora Maucci, 1899.

GUAMAN POMA DE AYALA, Felipe. *Nueva Corónica y buen gobierno*, 1613. Disponível: <http://www.kb.dk/permalink/2006/poma/info/es/frontpage.htm>. Acesso em: 2 fev. 2020.

HERNANDEZ, José. *El gaucho Martín Fierro*. Buenos Aires: Eudeba, 1962.

LEVINE, Robert M. *Vale of tears*. Los Angeles: University of California Press. 1992.

SARMIENTO, D.F. Facundo. *Buenos Aires*. Librería “La facultad”, 1921.

WALLERSTEIN. I. *The modern world-system*. London/New York: Academic Press Inc, 1974.

Recebido em 20 de novembro de 2022.

Aceito em 15 de dezembro de 2022.

ENSINO DE INGLÊS NO BRASIL SOB UMA PERSPECTIVA ANTIRRACISTA

Agnaldo Pedro Santos Filho¹
Marieli de Jesus Pereira²

Resumo: A educação formal no Brasil foi estabelecida de modo a favorecer determinados grupos sociais em detrimento de outros, fomentando a desigualdade social a partir do racismo desde o período do Brasil Colônia. Assim, mesmo após a promulgação da primeira Constituição Brasileira, pessoas pretas, pardas e indígenas passam por diferentes processos de exclusão e invisibilização das suas crenças, costumes e línguas, inclusive no ambiente escolar que reproduz padrões socialmente construídos pelas culturas dominantes. Ao se pensar o ensino de língua inglesa no Brasil, as marcas do colonialismo e da colonialidade estão presentes nas aulas e nos materiais didáticos que reforçam estereótipos e preconceitos através da supervalorização da cultura, de padrões estéticos e variantes linguísticas euro-anglocêntricas. O presente artigo propõe discutir o ensino de língua inglesa sob uma perspectiva antirracista e decolonial. Neste sentido, apresentamos alguns fatos históricos sobre o racismo na educação brasileira, bem como evidências do racismo na educação contemporânea e, por fim, discutimos possibilidades para a desconstrução de estruturas racistas no ensino de língua inglesa. Para embasar nossa pesquisa, contamos com a contribuição de autores como Césaire (2020), Ferreira (2017), hooks (2018), Nascimento (2019), *et alia*.

Palavras-chave: Ensino de língua Inglesa. Decolonialidade. Antirracismo.

Abstract: Formal education in Brazil was founded on the benefits of specific social groups over others, fostering social inequality based on racism since colonization period. Even after the proclamation of the first Brazilian Constitution, black and native people suffer from different forms of exclusion and invisibilization of their beliefs, traditions, and languages, including the school environment that reproduces social patterns build-up by the dominant cultures. For English language teaching in Brazil, the hallmark of colonialism and coloniality are present in the classrooms and teaching materials. They reinforce stereotypes and prejudices through the overvaluation of Euro-Anglocentric culture, aesthetic values, and linguistic variations. This paper aims to discuss English language teaching from an anti-racist and decolonial perspectives. This way, we present

¹ Mestre em Educação de Jovens e Adultos pela UNEB, Especialista em Língua Inglesa pela FTC, Graduado em Letras (Língua Inglesa e Literaturas) pela UNEB.

² Doutora em Literatura e Cultura pela UFBA, Mestra em Letras pela UFBA, Especialista em Estudos Linguísticos e Literários pela UFBA, Graduada em Língua Estrangeira Moderna (Inglês) pela UFBA.

some historical facts about racism in Brazilian education as well as evidence of racism in contemporary education. Finally, we discuss possibilities to break up racist structures in English language teaching. This research takes into account the theoretical contributions made by Césaire (2020), Ferreira (2017), hooks (2018), Nascimento (2019), et. al.

Keywords: English language teaching. Decoloniality. Anti-racism.

Introdução

Imbuídos do tema desta revista, pensamos que revisitar Canudos é conhecer parte da história de luta contra a desigualdade social brasileira, e reinventar o Brasil é performar Sankofa. Esse símbolo filosófico Adinkra dos povos Asante, de Gana, significa “retornar ao passado para ressignificar o presente e construir o futuro”. Dessa forma, poderemos refletir, analisar e produzir um contexto porvir com maior equidade para toda a população brasileira a partir da Educação.

No início dos anos 2000, o grupo de estudos Modernidade e Decolonialidade, composto por Enrique Dussel, Catherine Walsh, Aníbal Quijano, Edgard Lander, Nelson Maldonado-Torres e Walter Mignolo, trouxe a proposta de decolonizar o pensamento moderno, numa dinâmica que, ao nosso ver, se assemelha bastante a Sankofa.

Segundo Bernarreferdino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2019), a decolonialidade abrange uma longa tradição de combates e resistência das populações africanas, afrodiáspóricas e indígenas, utilizando o estudo de fatos históricos como forma de elucidar e sistematizar a colonialidade do saber, do ser e do poder para a elaboração de estratégias que possam transformar a realidade presente e futura.

Operacionalizar o processo de decolonização é fundamental em todas as áreas do conhecimento, por isso a Educação deve ser o ponto de partida. No nosso caso, especificamente, abordamos a decolonialidade no ensino de língua inglesa no Brasil sob a perspectiva antirracista.

Antes da invasão da “Terra das palmeiras”³ pelos portugueses, as centenas de povos indígenas viviam sem hierarquização de raças, assim como os povos africanos sequestrados e trazidos para o Brasil contra sua vontade. Havia conflitos entre as etnias, contudo a classificação das pessoas em mais ou menos humanos por conta da estética e da cultura foi instituída pelos europeus. Esse pensamento colonizador e racista se perpetua até hoje, sendo o princípio organizador que estabelece tanto o grau de profundidade, como quem exerce o poder e tem acesso a bens culturais e de consumo.

Assim, propomos aqui a revisita ao passado para viabilizar a construção de um futuro mais equânime no processo de ensino e aprendizagem do inglês. Inicialmente, apresentamos alguns fatos históricos que indiciam o racismo brasileiro na Educação. Em seguida, mostramos evidências na contemporaneidade que indicam a atualização do racismo no ensino de inglês. E finalmente, apontamos possíveis meios de abalar a estrutura racista no ensino de língua inglesa.

Revisitando o passado: aspectos históricos do ensino de inglês no Brasil

No período anterior a colonização das terras americanas, a educação indígena se dava de forma constante e ao longo da vida de acordo com as demandas diárias de cada comunidade, sem uma sistematização rígida, mas com utilidade bem definida. A partir da invasão do continente americano, os europeus impuseram suas línguas e a doutrina cristã.

No Brasil colonial, segundo os professores e pesquisadores Dra. Wlamyra Albuquerque e Dr. Walter Fraga Filho, o ensino na colônia portuguesa limitava-se ao ensino básico mínimo. Inicialmente, as aulas de leitura e a catequese eram restritas às crianças das classes controladoras e a alguns indígenas aldeados. Quando os africanos escravizados foram trazidos para o Brasil, eram submetidos a um processo de treinamento e tentativa de apagamento da cultura e da estética de matriz africana. Albuquerque e Fraga Filho (2006) afirmam que senhores de engenho e feitores:

³ Terra das palmeiras é o significado do termo Tupi-guarani “pindorama”, palavra que nomeava o território que chamamos hoje de Brasil.

[...] ensinavam os rudimentos da língua portuguesa, principalmente os que fossem necessários para compreender as ordens do senhor e do feitor. Senhores e feitores ensinavam também tarefas, impunham disciplina e formas de deferência. Na cartilha senhorial, antes de tudo, era preciso definir e deixar claro quem mandava e quem obedecia. O senhor desejava também que o cativo compreendesse os rudimentos da religião católica, sobretudo aprendesse a rezar. A sociedade escravista contou com o apoio da Igreja Católica para inculcar nos cativos paciência e humildade como virtudes desejáveis (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 95).

A catequização dos povos indígenas e posteriormente dos africanos escravizados era um dos instrumentos para a inserção e a proteção dos princípios colonizadores de Portugal, que agia de forma contraditória já que para justificar as ações cruéis e cheias de barbárie do processo de colonização, os portugueses desumanizaram as pessoas que diferiam fenotípica e culturalmente do contexto branco e ocidental em que os europeus se autodenominam como modelo padrão indefectível. O político, poeta e escritor Aimé Césaire declara que a colonização:

[...] desumaniza até o homem mais civilizado; que a ação colonial, o empreendimento colonial, a conquista colonial fundada no desprezo pelo homem nativo e justificada por esse desprezo, inevitavelmente, tende a modificar a pessoa que o empreende; que o colonizado, ao acostumar-se a ver o outro como animal, ao treinar-se para tratá-lo como um animal, tende objetivamente, para tirar o peso da consciência, a se transformar, ele próprio, em animal (CÉSAIRE, 2020, p. 23).

Essa breve caracterização da atuação da colonização, que começa com as expedições marítimas europeias no século XV, e que ainda não teve fim, mostra quem realmente é desumano. Mesmo depois do fim das colônias, o pensamento colonial e suas práticas persistiram e são constantemente atualizados como reação às conquistas das lutas antiescravagistas e antirracistas. É importante salientar que a escravização dos indígenas foi substituída pelos africanos em meados do século XVII, e por isso os processos de exclusão socioeconômica e jurídica foram perpetrados mais ostensivamente contra os africanos e afrodescendentes.

Na Educação, a manutenção do colonialismo e da colonialidade ocorre de forma dissimulada e eficiente, principalmente no ensino de línguas estrangeiras. Em 1809, por causa das atividades comerciais desenvolvidas entre Portugal, Inglaterra e França, D. João VI estabeleceu que o ensino de inglês e francês fosse obrigatório, mas isso só era permitido para os jovens familiares do grupo controlador. O pesquisador e professor Gabriel Nascimento (2019) sintetiza precisamente a política de ensino de línguas no Brasil quando afirma que ela foi construída pelos brancos e para os brancos.

Podemos constatar isso mesmo com uma breve análise de algumas passagens da história da educação no Brasil, como em 1824, quando após a independência do Brasil, na primeira Constituição Brasileira, o artigo 179 garantia “a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos”, contudo a cidadania não era concedida a pessoas negras ou indígenas, portanto, embora houvesse a garantia e a gratuidade da educação, a desumanização das pessoas não-brancas as impossibilitou de se beneficiarem plenamente desse direito. Segundo Pandolfi (2020), o cidadão do período colonial era um homem que deveria ter a ascendência europeia e desfrutava de direitos específicos e exclusivos, como isenções fiscais e educação que iria além da básica.

No Brasil Império, a Lei n.1 de 1837, legalizou a proibição da presença de pessoas negras na escola pública: “São proibidos de frequentar as escolas públicas [...] os escravos e os pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos” Após a abolição do regime escravocrata em 1888 e a proclamação da república em 1889, a barreira para dificultar ou impossibilitar o acesso de pessoas negras à educação era feito através de práticas e leis.

Um exemplo disso é a falta de investimento das províncias na Educação, o que restringia as vagas nas escolas para aqueles que eram recomendados, excluindo praticamente toda a população negra e a indígena. Nos referimos aos indígenas que sobreviveram, pois durante o século XIX foram quase que completamente dizimados. Muitas etnias, como os Aimorés, por exemplo, foram extintas durante a chamada “Guerra Justa”, nome dado pelo império colonial português ao genocídio dos povos originários que não aceitaram a coroa e as leis europeias.

De acordo com Nascimento (2019), no século XX, a reprodução sistemática e deliberada dessas ações racistas e excludentes continuou. Nesse período, o ensino de língua inglesa no Brasil perdurou como uma forma de manter o privilégio da branquitude. Ele menciona, como exemplo, o contraditório projeto nacionalista de Getúlio Vargas, que propôs o aprendizado do inglês como meio para o fortalecimento do país, mas desconsiderou a população afro-brasileira e indígena como parte deste movimento, e isso fica evidente na seleção dos primeiros livros didáticos aprovados pelo governo, nos quais havia acintosa demonstração do racismo em textos e imagens.

Durante a década de 1960, a possibilidade de democratização do ensino de línguas estrangeiras tornou-se ainda mais remota quando o componente curricular inglês foi retirado dos currículos das escolas regulares, e as instituições privadas assumiram o gerenciamento das questões relacionadas ao ensino de inglês, o que exclui grande parte da população que tem um baixo poder aquisitivo por herdar as injustiças sociais criadas a partir do racismo, e que não foram reparadas adequadamente desde o início do processo de colonização. Embora existam políticas públicas de reparação, muito recentes, sabemos que ainda são ações incipientes e ínfimas diante da dimensão dos danos causados à população negra e indígena em todas as áreas, seja material ou psicológica.

O racismo fomentou e ainda mantém a pobreza no Brasil por meio de instrumentos jurídicos, políticos, econômicos, midiáticos e principalmente através do sistema educacional. Dessa forma, percebemos que o ciclo de exclusão começa com a desumanização de grupos de pessoas não-brancas, a pauperização e o impedimento de mobilidade socioeconômica dessas pessoas, e a naturalização da privação de direitos e de todos tipos de violência, estas práticas se modernizaram continuam presentes na atualidade com o objetivo de manter restrito ao grupo controlador o acesso à educação formal de qualidade.

É fundamental conhecer em qual contexto sócio-histórico o ensino de língua inglesa está posicionado e qual sua função social e geopolítica para entender o porquê da necessidade de se adotar uma postura antirracista em sala de aula. A dinâmica de associação da educação com prestígio social e poder econômico acontece desde o período do Império Romano, quando o latim era a língua

dominante, e depois no século XVI, após mudanças políticas e econômicas, o francês, o italiano e o inglês (variante britânica) tornaram-se as línguas predominantes. No século XVIII, quando as línguas modernas começaram a entrar no currículo dos países europeus, o inglês se tornou a língua mundial, tendo o racismo, o preconceito contra quaisquer etnias e raças socioculturalmente diferentes da branca europeia, como sustentáculo dessa estrutura desumana.

É importante destacar que, ao longo da história do Brasil, houve inúmeras revoltas, coletivas e individuais, movimentos abolicionistas e posteriormente movimentos populares organizados que lutaram incessantemente para que os direitos de brasileiros afrodescendentes e indígenas fossem conquistados e respeitados, como por exemplo a Confederação dos Tamoios ocorrida entre 1554 e 1567, o Levante dos Guaranis em 1660, a Guerra Guaranítica, e a Confederação dos Cariris no início do século XVIII, a Conjuração Baiana em 1798, que reivindicava, principalmente, a libertação dos escravos e a instauração de um governo igualitário, onde as pessoas fossem vistas de acordo com a capacidade e merecimento individuais; a Revolta dos Malês em 1835, que exigia o fim da escravidão e a liberdade de culto religioso; dentre tantos outros movimentos que evidenciam o inconformismo, a resiliência e a força dos povos que foram submetidos a escravidão no Brasil.

Desde o século XIX até os dias atuais, os movimentos negro e indígena vêm conquistando cada vez mais direitos sociais e políticos, mas que ainda não produziram a reparação necessária para que as ações afirmativas deixassem de ser prescritas, mesmo porque as formas de dominação se atualizam para a perpetuação do status quo.

Na década de 1940, após a Segunda Guerra Mundial, o imperialismo estadunidense conquista o Brasil através da cultura de massa: música, cinema, programas de TV e mídia impressa, popularizando as variantes do inglês dos Estados Unidos, bem como tornando o modo de vida estadunidense uma aspiração.

No ensino de inglês, o impacto disso é imensurável, pois por um lado fomenta a supervalorização das variantes do inglês estadunidense, a romantização da história dos Estados Unidos e a crença no excepcionalismo es-

tadunidense, e por outro lado, excluem outras variantes do inglês, como as faladas na Nigéria, na África do Sul, na Jamaica e na Índia, e também repelem a possibilidade de análise e reflexão sobre questões relacionadas ao comportamento, à cultura e à produção artística de outros países fora do eixo Estados Unidos e Inglaterra, modelos associados às ideias estereotipadas de sucesso e elegância respectivamente.

Nós, profissionais da educação conscientes de nossa posição e importância sociopolítica, precisamos reconhecer que a raça é uma construção sociológica e que o ensino da língua inglesa vem sendo utilizada como um dos instrumentos para manutenção do sistema de exclusão social e racial localmente, e do imperialismo estadunidense globalmente, para que assim possamos lutar de forma mais eficiente em prol de uma sociedade mais justa.

Ressignificando o presente: o racismo no ensino de inglês no Brasil contemporâneo

Qualquer professora ou professor de inglês com graduação realizada em uma das tantas universidades brasileiras, pelo menos até meados dos anos 2000, passa por um processo de formação classista e racista que preconiza a valorização das variantes do inglês faladas no norte global e invisibiliza as culturas, as histórias e as variantes faladas em países africanos, na Austrália, na Nova Zelândia, na Jamaica ou na Índia, todas resultantes da colonização inglesa. É um silogismo simples: a formação acadêmica é racista; professores são habilitados pela academia; logo, todo professor reproduz o racismo em alguma medida, reiterando a afirmação supracitada do Professor Dr. Gabriel Nascimento que diz que a política de ensino de línguas no Brasil foi concebida pelos brancos e para os brancos.

Uma evidência irrefutável da manutenção da estrutura racista através do ensino do inglês é o material didático produzido no Brasil ou no exterior, no qual a presença da representação positiva de povos africanos, afrodescendentes e indígenas é ínfima ou inexistente. Como mostram Lamas, Vicente e Mayrink (2016) em seu estudo sobre a representação indígena nos livros di-

dáticos, bem como a Professora Dra. Ana Célia da Silva (2019) que aborda em seus estudos a discriminação do negro no livro didático, afirmando veementemente que é indispensável e urgente o uso do livro como instrumento para o desenvolvimento do pensamento crítico dos estudantes, pois notificações no ministério da educação e nas editoras, caso fossem atendidas, não surtiriam efeito imediato.

Considerando que mais da metade da população brasileira é preta, parda e indígena, e que esses grupos foram historicamente impedidos ou tiveram seu acesso à educação deliberadamente dificultado, não é surpreendente o fato de que o Brasil tenha um dos índices mais baixos de pessoas proficientes em língua inglesa. De acordo com o Índice de Proficiência em Língua Inglesa, o Brasil ocupava o 53º lugar em 2020, e em 2021 despencou para a 60ª posição, expondo as consequências de se ter as instituições particulares como principais promotoras da proficiência em língua estrangeira no país, pois dessa forma, apenas uma pequena parte da população tem acesso aos cursos vendidos pela iniciativa privada, e pode aprofundar o estudo da língua inglesa, ratificando essa língua como ferramenta para a manifestação e manutenção da hierarquia e do poder.

O status de língua franca ocupado pela língua inglesa combinado com a pequena parcela da população que tem a possibilidade de se tornar fluente no inglês reflete negativamente no avanço do país, que poderia utilizar o inglês de forma mais ampla e eficiente para que o Brasil tivesse maior participação em estudos científicos, pesquisas de ponta, além de maiores oportunidades de trabalho e negócios.

Além desses efeitos socioeconômicos, essa construção do racismo, ao longo da história, afeta a subjetividade de pessoas não-brancas, geralmente resultando na baixa autoestima, na destruição da autoconfiança e no fortalecimento da crença de que supostamente haveria uma hierarquia de talentos e inteligência determinada por raça e etnia, o que explica em parte o porquê dos estudantes da escola pública, em sua maioria negros, pardos e indígenas, acreditarem que são incapazes de aprender e falar inglês ou que não são merecedores desse conhecimento.

A construção dessa mentalidade limitante de boicote favorece a manutenção do poder do grupo dominante, mas falsifica o fato de que pessoas descendentes dos povos africanos e indígenas são herdeiras do poliglotismo. No continente africano, são faladas mais de 2000 línguas, sendo que só na Nigéria são faladas mais de 500 línguas, além do inglês. Segundo o estudo da Professora Luciana Sorto do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, publicado em 2020, no Brasil, atualmente, há apenas 154 línguas indígenas remanescentes, mas estima-se que havia aproximadamente mil línguas faladas pelos nativos até a invasão portuguesa acontecer.

Assim, a partir da compreensão dos contextos histórico e social que o ensino de inglês se insere, é possível traçar e implementar ações pessoais e coletivas para reparar os danos causados pelo racismo, que estrutura as dimensões jurídicas, políticas e sociais no Brasil.

Construindo o futuro: reinventando o ensino de inglês no Brasil

Recriando Sankofa na reformulação de ações pedagógicas, tendo agora uma noção mais crítica sobre o passado e o presente do ensino de inglês no Brasil, afirmamos que é fundamental uma renovação geral que incluiria a reestruturação do currículo escolar, formação inicial e continuada docente com letramento racial crítico, material didático apropriado, produção de material didático adequado, além de ajustes e mudanças nas metodologias de ensino.

Contudo, é importante estarmos cientes que essa transformação demandaria um grande investimento tanto na esfera pública como na privada, pois sua implementação é de médio a longo prazo. Por isso, em caráter de urgência, no momento, podemos apenas apontar possíveis meios de criar fissuras na estrutura racista no ensino de língua inglesa.

Inicialmente, temos que decolonizar nossas mentes, deixando de apoiar a ideia de superioridade da língua e da cultura do norte global, atrelado a isso temos que ficar alertas a nossas próprias atitudes para agir de forma decolonial, anti-imperialista e antirracista, como abordar culturas e variantes

do inglês fora do eixo Estados Unidos e Inglaterra, e tratar aspectos positivos de países africanos e afrodiáspóricos falantes de língua inglesa, trazendo a história, a arte e a cultura desses países.

Outro ponto importante é prestar atenção à questão da autoestima dos alunos, da representatividade e da representação positiva de pessoas negras, isso para que se fortaleça a autoestima dos aprendizes, e se crie a ideia de pertencimento neles, colocando em prática o que a pesquisadora, professora e ativista estadunidense bell hooks (2018) difunde em suas obras: a apropriação insurgente da língua do colonizador, subvertendo a ideia de submissão ao grupo dominante, e usando a língua imposta para se autoafirmar e se expressar.

É fundamental adotar o hábito de fazer críticas ao material que se tem disponível, questionando a ausência de pessoas negras e indígenas, o apagamento de culturas e modos de vida, e a abordagem de apenas aspectos negativos quando se trata de contextos relacionados a pessoas negras ou a subestimação ao falar de povos indígenas.

Um ponto fulcral para a implementação de uma atitude decolonial antirracista no ensino é a leitura, o estudo de textos, e a participação em cursos, oficinas e palestras sobre a educação afrocentrada e de combate ao racismo antinegro e anti-indígena na sala de aula. A literatura sobre o tema é ampla, citamos como exemplo, as obras de: bell hooks, Nilma Lino Gomes, Ana Célia da Silva, Aparecida Ferreira, Joelma Santos, Gabriel Nascimento, Donaldo Macedo, dentre outros além dos já mencionados nesse artigo.

Efetivar práticas docentes com base nas leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que tornam obrigatório o ensino da História e das culturas africanas, afro-brasileira e indígenas no currículo escolar, objetivando a educação para as relações étnico-raciais. Essas leis já existem há quase duas décadas, mas ainda não são trabalhadas com o compromisso e a seriedade devidas, sendo abordadas superficialmente em momentos esporádicos dentro do ano letivo por disciplinas isoladas.

Após as leis 10.639 e 11.645, o cenário com relação à visibilidade do negro e do indígena no material didático voltado para o ensino de inglês no Brasil modificou muito timidamente, e sua representatividade positiva teve um

ínfimo crescimento, principalmente nos livros didáticos. Contudo, embora a promulgação dessas leis tenha ocorrido há quase duas décadas, ainda existem materiais didáticos para o ensino de inglês no Brasil que mantêm o estereótipo de que apenas pessoas nativas com foco nas pessoas brancas do norte global são proficientes na língua, fomentando não apenas o racismo, mas também Native Speakerism, a crença que apenas o nativo estadunidense ou britânico fala inglês corretamente.

A pesquisadora e professora Aparecida de Jesus Ferreira explica que o pré-requisito principal para a educação antirracista é a formação docente para que seja possível fazer a reestruturação curricular e a elaboração de estratégias pedagógicas que possam conscientizar os aprendizes do contexto social no qual estão inseridos, e dessa forma possam refletir, agir e tornar a sociedade menos racista. Segundo Ferreira (2017), as atitudes antirracistas que devem ser empreendidas no ambiente escolar são:

- Refletir sobre o racismo e suas consequências no cotidiano escolar de forma sistemática.
- Incentivar a análise de histórias sobre os diferentes grupos que constituem a história e a cultura brasileiras.
- Combater qualquer preconceito e atitude discriminatória na escola e na sociedade.
- Assegurar que as relações interpessoais e interraciais entre adultos e crianças sejam respeitadas.
- Valorizar a diversidade dentro do ambiente escolar.
- Incentivar a participação de todos os aprendizes.
- Selecionar materiais que contribuam para a extinção do eurocentrismo do currículo escolar e que contemplem a diversidade racial, bem como as questões étnico-raciais.
- Elaborar estratégias para desenvolver o reconhecimento positivo da diversidade racial.
- Propor ações que estimulem a autopercepção de alunos pertencentes a grupos estigmatizados e discriminados.

Portanto, em suma, se faz necessário mudar de paradigmas no que se refere à função do ensino da língua inglesa, reestruturar metodologias de pesquisa e de ensino, reformular técnicas, estratégias, e material didático a partir de uma perspectiva antirracista.

Considerações finais

Adotar uma postura como professora ou professor de inglês antirracista no Brasil é reconhecer o fato de que 56,1% da população brasileira é preta e parda, e 0,5% é indígena (IBGE, 2010), é também questionar por que as desigualdades sociais e econômicas são tão extremas entre os grupos raciais, e se indignar com as respostas a esses questionamentos a ponto de se mobilizar para transformar a situação.

Para horizontalizar as relações e conseqüentemente modificar as normas sociais, é essencial o respeito ao outro e à sua trajetória, entendendo que ensinar e aprender são processos baseados no compartilhamento, na troca, na contestação, no questionamento, e na articulação de conhecimentos sem hierarquizá-los.

Tomados pelo tema fixado pela revista e pelo conceito de Sankofa, nossa proposta aqui partiu de uma breve análise histórica, pois apenas a reflexão sobre o passado pode explicar as condições das relações sociais no presente. Assim, a análise dessas conexões pode transformar atitudes e mentalidades para viabilizar a construção de uma sociedade com mais justiça social.

Referências

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. FRAGA FILHO, Walter. *Uma História do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais. Fundação Cultural Palmares, 2006.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. MALDONADO-TORRES, Nelson. GROSFOGUEL, Ramón (Org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BRASIL. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial[da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF. 9 jan. 2003 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: Nov. 2022.

BRASIL. *Lei n. 11.645/2008, de 10 de março de 2008*. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: nov. 2022.

BRASIL. *Lei nº 1, de 14 de janeiro de 1837*. Lei que estabelece critérios para a instrução primária. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/viewFile/29135/pdf>. Acesso em: nov. 2022.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Trad. Claudio Willer. São Paulo: Veneta, 2020.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. *Social Identities of Race in Language Education: with reflective questions*. [e-book]. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2017.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Trad. Marcelo Brandão Cipolla São Paulo: Martins Fontes, 2018.

IBGE. Censo demográfico (2010). *População residente por cor ou raça*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=10503&t=destaques>. Acesso em: nov. 2022.

LAMAS, Fernando G. VICENTE, Gabriel B. MAYRINK, Natasha. Os indígenas nos livros didáticos: uma abordagem crítica. In: *Revista Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica*. Recife. V. 2. p. 124-139, 2016.

NASCIMENTO, Gabriel. *Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo*. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

PANDOLFI, Fernanda Cláudia. Discriminação racial e cidadania no Brasil do século XIX (1829-1833). In: *Revista de História*. n .179, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2020.153946>. Acesso em: nov. 2022.

SILVA, Ana Célia da. *Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático*. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2010.

SILVA, Ana Célia da. *A Discriminação do negro no livro didático*. 3. ed. Salvador: EDUFBA, 2019.

Recebido em 20 de novembro de 2022.

Aceito em 15 de dezembro de 2022.

COMO A EDUCAÇÃO TRANSFORMA O MUNDO: EM HOMENAGEM AO CENTENÁRIO DE PAULO FREIRE

Gao Ran¹

(tradução do chinês para o português: Lu Zhengqi)

Resumo: Trata-se de uma investigação sobre pontos de convergência epistemológica e prática educativa entre dois educadores, um chinês, Tao Xingzhi, e um brasileiro, Paulo Freire, com resultados bastante relevantes quanto à libertação de um povo oprimido, não apenas em seus respectivos países, mas por todo o mundo.

Palavras-chave: Educação comparada. Tao Xingzhi. Paulo Freire. Socialismo.

Abstract: This is an investigation into points of epistemological convergence and educational practice between two educators, one Chinese, Tao Xingzhi, and one Brazilian, Paulo Freire, with very relevant results regarding the liberation of an oppressed people, not only in their respective countries, but all over the world.

Keywords: Comparative education. Tao Xingzhi. Paulo Freire. Socialism.

Em outubro de 2021, foram realizadas atividades por toda a parte da China, para comemorar o 130º aniversário do nascimento de Tao Xingzhi, o “educador do povo”. Na esteira da política de “dupla redução”² proposta pelo governo chinês, o pensamento e a prática educacional de Tao mais uma vez mostram seu caráter inspirador para a época contemporânea. Quase ao mesmo tempo, na América Latina e outros países, estão presentes comemorações ao centenário do nascimento de Paulo Freire, igualmente um “Educador do Povo”. Apesar da falta de provas de que tenham se conhecido, os dois professores, sem dúvida, poderiam ser considerados camaradas potenciais. Com base na teoria democrática e pragmática de educação de John Dewey, junto com as práticas

¹ Publicado na plataforma do Instituto de Estudos Regionais, Universidade de Pequim (PKU ou BEIDA). 31/12/2021. Disponível em: https://m.thepaper.cn/baijiahao_16091904.

² “Dupla redução” refere-se a medida equilibradora recente que vem sendo implantada pelo governo da China, desde 2021, no sentido de reduzir tanto a carga excessiva de lições de casa, quanto o recurso a aulas de reforço extraclasse, que se haviam tornado quase obrigatórias em boa parte das escolas públicas de nível básico, fundamental e médio (N.T.).

sociais na China, Tao Xingzhi propõe uma série de ideias, entre as quais muitas como “vida cotidiana como formação”, “sociedade como escola”, “formando, aprendendo, praticando” “professor igual a estudante” “formar-se para ficar entre o povo, mas não acima do povo” podem encontrar claramente consensos com pensamentos de Paulo Freire. Além disso, ambos os pensadores se dedicam, por anos, à alfabetização popular com ideal de democracia social. No caso da noção de “educação popular”, Tao Xingzhi utiliza o termo no mesmo sentido que Paulo Freire: “dos pobres e para os pobres” (f. GAO, 2017). Introduzida na China, em 2001, a obra *Pedagogia do Oprimido*, a academia chinesa já tem conhecido a educação emancipatória de Freire, mas é possível que ainda não tenha conhecido o efeito realizado nem o valor potencial do pensador.

Paulo Freire (1921-1997) nasceu em uma família de classe média, sendo o pai capitão da Polícia Militar e a mãe costureira, no Recife, capital do estado de Pernambuco. Pela morte do pai e a depressão de 1929, a família viveu um período de pobreza e fome, mas não desistiu da formação de Freire, nem vendeu o piano, símbolo do status social. Em 1943, Freire ingressou na Faculdade de Direito da Universidade do Recife, ao mesmo tempo estudando filosofia da linguagem. Durante seu tempo lá, Freire se tornou professor de línguas do ensino médio e casou-se com Elza Maia Costa de Oliveira, professora da escola primária, e nasceram seus filhos.

Desde que Getúlio Vargas chegou ao poder federal, em 1930, a indústria nacional passava por um período de desenvolvimento rápido, com a fraqueza crescente de oligarcas agrários na área política. Encerrada a 2ª Guerra Mundial, à medida que o regime do Estado Novo fracassou e que a democracia eleitoral se restabeleceu, os trabalhadores brasileiros demonstram uma consciência política de participação aumentada de modo considerável. O Nordeste do Brasil, vítima do declínio da economia açucareira e secas frequentes desde o século XIX, de onde tinham emigrado grandes populações pelo atraso no desenvolvimento econômico, demonstrou, no século XX, uma criatividade e influência incríveis nos campos de cultura, ideologia e política populares. Em 1946, Freire iniciou sua carreira no Serviço Social da Indústria (SESI), instituto fundado pelo capital industrial com objetivo de mediar relações de trabalho.

Logo, promovido a chefe de seção de educação e cultura no departamento pernambucano, conseguiu uma vida de classe média com serviço de babá e motorista. De outro lado, o trabalho lhe garantiu seu contato com camponeses e operários. Ao convencê-los a prestar atenção à educação deles e seus filhos, além de ter lhe aumentado a habilidade de comunicação (o caráter autônomo do SESI ainda lhe forneceu um clima favorável para inovar e experimentar diversos meios de trabalhar), ficou a duvidar da capacidade do “serviço social” reformista em tratar de conflitos profundos da sociedade brasileira. Nas eleições de 1958 e 1959, por meio de aliança com forças de esquerda incluindo o Partido Comunista, Cid Sampaio, seu chefe (como empresário e presidente do Centro das Indústrias de Pernambuco), e Miguel Arraes (do Partido Socialista Brasileiro), foram eleitos respectivamente governador do Estado de Pernambuco e prefeito do Recife, trazendo energia extra à política e sociedade locais e desenvolvimento acelerado de sindicatos de operários e camponeses e associações de comunidades.

Naquela época, a alfabetização conseguia atenção crescente na sociedade. Como a Constituição vigente fazia da alfabetização um pré-requisito para o cidadão votar, várias forças políticas se tornaram interessadas em desenvolver e controlar seu potencial de votos. De outro lado, os esforços de Fidel Castro em promover o movimento de alfabetização, depois da Revolução Cubana, não só incentivaram as esquerdas e líderes do Terceiro Mundo, mas também levaram o governo de Kennedy dos EUA a fortemente patrocinar as campanhas alfabetizadoras nos países latino-americanos, a fim de disputar a liderança.

Em 1961, como diretor do Departamento de Extensões Culturais, da Universidade de Recife (hoje Universidade Federal de Pernambuco), Paulo Freire participou profundamente do Movimento de Cultura Popular (MCP), iniciado por Miguel Arraes no ano anterior. Desse movimento, com foco na alfabetização de adultos e educação de base, e com a finalidade de promover a democracia social pela democracia cultural, participaram ativamente os intelectuais, artistas e universitários (o arcebispo de Recife mesmo convocou o engajamento dos assistentes sociais católicos e os comunistas). Em formas diversas, incluindo rádio, esportes, filme, teatro, música e seminários, o movi-

mento chegou a estabelecer um número de centros culturais em comunidades, que gradualmente se espalhavam por mais regiões e, por isso, foi chamado pelos contemporâneos de “revolução pacífica”.

Em 1963, em Angicos, no Rio Grande do Norte, Freire, com um grupo da Universidade de Recife que conduziu, conseguiu capacitar 299 alunos de todas as idades a ler e escrever com apenas 40 horas de aula em 45 dias. Daí a notoriedade nacional do “Método Paulo Freire”, representado por “palavras geradoras” (usadas com imagem) e “círculo de cultura” (grupo de discussão que substitui aulas convencionais). O presidente João Goulart, após uma visita pessoal a Angicos, determinou-se a divulgar a experiência pelo país. Ainda naquele ano, Freire entrou no Ministério de Educação e, junto com o ministro Paulo de Tarso Santos, que apoiava o movimento estudantil de esquerda católica, levou a campanha de alfabetização no país a um clímax, construindo em um ano mais de 20 mil “círculos de cultura”, com 2 milhões de pessoas envolvidas. Em 1964, no entanto, o golpe militar encerrou o processo. Em seguida a uma detenção de 70 dias, Freire partiu para o exílio.

Após uma estada breve na Bolívia, Paulo Freire saiu para o Chile. Em cooperação com o governo democrata-cristão de Eduardo Frei (1964-1970), serviu como consultor em projetos de alfabetização em áreas rurais e formação de professores do ensino fundamental. Ainda a partir disso, envolveu-se em mobilizar os camponeses na reforma agrária. Durante o período, concluiu as suas duas obras-primas, *Educação como prática da liberdade* e *Pedagogia do Oprimido*. O segundo deles foi logo traduzido em várias línguas ocidentais, levando-lhe uma grande notoriedade internacional.

Em 1969, no contexto de movimentação ativa antiguerra do Vietnã e campanhas de direitos civis nos EUA, Freire foi convidado para a Universidade de Harvard, como professor visitante no Centro de Estudos em Educação e Desenvolvimento. Mesmo bem recebido pela faculdade, o pensador, sem vontade de limitar-se à vida acadêmica, mudou-se para a sede do Conselho Mundial de Igrejas (CMI; em inglês, World Council of Churches, WCC) em Genebra, Suíça, para o recém-formado Departamento de Educação da instituição. Com uma autonomia maior do que as igrejas-membro,

o corpo central do CMI que, bem como a Igreja Católica, estava sofrendo influência profunda da teologia da libertação (em particular, a “teologia da revolução”, que Richard Shaull, teólogo presbiteriano norte-americano, tinha desenvolvido com base na experiência latino-americana), apoiou dinamicamente os movimentos de libertação nacional, o desenvolvimento e as reformas sociais com o objetivo de eliminar divisões de classe no Terceiro Mundo. Por meio da plataforma, Freire conseguiu espalhar seus pensamentos e métodos de educação pelo mundo todo. Na década de 1970, dirigiu diretamente os movimentos de alfabetização na Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, dois estados novos na África. Neste último país, obteve maior sucesso. A grande maioria da população na Guiné-Bissau falava apenas crioulo. Até Freire se opôs à adoção do português como única língua oficial, que era a política do governo local. Em 1979, na Nicarágua, a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) tomou o poder nacional pela luta armada, iniciando a última experimentação social com ar utópico na Guerra Fria. Foi naquele momento que, pela primeira vez, a teologia da libertação tinha conseguido lugar dominante em um país. O CMI prestou apoio generoso à FSLN, e Freire participou por período breve na alfabetização na Nicarágua com as experiências africanas dele. A “educação revolucionária”, na Nicarágua, mais próxima do modelo cubano, deixou de seguir o método de Freire que não adotava materiais didáticos padronizados. Apesar disso, Freire ainda estava animado pelo sucesso do movimento que, em 1980, ganhou o Prêmio Nadejda Krupskaya de Alfabetização da UNESCO.

Em 1980, Freire voltou do exílio de 16 anos, para lecionar na Universidade Estadual de Campinas e na Universidade Católica de São Paulo e participou da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) sob a direção de Luíz Inácio Lula da Silva, como responsável por programas de educação. Em 1988, Luiza Erundina de Sousa, membro do PT, foi eleita a prefeita de São Paulo. Em janeiro do ano seguinte, Freire foi nomeado secretário de Educação dessa maior metrópole no hemisfério sul e, na sequência, dirigiu uma reforma abrangente do sistema público municipal de ensino básico, envolvendo: a) que professores, funcionários, alunos e famílias, juntos como sujeitos de educação,

participem na administração democrática da escola; b) que se elaborem cursos interdisciplinares e se organizem conhecimentos por perguntas, a partir de práticas cotidianas do aluno e concentrando-se em conhecer e transformar as realidades sociais; c) que se combine a pedagogia dialógica e com o modelo ação-reflexão-ação, para o aluno construir o sistema de conhecimento de si mesmo através de aprendizagem participativa; d) que se formem grupos de formação de professores, ligando a formação profissional às práticas de trabalho e vida dos docentes, para criar um mecanismo de aprendizagem ao longo da vida; e) e que se torne a escola o centro que serve para estudos, comunicações e geração de política popular emancipatória na comunidade. Em 27 de maio de 1991, Freire renunciou ao cargo administrativo. A reforma de ensino cessou com o fracasso do PT nas eleições no final de 1992. Desde então, dedicou-se mais em elaborar obras e, ao mesmo tempo, insistiu em criticar a teoria do “fim da história”, popular após o colapso da União Soviética, em 1991, até o falecimento dele, em 1997.

Na perspectiva política, Freire pertence à Nova Esquerda que surgiu na década de 1960, com crítica a ambos os modelos dos Estados Unidos e da União Soviética, mas com simpatia às revoluções no Terceiro Mundo. Acredita-se que as ideias dele têm fontes, entre outras, em: a) a doutrina social da igreja e o personalismo (Jacques Maritain e Emmanuel Mounier); b) o método de trabalho dos movimentos leigos da Ação Católica, especialmente da Juventude Operária Católica (JOC) (VER, JULGAR e AGIR); c) a teoria desenvolvimentista do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB); d) a dialética mestre-escravo de Hegel; e) o existencialismo e a fenomenologia cristã; f) o marxismo-leninismo e o marxismo ocidental (Gramsci, Marcuse, Fromm); g) a ideia de Mao Tse-Tung sobre a linha de massas. Freire disse: “Quanto mais eu li Marx, tanto mais eu encontrei uma certa fundamentação objetiva para continuar camarada de Cristo.” (cf. FREIRE, 1997) Em suma, pode se chamar de socialista cristão, socialista ético ou marxista humanista. Os pesquisadores de hoje gostam de comparar Freire com Sócrates/Platão, Rousseau, Jacotot, Dewey, Martin Buber, David Bohm, Habermas e Rancière. É possível resumir suas propostas principais ao seguinte:

Em primeiro lugar, a igualdade é um pré-requisito para a educação. Independente de idade e nível, todos são sujeitos de ensino, compartilhando as identidades de professor e aluno, entre as quais podem trocar a qualquer momento.

Segundo, quanto ao núcleo do método pedagógico, deve-se substituir educação “bancária” (unidirecional) por diálogo, questionamento e aprendizagem participativa. A “formação” do conhecimento deve ter como ponto de partida a experiência da vida de quem aprende, com uma compreensão dialética das realidades sociais como direção, com práticas de descobrir e resolver problemas e com reflexões sobre tais práticas como energia inesgotável.

Finalmente, a política é a essência da educação. O objetivo básico da “educação popular” é que, por meio da formação de “cidadãos críticos” (ou seja, “conscientização” do aluno), transforme a estrutura polarizada da sociedade, para criar um novo mundo de esperança, liberdade, alegria e amor com base na democracia participativa (cf. GAO, 2017).

No momento, Freire é um dos estudiosos mais citados mundialmente nas áreas de ciências humanas e sociais. A pedagogia crítica fundada por ele é ensinada em universidades por todo o mundo (embora fora da corrente dominante). Para promover as ideias pedagógicas dele, os Institutos Paulo Freire estão estabelecidos em países como África do Sul, EUA, Canadá, Alemanha, Reino Unido, Áustria, Espanha, Portugal, Finlândia, Irlanda e Malta.

No Brasil, até 2003, em regiões governadas por partidos de esquerda, pelo menos 12 cidades e 2 estados tinham aproveitado em reformas de ensino público a experiência de Freire em São Paulo. A formação da “escola cidadã” em Porto Alegre, em particular, realizou verdadeiramente o sistema de conselho escolar e congresso municipal de educação proposto por Freire, que, junto com o bem-conhecido “Orçamento Participativo”, aumentou de modo considerável os níveis de igualdade educacional e de democracia social. Influenciado diretamente pelas ideias pedagógicas de Freire, até 2009, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tinha estabelecido mais de 2 mil escolas públicas em áreas rurais em colaboração com governos de diversos níveis, beneficiando aproximadamente 200 mil alunos. Enquanto o governo fornecia infraestruturas, equipamentos, salários dos professores e

materiais didáticos, o MST estava responsável por atividades como comunicação escola-comunidade, formação dos professores e inovação dos cursos. Essas escolas enfatizam sobretudo o valor da educação em servir a vida rural. Os cursos interdisciplinares sempre abrangem temas “generativos”, tais como agricultura ecológica, reforma agrária e movimentos sociais. A essência da ideia de Freire em reforma educacional também se manifesta em reuniões, congressos de comunidade e, acima de tudo, discussões públicas entre professores, pais, alunos, funcionários e ativistas intelectuais para elaborar programas de curso (cf. GAO, 2017).

Freire é um dos verdadeiros pioneiros da teologia da libertação na América Latina. Em 1968, Bélgica, teólogos brasileiros que viviam na Europa organizaram um seminário para discutir a recém-publicada *Pedagogia do Oprimido*, com presença de Leonardo Boff e Hugo Assmann, que depois se tornaram figuras de destaque na teologia da libertação brasileira. Chegando à Suíça, Freire participou do corpo editorial da revista acadêmica multilíngue, *Concilium*, uma das mais significativas de teologia progressista católica internacional, para trabalhar ao lado dos teólogos católicos mais influentes no século XX, tais como Karl Rahner, Yves-Marie-Joseph Congar, Edward Schillebeeckx, Hans Küng e Gustavo Gutiérrez. Os métodos pedagógicos e o modelo de “círculo de cultura” inventados por Freire, durante o exílio dele, foram promovidos animadamente por Hélder Câmara e outros bispos progressistas. Tornaram-se o princípio institucional das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e, a partir daí, influenciaram a quase todos os ativistas sociais brasileiros desde a década de 1970, finalmente gerando o maior partido de esquerda (PT) e o maior movimento social (MST) na América Latina. Na Coreia do Sul, nos anos de 1970, a *Pedagogia do Oprimido* foi aplaudida pela Missão Industrial Urbana (em inglês, Urban Industrial Mission, UIM) e nas escolas noturnas, enquanto o conceito de “conscientização” foi aceito como importante recurso ideológico nos movimentos populares naquele país. Ainda no final dos anos 1960, via a rede internacional de organizações cristãs de estudantes, parte da obra de Freire foi introduzida em versão inglesa na África do Sul, produzindo efeito direto no Movimento da Consciência Negra

(Black Consciousness Movement) liderado por Steve Biko. Inspirou muitos estudantes progressistas a entrar nas comunidades para conectar-se com o povo negro, ajudando-lhes a primeiro lidar com desafios na vida, em vez de fazer propaganda política com palavras vazias. Isso contribuiu para a África do Sul acabar com o regime do *apartheid*.

Em 2012, a presidente Dilma Rousseff, do PT, declarou Freire o patrono da educação brasileira. Nos anos seguintes, porém, com a crise econômica e mudanças de situação internacional, as forças de extrema direita brasileira ascenderam com grande velocidade e, finalmente, nas eleições de 2018, levaram Bolsonaro ao Palácio do Planalto. Atribuíram o atraso na área do ensino fundamental público às práticas da “ideologia de Paulo Freire”, sob cuja dominação as escolas primárias e secundárias não tinham ensinado conhecimentos adequados, mas tinham “doutrinado” os alunos com “dogmas de marxismo cultural”, para um dia derrubar a ordem social e estabelecer uma “ditadura”. Em falas públicas, Bolsonaro ainda ameaçou entrar no Ministério de Educação para remover todos os vestígios de Freire com lançamentos. Essa teoria da conspiração anticomunista combinou a homofobia e o cristianismo evangélico fundamentalista. Apesar de ignorar o fato de que a pedagogia de Freire não tinha dominado escolas públicas no Brasil (ao contrário, as ideias de Freire tinham influência profunda sobre muitos dos professores em escolas privadas estabelecidas pela Igreja), essa teoria conspiratória parecia altamente provocante.

Em 2019, o deputado Carlos Jordy, membro do campo de Bolsonaro, apresentou um projeto de lei para transferir a honraria de patrono da educação brasileira de Freire para José de Anchieta, padre jesuíta e pioneiro da educação brasileira no século XVI. Curiosamente, depois disso, o reitor e o vice-reitor do Santuário Nacional São José de Anchieta (localizado no município de Anchieta, Espírito Santo), padres jesuítas Nilson Maróstica e Bruno Franguelli, emitiram uma declaração para rejeitar a proposta que despreze Paulo Freire em favor de José Anchieta, pois consideraram Anchieta mais um pedagogo do oprimido (embora de fato a relação entre Anchieta e os indígenas não se harmonizasse tanto). Em 16 de Setembro de 2021, vésperas do centenário

de Freire, a Justiça Federal do Rio de Janeiro decidiu proibir o governo federal de atacar a dignidade de Freire. Ao mesmo tempo, uma onda de elogios e lembranças a Freire vieram de políticos de esquerda, intelectuais em todas as áreas, artistas e várias manifestações do povo brasileiro. O mesmo desagravo ocorreu com a Universidade de Cambridge (que ergueu uma estátua de bronze) e o Google (que elaborou um rabisco de aniversário na página de pesquisa).

Como intelectual do Terceiro Mundo, sem poder político, as ideias de Freire se espalham e exercem efeito em uma escala sem precedentes. Como intelectual da Nova Esquerda nos anos de 1960, as consequências acadêmicas e políticas motivadas por ele na época pós-Guerra Fria também se encontram espantosamente influentes. Isso pode sugerir o seguinte: questionar a natureza da educação é como procurar respostas para o enigma da história.

Sem dúvida, a educação básica da China de hoje está em um caminho correto: previne a educação dos perigos de sua capitalização e hierarquização, reúne esforços de toda a parte para desenvolver e melhorar as escolas públicas, e garante a equidade através de transferências compensatórias de recursos pelo governo e rotação de professores, o que certamente demonstrará mais uma vez a grande superioridade do socialismo. Ao mesmo tempo, no entanto, não precisamos permanecer vigilantes em tempos de paz? Dar demasiada importância em competição e classificação não oprime a realização de outros valores da educação? A estrutura intelectual e a autoestima cultural que o aluno tem conseguido no ambiente nativo são respeitadas de modo adequado? A produção intelectual na escola está em diálogo com o que está ocorrendo nas ruas? Envolvidos no turbilhão brilhante com aparência de “involução caprichosa”³, ainda nos mantemos suficientemente sensíveis à semente do ideal? Ou com expectativa mínima de uma educação e de um mundo melhor? Talvez uma fala de Freire valesse que compartilhemos na China: “A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem” (cf. FREIRE, 1982).

³ *Nei Juan* em chinês, referindo-se à competição excessiva e insignificante (N.T.).

Referências

CECHIN, Antonio. “Catequese Libertadora, a prima-pobre da Teologia da Libertação?” *Instituto Humanitas Unisinos* (17/10/2012). <https://www.ihu.unisinos.br/noticias/514569-catequese-libertadora-a-prima-pobre-da-teologia-da-libertacao>.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Trad. Gu Jianxin e outros. Xangai: Editora da Universidade Normal do Leste da China. 2001. (巴西) 保罗·弗莱雷 (Paulo Freire) 著; 顾建新等译. 被压迫者教育学 三十周年纪念版[M]. 上海: 华东师范大学出版社. 2001.

FREIRE, Paulo. *Education for Critical Consciousness*. New York: Continuum, 1982.

FREIRE, Paulo. Última entrevista. 1997. <https://www.youtube.com/watch?v=4nLhu-z1pAG4>.

GADOTTI, Moacir., and Ana Maria Araújo Freire. *Paulo Freire: uma biobibliografia*. São Paulo: Cortez Editora; Instituto Paulo Freire; UNESCO, 1996.

HADFIELD, Leslie. “Conscientization in South Africa: Paulo Freire and Black Consciousness Community Development in the 1970s.” *The International Journal of African Historical Studies* 50, no. 1 (2017).

KIRKENDALL, Andrew J. *Paulo Freire & the Cold War: Politics of Literacy*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2010.

KIRYLO, James D, and Drick Boyd. *Paulo Freire: His Faith, Spirituality, and Theology*. Rotterdam: Birkhäuser Boston, 2017.

KOHAN, Walter Omar, et al. *Paulo Freire: a Philosophical Biography*. London, Bloomsbury Academic, 2021.

LEE, Namhee. *The Making of Minjung: democracy and the Politics of Representation in South Korea*. Ithaca: Cornell University Press, 2007.

LIMA, Eduardo Campos. “Who gets to be Brazil’s patron of education under Bolsonaro? Paulo Freire or a Jesuit saint?” *America: The Jesuit Review* (1/7/2019). <https://www.americamagazine.org/politics-society/2019/07/01/who-gets-be-brazils-patron-education-under-bolsonaro-paulo-freire-or>.

O’CADIZ, Maria del Pilar, Pia Lindquist Wong, and Carlos Alberto Torres. *Education and Democracy: Paulo Freire, Social Movements, and Educational Reform in São Paulo*. Boulder, CO: Westview Press, 1998.

RAN, Gao. “A institucionalização da “educação popular” no Brasil: sobre a reforma da educação básica pública na cidade de São Paulo, 1989-1992”. *Estudos na América Latina*. 2017, 39 (06): 120-133+157-158. 高然. 巴西 “大众教育” 的体制化尝试 — 浅论 1989-1992 年巴西圣保罗市的公立基础教育改革[J]. 拉丁美洲研究, 2017, 39(06): 120-133+157-158.

SHEARING, Hazel. “A escultura de Paulo Freire que mira ‘guerra cultural’ na Universidade de Cambridge.” *Folha de S. Paulo* (31/12/2021). <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/11/a-escultura-de-paulo-freire-que-mira-guerra-cultural-na-universidade-de-cambridge.shtml>.

TORRES, Carlos A. *The Wiley Handbook of Paulo Freire*. Hoboken, New Jersey: John Wiley & Sons, 2019.

Recebido em 20 de novembro de 2022.

Aceito em 15 de dezembro de 2022.

CANUDOS, ESSA HISTÓRIA NÃO PODE MORRER!

Luiz Paulo Neiva¹

Resumo: Trata-se de um relato sobre o processo de criação e instalação de uma série de equipamentos de memória sobre o massacre dos conselheiristas, entre 1896 e 1897, no evento histórico chamado Guerra de Canudos, bem como, uma forma de convite aberto à população brasileira e mundial para conhecer esses equipamentos e seus acervos: uma condição para se conhecer o Brasil e seu devir revolucionário, através das pegadas do Belo Monte.

Palavras-chave: Canudos. Museus. Belo Monte. Devir comunal.

Abstract: This is an account of the process of creation and installation of a series of memory equipment about the massacre of council members, between 1896 and 1897, in the historical event called Guerra de Canudos, as well as a form of open invitation to the Brazilian population and worldwide to get to know this equipment and its collections: a condition to get to know Brazil and its revolutionary future, through the footprints of Belo Monte.

Keywords: Canudos. Museums. Belo Monte. Communal becoming.

I. Primeiras paisagens

7 de junho de 1993. Um pesquisador em desenvolvimento regional chega em Canudos pela primeira vez, cidade encravada no sertão baiano, onde ocorreu o maior massacre (1896-1897) perpetrado pelo Exército brasileiro ao seu povo, liderado por Antônio Conselheiro. De 7 a 13 daquele mês celebrava-se o centenário de fundação de Belo Monte, assim rebatizado o povoado pelo beato cearense de Quixeramobim.

A cidade guardava marcas do massacre e continuava massacrada por índices elevados de pobreza e desigualdade.

Durante a viagem, o pesquisador já percebia a montante, pela janela do ônibus, as marcas cruéis de uma região deprimida economicamente, em

¹ Doutor em Educação e Contemporaneidade. Diretor do Campus Avançado de Canudos, Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

contraste à exuberância da sua cultura, do seu povo e do açude Cocorobó, mais tarde objeto de seus estudos. Nele, identifica-se as enormes potencialidades de constituir-se uma das maiores bacias do nordeste, com capacidade de acumulação em torno de 293 milhões de m³ de água (NEIVA, 2000).

Esse primeiro impacto e outras contradições que se avultavam nas discussões e palestras perduraram até o dia 13, e marcaram por definitivo, no pesquisador, as suas permanências e rasuras naquele lugar simbólico, real e imaginário. Os 400 quilômetros de Salvador a Canudos nunca se lhe apagaram da consciência e o levariam, sem nunca ter pensado, a mergulhar numa tarefa de preservar a Memória daquele lugar e do seu acontecimento épico, a guerra de Canudos.

Canudos se constitui, indeclinavelmente, num dos maiores acontecimentos históricos do país, ocorrido no âmagu do sertão baiano no final do séc. XIX. Não é aqui objeto de dissertá-lo, mas o de problematizar as tentativas de preservar a sua memória e sua história, cotejando iniciativas e descasos, e identificar possibilidades de novos desafios para a preservação.

A importância de Canudos é exaltada pelas incontáveis teses, dissertações, livros, abordagens na música, na fotografia, nos filmes. Essa importância é refletida por Neiva (2017), em sua obra “Canudos, uma nova batalha”:

A formação, o desenvolvimento e a destruição da comunidade de Canudos ficaram marcados na História do Brasil. Belo Monte permanece até hoje como motivo de imensos debates históricos e políticos, assim como foi na última década do século XIX. É muito difícil encontrar um momento da nossa história com um repertório de debates no patamar daqueles dedicados à comunidade fundada por Antônio Vicente Mendes Maciel, o Conselheiro (NEIVA, 2017, p. 11).

O genocídio perpetrado a Canudos resultou em milhares de sertanejos mortos e a destruição de um sonho por uma vida solidária e fraterna. Parte dessa história é narrada com maestria pelo escritor Euclides da Cunha em sua obra clássica *Os Sertões*, que evoca a destruição do povoado e o registro epopeico sobre seus últimos defensores, contabilizados em quatro apenas: “um

velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados” (CUNHA, 1905, p. 608). As dores e os horrores continuaram a ser narradas por vários outros autores, destaque aqui para o Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia: 1897-1901 (PIEDADE, 2002).

II. Edificando arquivos de memória

Desde 1985, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) tomou para si a imprescindível decisão de preservar a memória de Canudos, criando o Centro de Estudos Euclides da Cunha (CEEC), que, com determinação e perseverança, desenvolveu um forte programa de estudos e pesquisas. O Centro iniciou a implantação do Parque Estadual de Canudos, que abarca uma zona referencial de combate da guerra, e aí realizou uma varredura arqueológica, fundamental para mais tarde dar continuidade a novas etapas; elaborou a estratégica Cartilha Histórica de Canudos (Feraz, Neto e Pinheiro, 1991); importantes semanas culturais e seminários e capacitação de professores da escola pública, entre outras ações programáticas que ampliariam os compromissos declarados. Procedendo um trabalho meticuloso e tenaz, obteve cerca de 40 mil documentos sobre a Guerra, a partir dos arquivos da Cúria Metropolitana, do Exército e do Senado Federal.

Em 1995, o pesquisador, já à frente do CEEC, e com a sua laboriosa equipe, percebendo a necessidade de bem celebrar o centenário do final do massacre, que ocorreria em 1997, enseja uma série de contribuições de pesquisa, eventos e produções diversas, tais como a implantação definitiva do Parque Estadual de Canudos, contemplando sítios histórico-arqueológicos demarcados, e uma infraestrutura física básica para receber e orientar milhares de visitantes, estudiosos e pesquisadores.

A retomada das pesquisas arqueológicas se tornou imperiosa, era preciso desvendar pontos ainda obscuros sobre o conflito ali travado; “as escavações afloravam objetos que, quando bem perguntados falavam” (CEEC, 1999); assim também falavam os 40 mil documentos masterizados e disponibilizados em formato de CD (em número de 20), oportunizados em linguagem de

computador. Foi ingente, também, ensinar a difusão dos conhecimentos, através de um projeto editorial que incentivou publicações de livros e a criação da Revista Canudos. Esta, em suas várias edições, permitiu, e até hoje permite, a circulação das ideias vinculadas a Canudos, sertão e convivência com o semiárido.

III. Novas institucionalidades e os arquivos de memória

No início de 2003, a UNEB criou o Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias (DCHT), Campus XXII, responsabilizando-o pela gestão do Parque e do Memorial Antônio Conselheiro. Em esforço conjunto com o CEEC, contribuem para densificar melhor as ações, em virtude da proximidade daquele Departamento com o sítio histórico. Todavia, a partir de março de 2016, é criado o Campus Avançado de Canudos, uma institucionalidade mais eficiente, com unidade gestora e um modelo de gestão que enfatiza as cooperações locais, aliadas a um orçamento mais generoso e captação de emendas parlamentares. Essa configuração ensejou:

a) Ampliar as ações voltadas para o desenvolvimento local sustentável, visando o combate à pobreza e desigualdade, fincadas na participação popular, tendo como instância representativa um Fórum constituído por 62 entidades da sociedade civil e da arena pública. A ideia fio-condutora apontava que se fazia indispensável, em fidelidade ao legado do Conselheiro, melhorar as condições de vida e distribuir a riqueza material e os bens da cultura entre os mais pobres e despossuídos. Nesse sentido, as reuniões do Fórum se tornam espaço de negociação política e de reflexão sobre a memória de Canudos.

b) Enfrentar desafios que levariam a fortalecer a infraestrutura física, receptivo ordenado aos estudiosos e visitantes aos sítios históricos-arqueológicos do Parque e ao Memorial Antônio Conselheiro, com o seu Museu Arqueológico e uma Sala de Teatro, vocalizando as manifestações artísticas e culturais do lugar; a instalação de mais um curso de graduação em EAD (notadamente o de História, que ajuda os estudantes a criar vínculos mais duradouros com a história de Canudos e estabelecer fortes laços de pertencimento); implantação do Museu João de Régis, importante equipamento que abriga as exposições

dos fotógrafos Flavio de Barros (contratado pelo Exército para documentar a Guerra), Antônio Olavo (reconhecido fotógrafo e documentarista), Evandro Teixeira (um dos maiores fotógrafos da América Latina). Integram ainda o acervo as gravuras icônicas do laureado artista plástico Tripoli Gaudenzi, as gravuras contemporâneas do artista plástico Silvio Jessé, as esculturas magistrais do artista Edmilson Santana, curador do Museu, e o painel em azulejos do consagrado artista Bel Borba.

Acresce-se a tudo isso a implantação de uma turma multicampi de doutorado em Crítica Cultural, oferecida pelo DLLARTES/UNEB, pelo Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural (Pós-Crítica), coordenado pelo Prof. Dr. Osmar Moreira Santos. As pesquisas dos doutorandos tematizam Canudos, Sertão e a Crítica Cultural, na perspectiva de uma nova epistemologia que gere um conhecimento que problematize e enfrente a ordem subalternizante e sua barbárie.

IV. O que mais tem sido feito para preservar Canudos?

Com as inevitáveis omissões involuntárias, o repertório de iniciativas para preservar Canudos é diverso.

Não obstante a contribuição da obra seminal *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, ter dado uma enorme visibilidade ao assunto, com inúmeras edições no Brasil e no exterior, é necessário, segundo Calasans (2015), tirar Canudos da “gaiola de ouro” de *Os Sertões*. Assim, é necessário ir além e tirar do limbo tantas outras importantes contribuições, a exemplo de: o papel heroico do Comitê Patriótico da Bahia, presidido por Lélis Piedade (1897-1901), que, em seu encerramento, em dezembro de 1901, divulga um texto de 184 páginas, intitulado *Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia* (PIEDADE, 2002), em uma segunda edição, com apresentação, notas e projeto gráfico por Antônio Olavo, junto à Portfolium Editora; as profundas revelações do estudante de medicina da Bahia, Alvim Martins Horcades, em seu livro *Descrição de uma viagem a Canudos* (HORCADES, 1899); a *Guerra do Fim do Mundo*, de autoria de Vargas Llosa (1985); os estudos do professor

José Calasans, que iniciou as suas pesquisas entrevistando remanescentes da guerra, a partir da década de 1950, recolheu depoimentos de sobreviventes e descendentes da heroica Belo Monte e, convicto de que “Os vencidos também merecem um lugar na história” (CALASANS, 1986, p. 4), foi além e produziu uma obra voltada à compreensão epistêmica da charqueada de Canudos, tendo como expressão icônica a Cartografia de Canudos (CALASANS, 2015). Para além da obra, formou com humildade e desprendimento uma plêiade de seguidores e admiradores, criou o Núcleo Sertão na Universidade Federal da Bahia, firmando-se como grande incentivador das pesquisas CEEC e sendo distinguido pela UFBA com o título de Doutor Honoris Causa.

Imperativo destacar o padre Enoque Oliveira com a Celebração Popular pelos Mártires de Canudos, iniciada em 1983, que promove uma verdadeira insurgência voltada para a preservação da memória e fidelidade aos legados de Antônio Conselheiro, denuncia a pobreza e a desigualdade no sertão baiano.

Registre-se o trabalho obstinado do cineasta Antônio Olavo, com destaque para o premiado filme *Paixão e Guerra nos Sertões de Canudos*; o genial fotógrafo Evandro Teixeira com seu livro de fotografias *Canudos 100 Anos* (TEIXEIRA, 1997) – a sua mais recente contribuição foi doar parte substantiva do seu trabalho ao Museu João de Régis.

É ingente referenciar o trabalho do fotógrafo e documentarista Claude Santos, que produziu um acervo de memória de Canudos, sendo o seu último e grandioso trabalho – antes do seu falecimento – o Projeto de Intervenções Artísticas do Parque Estadual de Canudos, que encanta aos visitantes pelo fundamento histórico e pela estética da sua verve artística.

Integram-se ainda ao memorável repertório de relevantes contribuições a intensa produção literária de Oleone Coelho Fontes, as pesquisas de Dionísio Nóbrega, de João Batista de Oliveira, Manoel Neto, José Carlos Pinheiro, Roberto Dantas, Sérgio Guerra e tantos outros (e por serem tantos, possibilitam involuntária omissão). E o Museu Manoel Travessa, de propriedade do ativista cultural do mesmo nome, que com os seus próprios recursos adquiriu peças e artefatos da guerra, tornando-se passagem obrigatória a todos que visitam a cidade.

Inescapável não registrar a participação do Instituto Memorial Popular de Canudos – IPMC, lado a lado com a Igreja Católica de Canudos, sobretudo dos padres e das irmãs Filhas do Sagrado Coração de Jesus, que se dedicaram também à população mais pobre com o trabalho eclesial de base, ente outras iniciativas, tendo sempre como princípios os ensinamentos do beato Conselheiro.

V. O porvir: repensando os arquivos de memória

O professor José Calasans chega a Canudos na década de 1940, para ouvir as vozes dos herdeiros da Guerra. Criou e dirigiu o Núcleo Sertão no âmbito da Universidade Federal da Bahia (UFBA), constituindo-se na referência maior do conflito.

As suas publicações contribuíram enormemente para os estudiosos e pesquisadores. Não obstante toda sua contribuição intelectual aos estudos da charqueada canudense, ao relatar as inúmeras entrevistas com descendentes da guerra, em gesto e atitude singular, dizia ter perdido informações valiosas pela simples razão de “não saber perguntar aos seus entrevistados”. Ainda que fosse assim, uma plêiade de seguidores sempre ficou a reconhecer o valor inestimável das entrevistas realizadas pelo estudioso.

Seguindo os passos do mestre Calasans, mais tarde, o personagem pesquisador, autor deste artigo, também tem refletido sobre não ter sabido perguntar sistematicamente aos Arquivos de Memória que o desafiaram a ser implantados, desde aquela viagem primeira a Canudos de 1993. Pensando assim, não basta aos milhares de visitantes que acorrem aos arquivos reverenciar as belezas, o ineditismo das expressões museais e a manifestação incontestada de ira aos destruidores de sonhos.

O que se pode perguntar e problematizar a esses arquivos? Para que servem? Como torná-los instrumentos de preservação da Memória, sobretudo a dos despossuídos da riqueza material e subalternizados das hordas capitalistas? É possível falar uma linguagem acessível e disponível em formatos contemporâneos e digitais? Outras tantas questões precisam ser reco-

lhidas e colocadas na ordem do dia, identificar lacunas e demolir a natureza dos seus arcontes.

As percepções de Jaques Derrida (2001) ajudam a problematizar quão imperiosa a necessidade de compreender a natureza dos Arcontes, a saber, é preciso, do ponto de vista dos detentores de poder de Estado, do capital e seus asseclas, demolir o direito do outro, e excluído, seu poder ativo sobre sua memória e orientação no mundo e com o mundo, mas, em contraponto, e numa relação de força ativa, permanente, e do ponto de vista do excluído, empobrecido, subalternizado, e seus mediadores intelectuais, esvaziar, anular esses dispositivos de Estado e do capital, e fazer das feridas abertas, dos corpos, o lugar da política e da desconstrução.

O problema instigante insere-se da seguinte maneira na mente do pesquisador: quais as formas de poder reacionárias que tendem a naturalizar a demolição de memórias de povos despejados (SANTOS, 2016; 2020), em contraponto, a exemplo desse trabalho da memória a partir da guerra de Canudos, quais as formas de insistência da cultura política, molecular, silenciosa, ardi-losa, que dramatizam, permanentemente, essa situação até a sua superação?

Na busca de um grande objetivo, encontra-se a possibilidade de resistir à demolição da memória da guerra de Canudos, e seu genocídio, promovidos pelo Estado brasileiro e, ao mesmo tempo, construir uma pedagogia da reparação cultural da resistência sertaneja, em momentos decisivos dessa relação de forças. E, especificamente construir e instalar um acervo bibliográfico, pictórico, audiovisual, oral, entre outros registros semiológicos, que tematizam a guerra de Canudos e seus efeitos na cultura brasileira e mundial; articular uma rede de equipamentos de memórias da guerra de Canudos entre as principais cidades-palco dos conflitos, locais e nacionais, visando intercambiar documentos, promover acessos a pesquisa, estudos, debates sobre a condição dos sertanejos e povo empobrecido pelas elites do atraso; por fim, promover uma série de feiras literárias, culturais, fóruns de debates sobre esses acervos e sua simbologia, visando estabelecer novas condições para os jogos de esclarecimento, as emergências de novos sujeitos políticos, as construções de novas subjetividades críticas e libertárias.

A estratégia metodológica está pensada em três vertentes interdependentes e complementares: a primeira estratégia aponta para construir e instalar um acervo bibliográfico, pictórico, audiovisual, oral, entre outros registros semiológicos, que tematizam a guerra de Canudos e seus efeitos na cultura brasileira e mundial – constituição de equipes no Campus Avançado de Canudos, através dos cursos de graduação e pós-graduação instalados e a serem instalados, para a busca fontes e acervos junto às secretarias de educação municipais e estaduais na Bahia e no Brasil, sobre o tema guerra de Canudos e seus desdobramentos, sobretudo, a partir da política educacional do Estado da Bahia e seus projetos estruturantes, tais como AVE, TAL, FACE, PROVE, ENCANTE, FESTE, entre outros, criando dispositivos de aquisição, tratamento e disponibilização desse acervo no Campus Avançado de Canudos; construção de equipes no Campus Avançado de Canudos, através dos cursos de graduação e pós-graduação instalados e a serem instalados, para a busca de fontes e acervos junto a jornais e bibliotecas públicas nacionais e internacionais sobre o tema guerra de Canudos e seus desdobramentos, sobretudo, a partir da política cultural brasileira, instalados durante governos progressistas de 2003 a 2016.

A segunda estratégia aponta para articular uma rede de equipamentos de memórias da guerra de Canudos entre as principais cidades-palcos dos conflitos, locais e nacionais, visando intercambiar documentos, promover acessos a pesquisa, estudos, debates sobre a condição dos sertanejos e povo empobrecido no Brasil pelas elites do atraso, amparada na construção de equipes de pesquisa para o mapeamento dos equipamentos culturais, públicos e privados, existentes na cidade de Canudos e cidades-palcos dos conflitos, a exemplo de Juazeiro, Uauá, Monte Santo, Euclides da Cunha, bem como nas cidades que aparecem, de forma direta ou indireta, nas principais narrativas da guerra de Canudos, a exemplo de *Os Sertões*, *Cartografia de Canudos*, entre outras, visando à constituição de redes de trabalho epistemológicas sobre o direito à Memória e seu debate público.

A terceira estratégia indica promover uma série de feiras literárias, culturais, fóruns de debates sobre esses acervos e sua simbologia, visando estabelecer novas condições para os jogos de esclarecimento, as emergências de novos sujeitos políticos, as construções de novas subjetividades críticas e libertárias.

VI. Esboço de uma sùmula metodolùgica

Entre o fetichismo da memùria da Guerra e seu apagamento sistemático (SANTOS, 2015), a exposiçãõ e instalaçãõ múltipla dos seus signos e circuitos de leitura e de interpretaçãõ na esfera pùblica local, regional, nacional, internacional.

Entre o narcisismo e poder dos arcontes e detentores de arquivos sobre a guerra de Canudos e a construçãõ sistemática dos desmemoriados sobre o assunto, a multiplicaçãõ das formas de pesquisar as fontes e tratá-las, envolvendo redes de pesquisa acionadas pelo Campus Avançado de Canudos e seus projetos da graduaçãõ à pós-graduaçãõ, estimulando, assim, a emergênciã de novos sujeitos portadores de memùria da guerra de Canudos e suas implicações no debate atual e construçãõ de futuros.

Entre o sentido agrícola-desenvolvimento local sustentável do açude de Cocorobó e o de apagamento do genocídio imposto pelo Estado brasileiro, fazer emergir a noçãõ de museu líquido (SANTOS, II Congresso Brasil in Teias Culturais, 2021, Conferência de encerramento) como projeto de instalaçãõ de estruturas em torno de todo o açude, para o trabalho da memùria por parte de estudantes, pesquisadores, turistas e sociedades despojadas do direito à Memùria por parte da modernidade ocidental e sua cultura da barbárie. Uma referênciã internacional, a exemplo de museus como o do Apartheid, na Áfricã do Sul; o Museu Auschwitz, na Alemanha; a casa dos escravos, no Senegal, entre outros.

VII. O que esperar?

Com os olhos voltados para os impactos sofridos em sua primeira viagem a Canudos há 30 anos e suas inserções nos processos de preservaçãõ de Memùria e reparo da barbárie cometida pelo Estado brasileiro aos sonhos de Antônio Conselheiro, crê, ao final das problematizações, na possibilidade de consolidaçãõ dos equipamentos de memùrias já instalados em Canudos, com a criaçãõ de uma biblioteca, museu virtual, cidade cenográfica e outros articulados aos equipamentos existentes: Memorial Antônio Conselheiro, Museu

João de Régis, Parque Estadual de Canudos, Núcleos de Robótica e Audiovisual, integrando-os à temática Canudos e sua repercussão regional, nacional e internacional, bem como a criação de dispositivos teóricos e pedagógicos para se dramatizar a memória de guerra de Canudos como uma condição para a reparação do Estado brasileiro em relação a seus crimes, ainda hoje soterrados por sua política de desigualdades e exclusão perpetrada pelo capital e suas elites criminosas e genocidas.

Vislumbra, também, com intensa concretude, a formação de um novo espírito científico para o trabalho epistemológico, estético-político e pedagógico acerca da guerra de Canudos e a luta campesina e sertaneja no Nordeste e na periferia do capitalismo – exercício permanente e articulado em redes de memória, para o restabelecimento de um imaginário socialista e sua política simbólica orgânica e articulada por populações empobrecidas e suas esperanças por uma vida boa, sem miséria, tal como se praticou em Belo Monte, uma referência de resistência brasileira para a humanidade futura.

Fechando essas páginas e se aproximando do quase fim de uma viagem sempre recomeçada, o pesquisador anota em sua caderneta a tarefa necessária de que é preciso continuar escavando, escavando, escavando os arquivos; tomando a arqueologia como símbolo, no sentido de encontrar na profundidade longínqua o objeto que, se bem perguntado, pode falar, esclarecer, assim como no exercício penoso freudiano na busca da palavra, que, encontrada, pode curar as dores humanas.

Assim, e com esse espírito nômade e de aventura criadora, qualquer que seja o visitante, desde a pessoa anônima e comum, ao estudante, o professor, o pesquisador profissional, os ativistas da cultura e da organização estético-política, entre outros, brasileiros e estrangeiros, que se encontrar com uma foto, uma trincheira, um livro, os fragmentos-faianças, ossos e objetos, arranjos digitais, entre outros, que testemunham o massacre do povo de Canudos, há de encontrar nesses acervos, o signo de uma fortuna histórica, o bloco mágico para uma civilização revolucionária, à altura da comuna do Belo Monte. Eis aqui um banquete de signos para a leitura e o alimento da cabeça pesquisadora.

Referências

- CANDIDO, Antônio. *Vários escritos*. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995.
- CALASANS, José Calasans B. da Silva. *Quase biografias de Canudos: O séquito de Antônio Conselheiro*. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1986.
- CALASANS, José Calasans B. da Silva. *Cartografia de Canudos*. 2. ed. Salvador: Assembleia Legislativa, 2015.
- COUTINHO, Isabel. O mundo editorial pela lupa do antropólogo. In: *Blog Ciberescritas*. Dezembro, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2MWbO3C>. Acesso em: 15 ago. 2021.
- CUNHA, Euclides. *Os sertões: Campanha de Canudos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1903.
- GAUDENZI, Tripoli F. B. *Memorial de Canudos*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 1996.
- DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Duma-rá, 2001.
- FERRAZ, Renato José Marques, SANTOS NETO, Manoel Antônio dos, PINHEIRO, José Carlos Costa. *Cartilha Histórica de Canudos*. Salvador: Universidade do Estado da Bahia/UNEB, Canudos: Prefeitura Municipal, 1991.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora*. São Paulo: Ática, 1974.
- HORCADES, Alvim Martins. *Descrição de uma viagem a Canudos*. Bahia: Litho-Typographia Tourinho, 1899.
- LLOSA, Mario Vargas. *A Guerra do Fim do Mundo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1985.
- NEIVA, Luiz Paulo Almeida. *A intervenção do Estado no desenvolvimento local: o caso de Canudos: açude Cocorobó*. 2000. 125f. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias) – Universidade Federal da Bahia, Cruz das Almas, 2000.

NEIVA, Luiz Paulo Almeida (Org.). *Canudos: Desenvolvimento e Emancipação*. Salvador: EDUNEB, 2013.

NEIVA, Luiz Paulo A. *Canudos uma nova batalha*. Salvador: EDUNEB, 2017.

PIEIDADE, Lélis. *Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia: 1897-1901*. 2. ed. Revisado por Antonio Olavo, Salvador: Portfolium, 2002.

RESENDE, Beatriz. A literatura brasileira na era da multiplicidade. In: *Contemporâneos: expressões da literatura brasileira no século XXI*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

SAMPAIO, Consuelo Novis. *Carta para o Barão*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

SANTOS, Osmar. *Arquivos, testemunhos e pobreza no Brasil*. Salvador: Eduneb, 2015.

SANTOS, Osmar. *A luta desarmada dos subalternos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

SANTOS, Osmar. *Um banquete antropofágico: violência originária e táticas de negociação cultural emergentes no Brasil*. Campinas: Mercado de Letras, 2020.

SANTOS, Osmar. Açude de Cocorobó: por um museu líquido. Conferência de encerramento do II Congresso Internacional Brasil in Teias Culturais: epistemologias subalternizadas. Link de acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=iee2WQtRn48&list=PLzluw2pRSkGc9Tnv-gchKfb88n1anXme6&index=39>.

Um banquete antropofágico: violência originária e táticas de negociação cultural emergentes no Brasil. Campinas: Mercado de Letras, 2020.

TEIXEIRA, Evandro. *Canudos 100 anos*. Rio de Janeiro: Textual, 1997.

VARGAS, Suzana. O que se festeja nas festas literárias? In: *O Globo*, Livros, 4 de abril de 2015. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/cultura/livros/o-que-se-festeja-nas-festasliterarias-15766932>. Acesso em: 16 ago. 2021.

VILLARINO PARDO, María del Carmen. As feiras internacionais do livro como espaço de diplomacia cultural. *In: Revista de Literatura Brasileira/A Journal of Brazilian Literature*. Edição Especial: A internacionalização da literatura brasileira. Brasil, Porto Alegre, 2014, v. 27, n. 50, p. 134-154. Disponível em: http://researchgate.net/publication/278300385_As_feiras_internacionais_do_livro_como_espaco_de_diplomacia_cultural. Acesso em 16 ago. 2021.

Recebido em 20 de novembro de 2022.

Aceito em 15 de dezembro de 2022.

IMAGENS DO SERTÃO: CAPAS E ILUSTRAÇÕES NOS LIVROS DE PAULO DANTAS

Edil Silva Costa¹

Resumo: A partir das cenas visualizadas na III Feira Literária de Canudos em 2022, quando jovens leitores foram atraídos pelas atividades oferecidas, formulou-se a questão: como seduzir os jovens leitores, proporcionando prazer na leitura do objeto-livro, em um mundo onde imperam o audiovisual e a interatividade? A partir desse cenário, faz-se uma leitura das capas de obras do escritor sergipano Paulo Dantas (1922-2007), autor de *O Capitão Jagunço* (1987), *Menino Jagunço* (1986) e *Purgatório* (1971), que tematizam a Guerra de Canudos. Serão recortadas imagens do sertão, destacando a arte gráfica das capas de diversas edições, assim como o diálogo da literatura com o cinema e a literatura de cordel, perseguindo as imagens mais marcantes do sertão e do sertanejo, de modo a perceber os estereótipos produzidos e reforçados ao longo do tempo e de que modo influenciam as leituras.

Palavras-chave: Sertão. Imagens. Estereótipos. Literatura.

Abstract: From the scenes visualized at the III Feira Literária de Canudos em 2022, when young readers were attracted by the activities offered, the question was asked: how to seduce young readers, providing pleasure in reading the object-book, in a world where audiovisual and interactivity prevail? From this scenario, a reading is made of the covers of works of the sergipe writer Paulo Dantas (1922-2007), author of *O Capitão Jagunço* (1987), *Menino Jagunço* (1986) and *Purgatório* (1971), which theme the Guerra de Canudos (War of Canudos). Images of the hintercountry will be cut, highlighting the graphic art of the covers of various editions, as well as the dialogue of literature with the cinema and the literatura de cordel, chasing the most striking images of the hintercountry and the hinterlet, in order to perceive the stereotypes produced and reinforced over time and how they influence the readings.

Keywords: Hinterlands. Images. Stereotypes. Literature.

Entre palavras e imagens

Não é sem motivo a expressão popular “comprar o livro pela capa”. O apelo visual é imprescindível quando se quer seduzir o leitor, ainda mais quando se trata de leitores jovens. Mas como capturar pelo prazer da leitu-

¹ Professora Titular Plena da UNEB/Campus II, Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC/São Paulo, atuando como professora permanente no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural. Endereço eletrônico: escosta@uneb.br.

ra, em um mundo onde impera o audiovisual e a interatividade, jovens que são digitalmente letrados antes mesmo de serem alfabetizados? Além das capas, as ilustrações e iluminuras, o cuidado com o projeto gráfico e diagramação são aspectos valorizados. A formação de leitores passa pelos apelos sensoriais que o objeto-livro lhes desperta desde o visual, ao tátil, olfativo e até mesmo o palatável quando associamos um bom livro a uma saborosa bebida, por exemplo. Acionar os sentidos, transformar a experiência leitora em uma experiência sensorial, em que o corpo do leitor se transporta para o universo imaginado. Na era do multiverso e hologramas, a realidade 2D vai adequando-se como pode. As tecnologias mais tradicionais não têm como não serem afetadas pelos novos formatos e ganham um sabor nostálgico que tanto podem atrair como afastar.

O livro em seu formato impresso há muito vem convivendo com as tecnologias digitais. Nesse formato tradicional, desde cedo soube ajustar as palavras com as imagens e usar dessa estratégia para a produção de sentidos provocada pelo diálogo entre elas. Algumas publicações exploram as imagens no limite, outras apenas como sugestões.

Faço essa leitura também inspirada na cena da FLICAN 2022, Feira Literária de Canudos, nas ruidosas turmas de jovens leitores que vi caminhando pelos sertões e nas atividades que os atraíam. Esse quadro me fez desenhar a questão que trouxe no início: como seduzir os jovens leitores, proporcionando prazer na leitura do objeto-livro, em um mundo onde imperam o audiovisual e a interatividade?

A partir desse cenário, proponho um breve passeio pelas obras de Paulo Dantas, escritor sergipano que nasceu em Simão Dias em 1922 e faleceu em São Paulo em 2007. Viveu na Bahia, no Rio de Janeiro e São Paulo. Trabalhou na Livraria Civilização Brasileira e no Jornal D. Casmurro; ganhou prêmios literários e foi fundador e diretor da União Brasileira de Escritores. Suas principais obras são: *O Capitão Jagunço* (1987, texto definitivo), *Menino Jagunço* (1986), *Euclides da Cunha e Guimarães Rosa através de Os Sertões* (1996). Embora seja autor de uma considerável obra literária e ter atuado como crítico, inclusive fazendo crítica literária em jornais, sua

criação ainda não foi contemplada com uma fortuna crítica que a avaliasse de modo a situá-lo devidamente.

Nos contornos desse artigo, recorro as imagens do sertão nas obras de Paulo Dantas, destacando a arte gráfica das capas de diversas edições, assim como o diálogo da literatura com o cinema e a literatura de cordel, perseguindo as imagens mais marcantes do sertão e do sertanejo. Assim proponho uma reflexão sobre as capas e ilustrações de modo a perceber os estereótipos produzidos e reforçados ao longo do tempo e de que modo influenciam as leituras. Por outro lado, considero que as leituras prévias de obras com a temática do sertão também reforçam a produção imagética usada para chamar a atenção ou provocar leituras paralelas nem sempre alinhadas às abordagens apresentadas no texto literário.

Imagens que reforçam palavras (certas palavras, não as palavras certas)

Dos romances de Paulo Dantas o que teve maior repercussão foi *O Capitão Jagunço*. O livro conta a história de Jerônimo, um jagunço que se aliou ao exército brasileiro na Guerra de Canudos. De caráter regionalista, a obra narra a história da Guerra, mas focaliza também as relações sociais do pós-guerra, e o sentimento de revolta que permaneceu na memória dos sobreviventes, inconformados com a destruição de um sonho de liberdade e com o tratamento que foi dado ao caso pelo governo. O Capitão Jagunço teria sido um sobrevivente que conviveu com Antônio Conselheiro e depois serviu de guia durante a guerra, auxiliando a vitória do governo. Narrado a partir da história individual de Jerônimo, o romance tem como verdadeiro foco a história coletiva, pois o entrelugar ocupado pelo protagonista, entre herói e traidor, é a inadequação do sertanejo no mundo que não o compreende. A fama de traidor torna o Capitão Jagunço um excluído do meio social.

Ao observar as diversas edições, percebemos que a figura do sertanejo ilustrada nas capas é de um homem maltratado, com rosto trigueiro, modelado pelo sol, com rugas profundas. Para uma análise mais completa seria

necessário ter todas as edições e identificar os capistas e ilustradores. Infelizmente isso não foi possível pela dificuldade de localizar as diversas edições em livro físico. De todo modo, tentarei fazer uma leitura ainda que parcial das capas em comparação com outros textos que tematizam o sertão e os sertanejos.

Vejam inicialmente a capa das duas primeiras edições:



Edição da Editora Brasiliense (1959)



Edição do Clube do Livro (1961)

Na primeira edição da Editora Brasiliense (1959), a figura central é emoldurada por cores quentes, telúricas, e ao fundo os elementos que vão se repetir em outros tantos textos relacionados ao sertão e a Canudos: o mandacaru, o Conselheiro, o canhão. Note-se que a imagem do Conselheiro é apenas um detalhe, incompleto, sugerido no canto superior. O tom da pele do personagem é o mesmo tom avermelhado da cor do fundo, sugerindo uma fusão do homem com a terra.

Leitura semelhante podemos fazer da capa da edição do Clube do Livro de 1961. Nela, a figura do beato ganha mais destaque, mas ainda o que vem em primeiro plano é o personagem protagonista da história.



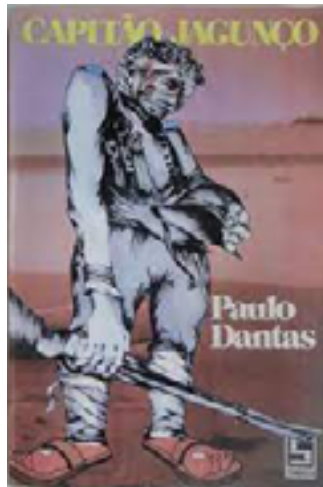
Editora IBRASA (s. d.)



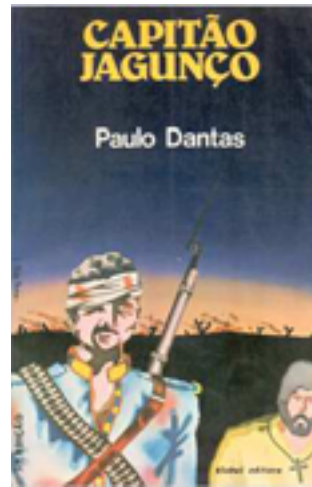
Editora Melhoramentos (1964)

Já a edição da IBRASA acima (s.d.), aposta nos traços rústicos e no desenho monocromático com uma clara referência à xilogravura. Não muito diferente é a capa da Melhoramentos (1964). Aqui temos elementos novos: na primeira, o cavalo; na segunda, o outro personagem que aparece na capa é o interlocutor e narrador do romance, o mascate que viaja com o jagunço Jerônimo. Em ambas, há a opção por pouco colorido e o mandacaru insistente. Claro está que o tema do romance não é alegre e as imagens denotam isso. O chapéu está em todas as imagens, porém na capa da IBRASA, o chapéu e a indumentária do vaqueiro ganham forma e por isso mesmo a montaria é necessária para compor o personagem.

A capa da editora Símbolo (abaixo), além de mostrar mais cor no fundo, contrastando com tons monocromáticos da figura humana aí ilustrada, traz o personagem de corpo inteiro, porém com o rosto escondido, coberto por uma espécie de bandagem ou trapos. Esse jagunço lembra um guerrilheiro. Os membros desproporcionais ajudam a construir uma figura troncha e mal-acabada.



Editora Símbolo (s. d.)



Editora Global (1982)

Também traz a bandagem a figura da capa da Editora Global (1982), cujo figurino é o que mais se assemelha ao de um soldado. Ali também encontramos o beato, indicando lado a lado, a guerra e a religião. Em ambas o personagem está armado como que pronto para a ação e não aposentado como é o Jerônimo que narra sua história no romance. Com a cabeça machucada e enrolada em um pano sujo de sangue, a figura não deixa dúvida das marcas do combate. E o fundo árido em ambas as capas reforçam a imagem do sertão castigado pela seca.



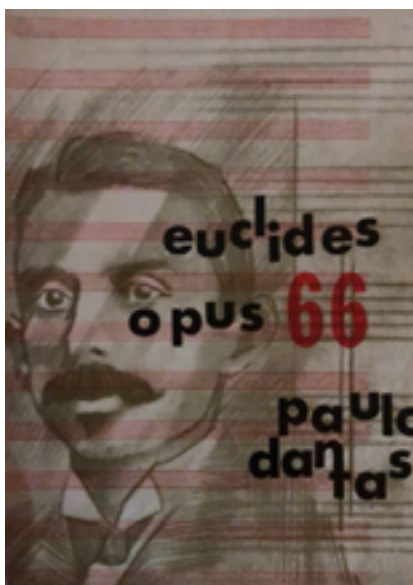
Editora Clube do Livro (1971)



Editora Brasiliense, 1987

Comparando as imagens dessas capas com as capas de dois outros romances de Dantas, *O menino jagunço* e *Purgatório*², cujo tema da Guerra de Canudos serve como pano de fundo para a narrativa, encontramos o mesmo traço torturado. A capa e as ilustrações dessa edição de *Purgatório* são de Vicente Di Grado (1922-2014)³. O corpo magro, o rosto esquelético, a posição de quem está pregando.

Nota-se a diferença no traço e nas cores na capa do livro *Euclides, opus 66*, biografia de Euclides da Cunha:



Editora Arquimedes (1965)

A finura e delicadeza dessa capa de Cyro del Nero⁴ contrasta com as demais. Não cabe na leitura feita do homem culto as mesmas cores nem o mesmo traço. Euclides é um erudito, sua biografia associa o homem à arte mais abstrata, a música.

² Em *Purgatório* o velho Resmungo perde o filho mais velho que vai lutar em Canudos pelo profeta Conselheiro.

³ Importante artista plástico e ilustrador, foi também professor da Escola de Belas Artes de São Paulo e designer gráfico. Ganhador do Prêmio Jabuti em 1963.

⁴ Cyro Del Nero (São Paulo, 1931-2010) foi um cenógrafo brasileiro, professor titular dos cursos de cenografia e indumentária teatral na USP.

Outras imagens e leituras possíveis do sertão

Perseguindo essas imagens do sertão e do sertanejo, não pude deixar de trazer as ilustrações de Aldemir Martins⁵ para a 9ª. Edição do livro *Vidas secas*, de Graciliano Ramos em 1963:



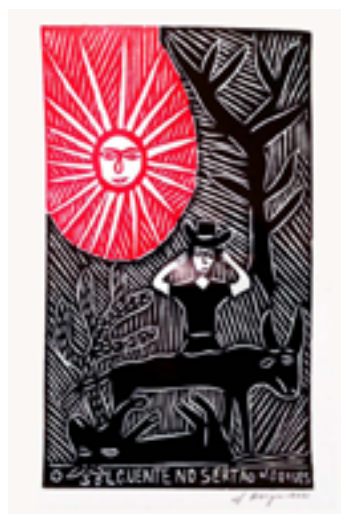
O traço seco, a ausência de cores, a dramaticidade das cenas, tudo casado com a narrativa do romance, inspira as interpretações e ajudam ao leitor a compreender o universo dos personagens. Acima, Baleia, Fabiano e Sinhá Vitória. Nas três cenas, o sol implacável ganha destaque. O traço fino, elegante e inconfundível não contradiz, mas antes reforça a mensagem que as capas vistas anteriormente apresentam. O sertanejo como um sujeito sofrido, oprimido pelo meio em que vive, um meio representado como hostil, que o obriga a migrar e, ao mesmo tempo, os produz como seres resistentes.

Martins é um artista consagrado, premiado e reconhecido dentro e fora do Brasil. Sabe-se que visitou o sertão baiano, incluindo Canudos, onde certamente colheu frutos para sua criação e é bem possível que essa experiência tenha contribuído para a formação das imagens cuja marca na obra de Graciliano Ramos nos é tão cara. Certamente que o texto verbal e imagético de Graciliano, atravessado pelo texto pictórico de Martins, está muito próximo

⁵ Aldemir Martins (1922-2006) foi um artista plástico brasileiro, pintor ilustrador e escultor, produziu importantes obras que carregam a marca da paisagem e do homem do Nordeste do país. Nasceu em Ingazeiras, sertão do Cariri, Ceará. Fonte: www.ebiografia.com/aldemir_martins.

dos traços que visualizamos na obra de Paulo Dantas. Mas e os poetas populares, como interpretam em suas produções essas narrativas?

Considerando a xilografia como uma arte popular representativa desse discurso consagrado ao Nordeste, busquei aí pistas que nos ajudassem a compreender essa construção mais genérica do sertão. A imagem do sol implacável e reinante vamos encontrar também nas xilogravuras de José Francisco Borges⁶, mais conhecido como J. Borges, e na obra de seu filho Pablo Borges:



Na primeira imagem, intitulada “Símbolos do sertão”, o sol aparece como uma estrela centralizada, iluminando os outros “símbolos”: o mandacaru, a asa branca e os retirantes. A cena construída não poderia ser mais adequada às imagens que venho mostrando como uma narrativa já aceita e repetida do universo sertanejo. Na segunda cena, de J. Borges, a presença da cor vermelha do “sol quente no sertão” personificado com uma expressão alegre enquanto olha o desalento do vaqueiro que perde o animal para a seca.

A imagem até aqui desenhada, tanto nas obras escritas dos escritores regionalistas Graciliano Ramos e Paulo Dantas, como na obra de artistas populares, nos mostra que as representações do sertão e do sertanejo se as-

⁶ Cordelista e xilogravurista pernambucano, nascido em Bezerros em 1935.

semelham. Percebemos quais elementos são selecionados para compor uma imagem dessa terra, um discurso que “inventou” o sertão e o sertanejo, muitas vezes repetido e reforçado por ele próprio.

A literatura de cordel nos permite vislumbrar essa construção em vários textos, a exemplo de “Suspiros de um sertanejo”, de Leandro Gomes de Barros⁷. (Na capa do folheto aparece o nome de João Martins de Athayde, o que é explicado pelo problema de autoria causada pela compra dos direitos pelo editor-proprietário).



Na edição de 75 acima, a capa traz um desenho que representa um sertanejo triste, sentado em uma pedra, em frente de uma casa velha e observando o gado magro a pastar em sua frente. Essa imagem que denota desolação não é condizente com a imagem do sertão construída no texto. Pode-se inferir que o suspiro do sertanejo representado na capa não é de saudade, mas de tristeza pela imagem da seca e da pobreza em sua volta. No entanto, o sertão apresentado no folheto de Leandro Gomes de Barros é uma terra de fartura, de água e de festas, um paraíso que ele deixou cheio de saudades.

Embora a capa do folheto traga uma imagem desoladora, o poeta popular canta o sertão fértil e verdejante. As imagens do sertão verde nos

⁷ Folheto de 16 páginas, datado de junho de 1975 e o local de publicação indicado é Juazeiro. Em outro exemplar, datado de 1954, aparece como editor o nome de José Bernardo da Silva e o autor é indicado como João Martins de Athayde.

oferecem outras leituras a exemplo do filme “Baile Perfumado” em que a caatinga está plena, sempre verde, e os cangaceiros do bando de Lampião acampam perto da água, em deslumbrante paisagem de Piranhas, cidade de Alagoas próxima a Angicos, local do seu massacre, em 28 de julho de 1938. Abaixo cenas do filme:



Mircea Eliade, em *O sagrado e o profano*, faz considerações sobre como a sacralização do espaço é um modo de se encontrar e se aceitar no mundo, um autorreconhecimento. Para o homem religioso todo espaço é um espaço sagrado. Por isso ritualiza-se, recriando-se sua sacralidade. Torna sagrado também o sujeito envolvido nesse ritual. A terra natal é espaço sagrado, pois foi nesse lugar que o sujeito ganhou vida. Narrar sua terra é um modo de aplacar a saudade porque é também presentificá-la. Recriá-la pela palavra e do modo que o sujeito deseja fixar, pois é essa imagem que ficará registrada e que ele passará aos outros. Portanto, a imagem do sertão que fica impressa no texto é contrária a uma imagem hegemônica de seca, fome e miséria. A imagem construída do sertão pelo poeta sertanejo desconstrói esse discurso hegemônico, rasura o texto negativo, ainda que deixe uma brecha (a capa) para pensar na situação social do povo da região. A imagem recalçada de sofrimento é apresentada como sofrimento não pelo que falta, pois a terra é de fartura, mas pela distância e pela saudade.

Por outro lado, podemos pensar também na recepção desses textos. O poeta popular produz para os seus pares. Por isso mesmo, nas capas dos folhetos da Editora Luzeiro, outras imagens mais positivas são recuperadas:



Observemos esses homens na capa do folheto “Antônio Conselheiro e a Guerra de Canudos”, de Minelvino Francisco Silva⁸ e “A chegada de Lampião no céu” de Rodolfo Coelho Cavalcante.

Nesses folhetos, os jagunços são bem afeiçoados, morenos, musculosos, bem próximos do padrão de beleza predominante. Conselheiro está longe de ser a figura esquelética que comumente aparece nas ilustrações de certos livros de história. Suas vestes, de um azul reluzente, limpas e vistosas, nem de longe lembra os andrajos de ilustrações históricas. As capas de um colorido vistoso como são as impressões da Editora Luzeiro, também com um tamanho maior do livreto, valorizam outros aspectos dos personagens, embora no fundo do primeiro folheto também vemos a cidade destruída e pegando fogo e o jagunço caído no chão está ferido e envolto em bandagens sangrentas. Conselheiro permanece firme, com postura de comando, apontando para além. Podemos considerar essas produções como autoimagens, pois não é o olhar de fora, do forasteiro, mas do próprio sertanejo que se desenha. Imagens sem as

⁸ Minelvino Francisco Silva (Mundo Novo, 1926; Itabuna, 1998). Criado em Jacobina (BA), trabalhou como garimpeiro, foi cordelista, xilógrafo, fotógrafo e tipógrafo. Incansável batalhador pelos direitos dos poetas populares. Lutou para conseguir o direito de aposentadoria para os trovadores. Profundamente religioso, denominava-se “O Trovador Apóstolo”. Sua obra chega próxima a meio milhar de folhetos. Fonte: wikipedia.

marcas torturadas predominantes nas capas que vimos na primeira parte desse texto. Essa leitura flagra visões interessadas em ambas as abordagens, qual leitura se faz do homem retratado e que se pretende evidenciar, deixar fixada.

Costurando palavras, imagens e narrativas

Finalizo esses breves comentários sublinhando que as imagens do sertanejo por si mesmo diferem bem claramente das capas dos livros de Paulo Dantas vistas no início deste artigo: a representação de um homem sofrido, com rosto queimado pelo sol, com rugas bem marcadas. Pode-se concluir que as imagens das capas dos livros de Paulo Dantas, reforçam as imagens do sertão e do sertanejo já conhecidas nas obras regionalistas. Assim, as imagens do jagunço sertanejo nas diversas edições da obra de Dantas não imprimem a ele um valor positivo, mas antes dramático, de certa forma porque é dramática a história contada nos romances.

No caso do Capitão Jagunço, um homem torturado pela sua condição de pária, buscando reconhecimento para a justificativa de suas ações e justiça para sua condenação. O Capitão Jagunço não compartilha a alegria, ainda que momentânea pela vitória do exército. Sente-se derrotado, toma consciência da sua condição de sertanejo entregue à própria sorte. E é essa imagem forte, incômoda, dolorida, que ganha espaço nas capas da literatura regionalista.

Ao traçar esse panorama e tentar refletir sobre o tema: como seduzir os jovens leitores em um mundo onde imperam o audiovisual e a interatividade? A pergunta permanece: poderá a imagem ser atraente para o jovem leitor? E novas questões se desenham: essa imagem previamente construída contribuirá para uma leitura crítica ou adequada por parte dos jovens ou antes reproduz e reforça as imagens preconceituosas sobre o sertão e o sertanejo? A resposta certamente passa pela formação de um leitor crítico, capaz de perceber os contrastes, nuances, contradições e adequações dos textos verbais, visuais e audiovisuais. Um leitor que tenha condições e oportunidade de acesso à diversidade de produções culturais sobre o tema. As feiras literárias são, sem dúvida, um bom caminho para isso.

Referências

- ALCOFORADO, Doralice F. Xavier; ALBÁN, Maria del Rosário Suárez. *Contos populares brasileiros: Bahia*. Recife: Joaquim Nabuco, Massangana, 2001.
- BARROS, Leandro Gomes de. *Suspiros de um sertanejo*. Juazeiro, [s. n.], 1975.
- BATISTA, Sebastião Nunes. *Poética Popular do Nordeste*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1982.
- CALASANS, José. *Canudos na Literatura de Cordel*. São Paulo: Editora Ática, 1984.
- CALMON, Pedro. *História do Brasil na poesia do povo*. Rio de Janeiro: Block Editores S/A, 1973.
- CASCUDO, Luís Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. [10. ed.] Rio de Janeiro: Ediouro, [1954. 1 ed.].
- CASCUDO, Luís Câmara. *Vaqueiros e cantadores*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda., 1984.
- CASCUDO, Luis da Câmara. *Literatura oral no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1984.
- COELHO, Teixeira. *Arte e utopia*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia., 1914.
- DANTAS, Paulo. *Euclides, opus 66; balada heróica*. São Paulo: Arquimedes Edições, 1965.
- DANTAS, Paulo. *O Capitão Jagunço*. São Paulo: Editora Melhoramentos, [1959. 1 ed.] 1964 3. Ed.
- DANTAS, Paulo. *O Capitão Jagunço*. São Paulo: Editora Melhoramentos, [1959. 1 ed.] 1964 3. Ed.
- DANTAS, Paulo. *O Menino-jagunço*. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- DANTAS, Paulo. *Purgatório*. São Paulo: Clube do Livro, 1971.
- ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes.

FERREIRA, Jerusa Pires. *Armadilhas da memória e outros ensaios*. São Paulo: Ateliê, 2003.

FERREIRA, Jerusa Pires. *Cavalaria em Cordel: o passo das águas mortas*. São Paulo: Hucitec Ltda., 1983.

FERREIRA, Jerusa Pires. Cultura é memória. In: *Revista USP*. São Paulo: Edusp, n. 24, dez./fev., 1994/1995. pp. 14-20.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *Cocanha; a história de um país imaginário*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

GEERTZ, Clifford. O impacto do conceito de cultura sobre o conceito de Homem. In: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.

LAPLANTINE, François & TRINDADE, Liana. *O que é imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 1997.

RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

SZACKI, Jerzi. *As utopias ou a felicidade imaginada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

TOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

ZUMTHOR, Paul. *Introdução à poesia oral*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

FILME

Baile Perfumado. Direção: Paulo Caldas. Brasil: RioFilme, 1993.

Recebido em 20 de novembro de 2022.

Aceito em 15 de dezembro de 2022.

O LABIRINTO DOS SERTÕES¹

Francisco Foot Hardman

*À memória do poeta e amigo Hu Xudong,
irmão canudense por afeto além-mares*

Resumo: Trata-se de voltar, ainda uma vez, a Canudos como marco histórico, literário, sociocultural e ambiental de uma nacionalidade perdida. Por que essa permanência a desafiar a imagem de um “país sem memória”? A atualidade dos sertões nossos de cada dia está aqui e agora a nos interrogar. Eles são tão contemporâneos quanto qualquer cenário que as cidades se apressam a representar. Entre o sol, o luar e as revoluções.

Palavras-chave: Sertões: permanência. Sertões: labirinto. Sertões: revoluções.

Abstract: Canudos is a very sign of the Brazilian lost nationality. This is valuable in a wide range of fields: historical, literary, socialcultural and environmental. This form of permanence challenge our image of a “nation without memory”. The strong actuality from “our sertões of everyday” is just here and now and don't stop to ask ourselves. The sertões are our contemporaneous as well as any urban scenarios fast represented. Between the sun, the moon and the revolutions.

Keywords: Sertões: pemanence. Sertões: labyrinth. Sertões: revolutions.

A história nos ensina? Então, tem que ser hoje

Se a história das tragédias passadas pode nos ensinar, ela deve servir para vermos as tragédias circundantes presentes. Por isso, a iniciativa da 3ª. Feira Literária Internacional de Canudos tem que ser saudada, não apenas como celebração dos 120 anos da obra polêmica de Euclides da Cunha, que nos reavivou memórias até aqui. Mas, antes, por reavivar muitas linhas labirín-

¹ Este texto resulta – de modo sintético – das nossas exposições feitas a convite dos organizadores da 3ª. FLICAN (Feira Literária Internacional de Canudos), em agosto/22 e do III Congresso Internacional Brasil in Teias Culturais, em novembro/dezembro-2022, no qual se esmeraram as amigas e amigos do Campus Avançado de Canudos, do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural (Pós-Crítica) e do Departamento de Linguística, Literatura e Artes (DLLARTES) do Campus II da UNEB, em Alagoinhas. Devo agradecer à sua generosa amizade. Na impossibilidade de mencionar tantos nomes, quero registrar minha gratidão à pesquisadora Lucicleide Ribeiro e aos prezados colegas Luiz Paulo Almeida Neiva e Osmar Moreira dos Santos.

ticas sertões afora, refugiados de ontem e de hoje, genocídios de uma República nascida e crescida sob o signo da exclusão e dos massacres de muitos para a dominação de poucos.

Quando nos encontramos no final de agosto de 2022, não havia ainda a dimensão exata do genocídio de povos indígenas perpetrados em vários territórios da Amazônia, ação predatória inseparável da destruição daquele bioma, pelo desgoverno que nos oprimiu e ameaçou durante o último quadriênio. Pois hoje escrevemos sob o signo da crise humanitária do povo Yanomami, em sua Terra Indígena no estado de Roraima. O que poderia parecer distante, está muito próximo e concatenado. A dor lancinante dos milhares de mortos de Canudos, seu grito de desespero como humilhados da terra numa guerra desigual de “fim do mundo” ainda se podem ver e ouvir no martírio atual dos Yanomami e da floresta de que são os últimos guardiães.

Quando Euclides da Cunha radicalizou seu discurso ao visitar a Amazônia em 1905, menos de uma década depois de sua estada no teatro da guerra de Canudos, sabia que o labirinto dos sertões de uma nacionalidade negada ou perdida, conduzia a paisagens e processos do que chamou “brutalidade antiga”, que percorriam dos sertões nordestinos aos sertões amazônicos. Sua epopeia inacabada de que nos legou *À margem da história*, oferece, entre outros artigos e poemas dispersos, materiais do que denominei “radicalização do pensamento socioambiental” do Autor (cf. HARDMAN, Pref. In: CUNHA, 2019). Na cena imediata, indígenas e ribeirinhos apartados da mínima cidadania, numa fronteira de extrativismo predatório e da escravidão moderna generalizada. Na memória também recente, o legado daqueles gritos dos “condenados da terra” de Canudos que a violência de seu massacre pelo jovem Exército republicano não foi capaz de silenciar.

Por tudo isso, sim, como o mote dessa edição da FLICAN sugere claro: “Reinventar Canudos: Reinventar o Brasil”. E “O Sertão Vai Virar Arte!”. Sim, e entendo este segundo mote como um convite à sempre necessária revisão de certos dogmas historiográficos ainda presentes na história literária e cultural do Brasil. Já que, em 1902, com todos os legados de Canudos (não só os euclidianos, mas, reconhecendo, também, na sua obra, uma passagem obri-

gatória e determinante no deslocamento do eixo de nossa trágica “construção civilizatória” do litoral para os sertões), temos um marco muito mais relevante na “reinvenção de Canudos e na reinvenção possível do Brasil” do que, um por exemplo, a tão inflada, inflacionada, midiaticizada, hegemônica e canonizada Semana de 22 em SP (cf. HARDMAN, 2022).

Mas, afinal, podemos falar em “cultura brasileira” no singular? Sim, apenas na condição de não querer unificar e nivelar o que é diferente e desigual... Hoje se fala mais em culturas brasileiras, cuidado fundamental com o conceito... Em trabalho coletivo que organizamos, ainda no final dos anos 1990, intitulamos essa obsessão por uma unidade entre desiguais quando das categorizações de uma cultura no singular e só aparentemente simétrica como um processo também longo e contraditório de “apagamento de rastros” (cf. HARDMAN, 1998).

Tudo que Canudos representa na memória coletiva das lutas sociais nos traz a dificuldade de sua nomeação mais justa e atual. Ao tentar nomear minha fala inicial nesta FLICAN, redescobri, depois, numa pequena caderneta onde rabisco arabescos, algumas frases, rascunhos sem fim, mais ou menos como seguem:

Canudos não se rende
 Canudos resiste
 Re (X) istente, insistente
 Canudos Só Sertão: Canudos é o sonho de outra República
 Só Sertão e Pó
 O Sertão Que Deságua
 O Céu do (Sertão?)
 O Céu Estrelado
 Segui-las
 O Céu Que Nos Ilumina
 O Céu dos Sertões Que Nos Ilumina: uma outra República se anuncia
 Sertão Só: tanta água, tanta luz, tanta esperança
 O Céu dos Sertões Nos Ilumina alguma Luz Libertária
 O Céu do Sertão Só: Liberdade? Igualdade? Fraternidade?
 O Céu do Sertão Só Conduz:
 O Céu do Sertão é só luz dos caminhos
 O Céu do Sertão é Só Luz: isso tem que vingar
 O Céu do Sertão é Só Luz:
 SOL LUAR REVOLUÇÃO: O SERTÃO É SÓ LUZ E SOLUÇÃO

O que as imagens escondem, o que as imagens revelam

Em 2021, o IMS (Instituto Moreira Salles), através do jornalista e então seu consultor Flávio Pinheiro, me solicitou a redação de notas de apresentação/comentários sobre algumas fotografias selecionadas do conhecido acervo de Flávio de Barros, hoje incorporadas ao arquivo de imagens daquele centro cultural. Como sabemos, poucas imagens fotográficas foram feitas da guerra de Canudos. Durante as três primeiras expedições policial-militares enviadas para massacrar a comunidade rebelde, entre novembro de 1896 e março de 1897, nada se registrou. Somente na quarta expedição, o exército contrata Flávio de Barros como fotógrafo-expedicionário. Ele partiu de Salvador a 30 de agosto, passa por Queimadas e Monte Santo, e chega a Canudos a 2 de setembro de 1897. Aí permanece até a rendição e destruição do arraial, com extermínio quase total dos prisioneiros. As 70 fotografias que tirou e depois preservou em dois álbuns trazem o selo dominante da instituição vencedora. Cerca de dois terços delas dedicam-se à presença do exército. Do terço restante, metade das imagens registram o território sertanejo de Canudos e povoados vizinhos. A outra metade aborda cenas da guerra, com o cuidado previsível de evitar imagens de combates e extermínios. Em se tratando desse acervo, antes de sua incorporação ao IMS, não se pode esquecer o trabalho pioneiro de sua organização e edição pelo Museu da República, Rio de Janeiro (cf. ALMEIDA; LENZI, 1997).

Quando a jovem República brasileira quis silenciar para sempre Canudos, inventou-se a versão conspiratória de que se tratava de um movimento monárquico restauracionista, o que documentos e fatos nunca atestaram. O outro modo de exclusão deu-se pelo uso genérico da palavra “jagunço” para designar indistinta e negativamente aquela massa de despossuídos, sem lhes conceder qualquer direito à voz ou à visibilidade. Nossa busca, nesse retorno às imagens que ficaram, foi pelos rastros dessas possivelmente duas dezenas de milhares de pessoas que teimam ainda em nos interrogar sobre seu extermínio precoce da nossa história. Por isso, intitulei essa pequena incursão textual “Da Canudos vencida, quem nos interroga?”. E meus comentários se circunscreveram a apenas quatro imagens, cujas legendas originais, dos álbuns do fotógrafo, são: “Boia na bateria do perigo (FBAC 47); Corpo sanitário e uma jagunça fe-

rida (FBAC 61); 400 jagunços prisioneiros (FBAC 65); Cadáveres nas ruínas da Canudos (FBAC 69). Na impossibilidade de transcrever todos as minhas notas aqui, fico apenas com esta última foto selecionada, a dos cadáveres nas ruínas de Canudos destruída: “O caráter desfocado dessa imagem terá sido intencional? Entre restos de barracos de pau a pique, figuras humanas esmaecidas parecem desoladas como o conjunto da cena: cadáveres mal se distinguem de galhos espalhados, potes de barro, pedaços de taipa, terra seca. Finda a guerra do sertão, corpos insepultos posam para seu próximo esquecimento. Mas não era justamente este o plano?” (cf. Hardman, notas sobre fotos de Flávio de Barros, 2022).

Volto a tudo isso aqui, neste janeiro de 2023, porque as imagens atuais do genocídio do povo Yanomami, incluindo suas mulheres idosas, e muitas muitíssimas crianças, vêm como revelações inquestionáveis de mais um “crime contra a nacionalidade” perpetrado pelo ex-primeiro mandatário da República, e os militares que o cercam, de novo, no covarde papel de omissos e coniventes. Se há algo que a memória e a revivescência da dor ensinam, é que temos que transformá-la em ação coletiva solidária aqui e lá, onde e quando.

Que Canudos nos inspire nas cidades de tantas Marielles e nas florestas de tantos Brunos e Doms a desvendar suas histórias e a fazer justiça. No caso da crise humanitária do povo Yanomami, resgatá-los para a vida e punir seus carrascos, a começar do garimpo ilegal que destrói aldeias, rios e matas. E nessa compreensão dos desafios atuais da luta que Canudos se reinventa. E somente assim que se deve reinventar o Brasil.

Campo X Cidade X Floresta: pensar para além dessas dicotomias

O grande historiador britânico da cultura, Raymond Williams, em trabalho memorável, *O campo e a cidade*, cuja edição original data de 1973, tecendo um longo itinerário da dicotomia entre os mundos rural e urbano, mostra como é necessário irmos além de uma mera dicotomia para entendermos as diferenças, os conflitos, mas igualmente as interconexões e identidades inegáveis entre as experiências no mundo rural e no mundo urbano (cf. WILLIAMS, trad. bras., 1989).

No Brasil, muitas são as contribuições que nos apontam para essa perspectiva não-dicotômica. Podemos dizer que o campo está sempre próximo e dentro da cidade. Que as cidades se prolongam e se instalam nos campos. Que a floresta chega até o campo e a cidade. E que esta última estende suas teias e seus venenos até o campo e as florestas. O atual quadro de colapso socioambiental global é inteiramente resultante dessas interpenetrações. É verdade que a crise civilizacional contemporânea associa-se a um mundo tecnologicamente desarmônico e que os grandes produtores da destruição da natureza e todos os seres vivos concentram-se primariamente nos espaços urbanos. Segundo projeções da ONU-Habitat (Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos), se em 2021, a população urbana mundial alcançava em torno de 56% (devido a um pequeno refluxo ocasionado pela pandemia de Covid-19), em 2050, esse contingente urbano global deverá atingir os 68%.

Tais problemas já eram percebidos por muitos de nossos estudiosos, há muito tempo. Vou lembrar apenas de dois exemplos eloquentes, de dois lados do espectro ideológico, ambos de Pernambuco. O cientista social e brilhante ensaísta conservador Gilberto Freyre, sublinhou em várias passagens e trabalhos o seu incômodo pela visão dicotômica rural X urbano, chegando a cunhar o neologismo “rurbano”, e suas derivações “rurbanização”, “rurbanismo”, para pensar numa certa utopia regionalista e desenvolvimentista, que incorporasse do melhor modo valores do mundo rural ao processo civilizatório urbano. Até mesmo em suas incursões pela educação, dirigiu-se às professoras primárias e rurais do seu estado, no sentido de sublinhar que a experiência de base que possuíam do e no campo era uma ferramenta pedagógica insubstituível (cf. FREYRE, 1957). Já o patrono da educação brasileira, professor Paulo Freire, não poupou esforços para mostrar que a pedagogia revolucionária que pretendesse superar a opressão deveria, em todos os aspectos, valer-se dos conhecimentos e dos saberes práticos dos mais humildes e iletrados. A maior conquista, ali, não seria uma disciplina esquemática e pronta, mas uma pedagogia iluminada pelo desejo de autonomia e de autoformação permanente (cf. FREIRE, 1996).

Recorro ainda a um terceiro pensador, o grande geógrafo negro e baiano Milton Santos, que, ao perscrutar, de modo algo visionário entre nós, os novos rumos da globalização financeira, tecnológica e inimiga de qualquer humanismo e de qualquer socioambientalismo, clama por uma nova consciência mundial, que rejeite e combata o pensamento único do deus-Mercado, vale dizer, como já apontara há mais de século e meio Marx, o deus-Dinheiro. Isso, em prol dos territórios apropriados como lugares de sentidos comungados, em que o espírito coletivista e solidário vença o individualismo neoliberal, que precariza a vida e o trabalho, que destrói a natureza, a arte e os sonhos (cf. SANTOS, 2000).

Algumas mentes céticas poderiam imaginar que estivéssemos fugindo ao tema. Mas, não!... A pesquisadora Lucicleide Ribeiro, ao me convidar para uma mesa temática tão significativa como a que me foi dada a honra de participar – “Entre textos e contextos: a luta camponesa por uma educação libertadora” – abriu as vertentes de uma navegação por águas de muitas histórias e direções. Ao lado do Padre Enoque Oliveira, líder do movimento popular de Canudos, da educadora Vanda Evangelista dos Santos, de José Alves, líder camponês e representante do Sindicato de Trabalhadores Rurais na região de Canudos, todos expositores de raro valor, assim como da mediadora Alexandra Duarte e do mediador Sidmar Oliveira, pude, mesmo no modo remoto, voltar ao sítio mágico de Canudos (a magia do poder popular) e aos desafios de uma educação efetivamente revolucionária.

Relembro apenas que, sem dúvida, no Brasil que se organiza com o fim da ditadura militar, o movimento social mais relevante terá sido o do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), nascido ainda em 1984, que sob inspiração direta, entre outras fontes, da Guerra de Canudos, a todos nós ainda nos inspira, nos comove e nos mobiliza. Nas cidades, sua linha não-dicotômica de continuidade expressou-se nos movimentos de luta pela moradia, e seu legado mais significativo surgiu em 1997, com o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto). De outra parte, com a crescente consciência socioambiental, nasce, em 1991, o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), cuja urgência trágica no Brasil atual prescinde de justificativas. E, *last but not least*, temos os vários movimentos de povos originários e etnias

indígenas, que tem como entidade mais representativa a APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), surgida em 2005, cujo protagonismo neste momento crítico é mais do que bem-vindo e inadiável.

Os exemplos se multiplicam. As lutas, as linguagens e as memórias de Canudos renascem sempre. Nelas, todo projeto de educação libertadora pode se bem inspirar. Finalizo, aqui, nas melhores memórias de nosso amigo poeta, professor da Universidade de Pequim, Hu Xudong, que nos deixou precocemente em 2021. Sua visita e excursões, em 2018, ao Programa de Pós-Crítica, em Alagoinhas, e ao campus avançado de Canudos, deixou-o feliz e impactado pelas afinidades profundas com sua República Popular da China tão diversa e tão semelhante a nós...

Reinventemos, nós, hoje e sempre, a melhor Canudos que nós podemos conhecer e fazer. E que um Brasil possível seja reinventado sempre, à semelhança de Canudos, vale dizer: de nossos povos e sonhos.

Referências

ALMEIDA, C. A. F.; LENZI, M. I. R. (Org.). *Canudos: imagens da Guerra*. Rio de Janeiro: Museu da República, 1997.

CUNHA, E. *À margem da história*. São Paulo: Ed. Unesp, 2019 (Ed. crítica. Org.: Bernucci, L. M; Hardman, F. F.; Rissato, F. P.).

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREYRE, G. *Palavras às professoras rurais do Nordeste*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura do Estado, 1957.

HARDMAN, F. F. *A ideologia paulista e os eternos modernistas*. São Paulo: Ed. Unesp, 2022.

HARDMAN, F. F. (Org.). *Morte e progresso: cultura brasileira como apagamento de rastros*. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

HARDMAN, F. F. Da Canudos vencida, quem nos interroga? *In: Acervo de FBAC no IMS*. São Paulo: IMS, 2022.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

WILLIAMS, R. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Comp. Letras, 1989.

Recebido em 20 de novembro de 2022.

Aceito em 15 de dezembro de 2022.

LITERATURA E LINGUÍSTICA: SIGNOS E PAISAGENS POR UMA CIÊNCIA ABERTA

Osmar Moreira dos Santos¹

Resumo: Trata-se de uma investigação sobre as contribuições do campo linguístico-literário para se ampliar e consolidar a noção de ciência aberta e suas práticas transdisciplinares, destacando o papel da crítica cultural, engendradora com os recursos epistemológicos do próprio campo, mas com a função de problematizar e anular a dicotomia estruturante entre estudos linguísticos e estudos literários, bem como, de mapear as viradas linguístico-literárias em outros domínios do conhecimento, e como resultados relevantes, entre eles, a criação de uma encruzilhada ou zona de fronteiras dos saberes a favor da emancipação de sujeitos e povos despejados de sua língua, cultura, territórios e do trabalho do si, contra saberes e poderes opressores e excludentes.

Palavras-chave: Língua; Literatura. Crítica cultural. Transdisciplinaridade. Ciência aberta. Socialismo.

Abstract: This is an investigation into the contributions of the linguistic-literary field to expanding and consolidating the notion of open science and its trans-disciplinary practices, highlighting the role of cultural criticism, engendered with the epistemological resources of the field itself, but with the function of problematizing and annulling the structuring dichotomy between linguistic studies and literary studies, as well as mapping the linguistic-literary shifts in other domains of knowledge, and as relevant results, among them, the creation of a crossroads or border zone of knowledge in favor of the emancipation of subjects and peoples evicted from their language, culture, territories and the work of the self, against oppressive and excluding knowledge and powers.

Keywords: Language. Literature. Cultural criticism. Transdisciplinarity. Open Science. Socialism.

Epígrafe n.1

“Entidade que representa uma fase nova da disciplina em nosso meio. [...] Penso que a Associação Brasileira de Literatura Comparada, ABRALIC, encerra o período que começou pelas manifestações espontâneas, passou mais tarde à prática individualizada, antes de alcançar o reconhecimento institucional. [...] Mas faltava algo importante, e eu diria decisivo: a consciência profissional específica, que se adquire e fortalece sobretudo pelo intercâmbio, os periódicos especializados e a vida associativa, marcada por encontros, simpósios e congressos. Foi o que começou com a ABRALIC? Antonio Candido sobre a institucionalização da ABRALIC entre 1986 e seu I Congresso de 1988.

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural do Departamento de Linguística, Literatura e Artes, do Campus II/UNEB – Alagoinhas, Bahia. Doutor em Letras pelo Instituto de Letras da UFBA. Email: osantos@uneb.br. CV: <http://lattes.cnpq.br/5981899045893057>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4505-5024>.

Epígrafe n.2

“Havia todo um encantamento em reconhecer-se linguista, nem gramático, nem filólogo. Mas era de esperar-se que essa improvisação cedesse lugar a um planejamento mais seguro, que, entretanto, não veio. Exemplo desses tempos é o que tenho chamado de “movimento agarre seu francês”, ou “agarre o seu americano”. [...] A coisa funcionava assim: escolhe-se um linguista estrangeiro, de preferência mal conhecido no Brasil, mesmo que ele atue num campo sem interesse para o exame da realidade linguística brasileira. Seus textos são traduzidos e publicados. O brasileiro bem sucedido nessa caçada assume-se como uma espécie de despachante tropical do especialista estrangeiro (p. 26). [...] Precisamos ler e avaliar criticamente o que tem sido feito no país, e a partir daí, buscar as generalizações de que uma ciência é feita. Ainda mais agora, em que dispomos de descrições de várias línguas indígenas brasileiras. Afeitos a reflexões sobre línguas indo-europeias, já pensou o que é teorizarmos com base em línguas não indo-europeias, como as línguas nativas do Brasil? Não é, porém, o que se vê na moderna Linguística brasileira (p. 27). CASTILHO, Ataliba T de. Primeiros momentos da Associação brasileira de Linguística ou Prolegômenos para uma introdução prefaciatória, *In*: 50 anos de ABRALIN: memórias e perspectivas, 2019.

Preocupada com a degradação das condições de vida planetária, em termos socioambientais, econômicos, culturais, educacionais e suas implicações relativas às desigualdades entre povos e nações e a atual proliferação da miséria material e simbólica, a 41ª sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO) entre os dias 9 e 24/ 11/ 2021, recomenda a todos os seus estados membros, isto é, a todos os países signatários da ONU, a constituírem esforços em comum para se fazerem de seus aparatos científicos uma multiplicidade interdisciplinar para a produção, divulgação e internacionalização no âmbito de uma ciência aberta.

Essa ciência aberta, nos termos em que se coloca, implica a exploração de problemáticas que não apenas apontem caminhos e possibilidades para a solução dessa vida social degradada, e levada ao limite do insuportável, mas, que tais caminhos e possibilidades sejam construídos com a participação efetiva dos sujeitos marcados por essa vida degradada, seja na forma de “objetos” de estudos, seja comprometendo e engajando equipamentos e estruturas científicas em mediações junto/com esses sujeitos por outras e novas formas organizativas, bem como, comprometendo e engajando equipamentos e estruturas científicas como instâncias de interpelação ao poder do Estado e do capital totalitário, cada vez mais usurpadores da riqueza pública.

Trata-se então de saber, agora de um ponto de vista linguístico-literário no Brasil, o que é, como, por que, e para que, uma ciência aberta, e se ela tem tido condições de descrever e articular uma imagem precisa do ser colonizado por essa modernidade ocidental e suas ordens de despejo (SANTOS, 2016; SANTIAGO, 2004).

Nesse sentido, nossa definição de ciência aberta, ainda que provisória, é: trabalhar com as comunidades despejadas de sua língua, cultura, território e de seus processos de construção e afirmação de si, nessas teias do saber e poder reacionários e sua série de crimes epistêmicos, histórico, filosófico e estético e, em contraponto, promover, coletivamente, roteiros de emancipação e de reparação. Internacionalizar, assim, envolve necessariamente uma prática permanente da denúncia organizada e da construção de agenciamentos de universalidades em diferença (SANTIAGO, 2004; DERRIDA, 2001; DELEUZE, 1988).

Signos de um crime epistemológico n. 1:

A Companhia de Jesus, como empresa religiosa do aparato mercantilista europeu, entre os séculos XVI ao XVIII, forma e comanda os seus jesuítas a entrarem nas tribos, aprenderem a língua de povos originários, organizarem uma gramática e retornarem à tribo na forma do teatro de catequese (ANCHIETA, 1973; SANTIAGO, 2004) e a forjarem, na própria língua indígena, o corte da relação entre palavras e coisas indígenas (o céu já não é o mesmo céu; o deus tupã já não é o mesmo deus; e de quebra o inferno, o pecado e a salvação, noções absolutamente desconhecidas daqueles povos), além disso, forjarem à obediência a esses homens brancos, então feito imagem e semelhança de deus, portadores da boa nova, isto é, a lógica de exclusão de qualquer outra forma de racionalidade, assim, restando inescapável àqueles povos “sem fé, nem lei, nem rei”, abandonarem a sua cultura, se matarem entre si a favor das lutas de ocupação de seus próprios territórios por esses colonizadores ou simplesmente serem dizimados ou, no melhor das hipóteses, escravizados em antigos campos de concentração (AGAMBEN, 2004; 2008; 2011a).

Se a língua, nessa cena de barbárie, é o que ainda resta, o que a linguística e a literatura desenvolvidas no Brasil, têm problematizado a esse respeito? Como organizar e tornar disponível às comunidades despejadas um acervo que permita organizar uma nova pedagogia que explique o projeto semiológico jesuítico em relação a esse descolamento da palavra e a coisa, ou a série de significantes à série de significados (DELEUZE, 1988); bem como em relação à invasão arbitrária ou duplicação e dismantelamento de uma semiose por outra (SAUSSURE, 1879; 2012; BARTHES, 1980); além, claro, do gesto insidioso mais perverso: empastelar o materialismo do valor linguístico, sempre em movimento, através da falácia do verbo que se fez carne, desde então sustentada por uma metafísica fascista (SLOTERDIJK, 2000).

Em contraponto e como formas de reparação, tomo aqui os dois primeiros exemplos engendrados a partir de nossa área. Na dissertação de mestrado intitulada *Kariri-Xocó: arquivos e práticas por uma cultura bilíngue*, defendida em 2020 por Elizabete Costa Suzart no Programa de Crítica Cultural (Pós-Crítica), a mestrande e os mestres da tradição na aldeia, dispunham de um imenso acervo vocabular oriundo de línguas indígenas coletadas tanto da tradição oral como de registros de jesuítas do período colonial, mas ainda, entre nós do programa, sem instrumentos etnolinguísticos, no início da pesquisa, para o trabalho fonético-fonológico, até aparecerem os resultados de duas pesquisas cruciais: “Introdução ao Munduruku: fonética, fonologia e ortografia”, de 2005, publicado em *Cadernos de Etnolinguística* da Universidade Federal do Pará (UFPA) por Gessiane Picanço, sobre a recuperação de uma língua, cuja última falante e colaboradora da pesquisa, uma senhora de mais de 90 anos, havia falecido durante o processo, mas que a pesquisadora em pauta resolve levar adiante os resultados parciais na composição de materiais didáticos visando aos jovens da aldeia e seu movimento bilíngue; igualmente importante para a pesquisa de Suzart, foi a tese de doutorado *Um estudo gramatical da Língua Dzubukua, Família Kariri* (UFPB, 2012, PROLING) em que o doutorando, tendo em mãos um catecismo jesuítico do século XVII, mobiliza um arsenal teórico da linguística pura e avançada contemporânea, para se realizar uma arqueologia e reconfiguração da estrutura e cadeia fonético-fono-

lógica. A partir do estudo rigoroso dessas duas pesquisas, foi possível a Suzart, não só chegar à dissertação, em 2020, mas, atualmente a desenvolver uma tese, junto à comunidade Kariri-Xocó, apoiada por uma rede de pesquisadores sobre bilinguismo indígena no Brasil.

Quanto ao trabalho de reparação no campo literário, os escritores e artistas indígenas contemporâneos reconhecem no modernismo e suas rasuras propostas e praticadas por Mário e Oswald, de Andrade, bem como na antropologia e na teologia da libertação, lugares epistemológicos decisivos, para o estabelecimento de um ponto de conexão entre a interpretação cultural promovida no interior do sistema intelectual brasileiro e a sabedoria popular dos povos originários (CLASTRES, 1988; CASTRO, 2002), esta sempre relegada ao último plano por boa parte dos integrantes desse mesmo sistema intelectual.

Ainda que de forma breve, estamos demonstrando, até aqui, que tanto a linguística, articulada a uma semiologia avançada, quanto à literatura, articulada a uma teoria da desconstrução e da diferença, esvazia a retórica dos evangelhos que vinculava a Companhia de Jesus à lógica da modernidade europeia, e promove uma espécie de “disangelho” (SLOTERDIJK, 2004; 2002b), ou queima de ilusões, a partir de um trabalho científico diferencial voltado à construção e à afirmação de uma multiplicidade de saberes articulada aos modos de vida, onde quer que eles rebentem e se organizem.

Signos de um crime epistemológico n. 2:

Um outro trabalho científico de denúncia e intervenção contra a barbárie perpetrada pela modernidade ocidental, agora num outro ponto do planeta e envolvendo a Ásia, mas com foco na China, é a tese de doutorado de Rogério Fernandes de Macedo, intitulada *Sinologia Comparada: as bases da sinologia ocidental e a construção da sinologia chinesa com Wang Li*, defendida em 2021 no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, área de Ciências Sociais, da Unicamp.

Bacharel em Letras, pelo IEL, Macedo mobiliza o arsenal da filologia, história da linguística, linguística histórica, além de profundo conhecimento de língua chinesa para, em sociologia, oferecer-nos um mapa epistemológico bem preciso, o suficiente para podermos estabelecer outros pontos de distanciamento em relação ao Ocidente e sua vontade de verdade, a saber, depois da rapina e sequestro de nossas riquezas na América, do estabelecimento da máquina de escravização de pessoas, em especial no Brasil, não é que essa mesma retórica jesuítica, entre o século XVII e XVIII, procurou também colonizar a China?

E procurando usar os mesmos recursos, avaliar e enquadrar o outro, o desconhecido, pelo crivo dos evangelhos, em especial o Velho Testamento; aprender a língua do outro para demolir seus valores morais, cosmológicos, linguísticos, culturais e impor sua lógica de dominação.

Acontece que os chineses já dispunham de um sistema de escrita anterior a esses europeus, com obras do quilate de *I Ching: O Clássico das Mutações*, não apenas irreduzível às adaptações e acomodações escolásticas desses jesuítas, mas também era portador de uma espécie de lógica do assombro, sobretudo por sua filosofia natural em hexagramas.

Antes de serem definitivamente expulsos da China, no século XVIII, os jesuítas e todo o sistema de poder que lhe dava sustentação promoveram estudos relevantes, na China e na Europa, tanto para que fosse instituída uma sinologia com pressupostos europeus, quanto para que esses europeus, a partir do século XIX, não apenas destituíssem a filosofia chinesa do rol das filosofias, mas empreendessem o século das humilhações, que vão da década de 1840 à revolução socialista chinesa, em 1949, quanto todos foram expulsos e com toda sua expropriação das riquezas, agora expropriada pelos chineses revolucionários (DUMONT, 2015; MÉSZÁROS, 2003).

Um outro ponto de distanciamento relevante, identificável na tese de Macedo é que através do trabalho do filólogo e linguista chinês, Wang Li, não só foi possível realizar o estabelecimento de outras fontes, do século II A.C ao século II D.C, para se construir as bases da sinologia do ponto de vista dos chineses e com os seus próprios recursos epistemológicos emergentes nesse

período, mas reconhecer na linguística, tal como a conhecemos, a partir dos estudos de Saussure (FIORIN, 2013) e seus fundamentos, um roteiro semiológico de longo alcance.

A tonalidade em língua chinesa não se inscreve, evidentemente, nos estudos saussurianos de línguas indo-europeias, mas seu projeto semiológico, isto é, a incontornável relação entre significado e significante, a arbitrariedade do signo e o valor, este sempre negativo, no movimento do som e sua materialidade fonológica, esse projeto, assim como, o do “quinto evangelho” de Nietzsche, a partir de *Assim Falou Zaratustra*, destituem o velho continente de sua vontade de verdade, enunciada como revelação divina e boa nova, agora desmascaradas como signos arbitrários, humanos, demasiadamente humanos e evitados de ressentimento e espírito de vingança, para, agora de forma generosa, oferecer aos falantes de qualquer língua, a possibilidade de afirmação da clareira do seu ser (SLOTERDIJK, 2008), como uma poética da existência (SLOTERDIJK, 2004) e única via de entrar na história (AGAMBEN, 2011; FREIRE, 1987).

Signos de um crime epistemológico n. 3:

Uma hipótese de trabalho científico plausível para uma ciência aberta, contrapondo filosofia natural, concernente aos povos originários, *versus* o fundamentalismo religioso que sempre estrangulou o Brasil, bem que poderia nos fazer vislumbrar outras paisagens, a saber, o perspectivismo de Viveiros de Castro (2002), com a noção de pragmática dos signos, torna visível, entre os povos indígenas da Bacia Amazônica, uma inversão completa da noção de humanismo proposta e praticada pelos europeus.

Entre esses indígenas, por sua pragmática dos signos, animais e coisas são humanizáveis e têm interpretação cultural precisa entre, e envolvendo, todos os membros de tribos e nações; já entre os ocidentais, entre os quais não temos como nos excluir, não precisamos repetir que apenas os eleitos são considerados homens “de bem”, o resto da humanidade são coisas, em disputa dos restos.

Essa mesma noção de filosofia natural poderia ser articulada aos povos africanos, em sua pragmática diaspórica, na medida em que povos com sistemas de escrita ou com suas civilizações fundadas num sistema oral, para o Ocidente, assim como eles consideraram os chineses, não importa se com sistema de escrita ou oral, são sistemas inferiores, desprezíveis, a serem permanente apagados, proibidos, interditados por todo tipo de violência: da simbólica à necropolítica.

Nessa linha de raciocínio, entre o perspectivismo indígena e o diaspórico africano, também devemos incluir no escopo de uma filosofia natural, o saber popular, o senso comum, o modo de produção simbólica de milhões de brasileiros analfabetos, semi-analfabetos, destituídos de qualquer acesso a bens culturais como um direito e um dever do Estado e suas políticas públicas (SANTOS, 2020).

A noção de filosofia natural, então, implica não apenas um esvaziamento completo da noção de fundamentalismo religioso imposto e praticado pelo europeu, ao longo de mais de quatro séculos, mas também imposto e praticado pela chamada nova ordem mundial e seu neoliberalismo totalitário, que tem por base esse mesmo fundamentalismo.

Se todo e qualquer falante, portador de sua filosofia natural de bolso, pode dispor de uma língua para afirmar sua existência, por precária que seja, e se colocar na história como um sujeito de direitos, então é nossa noção de “ciência aberta” que precisa mudar o seu foco. O que fazer?

Signos de um crime epistemológico n. 4:

“A universidade está morta; lá não existe mais pensamento. Estamos aqui com vocês (em rodas de conversas com associações de moradores, artistas populares, religiosos de todos matizes, professores da rede básica, sindicatos rurais, representantes de movimentos de sem terra, quilombolas, indígenas, entre outros) para pensarmos o que fazer nos próximos 10 dias (13 a 23 de setembro de 2006) e, juntos, ocuparmos a universidade, como equipamento popular, financiada por vocês que trabalham e produzem as riquezas materiais

existentes”. Mais ou menos com essa introdução, ao longo de 10 dias e por 10 cidades do entorno de Alagoinhas-Bahia, construímos o I Fórum de Cultura Microrregional, intitulado *Criatividade Popular e Transformação Social*, que se realizou no período de 14 a 17/12/2006, então com 208 propostas feitas pelos comitês de mobilização popular, criado em cada cidade, depois dessas rodas de conversa. O professor Sírio Possenti (IEL/Unicamp) fez abertura do evento com a palestra *A falsa oposição entre fala e escrita*.

Entre 2002 e 2008, animado pelo Grupo de Pesquisa Língua(gem) e Crítica Cultural e seu Núcleo de Estudos da Subalternidade, realizamos três frentes de trabalho acadêmico e popular, uma frente, dedicada a fazer avançar o desenvolvimento da Iniciação Científica, em Letras, em Alagoinhas; outra, a reunir professores dos mais de 10 cursos de Letras da UNEB, em capacitação e fazendo doutorado em vários programas do Brasil, visando a criação de um programa *stricto sensu*; a terceira, a incluir em nosso trabalho acadêmico, a comunidade popular do entorno, a exemplo do fórum acima mencionado. Assim, nasceu o Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, com aula inaugural em 19/ 8/ 2009, intitulada *A imagem da cultura em Michel Foucault e E. P. Thompson*, pela filósofa e historiadora Margareth Rago, também da Unicamp.

Ao longo desses 13 anos (2009-2022), e através desse trabalho para e com a comunidade popular e acadêmica, agora com escopo muito mais amplo, em nível regional, nacional e internacional, além de um Curso de doutorado, nas últimas duas avaliações quadrienais da Capes, obtivemos, respectivamente, notas 4 e 5. Com Ficha de Avaliação, em que nossos pares reconhecem não apenas a nossa produção orgânica, qualificada em altos extratos, formação de alto nível e com forte nucleação, mas com destaque também para o impacto social da crítica cultural na comunidade acadêmica e popular.

Devemos reiterar, portanto, que uma das estratégias teórico-metodológicas de planejamento do programa, na linha de um historiador como Carlo Ginzburg (1989) por exemplo, é a de em cada projeto de pesquisa, docente e discente, identificarmos em nossas problemáticas as pegadas de um crime, envolvendo esses “homens de bem”, antes, no período colonial, os donos de terras e de gentes; hoje, as rapinas e usurpadores da riqueza pública,

além de proprietários de instrumentos – os algoritmos, entre alguns deles – para além de falsificar a realidade, comprometer, e quase fazer colapsar o nosso trabalho hermenêutico de investigação dessa mesma realidade.

Signos de um crime epistemológico n. 5:

O principal arranjo teórico-metodológico que promoveu a transição de um programa nota 3, até 2016, para um programa nota 4, a partir de 2017, além da implantação de um curso de doutorado em fevereiro de 2020, foi além da clareza em relação ao objeto de pesquisa do programa, a saber, língua, literatura e suas relações intersemióticas, sob o crivo de metateorias e teorias múltiplas, foi também o fato de instalarmos um platô de produção entre os estudos linguísticos e os estudos literários, para problematizarmos, permanentemente, a tentação e a compulsão às ilhas identitárias, e nos voltarmos mais para um trabalho científico programático, em que as identidades sejam nômade (DELEUZE, 1988; RANCIÈRE, 1996; MARX, 2011) e apenas estratégicas. Isso tem facilitado o nosso trabalho envolvendo uma ciência aberta, tal como vimos descrevendo até aqui.

Numa das disciplinas obrigatórias e de 60 horas, ministrada por um professor de literatura e outro de linguística aplicada, intitulada *Seminários Avançados I*, com a ementa “estudos das repercussões da teoria do signo saussuriano e a virada linguístico-literárias nas ciências humanas”, procuramos além de explorar as formações discursivas acerca do estabelecimento da língua, como objeto da linguística, nas investigações de Ferdinand de Saussure, também mapear as repercussões dessa descoberta no campo linguístico e literário, bem como, como a ementa propõe, estudar e pesquisar o impacto dessas repercussões nas ciências humanas.

Como em geral 60% do corpo discente do doutorado são oriundos de várias áreas, inclusive de matemática e de biologia, é muito fecundo observar como cada um desses estudantes se esforça, a partir das formações e repertórios de que dispõe e em processo de aquisição, para dar conta do projeto semiológico saussuriano e aprofundar estudos sobre essas repercussões

que, para além de nosso campo e o das ciências humanas, atingem também as chamadas ciências duras.

Assim, números e formas geométricas não são mais expressões de uma decifração, última e acabada, mas apenas representações, enunciações, discursos, outras formas não-lingüísticas de signos e, ainda com maior riqueza de detalhes, com a participação de professores de matemática em bancas de Qualificação, mobilizando Borges, Ítalo Calvino, Lewis Carol, além de linguistas consagrados como Roman Jakobson, Louis Hjelmslev, entre outros, autores esses que têm contribuído na definição de linguagem e no cerne do desenvolvimento de uma matemática multicultural, decolonial, e assim por diante.

Tem sido decisivo constatar nesse processo de investigação em nível de doutorado, e a partir dos estudos nesses Seminários, não apenas o esforço de Saussure para selecionar apenas a língua, como uma região da linguagem, para se chegar a um sistema e à construção do objeto da linguística, e nesse processo, quanto combate aos falsos problemas até então formulados e envolvendo todos os domínios não apenas da nossa área, mas da sociologia, psicologia, filosofia, lógica. E depois desse sistema demonstrado em o Curso de Linguística Geral, a emergência de dezenas de outros domínios na Linguística e, o mais importante, nesse movimento aqui para se pensar uma ciência aberta: as viradas lingüístico-literárias em ciências humanas e as extraordinárias consequências disso, entre elas, a renovação dos métodos, a exploração de novas problemáticas, as descrições mais precisas e contundentes dos simulacros promovidos tanto pelo fascismo quanto pelo stalinismo (DEUTSCHER, 2006) e, claro, o rebatimento dessas viradas lingüístico-literárias nas ciências humanas, como fator de provocação e emergência de uma virada cultural em muitos domínios do campo lingüístico-literário. Ou seja, graças à crítica cultural como um platô entre os estudos lingüísticos e literários (SANTOS, 2019) podemos visibilizar uma zona de fronteiras, uma encruzilhada de saberes, onde as identidades disciplinares não possuem essência, mas apenas contingências e formas organizativas estratégicas.

E por que isso é importante? Para evitar a lógica do enquadramento da metafísica ocidental que sempre se repete, a mesma, apenas mudando as

formas: na escolástica era de um jeito; com o iluminismo, outro; no pós-modernismo de propaganda, outro; tudo isso de modo a inviabilizar uma verdadeira ciência aberta comprometida com o agenciamento coletivo de todos os despejados de sua língua, cultura, territórios e afirmação de seus modos de vida como uma estética da existência ou da vida como obra de arte (TROTSKI, 2007).

Signos de um crime epistemológico n. 6:

A oferta da Turma Multicampi de Doutorado em Crítica Cultural no Campus Avançado de Canudos é além de expansão da nucleação do programa *stricto sensu*, homônimo, lotado no Departamento de Linguística, Literatura e Artes, UNEB/Alagoinhas, também um lugar epistemológico, estratégico, para, entre outras ações, extrair do “Belo Monte” e suas ruínas, rastros, traços, submersos no Açude de Cocorobó ou soterrados e/ou organizados em sítios arqueológicos do Parque Estadual de Canudos, outros signos para a constituição e prática de uma ciência aberta, em condições de prospectar e continuar organizando roteiros para a revolução socialista brasileira, que nunca houve mas não cessa de ser sonhada, organizada a milhões de mãos.

Assim, o que seria o “homem”, a “mulher” e “as crianças”, livres e emancipadas sob os signos do Belo Monte, espaiando a revolução socialista brasileira, signos esses organizados por uma ciência aberta e disseminada entre os (as) brasileiros(as)? E não teríamos como estabelecer as condições para esse trabalho arqueológico, senão desfazendo um falso problema em relação a estudos e pesquisas dominantes sobre o contexto do massacre de Canudos/Belo Monte: desse modo, nem a série de fatos, conjunturas e discursos que configurariam a “república da miséria”, nem a série de fatos, conjunturas e discursos que configurariam o “retorno à monarquia”, mas, de forma emergente e urgente, uma série de fendas, discursos contraditórios e práticas de um trabalho comunitário e emancipatório, melhor, de um socialismo periférico cortante na veia do sistema escravista brasileiro, ainda que não houvesse na sociedade brasileira, desse tempo *communard*, uma língua que desse forma a esse fenômeno e seus abalos sísmicos.

Se a promessa “religiosa” do Belo Monte, entre os anos de 1893 a 1897, ecoava e arrastava remanescentes do sistema escravocrata brasileiro, fragilmente demolido em maio de 1888, além de arrastar também legiões de sertanejos despejados de todo o Brasil, convém aqui decidir que não importa se a “palavra de ordem” destoasse, por exemplo, da “proletários do mundo, uni-vos”, em movimento desde 1848 nas metrópoles ocidentais, com o lançamento do manifesto comunista por Karl Marx e Engels, nem das da primeira Associação Internacional dos Trabalhadores (1864), nem das palavras de ordem dos internacionalistas da Comuna de Paris (1871), nem da Segunda Internacional Operária e Socialista (1889), pois, em termos práticos, esses coletivos de sertanejos, de ex-escravizados envolvidos na construção do “Belo Monte” e seu trabalho comunitário, cooperativo, sem pagamento de impostos, com distribuição de produção e compartilhamento dos seus modos de produção, além de esvaziarem a promessa vazia do discurso religioso oficial, na tradução do seu líder Antônio Conselheiro, conectavam-se de modo transversal tanto com o imperativo socialista que vinha tomando forma, em toda segunda metade do século XIX, quanto com as memórias de lutas abolicionistas, republicanas, além de revoltas populares já centenárias no Brasil, a exemplo dos efeitos simbólicos da Revolta dos Malês, de 1935 em Salvador, considerado o maior levante de escravizados do Brasil.

O falso problema entorno do imperativo “afirmação da República” versus “retorno da monarquia” estabelecido, estimulado em todos os domínios do sistema intelectual e cultural do Brasil, ainda dominante nas interpretações do “Belo Monte” até nossos dias, parece travar a interpretação dessa cena da luta dos trabalhadores no/do Brasil numa clave ou conexão internacionalista.

O desfazimento ou problematização desse falso problema, “afirmação da República” versus “retorno da Monarquia”, coloca, então, sob suspeita todo o discurso religioso, historiográfico, jurídico, jornalístico, militar, economicista que atravessa o sistema intelectual brasileiro e, ao mesmo tempo, sob o crivo linguístico-literário como ciência periférica por excelência, duplica as cenas, dramatizando e nos permitindo tomar certas distâncias possíveis, a saber, e se o materialismo dialético no Brasil, naquele momento, só fosse possível através da anu-

lação dos significados transcendentais do discurso religioso; e se a organização e tomada de consciência da massa de despejados (trabalhadores escravizados) no Brasil, naquele momento, em vez de “objetivamente” se ver como objeto do sistema de exploração capitalista no local de trabalho, lessem em seus próprios corpos as marcas do chicote e do açoite e tivessem no trabalho comunitário, pela primeira vez, o fulgor da aurora e as paisagens de dezenas de milhares de outros “belos montes” por todo país; e se em vez dos senhores de terras e gentes, com a abolição da escravatura e a implementação tardia da república, assaltarem o Estado brasileiro como sua propriedade e importarem trabalhadores livres de todos os continentes – relegando à miséria toda a massa de despejados (e que havia, na condição de escravizados, produzido toda a riqueza material possível do país, até então) – fossem obrigados, com leis e normas do sistema republicano, a contratar com salário justo todos os seus ex-escravizados, agora, homens, mulheres e crianças com direitos de se organizarem como classe trabalhadora?

Essa estética do distanciamento (SOUZA, 2007), aberta a partir da suspensão estratégica do falso problema acima mencionado, era não somente possível aos “seguidores” de Antônio Conselheiro, agora aqui não mais como “fanáticos” acompanhando um “maluco, degenerado” e que “matou a própria mãe”, mas como encenação teatral, nômade e a céu aberto, cujas “palavras de ordem” eram extraídas, melhor, eram espremidas de textos bíblicos, na forma de rezas e ladainhas, isto é, como uma espécie de cartografia e crítica do Capital, de acesso a todos os oprimidos, e tendo, como resultados, a construção de açudes, aguadas, cemitérios, roças coletivas, áreas coletivas para criação de animais e aves para alimentação das famílias.

Além dessa encenação teatral, popular, como economia política para subalternizados, a estética do distanciamento, nesse caso, pode ser pensada, também, como uma pedagogia da subjetividade em que as marcas do açoite nos corpos e nos espíritos dos refugiados de Belo Monte podiam ser dramatizadas como os signos de uma nova língua que jogava o imaginário da miséria e da escravização delas próprias contra o real, falsificado, da promessa bíblica, entranhado a todo sistema religioso que apoiou o assalto das riquezas do país pelos senhores de terras e gentes.

Com essa pegada radical semiológica, as atividades socialistas e comunitárias de Belo Monte, não somente catalisam as lutas dos despejados da língua, da cultura, do território e do próprio ser, contra as técnicas de governo do Reino do Céu (AGAMBEN, 2011a; SLOTERDIJK, 2002b) nas Américas, mas constituem uma espécie de grau zero por onde podemos pensar e reinventar o Brasil, desmontando, assim, ponto por ponto de todo discurso de interpretação do Belo Monte fundado naquela falsa dicotomia.

E mais: uma ciência aberta, tendo por pressupostos um campo linguístico-literário operando entre a ciência burguesa e positivista e a ciência materialista e dialética, pode oferecer aos novos leitores e intérpretes dos signos do massacre de Canudos e de Belo Monte um arsenal semiológico de alta voltagem, senão vejamos.

As faianças ou fragmentos de porcelanas do século XVI que encontramos no Museu Arqueológico (CEEC, 2002) situado no Museu Antônio Conselheiro (MAC) do Campus Avançado de Canudos, bem como nos sítios do Parque Estadual de Canudos, se bem estabelecidas como lugar de leitura e de interpretação, poderiam implicar numa série de “textos fragmentados”, próprios de outro domínio interpretativo, a história da arte e ou das cerâmicas que, em diálogo com a crítica cultural, em linha marxista contemporânea (JAMESON, 1992) poderíamos demarcar não apenas um ato simbólico através dessa série-fragmentos-faianças, seu antagonismo de classe e uma ideologia da forma-fragmentos-faianças, mas, além disso, perguntar por uma oposição radical entre a cerâmica produto da indústria mercantilista europeia versus as cerâmicas com barro cru, milenar das Américas. E, uma vez estabelecida essa oposição, perguntar pelos sujeitos, artistas da periferia que, desde sempre, poderiam estar inseridos numa política pública cultural, como um bem simbólico, desde o advento da República, entre nós, e como forma de implementação de modos de produção e geração de riqueza e renda por todos os “belos montes” disseminados pelo país *communard* (SANTOS, 2020).

Por uma ciência aberta faca só lâmina

Numa das sessões plenárias da Abralic em Salvador, 2022, entre 11 a 15 de julho, intitulada “Literatura e espaços comuns de aprendizagem”, que tive o prazer de coordenar, reunimos um escritor, com relatos sobre ateliês de escrita para jovens; uma socióloga, com trabalho envolvendo saraus de periferia; uma educadora, problematizando o não-lugar da literatura na BNCC; outra educadora, em viés materialista, descrevendo estruturas, superestruturas de exploração e anulação de nosso trabalho educativo. Desta última, retenho um trecho de suas considerações finais “é preciso tomarmos consciência de que estamos numa guerra e para que nossas cabeças não sejam cortadas e penduradas na sala de aula, é preciso amolarmos nossas facas, e irmos para o embate, em todas as frentes possíveis”.

Nessa linha de alerta e chamado ao combate, por uma ciência aberta e com seus compromissos políticos, retenho também imagens da atuação da Abralic, em 2015-2017, na Universidade Federal Fluminense (UFF), com o tema Pesquisa linguística e compromisso político, seguida pela gestão na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), entre 2017-2019, perfazendo um período de 4 anos, com muita atividade política, não apenas no embate e disputa ideológica na escola, nas ruas, no parlamento, mas principalmente nas formas de organização dos espaços para que essas lutas fossem/sejam efetivamente organizadas e colocadas em movimento.

Dito isto, e sugerindo ao leitor, e a quem me lê agora, uma rememoração dos signos mencionados em tópicos anteriores, um trabalho programático envolvendo a nossa área para um compromisso político, como uma ciência aberta, deve agenciar algumas demandas urgentes e alguns desafios, a saber, do conjunto das demandas: a) ampliar os diálogos com esses despejados da língua, da cultura, da terra e de seu próprio ser, promovendo novos encontros e formas de mediação transversais; b) extrair desses novos encontros, outras e novas problemáticas e construir uma política coletiva curricular, dos livros didáticos, para a formação básica, aos currículos para os profissionais de Letras, não apenas em nossa área, mas envolvendo nossos colegas das ciências humanas e biológicas, exatas e assim por diante; c) mobilizar, coletivamente,

formas fixas, nômades, clandestinas, de gestão desse trabalho de popularização de nossa ciência aberta e libertária. Do conjunto dos desafios: a) superarmos o divisionismo e enquadramento disciplinar provocado pela ciência hegemônica, então base de apoio ao neoliberalismo totalitário; b) combinar o trabalho epistemológico e seus resultados com o trabalho organizativo de invenção, distribuição e popularização, num tempo acadêmico que ainda precisamos lutar para instituir; c) considerar que, recuperar o tempo e o espaço da criação, da resistência e do distanciamento crítico, em contraponto a uma metafísica fascista que tenta nos transformar a todos em farrapos, já é vislumbrar paisagens universais, em diferença, e praticar estéticas de emancipação (SCHWARZ, 2003) onde quer que haja seres humanos oprimidos e silenciados.

Em suma, cabe aqui evocar um outro Antônio, o Cândido, para quem o socialismo é um movimento triunfante no mundo (entrevista ao *Jornal Brasil de Fato*, em 8 de agosto de 2011) apesar dos percalços de sua representação e da falta de seu reconhecimento na vida cotidiana de cada um de nós; bem como indicar aos leitores um outro texto, *O Direito à literatura* (2011) em que, apesar do peso e das exigências da arte da palavra bem escrita, como condição às grandes conquistas literárias na elevação dos níveis da subjetivação humana, no limite, e em tempos de guerra cultural, o que nos resta, mesmo, é a língua, aqui como uma metáfora de todo e qualquer modo de representar, para que possamos testemunhar (XINGJIAN, 2004) e fabular sobre a nossa existência e possibilidades de transformação desse mundo humano, demasiadamente humano.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção – Homo Sacer I*. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. *O reino e a glória: uma genealogia da economia e do governo. Homo Sacer II*. Trad. Selvino José Assmann. São Paulo: Boitempo, 2011a.

AGAMBEN, Giorgio. *Infancia e historia: destrucción de la experiència y origen de la historia*. Trad. Silvio Mattoni. Córdoba, Argentina: Adriana Hidalgo Editora, 2011b.

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha – Homo Sacer III*. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo? E outros ensaios*. Trad. Vinicius Nicastro Honesco. Chapecó: Argos, 2010.

ANCHIETA, José de. *Auto representado na Festa de São Lourenço*. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Teatro – Ministério da Educação e Cultura, 1973, p. 12.

BARTHES, Roland. *Aula*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1980.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: *Vários Escritos*, 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

CASTRO, Viveiros de. Perspectivismo e multinaturalismo na América. In: *A instância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

CENTRO DE ESTUDOS EUCLIDES DA CUNHA (CEEC/UNEB). *Arqueologia e reconstituição monumental do Parque Estadual de Canudos*. Salvador: UNEB, 2002.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. Trad. Theo Santiago, 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. Trad. Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva, 1988.

DERRIDA, Jacques. *Posições*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

DEUTSCHER, Isaac. *Stalin: uma biografia política*. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

DUMONT, René. *Les communes populaires rurales chinoises*. Persee: *Revue chientifiques*, vol. 29, nº 4, 1964, p. 380-397. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/polit_0032-342x_1964_num_29_4_2269. Acesso: 5 abr. 2015.

FIORIN, José Luiz, FLORES, Valdir do Nascimento, BARBISAN, Leci Borges (Org.). *Saussure: a invenção da linguística*. São Paulo: Contexto, 2013.

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2008.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- JAMESON, Fredric. *O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico*. Trad. Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Editora Ática, 1992.
- MACEDO, Rogério Fernandes de. *As bases da sinologia ocidental e a construção da sinologia chinesa com Wang Li*. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 2021 (tese de doutorado)
- MARX, Karl. *A guerra civil na França*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MÉSZÁROS, István. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2003.
- RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.
- SANTOS, Osmar Moreira dos. *A luta desarmada dos subalternos*. Belo Horizonte: Editora Ufm, 2016.
- SANTOS, Osmar Moreira dos. Platô de Crítica Cultural na Bahia: Por um roteiro de trabalho científico transgressor. In: ATAÍDE, Cleber et al. (Org.). *Cartografia GelNE: 20 anos de pesquisas em Linguística e Literatura (vol. II)*. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2019.
- SANTOS, Osmar Moreira dos. *Um banquete antropofágico: violência originária e táticas de negociação cultural emergentes no Brasil*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2020.
- SANTIAGO, Silviano. *O cosmopolitismo do pobre: crítica literária e crítica cultural*. 1. reimpr., Belo Horizonte, Editora UFMG, 2004.
- SAUSURRE, Ferdinand de. *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes*. Leipsick, B. G. Teubner, 1879.

SAUSURRE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Charles Bally e Albert Sechehaye (Org.), colab. Albert Riedlinger. Trad. Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein, 28. ed., São Paulo, Cultrix, 2012.

SCHWARZ, Roberto (Org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 2003.

SLOTERDIJK, Peter. *Regras para o parque humano: uma resposta à carta de Heidegger sobre o humanismo*. Trad. José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.

SLOTERDIJK, Peter. *O desprezo das massas: ensaio sobre lutas culturais na sociedade moderna*. Trad. José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Estação Liberdade, 2002a.

SLOTERDIJK, Peter. *O Quinto “evangelho” de Nietzsche: é possível melhorar a boa nova?* Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

SLOTERDIJK, Peter. *Se a Europa despertar: reflexões sobre o programa de uma potência mundial ao final da era de sua letargia política*. Trad. José Oscar de Almeida Marques. Campinas: Estação Liberdade, 2002b.

SOUZA, Eneida Maria. *Tempo de Pós-Crítica: ensaios*. São Paulo: Linear B; Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2007.

TROTSKI, Leon. *Literatura e revolução*. Trad. Luiz Alberto Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

XINGJIAN, Gao. *Témoignage de la littérature*. Paris: Seuil, 2004.

Recebido em 20 de novembro de 2022.

Aceito em 15 de dezembro de 2022.

ENTREVISTA COM PADRE ENOQUE JOSÉ DE OLIVEIRA

Alexandra Cardoso da Silva Duarte
Lucicleide Guimarães Ribeiro

Apresentação

Enoque José de Oliveira, filho de pescadores, nascido na praia do Espraiado, região de Acaraú (CE) é pesquisador, poeta, compositor, educador popular, coordenador do trabalho de resgate popular da história de Canudos e principal líder do Movimento Popular e Histórico de Canudos.

Quando jovem, nas décadas de 60 e 70, trabalhou e estudou em Teresina (PI) e cursou teologia em Salvador (BA). Ordenado Padre, assumiu as paróquias em Teresina, Salvador e por último em Monte Santo (Nordeste da Bahia) região do Sertão de Canudos. “Santuário da fé e paraíso da grilagem”. Na paróquia, Enoque foi um transgressor da igreja. Mobilizou os camponeses, criou as comunidades de base e essa liberdade e resistência incomodou os poderes locais e o Serviço Nacional de Informações que monitorava as ações do Padre, entendendo que ele estaria fazendo uma campanha de ataques ao Governo e ao Regime, inclusive durante as celebrações das missas. Estes documentos confidenciais datados de 1985 foram disponibilizados depois da Comissão Nacional da Verdade. Foi preso, perseguido e expulso da igreja, além de receber uma moção de desagravo pela Câmara Municipal de Vereadores de Monte Santo em 12 de abril de 1984, considerando-o *persona non grata* no município.

Afastado em 1987 do exercício sacerdotal, Enoque lidera o Movimento de Canudos e assume o compromisso com o povo de continuar a luta longe dos domínios da igreja católica.

Enoque constrói um vasto acervo literário composto por manifestos elaborados para as Celebrações Populares pelos Mártires de Canudos, poesias, músicas, e livros a exemplo de Conselheiro do Sertão: Entre Prédicas e Conselhos (1997), Sarandita (2011) e foi organizador do livro Noventa anos depois... Canudos de novo(S/D).

Atualmente Padre Enoque segue liderando com muita dificuldade, pelos limites impostos pela nova ordem, o Movimento Popular e Histórico de Canudos, continua investindo na pesquisa e na construção de textos mobilizadores da luta.

1. Quais pressupostos religiosos e políticos dos anos de 1970 e 1980 serviram de fundamentos e inspiração para organização inicial do Movimento Popular e Histórico de Canudos?

O Movimento Popular e Histórico de Canudos tem por base, inspiração ou ideário político a memória histórica da região. Essa memória oral ou histórica inspirou ao mesmo tempo a formação quanto o modelo de comunidades populares sintonizadas com aquele momento histórico. A paróquia de Monte Santo conflagrada por uma avalanche de conflitos graves adicionados a uma distância razoável da sede da Diocese vão favorecer o ambiente propício à criação de experiências novas permitindo ampla liberdade na fundação de comunidades eminentemente libertadoras. Graças à atenção dada as outras questões regionais abriu os caminhos à criação do Movimento Histórico de Canudos. Evento desafiador alinhado tão somente ao evento militarista de 1897. Acontecimento raro, revolucionário no coração do tão agredido, atacado, espicaçado Sistema da Caatinga. Ainda assim vale ressaltar, esse movimento expressou algo forte, destemido, identificado com a existência real, colocando-se muito além daquele soneto épico-burguês, sob o qual se assentara a ética ascética, termo essencial da sociologia burguesa de Max Weber, deixando para trás toda a carga reacionária, mistificadora da ética protestante (Max Weber) cujo descompromisso com a dramática exploração capitalista ainda mesclou quase a unanimidade dos sociólogos brasileiros.

Feito esse preâmbulo cabe lembrar: a fundação daquelas comunidades quanto a criação do Movimento de Canudos encampou por um unânime acordo, um estoque permanente de esforços para encontrar uma identificação razoável envolvendo os dois movimentos, promovendo uma espécie de simbiose cuja fusão dava os elementos promissores essenciais a uma trajetória redentora à existência dramática do mundo camponês. Em síntese, através de uma ação dialética, as comunidades inspiravam o Movimento, tal como este proporcionalmente

fortalecia as comunidades. Quer isto dizer: naquela fase inicial ainda não era coerente falar de “pressupostos religiosos e políticos” influenciadores daquela caminhada. Foi, no entanto, a práxis concreta o móvel a respeito do qual se implantou quanto desenvolveu a luta, sob o manto da Teologia da Libertação adicionada à Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire. Descobria-se aí a base político-religiosa sob a qual foi-se cristalizando o fortalecimento daquele trabalho. Esse roteiro fugia, de certa forma, do caminho seguido por muitos educadores políticos onde a teoria precede a práxis. Nesse caso fez-se o contrário, deu-se todo poder à prática. Ao cabo de uma década (80-90) quando as comunidades juntamente com o Movimento de Canudos ganharam fôlego, juntaram força popular o autor dessas linhas empenhou-se no trabalho de pesquisa acadêmica. Quer isto afirmar a falsa assertiva da inutilidade da teoria em proveito da prática? Não! Apenas comprovar como no trajeto de luta de libertação das massas proletárias a práxis concreta conduz à experiência de luta por ângulos bem mais consistentes, permitindo de maneira cabal, avançar teoricamente sob cada passo da luta. Qual a vantagem deste método? Quem pode se furtar da objetividade do compromisso real? Os fatos conduzem a luta. Esta se pauta pelos fatos. Posto tal princípio quem pode abster-se da verdade? Quem pode valer-se do truque? Se a opção entre o farisaísmo versus autenticidade mede o caráter de quem afirma ou nega a realidade dada, desse ponto de vista quem pode esconder-se por detrás da pressão da neutralidade sem ser desmascarado? Quem pode fingir sem ser pego na encruzilhada? Quem pode arrogar para si aquilo ao qual pertence a coletividade? Nesse campo ninguém se furta da objetividade do compromisso real. A coerência entre o ser com o fazer torna-se um elemento essencialmente coerente com a realidade dada.

A partir da década de 80-90 de posse de certos estudos históricos, fez-se útil comparar até onde aquelas experiências nutriam certo liame com os pressupostos históricos políticos econômicos.

Esse roteiro dá uma opção aos seus interlocutores. Eles podem esfuizar-se na estreita senda das elocubrações fantasiosas, mas não podem fugir do juízo aflitivo da verdade dos fatos. Ao se tentar fugir da dicotomia teoria-prática livravam-se os indivíduos engajados de todas as artimanhas do farisaísmo. Quando a luta tem suas raízes na realidade objetiva vivida pelos indivíduos

persiste o dilema: ou se acompanha a marcha dos acontecimentos ou se rema contra ela, deformando-a. Há ainda outro elemento a se considerar: a luta tributária das experiências concretas, ou passa à história suas características reais ou navegando contra ela mostra-se burguesa, “ascética” (Weber), onde se confunde, por exemplo, capitalismo como “modo de produção” (Marx) ou capitalismo como “Cultura”. Isto é, ou se enfrenta a realidade concreta ou se é engolido por ela. Ou é revelada crítica, dialética, libertária, contestadora do sistema burguês vigente, ou se resvala para a mistificação.

Os pressupostos jurídicos-políticos, econômicos, religiosos, histórico-culturais devem se pautar não para engolir a realidade, mas esta, metamorfoseada, pode quanto deve, transformar-se para fazer a história, a cultura, a religião, a economia, etc., avançar a serviço das pessoas, dos grupos, da sociedade em geral.

2. Durante o processo de organização do Movimento Popular e Histórico de Canudos, qual o ponto de ruptura com seus pressupostos religiosos e políticos e sua principal descoberta e consequência?

Os pontos de ruptura não apareceram em função de pressupostos alheios à realidade. A ruptura passou a fazer parte do cenário inicial da luta, ou melhor, ela vai se incorporando tão somente decorridos seis meses de atuação. Um lado da questão, representado pelo prefeito de Monte Santo em exercício, ao não cooptar para seu grupo a liderança do vigário, declara aquela autoridade possuir “um tonel de gasolina para tocar fogo no religioso”. O candidato ao próximo pleito, contando também com o apoio decisivo de Antônio Carlos Magalhães (ACM) postava-se tenaz quanto farisaicamente, executando à porta da matriz o hino do Senhor do Bonfim.

Do lado externo à Paroquia, a luta se fazia em franca ascensão. No interior dela visava-se tomar das mãos dos partidos¹, PDS 1 – Partido Democrático Social 1, PDS 2 – Partido Democrático Social 2, as duas irmandades

¹ O PDS foi um partido criado durante o regime militar. Como o regime vetava outra opção partidária em algumas cidades da Bahia, para se manter a hegemonia Carlista. Em Monte Santo, diante dos impasses locais, recorreu-se a esta estratégia, dividiu-se em PDS 1, comandado por Hélio Cardoso de Matos e PDS 2 por Ariston Correia de Andrade.

da paróquia, o Sindicato, o Hospital Regional sob o domínio dos dois grupos, para colocar a serviço do povo. Como se não fosse mais um capítulo macabro, o chefe político do PDS 1, representando o conservadorismo rural, postava-se como dono da Irmandade da Santa Cruz à revelia do vigário. Enquanto o chefe político do PDS 2 arvorando-se dono da Irmandade do Sagrado Coração de Jesus, do Hospital Regional, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais representava o conservadorismo urbano. O quadro, pela sua amplitude quanto radicalidade, mostrava-se altamente perigoso, dada a complexidade dos problemas quanto sua extensão, pois o Senhor Bispo Jairo Matos da Silva a princípio se articulava há pelo menos seis meses com o propósito de expulsar o padre da paróquia, além de sua inteira subserviência ao poder local, jamais admitiria devolver à paróquia as instituições, as quais se apropriaram.

Por tudo quanto a história tem de compromisso com a vida, o romance da paróquia de Monte Santo cabia naturalmente naquele cenário das lutas miraculosas. Não lhe faltavam capítulos inéditos, portanto, um componente mais grave dava munição ao bispo na sua façanha particular, de enfrentamento àquela situação grave. O componente em cena tem rumo: devolver esses patrimônios à paróquia significava legitimar aquele trabalho com o qual o bispo já se havia indisposto. Se o propósito era dar uma outra direção às lutas, às comunidades, ao Movimento de Canudos, retirando deles o seu caráter libertário, devolver essas instituições, ainda quando, na prática, significava colocá-los a serviço de milhares de pessoas, como o Hospital Regional construído pelo povo com a direção do antigo vigário, significava dar um passo radical no avanço do trabalho.

Para superar estes desafios, contactamos um grande advogado da Bahia, à época já atuava em meu favor no processo imposto pelo poder político-jurídico. Da mesma forma foi mantido contato com uma equipe médica de Salvador para dirigir, quanto tornar este hospital num grande propulsor da luta geral na região. Como não podia deixar de ser, coloquei ao conhecimento do bispo as propostas da paróquia. O tom não podia ser de conagração. Para se fechar esse capítulo conclui-se: o bispo com seu clero prefere manter tais patrimônios a serviço de interesses escusos, corruptos, fraudu-

lentos, politiquieiros, representados por inimigos do povo, a colocá-los na função para os quais foram erigidos. Eis uma parte da batalha a ser travada: contra a vontade do bispo foram tomadas uma das Irmandades, além do Sindicato. Além disso, a minha expulsão da paróquia, durante as filmagens da minissérie, impediu quanto torpedeou novos desdobramentos promissores às massas camponesas.

Retomando o tema geral da questão, passados seis meses entram em cena clero, fazendeiros, áreas militares, setores políticos gerando uma frente de ruptura entre o antes/depois do trabalho ou da caminhada. Desta maneira, estão estabelecidas todas as formas de rupturas, interferindo nos mais variados campos onde aqueles setores tinham os seus interesses escusos colocados em xeque. Um desses interesses diz respeito à visão torpe, burguesa, militarista, reacionária, messiânica, milenarista, a respeito dos quais haviam estabelecidos sua rede de interesses contrária a atuação da gente do Conselheiro.

Para manter esse sistema escravocrata pautado no medo, na ignorância, na opressão, estabelecida nesta região, nada deveria mudar ou tomar rumo novo. Daí ser imprescindível manter a ideologia do medo, da subordinação do pensamento. Desde quando o Movimento colocara como peça de destaque a questão conselheirista, toda tentativa de barrar essa ideia, todo movimento para tornar visível a positividade daquela luta passada, devia ser deflagrada. Ou seja, todos os meios serão admitidos contanto possam frear a mente, torpedear a ação, contaminar com o vírus da cizânia, todas as formas de divisão nas famílias, entre os paroquianos, os trabalhadores. Tudo isso na sua forma geral visava abrir uma campanha tanto dentro quanto fora da paróquia, de difamação do trabalho com as suas lideranças. Tudo fora colocado em marcha. Mas o trabalho parecia exigir esse corpo estranho, materializado, para poder se expandir.

As consequências positivas-negativas estão documentadas. O vírus capacho da bandidagem não alterou o produto da organização do povo. Só uma causa foi fatal: a expulsão do padre da paróquia, a expulsão de quem continuasse na luta. Fora isso abriram toda sorte de vingança. Quem fora batizado pelo vigário tinha que ser batizado novamente. Quem quisesse continuar

na luta estava proibido de requisitar batistério para efeito de aposentadoria. Quem insistisse não receberia os sacramentos. Como gratificação pela quebra do sucesso do trabalho a Alemanha gratificou a paróquia com potentes carros, com belas quantias em dinheiro. A imprensa, representada principalmente pelo Jornal A Tarde, proclamava o seu fulgor acerca do retorno de Monte Santo à religião do ópio. Isto é, fecha-se questão: com o Editorial de A Tarde, *Preparando a Guerrilha*, referindo-se à primeira missa de Canudos às bordas do Vaza-Barris, proclamava-se a peça sacralizadora em favor de todos os setores atingidos pelo trabalho. O editorial não representava uma ruptura, mas a conjunção desafortada, marginal de tudo quanto a Bahia havia erigido de pior, sob o manto da elite burguesa. O editorial era a voz de Mefistófeles. Como não conseguira perverter nem comprar as almas dos depravados, derramava sobre eles a mais sórdida vingança dos endiabrados.

3. *Em que medida o Movimento Popular e Histórico de Canudos, em seu momento mais consequente e transformador, se aproxima de movimentos revolucionários em outros cantos do Brasil e da América Latina ou não pode ser comparado com nenhum outro?*

De um modo geral, as definições políticas dos movimentos originados no seio das classes proletárias são tipificadas de acordo com as posições de classe de quem os investiga. Nem sempre tais definições retratam as situações pelas quais eles se colocam frente à sociedade. Ouvi muitas vezes pessoas ditas de esquerda desclassificarem os movimentos das invasões de Salvador, trecho estendido de Lobato à Paripe, pelo fato de sua principal liderança, este pesquisador, professar crença religiosa. No outro extremo, pesquisadores renomados enquadram o movimento conselheirista como movimento messiânico, milenarista. A despeito das várias investigações, chama a atenção o fato de tais análises nunca admitirem a possibilidade de tratar-se naquele caso, de um típico movimento camponês. Desde quando, sua procedência deriva de quem trabalha no campo. Possuir características religiosas não é substrato para cair na teia do messianismo. Nem a busca de uma nova sociedade legítima conceito milenarista.

Feito este preâmbulo, o Movimento de Canudos associado as comunidades populares, abrangendo grandes questões das massas camponesas nesta região Nordeste da Bahia, qual deve ser a sua definição política? Do enfrentamento dessas grandes causas não há como negar, mas há um ponto em comum com outros movimentos: trata-se de um movimento de camponeses. Associado a esse ponto assumiu uma característica própria, independente. Isto é, a força do Movimento não decorria de retaguarda alguma, sua sobrevivência, sua força social, seu caráter sócio, político, religioso dependeu de suas forças particulares. Ainda quando tinha a sua origem nas comunidades da paróquia de Monte Santo ligada a uma diocese. Tal ligação pouco contou considerando-se o fato de a igreja oficial em poucos meses de existência do trabalho levantar a bandeira da expulsão do padre.

Mais uma causa fortalece a ideia de um trabalho avançado. Até 1981 as principais forças progressistas da Bahia mantiveram-se omissas quanto aquele movimento de Antônio Conselheiro. Registraram-se algumas posições concretas de valor considerável como o texto de Ruy Facó, o livro de Edmundo Muniz, mas ficaram no campo da escrita. Daí a abraçar aquela atuação camponesa visando transformá-la num movimento real, na mesma região onde a luta dos humildes desafiou os poderes do país, eis um traço fundamental para se levar em conta quando se pretende tipificar aquele movimento como experiência de caráter popular.

Dispensável seria levar a questão para o campo ascético, milenarista, sebastianista. Se o Movimento de Canudos ganhou visibilidade, graças aos esforços individuais ou comunitários, ele tem seus fundamentos numa conjuntura nacional aberta a mudanças profundas. Enfim, este foi um movimento desafiador. Chamou a si as experiências do passado, devolveu-lhe brilho, radicalidade, remeteu-a para o cenário do futuro onde as grandes questões do povo carecem de transformações reais.

4. Quais foram os principais resultados do Movimento Popular e Histórico de Canudos, até os nossos dias?

Uma mensagem partiu das lutas, da cultura do passado até poder inspirar as organizações do presente, fazendo avançar a história de luta das comunidades proletárias transformando aquelas experiências em movimentos atuais; libertou o movimento camponês conselheirista da pecha de milenarista, sebastianista, messiânico devolvendo-lhe o seu caráter único, preciso, simplesmente camponês; o Movimento de Canudos libertou a experiência camponesa conselheirista das manipulações fantasiosas colonialistas racistas. Pois, é impossível explicar a história, a cultura, as lutas, o caráter de um povo com categorias da patologia clínica, só para agradar o eugenismo positivista racista de Lapouge. Ou para ser escravo do “racismo científico” de Gobineau ou mesmo para reconhecer-se idilicamente como discípulo da Escola Positivista de Lombroso, como declarou-se o autor de *Os sertões*; o Movimento de Canudos jogou por terra o “mito” a respeito dos quais Euclides “disse tudo” sobre Canudos. Esse mito é um truque. Como alguém pode dizer tudo de uma situação a qual desconhece? Se nunca fez uma expedição de conhecimento da região? Se não conhece a sociedade mestiça? Se não entrevistou um único mestiço do Sistema da Caatinga?

O movimento mostrou como fazer a passagem da religião do ópio para a experiência da religiosidade guerreira, mostrando como tal ousadia só é possível operar quando superabundam as experiências mais fecundas, os elos mais afetivos, a felicidade mais desprendida, do acolhimento humano-espiritual com as doces parábolas de Jesus Cristo libertador (Leonardo Boff). Tal passagem não se faz com a mesma disposição como se adquire objetos da feira. Ela ocorre tão somente naquele estágio da superação das contradições políticas, quando o indivíduo se deixa cativar pela superação dos equívocos ideológicos estocados pelo individualismo patológico. Um exemplo digno de nota: Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, condena veementemente, mas de forma ostensiva, preconceituosa, racista, a religiosidade de Antônio Conselheiro por se alinhar aos mais caricatos, as mais remotas eras “retardatárias” praticadas por aquele “fanático” religioso. Em contrapartida, para desapontamento da inteligência do Nordeste, elege o missionário italiano Frei Apolônio de Toddy, fundador do santuário da Santa Cruz de Monte Santo, ao panteon da espiritualidade, como modelo de religião. Ora, a colocação é grotesca, tanto quanto o espírito ao qual o anima, é perverso, animalesco, farisaico.

Qual o motivo da escolha preferencial? Quais razões movem o jornalista militar? Entre o farisaísmo do velho baluarte da religião do ópio, de frontado com a religiosidade da justiça, do amor ao próximo, da mão estendida à “elevação do nível” dos pobres camponeses, ele fica com a religião do europeu? Quem é aquele capuchinho se não o representante inconformado de um deus vingativo contrário aos pobres, inimigo número um dos povos politeístas, no entanto obstinado protetor do farisaísmo agressivo do povo judeu? O mais tirano grileiro tomador das terras de antigos povos com o fim de agradar a um único povo, o povo judeu? O seu caráter racista, preconceituoso, vingativo, envergonha os maiores tiranos da história. Mas, retornando ao centro da discussão desse ponto há algo escuso na escolha do jornalista militar: o seu ódio ao pobre. A Euclides pouco importa Conselheiro ou o frade, importa o fato de o frade travestir-se de porta voz da elite, do sistema escravocrata. Usa a religião para manter a sociedade presa. Segundo sua pregação o pecado está em não ir à missa. Todo pecado do mundo repousa nos atrativos sexuais enquanto ele estava rondando pelo Sertão pregando a manutenção do colonialismo, do mercantilismo, do capitalismo nos termos da religião. Quase na mesma época Arthur Schopenhauer declinava seu amor, seu sentimento humanista ao mundo. Quedava-se sobre o “sofrimento do mundo”. Imagine como esse filósofo humilharia os preceitos racistas do jornalista militar pregando em seu livro o “extermínio a bala” da sociedade mestiça por ser “degenerada” ou o seu desaparecimento pelo embranquecimento.

Para ser mais claro, o frade nunca levantou a voz diante das atrocidades capitalistas como fez, por exemplo, Thomas Morus, o chanceler da Inglaterra. Aliás, como fazê-lo, diante de tantos afagos dos escravocratas, senhores de terra? O ponto capital da discussão é esse: Euclides quanto Lutero odeiam pobres, não admitem ambos ver a massa pobre, na Alemanha, na China, na Rússia, no Vietnã, no Brasil, levantar-se contra as algemas dos opressores. A escolha por Apolônio de Toddy reflete a posição de classe de Euclides. Como Lutero manifestou sua posição de classe ao cair nos braços da nobreza, autorizando-a em documento escrito a atacar à bala os camponeses da Alemanha. Isto é, Lutero quanto Euclides frente ao levante dos camponeses pobres só

têm um gesto: o gesto genocida do opressor. Podem tirar-lhes a vida contanto extermine a rebeldia para a sociedade reconquistar sua normalidade burguesa. Quanta distância da grandeza de Schopenhauer, quando o filósofo colocando seu pensamento filosófico para protestar como nenhum outro, sobre o tema do “sofrimento do mundo”. Enquanto o jornalista preconiza uma guerra contra o mundo dos pobres, o filósofo chama a atenção da inteligência mundial para salvaguardar o planeta, território de todos os seres.

O Movimento mostrou o caminho para a conquista da terra, o trajeto para torná-la “terra comunal”. Captado esse princípio, tem-se de agir onde o conflito ocorre. Ao invés de buscar no Fórum Ruy Barbosa a solução dos conflitos como é práxis na CPT; levantou na região a defesa da água: cisternas, açudes, barragens sob os mais diversos ângulos, inclusive com reflorestamento do ecossistema da caatinga; fez da defesa da escolaridade dos camponeses seu tema capital. Pois a inteligência não é o lenitivo do despertar da rebeldia?

O Movimento transformou-se na mais potente campanha contra o farisaísmo, na política, na religião, na visão da natureza, da história, nas relações com a coisa pública, no combate à visão patrimonialista burguesa da história da economia, dos bens da terra.

5. *No contexto atual, o amortecimento das organizações sociais é visível. Em tempos de barbárie, em tempo de fomentar o levante da população, os movimentos esfriam os combates. Você considera o movimento de Canudos enfraquecido atualmente? Se sim, quais as principais razões que levaram a isso?*

Extremamente enfraquecido. Restaram as raízes, os troncos. Crescerão os galhos floridos nessa hecatombe do retrocesso? As gerações de pouca idade encantar-se-ão pelo movimento dos troncos dos galhos floridos? Tomarão a si o espírito nobre da contemplação, base natural do engajamento, da admiração pela proteção da natureza, pelo mundo das pessoas, pelo espetáculo da existência? Esta existência maltratada, resultado da destruição de várias nações, praticada pelos falcões de Washington. De novo eles, judeus fascistas, aterrorizando o mundo inteiro, destruindo povos quando esses se declaram não tanto afeiçoados a eles. Mas há contra eles um questionamento

severo da história: “ai de vocês” dissera Amós. Ainda assim, deslocam suas petroleiras, abrem suas zonas de conflito, empurram goela abaixo seus marines, suas instâncias satânicas, CIA, exército nazifascista, OTAN Pentágono, vomitando ódio, sangue bárbaro de suas Bases. Todo conceito parece pequeno para tamanha sede de mando, de poder, riqueza, derramamento de sangue. Só falta cair do céu como um deus ex machina na forma do Jeová tirano do antigo testamento. Para sacramentar a sua cruzada em prol da “teoria da prosperidade” do antigo testamento, codificada por Max Weber.

Dessa maneira, tem-se clara uma situação: sob qualquer ângulo ao qual se queira investigar o capitalismo ele entrou em crise, mas rejeita a acusação de ser ele a consequência dessa crise. O projeto de destruir nações, parecia disfarçar, mas escancarou-se. Rejeita a ideia de assumir os resultados de suas invasões terroristas, acobertado no discurso grotesco, dissimulado de “Democracia, Direitos Humanos, Liberdade”.

Finalmente o mundo apresentou o produto básico dessa tirania ianque: os milhões de refugiados resultante das nações destruídas ou de golpes disfarçados, destinados a torpedear o progresso material dos povos. O seu símbolo mais próximo é representado no Brasil pela “Lava Jato”. Aparentando combater a corrupção, foi demolindo as melhores empresas, partidos de esquerda, aniquilando os avanços tecnológicos de ponta, como os avanços da Petrobras, minando a democracia. Quando o ataque econômico, político, cumpriu o seu papel, desfez-se a farsa, acerca da campanha contra a corrupção. Resultado, golpeou-se a democracia. Delegou-se para o centro do poder a extrema direita fascista, reinou, destruiu, ameaçou, assassinou milhares nos leitos dos hospitais, sequestrados pelos vírus com a cumplicidade do governo genocida. Quem puniu? Os falcões de Washington não viram.

O quadro atual espanta, mas ele não apareceu por decreto espontâneo, ele tem origem, foi trabalhado geopoliticamente, fez raízes. Enquanto os agentes da esquerda vacilavam, apostavam no liberalismo como solução para os problemas humanos mundiais provocados pelo capitalismo, eles preparavam suas façanhas. A falha custou caro, o preço do retorno ao “individualismo” transmutado na personificação da extrema direita nazifascista, com cara

golpista disseminando a cultura do ódio, do terror, da antidemocracia sustentado na “mídia corporativa” sinônimo da comunicação fascista, espalhando o medo, a mentira, o terror como a força motriz dessa dominação das eras selvagens, acopladas aos tempos atuais.

Quando nesses últimos quatro anos a legião Trump, com sua cópia malfeita no país, o golpista Bolsonaro com seus capachos, abriram guerra contra toda iniciativa libertária do coletivismo. Eles já haviam plantado as sementes cuja árvore ensanguentada cresceu desarvoramente. Os frutos são calcinantes. Atuaram como uma cruzada de desumanização das sociedades, disseminando o florescimento do nazifascismo. Logo eles, falcões liberais, dispostos a salvar o capitalismo de suas próprias anomalias patológicas.

Objetivamente o tempo é propício aos levantes tanto quanto é proporcionalmente ao retrocesso nazifascista. Resta saber: comprarão as massas proletárias tal briga? Ganharão a monumental briga? Só o tempo com excessivo engajamento das pessoas dará o rumo melhor ou pior das coisas.

A barbárie atual promovida pela extrema direita fascista constitui o fato capital dos tempos atuais. Justo aí, o Movimento de Canudos perdeu todos os ingredientes materiais necessários ao progresso da luta. Ele foi projetado numa região de exilação das forças proletárias. Recompôr o quadro com novas forças, novas gerações, eis o lado crucial da batalha. Resta saber da aquiescência ou não, favorável ou não, da germinação das sementes.

6. O que você extrairia do Movimento Popular e Histórico de Canudos para o enfrentamento da guerra cultural contemporânea que, além de evangélicos fascistas, milicianos, os abutres do capital de sempre, há uma espécie de criminalização da política e sua organização de base coletiva?

Compõe o lastro característico dos regimes autoritários-golpistas, agachados às fórmulas militaristas feito sustentáculos de seus atentados à democracia, dirigir o projeto de demolição do Estado, dos partidos políticos, do Supremo, da imprensa, das organizações proletárias, visando pôr em marcha uma espécie de “Guerra Cultural”, substrato da força armada destinada a tomada do poder. Como a extrema direita fascista afina-se com

os regimes da elite, cuja sobrevivência depende da acumulação de Capitais, deflagrar seu ódio às classes proletárias sob nenhuma hipótese poderia apresentar saídas econômicas, estruturais destinadas a beneficiar as massas trabalhadoras. Estabelecido esse diagnóstico, um dos mecanismos de convencimento destinado a amortecer a insatisfação das massas, se impõe pela via da ideologia colonialista, racista, cristalizada através de um mecanismo diabólico chamado “Guerra Cultural” sistemática, onde toda produção cultural de caráter crítico deve ser aniquilada pelo poder oficial. Como alguns resquícios das ditaduras passadas, ou do capitalismo transnacional, sempre utilizaram da pecha do “comunismo” para esconder seu barbarismo extremista. Exemplo disso: em todas as ocasiões onde a extrema direita chegou ao poder, explora os mesmos artifícios deploráveis, na tentativa de cunhar, na alma das massas sua propaganda fascista. Seguindo em diferentes épocas, a mesma repetição dos “sentidos”, os mesmos clichês, os mesmos truques sádicos. Para atingir seus objetivos precisam sequestrar a consciência ingênua das massas, impregnando-a com a cultura rasteira, desprezível, destinada a rebaixar as massas. Fazê-las rastejar sob os mais baixos sintomas do ser humano, dissociando-as de tudo quanto há de mais digno, mais belo, mais ousado. No entanto a cultura do “entre tapas e beijos” é tudo quanto há de mais ignóbil, sem inteligência. Remetendo quem consome o produto para a baixeza da Caverna de Platão. Em termos atuais pode-se classificar de cultura do “obscurantismo”. Para tal, o governo, a direita fascista, financia um amplo programa anticultural destinado a obrigar as massas a consumir tal produto alienante. Na música, no teatro, nos livros, no cinema, toda produção deve capturar as mais fascinantes experiências da vida humana, para, num processo de massageamento das consciências, fazer emergir uma nova configuração comportamental, aberta à absorção do mais grotesco, do mais baixo nível de expressão cultural golpista, nazifascista.

Desenhado o quadro, se multiplicam as diversas manifestações culturais. Na música, erigiu-se um gênero apropriado aos fascistas “música sertaneja” “música gospel” recheada na obtenção dos favores do “deus-dólar” ou do deus tirano do antigo testamento resgatado por Max Weber como patrono

do combate ao marxismo, prometendo ao capitalismo protestante a “Teoria da Prosperidade”. Sem jamais explicitar em qual era idílica tal prosperidade chegara à mesa das massas protestantes pobres do planeta.

No âmbito da educação popular, até mesmo indivíduos reacionários, ante os quais os seus instintos perversos nunca foram modelados pela ilustração, como o boçal assaltante encastelado no Palácio do Planalto, cada cérebro racista acha-se com autoridade para atacar Paulo Freire, Anísio Teixeira, Darci Ribeiro, sob as mais atormentadas rajadas patológicas lombrosianas. No âmbito conjuntural o governo genocida, miliciano de vocação, extinguiu o Ministério da Cultura, quando não fez dele um covil alienatório da contracultura grotesca, protestante, tão tacanha nos seus propósitos, tão asquerosa nas suas manias, tão ignóbil nos seus interesses a ponto de sequestrar as verbas da educação da infância, para negociar apoio às anomalias do governo. Se o sequestro das verbas da infância, o sequestro das verbas do combate ao câncer, o sequestro do dinheiro do povo para destruir o SUS, destruir as universidades, destruir os hospitais federais, destruir as florestas. Falta algo mais para sequestrar ou destruir com o dinheiro dos trabalhadores? Há sim: troca-se a ciência, o conhecimento, a inteligência pela mistificação da bíblia. Nesse novo cardápio fascista, já não basta ler a bíblia, encher o bucho do “deus-dólar”, mandar os pobres venderem drogas para comprar farinha. “Invés de feijão compre arma”. Eis o mais avançado programa de desenvolvimento cultural do governo fascista, sustentado por generais golpistas, com a boca, a alma, as tripas cheias do dinheiro do povo. Para fechar o triste quadro, poder-se-ia afirmar como os protestantes sempre insinuaram o fim dos tempos, o retorno do apocalipse, muito embora nunca abrissem mão da “compulsão do dinheiro”, tema dos quais Freud com Jung negaram-se a enfrentar, ignoraram, por ser esta a categoria de compulsão mais perigosa desde quando é a fonte direta de todas as modalidades de guerra do planeta. Mas para quem não é protestante, ou se é mantém-se na categoria dos pobres, eis a briga real: fazer vencer a ciência, a inteligência, ou ser sequestrado por esse fanatismo fundamentalista da direita fascista.

7. *Para muitos pesquisadores você continua sendo uma das maiores lideranças, que representa uma ideia, um conceito que permanecerá inspirando tantas lutas coletivas. Qual a maior dificuldade de liderar o Movimento e quais as suas expectativas em relação às lideranças existentes e à formação de novos líderes?*

A formação de novas lideranças no caso do reagrupamento das minorias resistentes, sob a guarda desses fiéis escudeiros do patrimônio guerreiro do Sistema da Caatinga, vai depender das condições mínimas capazes de proporcionar as assembleias, outros eventos, transformados em palco real, decisivo, por onde as aspirações mais relevantes possam ser postas, com toda a vitalidade, com todo zelo, com toda a criatividade de uma luta livre, proletária, independente, desafiadora, suprapartidária.

Em quais bases tais encaminhamentos devem se estabelecer no momento atual? Existe uma outra ordem de estudo? De finalização? De avanço da causa? Quer isto considerar: o avanço do fundamentalismo, a descrença na esquerda, nos seus projetos de mudança, o ataque as massas despossuídas, as rajadas psicopatológicas do governo contra as organizações populares, a disseminação da extrema direita nazifascista, os equívocos da igreja católica, a fragilidade dos sindicatos são questões capitais na modificação da realidade. Por traz de tudo isso, venho me debatendo há muito com uma questão desafiadora: a precariedade de lideranças dispostas ao engajamento no trabalho gratuito. Em contrapartida, a outra banda da realidade mostra a facilidade de arregimentação de asseclas dispostos a entregar ao centro de difusão das crenças fundamentalistas, prometedoras de rapinas, milagres, de lotes no céu, onde figuram “ruas constituídas de moradias de ouro”. Ou seja, por quais razões é tão fácil erguer o cálice das promessas vazias do farisaísmo, da “teoria da prosperidade”, mas tão difícil arregimentar seguidores das formas de organização proletárias, desafiadoras.

Em se tratando da minha atuação individual, as condições apresentadas hoje vão desde o estudo, a produção do livro, criação de músicas conjugada a questão desafiadora da idade. Dessa forma, quais espaços poderão ser dedicados à luta? Nessa discussão tem-se de considerar o nosso engajamento nas lutas trazidas pelos camponeses: lutas por terra, água, der-

rubadas de cercas. Essa modalidade tem mais possibilidades de abrir espaços de organização. Porém a luta mais difícil é aquela originada na organização popular. Oriunda de novos contatos, novas questões, novas temáticas, capazes de apontar novos modelos de pedagogia conscientizadora. Eis o seu Calcanhar de Aquiles. O desafio está posto. O livro da vida, uma tábula rasa, como ou por quais meios vamos transcrever em páginas vibrantes os feitos da nova caminhada no país, depois de nós nordestinos, filhos do Sistema da Caatinga, ainda quando espicaçados, demos um tombo na extrema direita. Ainda assim não nos vendemos por um por um prato de lentilha da última hora. Nesse momento quando as trovoadas estão caindo no Sertão, o tempo adverte: Deixem-me viver, deixem-me falar, deixem-me crescer deixem-me organizar. Nada deve nos deter. Só os movimentos da vida devem nos projetar para outros capítulos da luta.

8. Em relação ao que foi pensado e o que se atingiu, em seu ponto de vista quais teriam sido os limites do Movimento Popular e Histórico de Canudos?

A questão da migração das lideranças comprometidas em busca de trabalho em outras regiões; a dicotomia entre educação versus trabalho no campo fez avançar muito pouco o desenvolvimento intelectual na região agravado pelo fundamentalismo protestante direitista; em vários momentos, nas assembleias, nos debates das comunidades, nos textos das Celebrações, nas missas, alertamos sobre o modelo de escolaridade, levando-se em conta experiências mundiais, adotamos uma metodologia inspirada na Pedagogia de Paulo Freire. Também nos reportamos insistentemente às propostas do renomado engenheiro do Recôncavo Baiano, André Rebouças, profundamente comprometido com o povo do seu país, como um dos destacados pilares do movimento abolicionista, defendeu ardorosamente, nas décadas de 70, 80 e 90 do século 19, como a forma mais eficiente de retribuição ao trabalho dos negros, gerador da riqueza nacional, nos quatro primeiros séculos de nossa formação quanto evolução histórica, a “democratização da terra” com “instrução técnica”. Segundo seu pensamento bem evoluído para a época, não bastava contemplar com um pedaço de terra a massa negra mestiça, era tanto quanto

relevante a instrução técnica. Sem esta, como podia ascender intelectual quanto economicamente aquela população proibida do conhecimento, da ciência, dos produtos da riqueza da terra?

Muitas das ideias de André Rebouças com as quais compartilho como divulgo, merecem ser captadas pelos agentes comprometidos com as massas populares do Nordeste. O modelo de escola vigente, tão abalado pela política fascista do fundamentalismo religioso, precisa se encontrar com os fundamentos da ilustração de André Rebouças.

Os limites impostos ao Movimento foram enfrentados com a disposição colossal das comunidades, onde cada passo, cada enfrentamento da luta, cada derrubada de cerca, cada assembleia apontava para uma nova fase da vida do povo simples, elevando o nível dos trabalhadores do campo.

9. Por que a principal inspiração do Movimento Popular e Histórico de Canudos foi e continua sendo a luta e a resistência do povo do Belo Monte?

A inspiração do Movimento de Canudos tem, na sua trajetória, vários modelos de inspiração.

A trajetória do Movimento Conselheirista nas décadas de 1870 a 1890, notadamente nos três rios da Bahia: São Francisco, Itapicuru e Vaza Baris, a Teologia da Libertação ao romper com um modelo de pensamento religioso tradicional burguês, deixando para traz a tradição católica, apresentava um novo caminho de reflexão teórica sobre a caminhada de Jesus, inspirando a trajetória de luta dos pobres no terceiro mundo. Enquanto a teologia católica tradicional utilizava a terminologia dos grandes teólogos da antiguidade, a Teologia da Libertação numa trajetória inovadora, utiliza do acúmulo de conhecimento histórico, principalmente no século 19, para fazer avançar tanto a prática como a teoria das comunidades de base. Essa Teologia revolucionou a trajetória da igreja no terceiro mundo, foi responsável pelas comunidades de base como revolucionou vários campos da atividade humana visando a transformar o ambiente de luta das sociedades ditas oprimidas. A partir dela, as comunidades criaram novos modelos de arte, de luta, de crença, de organização na vida dos pobres; certos textos bíblicos, especificamente os profetas guerreiros

ros complementados com as parábolas de “Jesus Cristo Libertador” (Leonardo Boff) considerado por este pesquisador como a essência da bíblia. Por quais razões tornaram-se desinteressantes, se não desprezíveis os demais conjuntos do chamado Livro Sagrado? O tom crítico da colocação vai de encontro ao antigo testamento, onde todas as formas de bandalheira são acolhidas quanto sacramentadas pelo deus opressor presente nele. Haja visto, os exemplos de Salomão com Davi. O primeiro tinha centenas de mulheres como amantes. O segundo estuprador de primeira linhagem, no entanto o antigo testamento colocou seus nomes como dignos representantes de Deus na terra; várias outras experiências históricas como o Movimento dos Quebra-Kilos no Nordeste em 1874 a 1876, os Munckers na Colônia de São Leopoldo, Rio Grande do Sul em 1876, o Contestado nos estados Paraná, Santa Catarina, já no século 20; textos históricos do marxismo; as comunidades populares criadas no terceiro mundo.

Como resistência o Movimento enfrentou relevantes desafios nesta região, foi sendo um movimento de caráter prático, assim como sua natureza refletia os reais desafios do mundo camponês no ecossistema da caatinga. Obedecia a um princípio geral, “para chegar à libertação completa, os povos oprimidos devem apoiar-se em primeiro lugar na sua própria luta...” (Mao-Tse-Tung).

O caminho pela luta de resistência dá um sentido novo à trajetória do Movimento. Por exemplo, as comunidades de Monte Santo assumiram práticas muito diferenciadas das comunidades de outras paróquias. Igual conotação política foi imprimida no resgate do Movimento Conselheirista. Os setores responsáveis pela intervenção armada no Belo Monte: fazendeiros, políticos, militares, clero, imprensa teriam distribuído muitos afagos acaso o resgate sugerisse a bandeira mistificadora do messianismo milenarista. Isso é, na sua discussão quanto na prática tivesse assumido um caráter místico burguês teria granjeado concordância com apoio econômico. Mas, ao colocar-se como movimento de questionamento às estruturas do passado-presente, obedecendo o modelo conselheirista da resistência à dominação, a resposta foi brutal. Essa característica “subversiva”, dita obediente ao clichê “comunista” se soma aquelas dificuldades de sobrevivência do Movimento, apontadas atrás. Acaso o Movimento se manifestasse como sinônimo de misticismo burguês como

se faz com as análises de Juazeiro, Contestado e tantos outros pelo país afora. Assim, seguindo a linha dos movimentos dos profetas, dos movimentos comunistas, dos movimentos operários, dos movimentos camponeses, o Movimento de Canudos paga um alto tributo. Não seria de se esperar resposta diferente. Eis o seu desafio: sobreviver sob os riscos desafiadores da história. Essa a sua grandeza. Da mesma forma como é rejeitado por setores da extrema direita fascista, com igual ânimo inspira os mais diversos setores da cultura, da inteligência brasileira. Desta forma o Movimento não só inspirou as lutas proletárias do país, como também obrigou cada setor da sociedade a se posicionar: ou permanecer como representantes de uma interpretação místico-burguesa ou se colocarem como representantes de uma causa libertária, progressista. A neutralidade neste caso virou piada grotesca. Ou alguém fica do lado do genocídio ou toma partido do lado dos camponeses condenados drasticamente àquela agressão sem sentido.

*10. Os frutos colhidos pela luta coletiva são o maior símbolo popular de resistência.
Do que você mais se orgulha como liderança desse movimento?*

O Movimento deu muitos passos importantes, chamou a atenção do país. Dado o seu caráter combativo, dentre tantas experiências no país, Dias Gomes escolheu as comunidades associadas ao Movimento de Canudos para retratar o Pagador de Promessas. Acerca da característica crítica da minissérie, disse Roberto Marinho “não mandei vocês ao Sertão pra fazer minissérie revolucionária”. A originalidade das comunidades fez jus a muitos elogios. Mas o passo mais definitivamente marcante para a história, foi arrancar o Belo Monte do fundo do açude do Cocorobó. Eis o fato mais emancipador. Se a intenção de encobrir a história com água revelou mais um ataque àquelas experiências, satisfazendo aos interesses dos algozes, o trabalho do resgate introduziu na cultura da sociedade mestiça esse tema, liberto de todo os artificios burgueses reacionários. Foi também um audacioso questionamento a cultura burguesa racista colonialista sequestrada pelo autor de “Os sertões”. O resgate do Bello Monte quer dizer: nós, os moradores do Sistema da Caatinga, coração do Nordeste, rejeitamos todas as formas de tratamento hostil, do Sul racista. O Bello Monte com sua gente cam-

ponesa representa tudo quanto o Sul do país não é capaz de sonhar. O Nordeste dá uma lição para os racistas do Sul. Da mesma forma como derrotamos na década de 1980 o carlismo na região de Monte Santo, agora salvamos o Brasil da Extrema Direita Fascista Terrorista com todo o seu cortejo de baixezas, de atraso, de conservadorismo. Na verdade, assim como derrotamos na década de 80 a demagogia, a corrupção camuflada, a transferência das riquezas do estado para as contas da família Magalhães. Agora temos mais uma conquista a mostrar: os quadrilheiros das milícias foram derrotados. O “mito das rachadinhas” da corrupção secreta, dos sigilos de 100 anos, da transferência da riqueza do país para os cofres da família Bolsonaro, adquirindo a exemplo, 107 imóveis caríssimos, 51 dos quais com dinheiro vivo, isto é, dinheiro de corrupção, numa família onde o trabalho nunca fez parte do cardápio produtivo. Desta vez a vitória foi magistral. Tem sabor dos eventos épicos das antigas eras heroicas. Esse gesto, esta reação dos nordestinos de tão elevada, passará a história com a qualificação dos mais gloriosos anseios do povo. Representa tudo quanto as nossas tradições, a nossa cultura elevada, as nossas artes, a nossa inteligência, apresenta de mais digno de mais libertador de nossas “grandes esperanças” (Charles Dickens).

Essa vitória, captada principalmente pelos nordestinos, não significa apenas o voto em defesa da democracia, o voto contra a fome, mas principalmente representa o voto aos deuses do candomblé, o voto às águas de Iemanjá, o voto fascinante do apelo às forças da matéria. Se o nosso apelo foi atendido, aquelas divindades ouviram o clamor de todos os oprimidos, ameaçados pelas ratazanas da extrema direita, encasteladas no Palácio do Planalto. Há de se tirar uma lição. Há de se selar um compromisso. Há de se pautar um slogan na nossa bandeira: o comprometimento de jurar pelos deuses para nunca mais cair na tentação de erguer o cadáver maldito do obscurantismo, do charlatanismo, da quinta essência do aleijão de todas as raças, de nunca mais apostar nas promessas de Mefistófeles, pois suas senhas satânicas só desejam demolir as forças mais vivas, mais progressistas da nação.

Sustentado num discurso grotesco de anticorrupção, só acatado por generais golpistas, comprados por altíssimos soldos como fez na Venezuela o golpista Hugo Chaves, o Sul principal apoiador do bolsonarismo, sente-se bem

representado por um casal homicida, onde até o avião da comitiva presidencial se tornou a nave oceânica para transporte de cocaína. Eis o mito da extrema direita golpista. O mito repulsivo das sociedades atuais.

O Nordeste não compactua com nazifascistas. O Nordeste não quer ser dirigido por psicopatas, cérebros doentios, despejando rajadas psicopatológicas sobre nossas criancinhas. Nossos ídolos, se isso é possível afirmar, tem rosto cristalino, tem formato humano, tal qual Irmã Dulce, sabe acolher o pobre, o humilde, o negro, o gay, a prostituta. Tal como Antônio Conselheiro sabe estender a mão, oferecendo-lhes casa, terra, dignidade as famílias camponesas. Da mesma forma tantos outros cultuaram a inteligência, a ciência, o progresso da sociedade, a bondade.

Há de se questionar, outra vez, como o Sul deu aval a um genocida, cujo resultado de seu governo consiste em cada dia ameaçar a sociedade com golpes? Quando o Sul deu aval a essa pregação grotesca, acatando todo esse esquema demolidor das florestas quanto da vida em troca de gordas benesses, se tornando coniventes com esse fascista. Como podem falar em corrupção colocando-se favorável a esta árvore demoníaca, acatando tudo calado, omissos, feito maniqueístas? O negacionismo, o desprezo pela ciência, a substituição da inteligência pelo engodo fundamentalista protestante – o maior golpe aplicado à história, é hoje tudo quanto o Sul pode oferecer às gerações futuras.

O Nordeste tem outra cultura. Aposta no samba, no frevo, nos atabaques, no baião, na bossa nova oriunda de Juazeiro-Bahia. Mais recentemente descobriu, lá no mais profundo dos cenários da caatinga, a felicidade: Alegria povo meu, pois Canudos não morreu, está vivo na união, tá na fé no coração, no coração. Descobriu o protesto: deixem-me viver, deixem-me falar, deixem-me crescer, deixem-me organizar. Reavivou os seus propósitos: Salve, salve Canudos, roga a Deus oh Maria, benze o povo e eleva, Cristo é seu guia. Eis os nossos ídolos. (trechos de canções de Enoque Oliveira).

11. Em sua avaliação quais os limites da luta acadêmica, da escola básica à universidade, em compreender que das lutas empreendidas em Belo Monte e no Movimento Popular e Histórico de Canudos, se pode abstrair lições para as nossas lutas do presente?

Os limites da ação acadêmica atual refletem tão somente uma percepção de declínio político educacional. Posto em discussão tal fenômeno, a dicotomia entre o mundo da ciência, da inteligência, versus o mundo do proletariado é flagrante. O quadro agrava-se muito mais quando o confronto envolve o mundo acadêmico frente a realidade camponesa. Nesse novo quadro a distância se torna ainda mais indesejável.

O retrocesso político no mundo acadêmico agravado recentemente é acachapante. As ideias avançadas, progressistas, pautadas no pensamento socialista, perdem cada vez mais espaço na atividade escolar. Educadores como Paulo Freire, Anísio Teixeira, Darci Ribeiro têm os seus nomes atacados, quando não espicaçados, ou mesmo extirpados da discussão acadêmica. Estamos diante de uma reviravolta pelo retrocesso.

Como, no momento, a universidade tem muito pouco a oferecer como inteligência destinada a transformação da sociedade burguesa, opressora, numa sociedade humanista pautada na democratização da terra, do capital, do conhecimento etc. O retrocesso é visível, reflete naturalmente o conservadorismo reacionário-burguês como marca decisiva dos tempos atuais.

A universidade, ao declinar de seu papel de vanguarda, na oferta de conhecimentos, na participação decisiva em prol das grandes questões brasileiras, ao ter participação insignificante na defesa da democracia defronte das arrancadas da extrema direita fascista passou a ser quase cooptada pelo extremismo burguês. Com um agravante perigosíssimo, se nos últimos anos a sociedade foi abalada pelo radicalismo conservador tornando-se claramente reacionária, guiada por amplos setores médios ou ricos, fanatizados pela pauta da extrema direita golpista, racista de característica nazifascista, o abismo entre o mundo dos proletários frente ao mundo acadêmico vai se alargando perigosamente, tornando quase impossível compreender ou não as lutas proletárias camponesas ou urbanas. Tal agravamento mostra de qual maneira a atividade escolar, na sua generalidade, persiste em ser elitista, desvinculada das grandes questões da sociedade onde pulula a força de trabalho proletária. O quadro acadêmico oferece o seguinte produto a quem precisa dele: a entrada na universidade pressupõe o afastamento da realidade concreta. Entronizados neste

recinto todos serão sustentados pela força de trabalho proletário, portanto serão convidados a afastar-se definitivamente de quem trabalha para sustentar a universidade pública, adquirindo conhecimento necessário para tornar-se serviçais das classes dirigentes. Diante desse perfil com qual percentagem de universitários as classes pobres poderão contar em sua defesa? Daí a dificuldade do engajamento nas lutas em prol do outro lado da sociedade. Como os dois movimentos apontados tem perfil desafiador não se poderá alimentar ilusões acerca dessas lutas. Tal entrave em nada reduz o valor quanto a grandeza desses movimentos. Finalmente quando a atividade escolar em toda a sua extensão voltar-se para as demandas da classe trabalhadora, superando a dicotomia atividade acadêmica versus a atividade de produção de capital, esses dois movimentos terão muito a ensinar às gerações atuais. A discussão está aberta, vamos aos fatos.

Recebido em 20 de novembro de 2022.

Aceito em 15 de dezembro de 2022.

ENTREVISTA: ARQUEÓLOGO PAULO EDUARDO ZANETTINI

Por Luiz Paulo Neiva

No início de 1986, o jovem arqueólogo Paulo Zanettini recebe uma ligação telefônica do Prof. e bioantropólogo Walter Neves, convidando-o a integrar a equipe do nascente Projeto Canudos, coordenado pelo Centro de Estudos Euclides da Cunha (CEEC), da UNEB. Inúmeros desafios lhe são postos para o alcance de um empreendimento largamente audacioso.

Fascinado, entabula rapidamente ideias e entendimentos com a coordenadora-arqueóloga Yara Dulce Athaíde e o antropólogo Renato Ferraz, responsáveis pela implementação do projeto e pela criação do Parque Estadual de Canudos, às margens do rio Vaza Barris.

Demorou pouco para em um fim de tarde, a bordo de um caiaque e na companhia do topógrafo José Rebouças, deslizarem sobre as águas do açude Cocorobó, seguido de um revigorante banho no Jorrinho, o bastante para tomar a decisão que mudaria a sua vida: “Vou trabalhar e morar em Canudos!”

Paulatinamente, Zanettini passou a desenvolver o trabalho mais sedutor de um jovem arqueólogo: escavar, escavar, escavar o chão para obter respostas e desvendar questões ainda obscuras sobre a Guerra de Canudos (1896-1897); juntou-se a tantos outros pesquisadores, notadamente Heloisa Kuser e Jorge Glauco Nascimento, em seguida Manoel Neto e José Carlos da Costa Pinheiro (Pinheirinho). No seu campo de atuação foi realizada uma significativa varredura arqueológica na zona de combate do Parque.

Esse extraordinário trabalho, interrompido em 1988, é retomado em 1996, graças ao convite que lhe fiz, então como diretor do CEEC, para sistematizar e editar os resultados anteriores. Assim feito, o livro é publicado e apresentado no Congresso de Arqueologia e História em Nova Orleans, USA, sob o título Arqueologia Histórica de Canudos (UNEB/CEEC, 1996).

Aproximava-se a celebração do centenário do massacre que deu epopéico fim à utopia conselheirista em Belo Monte. Novamente convidado pelo CEEC, Zanettini e uma equipe fantástica de pesquisadores voltam a

escavar o chão de Canudos, resultando em uma pesquisa valiosa publicada em *Arqueologia e Reconstituição Monumental do Parque Estadual de Canudos* (UNEB/CEEC, 2002).

Com tantos resultados exitosos, sobressai a necessidade imperiosa de Zanettini tornar a escavar, com a maestria que lhe consignou reconhecimento internacional, o solo sagrado onde se fundou a cidade e ocorreu a conflagração, para tentar responder a questões ainda emblemáticas acerca da charqueada de Canudos.

Luiz Paulo Neiva:

Em 1986 você foi convidado a integrar a equipe do CEEC/UNEB. A sua missão foi a de realizar um mapeamento arqueológico na área selecionada para a instalação do Parque Estadual de Canudos – uma zona de combate da guerra ali travada no final do séc. XIX em que as elites militares massacraram e mataram milhares de seguidores do beato Antônio Conselheiro. O que foi realizado? Quais foram os limites em relação ao planejado?

Paulo Eduardo Zanettini:

Em 1986 eu era um jovem pesquisador. Desenvolvia estudos arqueológicos na cidade de São Paulo. Trabalhava fundamentalmente com escavações em meio à metrópole, em zonas de importância histórica ou edificações antigas do período colonial. Deslocar meu olhar para Canudos foi um grande desafio pessoal e profissional naquele momento, porém foi uma decisão acertada que acabou por influir decisivamente na minha carreira e trajetória profissional no campo da Arqueologia Histórica.

Infelizmente, devido a diversos fatores, o projeto de implantação de um ecomuseu na caatinga acabou, por assim, postergado. Foi um grande baque, uma enorme frustração, justamente no momento em que se tornava possível o avanço da investigação, confrontar restos arqueológicos (e sua articulação com aquela paisagem), e a vasta literatura produzida a respeito da saga conselheirista. Entendia que o próximo passo seria agregar novas informações a respeito do processo de ocupação humana multimilenar ocorrida no sertão de Canudos na perspectiva braudeliana da Longa Duração, para além de temas relacionados ao

conflito e aspectos do cotidiano vivenciado no campo de batalha, foco da etapa inicial da pesquisa conduzida pela equipe de arqueologia do CEEC. Sentia a necessidade de abordar materialidades do antes e depois da guerra fratricida ocorrida entre 1996/97. Havia que conectar a área selecionada para a criação do parque histórico e seu entorno e, assim, histórias entrelaçadas.

Posicionado a meio caminho dos rios Itapicuru e São Francisco, o vale do Vaza Barris ocupou posição estratégica para os fluxos, deslocamentos e assentamento de sucessivos grupos indígenas ao longo do tempo (inclusive, levando à incorporação de indígenas às hostes conselheiristas, tema a ser aprofundado). Lado a lado dispersos pelo solo do parque nos deparávamos tanto com trincheiras, estojos e cápsulas de armamentos belgas e alemães transportados pelo Exército, como com utensílios de pedra lascada milenares ou até mesmo fósseis de coníferas ainda mais antigos, mapeados pelo paleontólogo da equipe, oferecendo *inputs* a respeito de um passado bastante extenso a ser igualmente conhecido sob a perspectiva da arqueologia, a merecer lugar no discurso museológico que era encetado, e incorporado às narrativas e circuitos de visitação que começavam a ser desenhados para aquele grande museu ao ar livre.

A ideia de um sertão ímpio e isolado recorrente nas grandes narrativas oficiais começava perder terreno. Louças e outros utensílios escavados, por exemplo, na Fazenda Velha e mesmo em outras residências de gente proeminente de Belo Monte (a salvo das águas) apontavam, por exemplo, na direção contrária daquilo que havia sido escrito. A tralha doméstica resgatada na Fazenda Velha acenava para uma ocupação duradoura da propriedade ao menos no decorrer de todo o século XIX, quiçá, recuando a fins do século XVIII. A história de que Conselheiro e sua gente haviam escolhido uma fazenda abandonada às margens do Vaza Barris para implantar Belo Monte ia se tornando menos verossímil.

Da mesma forma, o confronto de materiais arqueológicos, registros escritos e iconográficos passavam a fornecer *insights* para o diálogo entrecruzado com outras linhas interpretativas produzidas a respeito do movimento social a exemplo de Rui Facó, Maria Isaura Pereira de Queiróz, José Calazans, Robert Levine e outros tantos estudiosos importantes da história de Canudos.

Contrariamente à visão tradicional de uma Canudos divisada na literatura como um ponto isolado no sertão – distante do mundo letrado do litoral, entendíamos como necessário dilatar nosso olhar do ponto de vista geográfico, conferindo-lhe um espectro regional. Em última instância é possível afirmar que o território de Canudos se confundia com os limites da bacia hidrográfica do Vaza Barris. A articulação e conectividade numa escala regional foi certamente um dos fatores decisivos de sustentação para a instalação, crescimento e resistência oferecida ao golpe encetado pela República nascente. A oportunidade de trabalhar concomitantemente com documentos inéditos do Arquivo do Exército que eram microfilmados pelo CEEC permitia divisar canudenses atuando como informantes ou mesmo guias para as tropas regulares em vários pontos desse amplo território, dificultando o deslocamento, o cerco e abastecimento das tropas. Havia que evidenciar essa inteligência sertaneja de guerrear, fundada na larga experiência e conhecimento adquirido pelos sertanejos a respeito de seu bioma.

Por que Conselheiro e sua gente escolheram aquela porção exata do curso do Vaza Barris para fundar o arraial de Belo Monte após quase 20 anos de itinerância pelo sertão?

São várias as respostas, mas não foi por acaso que o movimento decidiu pela escolha daquela porção específica do Vaza Barris por se tratar da zona de maior probabilidade de armazenamento da água das chuvas conduzidas ao longo da bacia. Não há que discutir o simbolismo em torno do sepultamento de Canudos provocado pela construção do açude Cocorobó, mas estudos técnicos levaram à decisão de implantá-lo exatamente ali. Corroborava para essa afirmação a ruptura do barramento ocorrido após a finalização da barragem com a abrupta desocupação da cidade reconstruída após o final da guerra.

Outro aspecto importante a ser lembrado é a dificuldade em se investigar eventos e, sobretudo, lidar com memórias traumáticas. Definitivamente, quando cheguei em Canudos os antigos – protagonistas, sobreviventes e seus herdeiros eram bastante dosados ao expor sua visão a respeito, ainda mais, diante do regime de exceção no qual estávamos todos imersos por mais de duas décadas. Obviamente, o conjunto de iniciativas exitosas levadas a cabo pela Uneb mudaram significativamente esse quadro com o passar do tempo.

Luiz Paulo Neiva:

*É possível divisar o significado do Projeto Canudos levado a cabo pelo CEEC/UNEB no bojo do processo de abertura democrática. Os resultados da varredura arqueológica ficaram arquivados; somente 10 anos após, em 1996, você voltou à Bahia a convite da nova diretoria do CEEC para sistematizar os relatórios visando uma publicação. Assim sendo, foi editado o livro *Arqueologia Histórica de Canudos e você o lançou no Congresso de Arqueologia em Nova Orleans, USA.**

Paulo Eduardo Zanettini:

Posso afirmar categoricamente que a Universidade e seu Centro de Estudos (CEEC) estavam antenados com a contemporaneidade e o processo de democratização em curso, pois conceber trinta anos atrás um extenso programa, de natureza interdisciplinar, base participativa, de olho nos saberes sertanejos continua plenamente em voga nos dias atuais e para quem deseja contribuir com um projeto de futuro mais justo e equitativo para o país

Acredito que a semente lançada, aguardava a chegada das trovoadas para germinar.

Luiz Paulo Neiva:

Qual foi e tem sido o impacto dessa publicação?

Paulo Eduardo Zanettini:

Me lembro exatamente do dia em que recebi um telefonema entusiasmado do Prof. Luiz Paulo Neiva que assumia a Direção do CEEC e reunia elementos acerca das pesquisas desenvolvidas no final da década de 1980, envolvido na retomada das atividades do Centro e implantação do parque histórico em definitivo. Luís Paulo divisou a importância e necessidade de publicar o relatório apresentado ao CNPq. Como mais de uma década havia se passado, eu não nutria naquele momento esperança.

Porém, o relatório foi publicado, esgotando-se rapidamente. Com o passar do tempo, a publicação acabou por se constituir em referência importantes para a arqueologia histórica brasileira. Da mesma forma, a mídia abriu um grande espaço para a divulgação das pesquisas.

Não levei adiante Canudos como tema de minha formação acadêmica, mas é impressionante como são recorrentes os convites que recebo para falar a respeito dessa experiência ímpar junto a universidades de todo o país passados tantos anos.

Luiz Paulo Neiva:

*Em 1999, o CEEC com o financiamento do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CADCT), atual Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), retomou as pesquisas arqueológicas, sob a sua coordenação técnica, aproveitando-se do rebaixamento de 97% das águas do açude Cocorobó. Uma equipe de 40 integrantes, entre arqueólogos, historiadores, antropólogos, agrônomos, técnicos e apoio de campo. Desta pesquisa obteve-se dois grandes resultados práticos: a) montagem do Museu Arqueológico, no Memorial Antônio Conselheiro que integra hoje o Campus Avançado de Canudos/UNEB, com os principais achados recolhidos das investigações e b) elaboração e publicação do livro *Arqueologia e Reconstituição Monumental do Parque Estadual de Canudos* foi e tem sido o impacto dessa publicação?*

Paulo Eduardo Zanettini:

A reaproximação com a Universidade após a publicação do relatório da década de 1980 e as ações desencadeadas pelo CEEC rumo à implantação do parque acabaram me levando de volta a Canudos. Dos diálogos travados com Luiz Paulo e equipe no parque surgiu a demanda pela realização de um diagnóstico a respeito do estado de conservação dos bens arqueológicos registrados após mais de uma década, cabendo evidenciar que os sítios e estruturas arqueológicas relacionados à guerra apresentam, via de regra, um contexto de deposição superficial, muitas vezes bastante sutis na paisagem, bastante frágeis.

No decorrer desse processo, assistimos ao rebaixamento do nível de água do açude e a oportunidade de adentrar à cidadela destruída (pela guerra e pelo açude), cujos vestígios eu havia tateado mergulhando em 1986. Essa situação se revestiu numa oportunidade única de lançar olhares sobre a urbanidade de Canudos.

E a oportunidade de obter uma visão concreta a respeito de sua estrutura e morfologia com sua praça central marcadas pelas duas igrejas faceadas, e seu cruzeiro palanque (marca registrada do arquiteto Conselheiro),

permitindo um contraponto interessante com a iconografia gerada pelos “vencedores”. a respeito da Tróia de Barro e Palha. Pudemos divisar com bastante propriedade alguns aspectos do cotidiano de vida dos canudenses e a capacidade arregimentadora de Antonio Vicente Mendes Maciel (rábula, construtor de açudes e cemitérios sertão afora).

Luiz Paulo Neiva:

Fale-nos dos princípios metodológicos adotados e o que representou e representa para Canudos essa pesquisa.

“Os objetos se bem perguntados falam”

Paulo Eduardo Zanettini:

Falam sim, se bem perguntados! E de forma mais democrática que os registros escritos.

Escrevi um pequeno artigo intitulado “Por uma Arqueologia de Canudos e dos Brasileiros Ilustrados”, onde evidenciava com base na experiência vivida em Canudos a importância da Arqueologia ater-se com afinco sobre nossa história recente e daqueles que não puderam por diversos motivos deixarem registradas suas memórias, perspectiva que congrega hoje uma quantidade significativa de arqueólogos no Brasil e em outras partes do mundo, por vezes, prenunciadas ou tateadas na experiência que vivenciei em Canudos.

A arqueologia, de um modo geral, mudou muito no decorrer das últimas décadas, dilatando seus olhares, interpretações e, conseqüentemente, seus objetos de pesquisa. Da mesma forma, rompeu com os grilhões e amarras temporais às quais se viu presa, avançando cronologicamente em direção ao mundo contemporâneo no qual nos encontramos imersos: assim repressão e violência política, desastres ambientais, poluição, a diáspora africana, comunidades tradicionais (quilombolas, ribeirinhos, por ex) e os efeitos da globalização passaram a constituir algumas das temáticas enfrentadas pelos pesquisadores na atualidade. Grupos invisibilizados ou escamoteados das grandes narrativas oficiais e registros escritos passaram igualmente a ganhar “lugar na história”, da mesma forma que arqueólogos há muito o fazem em relação às inúmeras sociedades e culturas indígenas milenares que coabitaram o território brasileiro.

Como pontou Stovel em 2005, esta talvez seja uma das maiores contribuições da chamada Arqueologia Histórica para as histórias das Américas, proporcionando imagens alternativas para o reexame e construção de identidades nacionais, distintas daquelas oferecidas pela história oficial no mundo globalizado.

O que faltou perguntar aos objetos?

O Parque possui hoje uma infraestrutura mais adequada e além de um equipado laboratório de arqueologia no Memorial Antônio Conselheiro.

Novos tempos, novos questionamentos e novas perguntas devem ser feitas a este acervo e aqueles que poderão ser incorporados ao Memorial com novas investigações na região. Seria, permitindo revisitar com maior profundidade algumas hipóteses delineadas há décadas. O semiárido guarda uma gigantesca história multimilenar e há muito o que escrever a respeito do nosso (s) sertão (ões) que vem conhecendo grandes transformações, com nítidos efeitos nos modos de vidas das populações que habitam o semiárido brasileiro (ainda um nosso grande desconhecido). Com a infraestrutura criada pela Uneb, hoje a pesquisa fica bem mais facilitada. É grande minha vontade de retomar as pesquisas por lá...

Que urge dar continuidade ao Projeto Arqueologia e Reconstituição Monumental do Parque Estadual de Canudos?

Luiz Paulo Neiva:

Em conversa recente por telefone você mencionou a noção de uma “arqueologia da vida”, em vez de uma “arqueologia da morte” em relação às escavações de Canudos.

Paulo Eduardo Zanettini:

Essa foi uma transformação por assim dizer epistêmica que o processo me proporcionou. Na década de 1980 foram mapeados e estudados, em grande parte, trincheiras, armamentos, sepultamentos e outras estruturas relacionadas ao conflito propriamente dito. Estávamos fundamentalmente reconhecendo a área do parque, território canudense tomado paulatinamente pelo exército. Anos depois ao adentrarmos à cidadela destruída, tivemos a oportunidade de nos aproximar dos cidadãos de Canudos e seu cotidiano de vida, aquilo que acabei chamando de arqueologia da vida em Canudos.

Luiz Paulo Neiva:

Poderia explicar melhor essa noção de arqueologia?

Com a oferta atual de uma turma de doutorado em Crítica Cultural, no Campus Avançado de Canudos, em parceria com o DLLARTES, do Campus II de Alagoinhas, além de um programa de Pós-Graduação stricto sensu, próprio, em 2026, viamos também a criação de um Departamento de Estudos Culturais em Canudos.

Paulo Eduardo Zanettini:

Impossível imaginar na década de 1980 uma estrutura como essa. Dessa forma, a Universidade conta com muitos ingredientes para levar adiante esse projeto e por que não adicionar a ele novamente a arqueologia de forma consistente?

Luiz Paulo Neiva:

Qual o lugar e configuração de um curso de graduação em Arqueologia em Canudos?

Paulo Eduardo Zanettini:

A Uneb já conta com um curso, laboratórios e reservas em diversos campus, bem como pesquisadores atuando. Assim, pensar uma graduação em Canudos exigirá congregar esses elementos. Adoraria ver isso acontecer. Temos, inclusive, uma arqueóloga natural de Canudos.

Luiz Paulo Neiva:

Você poderia nos indicar algumas fontes e instituições para pensarmos a pesquisa arqueológica no âmbito do turismo cultural e científico?

Paulo Eduardo Zanettini:

Essa é uma das pautas da contemporaneidade. Articular preservação de recursos arqueológicos e seu uso público é desejável e um caminho bastante profícuo, que demanda, entretanto, muito planejamento e investimento em conservação. Não muito distante de Canudos temos o Parque Nacional da Serra da Capivara, Patrimônio Nacional reconhecido mundialmente. A par de crí-

ticas que podem ser feitas, a arqueóloga Niéde Guidon e equipe conseguiram implantar em São Raimundo Nonato uma estrutura fantástica que é o nosso grande exemplo nesse sentido. Em 1986, era esse o meu referencial, para pensar o Parque Estadual de Canudos. Hoje ele é uma realidade. Outra iniciativa interessante que se valeu da arqueologia como ponto de partida é o Memorial do Homem Kariri, no Ceará com realizações incríveis em favor da comunidade.

Hoje, Canudos conta com vias asfaltadas e atrativos, embora acredite que seja necessário aprimorar sua estrutura de receptivo, porém, reúne elementos concretos para transformá-la em destino cultural e científico de grande significância no cenário nacional.

Recebido em 20 de novembro de 2022.

Aceito em 15 de dezembro de 2022.

BETTO, Frei. *Jesus militante: Evangelho e projeto político do Reino de Deus*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2022.

Adilma Nunes Rocha¹
Otávio de Jesus Assis²

Quem se propuser a aventura de ler *Jesus militante: Evangelho e projeto político do Reino de Deus*, de Frei Betto, começando pela orelha do livro, vai deparar com a seguinte declaração do autor: “Escrevi Jesus militante a partir das minhas convicções sobre a missão do Filho do Homem”. Esta frase já nos remete ao que Frei Betto talvez faça de melhor, ou seja, traduzir e interpretar as coisas do nosso tempo, cotejando-as com as de outros tempos, como aquele em que Jesus Cristo viveu. É sempre uma leitura instigante, motivadora e fundamentalmente crítica, daí porque não é impróprio falar em aventura. Ele afirma, no final da orelha, esperar que o livro possa suscitar nos leitores e leitoras a esperança e o vigor, como do Jesus militante. Isso corrobora o que afirmamos.

Antes de avançar no texto de Frei Beto, é pertinente em breves palavras discorrer sobre os signos “Jesus” e “militante”.

A palavra *Jesus* é a forma latina do grego *Iesus*, que por sua vez é a transliteração do hebraico *Jeshua*, ou *Joshua*, ou também *Jehoshua*, que significa “Yahweh é salvação”³. O significado mais atribuído ao nome é Salvador. Portanto, o Jesus que se tornou referência universal de religiosidade é entendido como aquele cuja missão fora salvar a humanidade, como imediato e poderoso representante divino entre os homens. É esta crença que vai originar a formação das primeiras comunidades denominadas de cristãs e daí por diante estabelecer futuras religiões fundamentadas na figura ou no signo Jesus Cristo.

Quanto ao vocábulo militante, pode ser interpretado como tratar-se daquele que se dispõe a pugnar por uma causa, participando ativamente de movimentos diversos políticos ou institucionais em razão desta. A participação em tais movimentos, por sua vez, remete ao que se convencionou chamar de ideologia, ou seja, participa-se em algum movimento de natureza coletiva

¹ Professora da Uneb, DCHT XXI, Campus de Ipiaú, doutoranda do Programa Litcult da UFBA.

² Professor da Uneb, DCHT XXI, Campus de Ipiaú, doutorando do Programa Pós-Crítica da Uneb.

³ Há explicação mais extensa sobre o assunto disponível em <https://www.institutojacksondefigueiredo.org/enciclopedia-catolica/ec-diversos/oriagem-do-nome-de-jesus-cristo>.

porque há nele um conjunto de ideias com as quais o indivíduo se afina e nas quais acredita, daí estabelece uma militância. É sobre esses signos que o autor tece e apresenta uma análise que nos lança em uma discussão, que se não é necessariamente nova, nem por isso deixar de ser provocadora e de relevância.

Embora seja um nome bastante conhecido no meio intelectual e religioso, é de bom alvitre falar um pouco sobre quem é Frei Betto, inclusive para que se possa compreender a natureza da sua escrita e das suas ideias.

Carlos Alberto Libânio Christo é um frade dominicano mineiro, que traz em sua vida dois signos muito importantes: a militância e a escrita, fundidos em sua ação política. Filho de um jornalista e de uma escritora, tornou-se religioso dominicano em 1966, adepto da Teologia da Libertação, militando em movimentos pastorais e sociais. Por ter uma atuação política contundente, foi preso-político na ditadura militar, e na prisão escreveu suas experiências, publicadas posteriormente.

Na condição de militante, atuou como dirigente nacional da Juventude Estudantil Católica (Juc) em 1962 e trabalhou na construção das Comunidades Eclesiais de Base na Arquidiocese de Vitória (ES), após a prisão no período da ditadura militar, na década de 1970. Foi assessor da Pastoral Operária na região de São Bernardo do Campo, na década de 1980; assessor especial da Presidência da República, no primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e coordenador de Mobilização Social do programa Fome Zero, nos anos 2000. Assessorou, ainda, governos socialistas nas relações Igreja-Estado, a exemplo do governo de Cuba.

Como escritor, produziu obras em diferentes gêneros e para diferentes públicos, dos quais podemos destacar: *Hotel Brasil: o mistério das cabeças degoladas* (editora, 1999), *Tom vermelho do verde* (Rocco, 2022), ficção para adultos; *Uala, o amor* (FTD, 1991), *Alucinado som de tuba* (Ática, 1993) e *O vencedor* (Ática, 1996), na literatura infanto-juvenil; as memórias *Carta de Prisão* (Agir, 1977), *Batismo de sangue* (Rocco, 2000), *Diário de Fernando – nos cárceres da ditadura militar brasileira* (Rocco, 2009), *Alfabetto: autobiografia escolar* (Ática, 2002) e *A mosca azul* (Rocco, 2006). Além destas, escreveu obras que descortinam a vida de Jesus Cristo, como *Entre todos os homens* (Ática,

1997), *Um Deus muito humano: um novo olhar sobre Jesus* (Fontanar, 2015) e *Jesus Militante: evangelho e projeto político do reino de Deus* (Vozes, 2022).

Em razão da profusão e qualidade dos seus escritos, foi laureado com diversos prêmios literários: Prêmio Jabuti em 1982, com *Batismo de sangue* e em 2005 com *Típicos tipos – perfis literários*; prêmio de melhor obra infanto-juvenil da Associação Paulista de Críticos, com *A noite em que nasceu Jesus* (Vozes, 1998). Também foi premiado como intelectual e ativista com o Prêmio de Direitos Humanos da Fundação Bruno Kreisky em 1987; prêmio Paolo E. Borsellini, na Itália, a Medalha Chico Mendes de Resistência, concedida pelo Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro e o Prêmio CREA/RJ de Meio Ambiente em 1998; Troféu Paulo Freire de Compromisso Social e Medalha da Solidariedade do governo cubano em 2000.

Uma das suas mais recentes publicações é *Jesus Militante: evangelho e projeto político do reino de Deus* (Vozes, 2022). Trata-se de uma leitura política e histórica de um dos homens mais emblemáticos da história da humanidade, tendo por base o contexto sociocultural em que viveu. Para isso, toma como objeto de detalhada leitura o primeiro dos evangelhos, o de São Marcos, escrito trinta anos após a ressurreição de Jesus Cristo, a partir de fatos colhidos da tradição oral e, como afirma o autor, narrado pela ótica dos vencidos. Apoiar-se também em estudiosos desta obra e da teologia, de modo geral, como Leonardo Boff, contudo, deixa claro sua pretensão de não trazer uma verdade impositiva, mas uma experiência de fé e sentido de vida: “Tento espelhar, nessas páginas, a minha visão de Jesus, consubstanciada em minha fé e que inspira, há mais de seis décadas, minha atividade de militante social, pastoral e político” (BETTO, 2022, p. 10). Na esteira desse posicionamento, declara que o aprofundamento de sua própria fé se dá numa busca ao chamado Jesus histórico, e ao elaborar considerações sobre o convencimento que se lhe toma ao aproximar-se, por meio de suas pesquisas, da vida real de Jesus Cristo e do contexto em que ocorreu sua crucificação, deixa transparecer o impacto que essa historicidade plenamente humana lhe causa, a ponto de finalizar o pensamento valendo-se de Boff⁴ (1978): “Humano assim como ele só poderia ser mesmo Deus.”

⁴ BOFF, Leonardo. Paixão de Cristo, paixão do mundo. Petrópolis: Vozes, 1978.

Para desvendar-nos este Jesus histórico e político, signos são destacados na elaboração de uma outra tecitura semântica que muito nos aproxima da compreensão da nossa contemporaneidade latinoamericana, numa aventura calcada no engendramento do contemporâneo de diferentes tempos, o que por sua vez leva-nos a conhecer melhor o Jesus Nazareno. Por contemporâneo, pegamos de empréstimo as ideias de Agamben⁵, compreendendo-o como capacidade de recuarmos ao passado para daí lançarmos luz para o presente e buscar construir um outro futuro.

Tal metodologia de análise que se conecta com o contemporâneo é tríplice: primeiramente tem-se a abordagem de Marcos, o evangelista, que vivendo no período posterior à ressurreição, traz sua narrativa em consonância com textos do Primeiro Testamento, a exemplo dos livros do Êxodo, Malaquias e Isaías, para clarear a compreensão da figura de Jesus no período de produção destes textos, “o que realça o encadeamento dos fatos na manifestação de Deus na história humana” (BETTO, 2022, p. 15). Em seguida, apoiando-se nestes escritos, Frei Betto contextualiza os fatos histórica e culturalmente, no período dos acontecimentos neles apontados, ampliando a compreensão da cultura dos judeus e sua relação com o domínio romano, como também relaciona a conjuntura daquele momento com a do nosso tempo, a fim de tornar nossa leitura mais consistente; e por fim, tal tecitura provoca um afastamento de nós mesmos no sentido de uma aproximação mais empoderada de Jesus, em seu tempo e espaço, para daí entendermos o nosso próprio tempo e espaço e repensarmos o nosso dever.

Assim, nos dezesseis capítulos da obra freibettiana, revisitamos a narrativa de Marcos sobre a vida de Jesus Nazareno, que também é dividida em dezesseis capítulos, constituindo-se no mais curto dos evangelhos, contudo o mais antigo deles e que serviu de referência para os outros três sinóticos (de Mateus, Lucas e João). É uma viagem que se inicia desde o momento em que Jesus decide ser militante do reino de Deus (a partir do batismo de João Batista) e segue na direção de sua reflexão sobre tal atitude (o retiro no deserto),

⁵ AGAMBEN, Giorgio. O que é o contemporâneo. In: AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo e outros ensaios*. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2013. p. 55-73.

passa pela composição do grupo de discípulos para o movimento social messiânico que trouxe o projeto político do Reino de Deus; prossegue nas várias viagens para a preparação do grupo visando à formação comunitária do futuro apostolado, com o objetivo de promover a pregação da palavra e a ressignificação do sentido da vida; vai pelo caminho rumo aos enfrentamentos com a elite religiosa e política, até o momento da prisão e crucificação, para enfim, encerrar-se com o relato da ressurreição, que por divergir no estilo da escrita, possivelmente não teria sido escrito por Marcos, como afirma Frei Betto.

O Jesus Militante é apresentado à sua missão por João Batista, profeta que foge das determinações das tradições (não ser sacerdote do templo como o pai e muito menos monge essencialista fundamentalista) para militar por uma possível religião que aboliu o centro (Jerusalém/classe sacerdotal) em busca da periferia (regiões distantes e carentes/povo). A ocorrência fundamental apontada pelo autor é um deslocamento de posição, uma destecitura do olhar. Poder-se-ia dizer tratar-se de um movimento de contraposição desestruturante, uma vez que há um rompimento com a tradição elitista – que nada mais era do que uma forma de manutenção do poder pelas classes dominantes – em favor de uma opção pelos grupos preteridos e colocados à margem.

Dois signos são destecidos de forma contundente pelo autor. O primeiro é o que trabalha a ideia de pecado. Para ele “pecar é escolher a si mesmo em detrimento do outro ou dos outros” (BETTO, 2022, p. 24), sendo o problema não exatamente a escolha de si, mas o ato de colocar em prioridade os interesses individuais em detrimento de tantos outros coletivos, o que provoca exclusões e injustiças no campo social. O segundo é a concepção do Reino de Deus como algo temporalmente próximo, quando por reino se entendia a dominação de um povo por um outro povo estrangeiro, que contava com apoio das elites religiosas e políticas locais, para dominar e explorar e, desse modo, concretizar a busca de poder e acumulação, movimento que não se dá sem princípios de crueldade. O Reino de Deus é outro reino, possível terrenamente, diferente do lugar da transcendência onde se acredita que se habitará espiritualmente após a morte, pensamento este massificado há milênios. É na verdade, segundo Betto (2022, p. 26), “uma proposta política revestida em linguagem religiosa.”

A ideia que traz uma potência de ruptura nesse caso é a de tratar-se de um império, conforme a raiz grega da palavra, que não é um lugar, mas um novo pensar e atuar onde impera “o amor nas relações pessoais, e a partilha de bens nas relações sociais” (BETTO, 2022, p. 27). É um novo projeto de sociedade, um projeto político civilizatório sem opressores e oprimidos, muito diferente das ditaduras inventadas e reinventadas pelos homens nestes milênios de existência da humanidade. Ocorre, assim, uma dicotomia entre os esforços de resistência e sobrevivência de uma maioria e o *modus operandi* dos impérios econômicos, que buscam novas formas de explorar e espoliar.

Tal projeto político civilizatório tem como marco a humanidade de Jesus, filho de Deus, que viveu a mesma condição do ser humano, com empatia a amigos próximos e a pessoas oprimidas, com indiferença a poderosos, exploradores e opressores; com compaixão pelos pecadores arrependidos, com cólera ante os capitalistas da fé. Ele chorou pela morte do amigo, fez autocrítica mediante o pedido de ajuda de uma mãe para sua filha, teve medo no momento mais difícil de sua vida e quis desistir de sua missão. Jesus foi humano como qualquer outro, exceto no pecado, e buscou exaltar a existência de todos, independente da etnia, da crença, do gênero, da classe social. E dessa forma ele prova que “A divindade não é o oposto do humano, é a sua plenitude. Quanto mais humana é uma pessoa, mas próxima ela se encontra de sua condição de filha de Deus” (BETTO, 2022, p. 35).

O descentramento é o principal mecanismo deste projeto: leis de pureza que excluam o povo das bênçãos e monopolizavam a figura de Deus apenas para a elite religiosa e econômica são questionadas (a exclusão de doentes, cegos, surdos, mudos, deficientes físicos e mentais e a discriminação das mulheres são práticas injustificáveis); instituições canônicas são desconstruídas (o templo de Deus não é as construções suntuosas, mas sim o ser humano respeitado em sua humanidade). Ao colocar o humano e o divino numa posição de simetria, lançando reflexos de alcance social, desmitificando as leis dogmáticas impostas à sociedade, esse Jesus militante desconstrói falsas verdades. Vale dizer que não se trata de uma negação do princípio da fé nem da ideia de Deus, mas de uma nova forma de enxergar, interpretar e viver valores que não excluem o humano em nome do divino, nem substituem o divino pelo humano.

A essência da nova proposta civilizatória é o princípio da vida acima do sagrado, entendendo-se esta mesma vida como uma derivação desse sagrado. Vislumbra-se um sistema de vida que inclui a todos, em oposição ao sistema de morte que tem na Lei da Pureza sua preservação, beneficiando apenas a quem era a favor do sistema dominante. Ora, a apropriação desta lei pelos fariseus e os teólogos da época (doutores da Lei, como eram conhecidos) representava um meio de dominação, manutenção de poder e preservação de conveniências, o que, inclusive, garantia a essas elites alguns privilégios e concessões junto aos invasores estrangeiros, neste caso os romanos.

O projeto a centralizar a consciência do Jesus militante era o de fazer com que as pessoas da sociedade do seu tempo e do seu lugar, submetidas àquelas circunstâncias históricas determinadas pela opressão e exclusão, condicionadas pelo discurso falaciosamente dogmático dos doutores da Lei, pudessem compreender que as leis servem para organizar a sociedade em favor das pessoas e não o contrário. O evangelista Marcos⁶ narra uma passagem muitíssimo interessante quanto à visão de Jesus ante os dogmas e aos que a eles se apegavam, traduzida numa postura clara e firme sobre quais valores realmente devem ser colocados em evidência e em favor de quem. Na aludida passagem Jesus Cristo apresenta o fundamento para destacar a centralidade do homem na sociedade, em meio suas regras e convenções, e ele o faz declarando que a Lei foi feita para o homem e não o contrário.

Para a compreensão deste projeto, Jesus pregava por meio de parábolas e dava exemplos mediante suas ações. Com as parábolas ele tecia, por meio dos signos da cultura cotidiana, a esperança. Não à toa faz uso de verbos como *semear* e *pescar* e de substantivos como *sal* e *luz*. Estas palavras são signos que remetem a uma ação/condição a ser exercida pelo próprio ser humano, que ao fazê-la, sendo ele (homem) signo em si mesmo, movimenta-se numa perspectiva de ressignificação de si e do meio, chegando, pois, a uma transformação. Daí temos: semear a terra é preparar o coração para a aceitação do Reino de Deus; pescar significa reunir homens, trazer aliados para o novo sistema de vida; ter

⁶ A passagem bíblica referida está integralmente no Evangelho segundo Marcos, capítulo 2, versículos 23 a 28.

ou ser sal é dar sabor à vida, conservando-a da melhor maneira possível em pensamento e ação, ou em outras palavras, formas de ver o mundo e agir solidariamente sobre ele; ser luz é inspirar outras formas de significar o mundo, apontando possibilidades de instaurar propostas coletivas como potência estruturante de uma nova sociedade, contraposta ao individualismo excludente. Por meio das suas próprias ações Jesus resgata quem estava nas margens, cura endemoniados e doentes, perdoa pecadores. Tudo isso mostrando o protagonismo do sujeito mediante a sua fé, que se estende para além do imediato e individual e busca o coletivo, num devir que ressignifica a sociedade e o tempo.

Ao chegar nesse ponto, mais dois signos são ressignificados por Frei Betto: *milagre* e *oração* são eles. Então vejamos: O milagre não é um ato de mágica, trata-se do “poder divino de alterar o rumo natural das coisas. Esse poder age sobretudo no coração humano” (BETTO, 2022, p. 80), revitalizando algo já existente. A oração não é tão somente um monólogo direcionado a Deus, é antes de qualquer coisa, “aprender a crer na transformação de si e do mundo, transformação que, empiricamente parece impossível[...]” (BETTO, 2022, p. 157).

No caminho dessas reflexões, chegamos a um tema fulcral ressaltado por Marcos e apontado por Frei Betto: Jesus não pode ser visto como um mero reformador religioso. De acordo com Betto (2022, p. 161), ele veio “[...] descongelar, deselitizar e oxigenar as tradições judaicas, representadas pelo Templo.” Uma vez que não se tratava apenas de um lugar destinado ao culto, pois “era o coração político e econômico da sociedade judaica e uma instituição fundada na ordem imperial[...]” (*Ibid.* p. 161), acabava por manter o status quo dominante, tanto da elite religiosa como do dominador estrangeiro.

Se por um lado, Jesus nega a tradição seletiva, excludente, desumana, travestida em leis antigas que já não se sustentavam, por outro, ele revigora a tradição da esperança, da boa nova de tempos outros possíveis, com outras práticas de viver, por isso o evangelista retoma as previsões dos profetas do passado que são confirmadas nas ações de Jesus.

Toda essa ação política caracteriza-se por valorizar a vida em todos e para todos, contrapondo-se ao sistema dominante excludente. Exatamente por confrontar este sistema, foi que se deu o engendramento da morte de Jesus,

uma morte que não findou, todavia, o projeto civilizatório do Reino de Deus, e, muito pelo contrário, tornou-o ainda mais resistente, resiliente, longo e desafiador à medida que o grupo de apóstolos se lançou ao mundo, abrindo as portas desse Reino para além das fronteiras geográficas, tornando-o universal e acessível a todos os que nele quisessem se encontrar.

É preciso considerar, contudo, que superar o primeiro momento de ausência de Jesus não foi fácil, pois o medo da morte levou os discípulos ao imediato abandono e à negação de um projeto no qual se engajaram e viram-se representados, ainda que posteriormente e sob alguma contradição. Vale lembrar, estes são os mesmos Discípulos que durante o processo de formação comunitário com o próprio Jesus não compreendiam nem a proposta (o reino de Deus é para incluir todos, sem distinção, e não para instaurar no poder somente alguns) nem a filosofia do projeto (servir a todos na partilha da vida). Neste momento, uma outra inclusão tornou-se salutar: a inclusão das mulheres – consideradas inferiores e objetos sem voz na sociedade machista e patriarcal que as invisibilizavam. Embora a subalternização imposta lhes relegasse a uma condição de inferioridade e opressão, foram elas que acompanharam Cristo até ao Calvário, não o abandonaram nos últimos momentos na cruz, não aceitaram a não realização dos ritos funerários e cuidaram seu do corpo já sepultado. É importante e significativo notar que a elas foi confiada a notícia da ressurreição e com isso, ao visibilizar a presença e ação femininas, temos uma revolução cultural integrada a esse projeto maior que Jesus veio propor.

Na história da humanidade tantas outras Marias, Madalenas, Martas e Salomé, em diferentes culturas e épocas, lutaram pelo direito à vida, e vida plenamente, e foram leais nos calvários sociais, tanto quanto foram resistentes aos sepulcros do sistema patriarcal, capitalista, ariano, intolerante que não quer deixar a vida ressurgir.

Em *Jesus militante: Evangelho e projeto político do Reino de Deus*, Frei Betto faz uma tradução cultural, histórica e política de um texto bíblico que sempre é lido dentro das fronteiras do conservadorismo dogmático, levando a uma visão fechada e a uma interpretação centrada numa imagem de Cristo transcendente e celeste, sendo alcançado apenas no pós-vida.

Como traduzir é fazer transitar, destecendo significados e fazendo emergir sentidos, levando o texto a um estado de movência, o autor diseca o significado histórico e cultural dos fatos e atos narrados no evangelho de Marcos, propiciando a atualização do seu significado e à construção do sentido em muitas militâncias outras por meio de pontes culturais onde as experiências se encontram. Assim, Jesus Militante torna-se contemporâneo nosso com sua proposta política civilizatória atualizada em Marthin Luter King, Gandhi, Antônio Conselheiro, Madre Tereza de Calcutá, Zumbi dos Palmares entre tantos outros que tomaram o partido dos excluídos e defenderam o sistema de vida digna para todos. Parece-nos um projeto inacabado e contínuo, mais ou menos na linha do que seria a revolução permanente de Trotsky e Guevara e, principalmente, revestido da condição de um projeto que exige consciência da necessidade de descentramento e deslocamento dos sujeitos em seus espaços e culturas, nos quais as mobilizações de espectro coletivo ganham ampla e fundamental relevância, vez que operam como políticas de resistência numa perspectiva potencialmente subversora e emancipatória, portanto, transformadora.

É bem verdade que a sociedade daquela época apresenta peculiaridades que não podem ser colocadas em patamar de igualdade com os contextos contemporâneos, mas isso não impede que as similitudes sejam levantadas e comparadas, para, ao final, levar a uma condição de atualização. Se o tempo, as pessoas e meios são diferentes, as ideais de poder e hegemonização político-sociais são muito semelhantes.

Ao final do texto, temos não uma impressão, mas uma constatação de que em *Jesus militante* José Carlos Libânio ou Frei Betto, como é mais comum a ele referir-se, exerce um discurso num lugar de fala que lhe é bem apropriado. Ele não coincide simplesmente, em termos teóricos, com o que analisa como um projeto apresentado pelo Jesus histórico que lhe desperta a curiosidade do pesquisador. Em verdade, o autor identifica-se com tal projeto, pois que, a exemplo deste mesmo Jesus histórico, é um militante que vê as causas populares como um campo de disputa, não para concentração do poder, mas para descentrá-lo e colocá-lo sob outra potência, uma potência mais criativa, autônoma, democrática, solidária e, assim, libertária.

Um dos elementos que podem evocar essa visão sobre a natureza desse projeto potencialmente libertário está retratado na interpretação que o autor põe em evidência na última parte do livro, ao declarar que Marcos no capítulo 16 do Evangelho por ele escrito, executa o que chama de verdadeira revolução cultural. Diz, então, o autor em complementação: “Marcos ou o pseudo-Marcos opera aqui uma verdadeira revolução cultural. Aos três líderes do Grupo dos Doze – Pedro, Tiago e João – ele contrapõe três mulheres: Madalena, Maria e Salomé (BETTO, 2022, p. 177).

Há que se ressaltar que no tempo presente as questões culturais têm ganhado relevo tanto pelo viés do conservadorismo que tenta impor pautas morais (melhor seria dizer falso moralistas) como uma forma disfarçada de manutenção do status quo, quanto pelo dos movimentos que buscam resilientemente resistir as essas mesmas pautas e avançar na construção de outros modos mais solidários de vivência política e social. Nisso também há uma simetria entre o que o autor aponta como sendo o contexto em que Jesus viveu e atuou e o tempo de agora, notoriamente marcado por movimentos que colocam o capital, em suas diversas facetas, sobreposto ao que é coletivo e à própria ideia de humanidade, tomada aqui esta palavra como representação daquilo que coloca mulheres e homens na perspectiva de signos representativos de uma relação que precisa ser harmônica e equilibrada. Daí ser este trabalho de Frei Betto, a um só tempo, profundamente histórico e atual.

Trata-se de uma obra fundamental tanto na perspectiva cultural da resignificação da linguagem, quanto na perspectiva histórica de como entender a religiosidade em favor da vida e não a abandonar por meio de cânones e segregações. Lutar pela vida, conhecendo e respeitando as performances de viver é ser militante; viver o processo no coletivo, como Jesus fez, diferente dos fundamentalismos religiosos atuais que, impõem imagens e padrões de ser e viver, é ser militante; buscar conceber uma nova ordem social calcada na solidariedade e no intercâmbio de saberes e valores que se complementam em lugar de se anularem ou excluírem, é ser militante. A

própria leitura das obras de Frei de Betto, especialmente desse, *Jesus militante: evangelho e projeto político do reino de Deus* acaba por ser um convite ao exercício da nossa militância.

Recebido em 20 de novembro de 2022.

Aceito em 15 de dezembro de 2022.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Leopoldo M. Bernucci

Possui doutorado em literatura hispano-americana e língua espanhola pela University of Michigan, Ann Arbor, EUA (1986). Atualmente é professor, pesquisador e titular da cátedra The Russell F. and Jean H. Fiddymment em Estudos Latino-Americanos no Department of Spanish and Portuguese da University of California, Davis, EUA. É autor e co-autor de mais de uma dezena de livros sobre Euclides da Cunha, a Guerra de Canudos e a representação da Amazônia na literatura do continente sul-americano. E-mail: bernucci@spot.colorado.edu.

Luiz Paulo Neiva

Doutorado em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB, 2013), mestrado em Ciências Agrárias pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) (2000), graduação em Agronomia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA, 1977). Atualmente é Professor Adjunto da UNEB, campus Salvador. Curador da Feira Literária de Canudos (FLICAN). Cooordenador do Projeto Canudos – uma metodologia de planejamento do desenvolvimento local sustentável, de natureza multidisciplinar, envolvendo uma equipe técnica de universidades e organizações do Estado e da sociedade civil organizada, representadas em um Fórum de Desenvolvimento Local. Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Crítica Cultural – doutorado Turma Multicampi de Canudos (UNEB). E-mail: lpneiva@uol.com.br.

Osmar Moreira dos Santos

Possui graduação em Letras Vernáculas com Inglês pela Universidade Católica do Salvador (1988), especialização em Estudos Literários pela UEFS (1993) mestrado em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (1996), doutorado em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (2001), pós-doutorado em Paraliteraturas (2003) e Filosofia da Arte (2004) pela Université Paris 8, em Estudos Literários (2015) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente é professor titular/pleno da Universidade do Estado da Bahia. E-mail: osantos@uneb.br.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Adilma Nunes Rocha

Possui graduação em Letras (1996) e especialização em Literatura Brasileira (1997) pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e mestrado em Mestrado em Estudo de Linguagens pela Universidade do Estado da Bahia (2012). Trabalhou na Educação Infantil (Alfabetização) de 1987 a 1991. Atua na Educação Básica com professora de Língua Portuguesa, Literatura e Redação desde 1991 no Colégio Polivalente Edivaldo Boaventura em Jequié/Ba. É professora efetiva da Universidade do Estado da Bahia, campus XXI/Ipiaú desde 2004, compondo a área de Estudos Literários. Tem experiência na área de Letras com ênfase em literatura brasileira, literatura infanto-juvenil, literatura e outras artes/linguagens, teoria da literatura, crítica literária e tradução intersemiótica. E-mail: anrocha@uneb.br, adilmanunes@hotmail.com.

Agnaldo Pedro Santos Filho

Possui graduação em Letras: Língua Inglesa e Literaturas pela Universidade do Estado da Bahia (2008). Atualmente é professor do Colégio Militar de Salvador (CMS). Tem experiência na área de Letras – Língua Inglesa, atuando como professor do Ensino Básico Técnico e Tecnológico. E-mail: agnpedro@gmail.com.

Alexandra Cardoso da Silva Duarte

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural pela Universidade do Estado da Bahia, Mestre em Letras pela Universidade Federal de Sergipe, Especialista em Educação a distância pela Universidade do Estado da Bahia, Licenciada em Letras Vernáculas pela Universidade do Estado da Bahia e em Pedagogia pela Faculdade do Sertão Baiano. Atualmente é professora de Língua Portuguesa no Instituto de Educação Monte Santo, coordenadora pedagógica do Colégio Estadual Santa Cruz, professora no Colegiado de Letras da Faculdade Ages de Senhor do Bonfim e leciona nos cursos de pós graduação do Grupo Anima. E-mail: alexandracedlem@gmail.com.

Berthold Zilly

Estudos de filologias românica e germânica e literaturas latino-americanas, nas universidades de Bonn, Caen, São Paulo, Berlim (Freie Universität Berlin, FU). Doutorado sobre o teatro de Molière, na Freie Universität Berlin (1976); 1974-2010 professor de literatura latinoamericana e de língua portuguesa na mesma Universidade, 2004-2010 professor de literaturas ibero-americanas na Universität Bremen. 1978-1980 Lektor do DAAD (Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico) e professor visitante na UFC, Fortaleza. Professor visitante na UFSC (PGET) (2011-2013) Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução), Florianópolis, com bolsa PVE CAPES; 2014-2018 professor visitante contratado pela UFSC (PGET). Pesquisas e publicações sobre literatura brasileira e argentina, especialmente sobre autores e temas dos séculos XIX e XX. E-mail: zilly@zedat.fu-berlin.de.

Cristiane Costa

Professora de Jornalismo e doutora em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Autora de *Penal: escritores jornalistas no Brasil* (Bolsa Vitae de Literatura) e *Sujeito Oculto* (Bolsa Petrobras de Produção Literária). E-mail: Cristiane.costa.eco@gmail.com.

Edil Silva Costa

Professora Titular Plena da Universidade do Estado da Bahia, Campus II. Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC/São Paulo, atuando como professora permanente no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural. Endereço eletrônico: escosta@uneb.br.

Gao Ran

É Professor Adjunto de História do Brasil na Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim (BFSU), China. Bacharel e Doutor em História pela Universidade de Pequim (PKU), defendeu em junho/2019 a tese “A Teologia da Libertação no Brasil: História e Teoria”, sob orientação do Prof. Dong Jingsheng. Desenvolve, atualmente, projeto de pesquisa sobre o papel do catolicismo progressista na formação do PT. E-mail: gran32@163.com.

Juan Ignacio Azpeitia

Doutor em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Bahia, bolsista CAPES. Mestre em Estudo de Linguagens pela Universidade do Estado da Bahia (2015). Licenciado em Letras – Língua Espanhola e Literaturas de língua espanhola pela Universidade do Estado da Bahia (2012). Professor substituto UEFS Departamento de Educação (2021) Professor substituto Departamento de Español UNEB Campus V (2016-2021). Professor substituto no Departamento de Letras Românicas (Setor de Espanhol) do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. E-mail: juanignacioufba@gmail.com.

Juan Recchia Paez

Professor de Literatura Latinoamericana na Universidade Nacional de La Plata (FAHCE-UNLP). Mestre em Literaturas Latino-Americanas pela UNSAM, Diplomado no Programa de Cultura Brasileira da UDESA e Doctoral Researcher do programa internacional MECILA. Recebeu diversas bolsas e realizou intercâmbios, estágios e instâncias de pesquisa no Brasil, Alemanha, Cuba y Paraguay. Seus artigos foram publicados em revistas da Argentina, Brasil, Estados Unidos, Alemanha e França e recebeu Menção Honrosa no X Prêmio Internacional “Dr. Leopoldo Zea” para a melhor Tese de Pós-Graduação em América Latina ou Caribe (CIALC -UNAM). Trabalha como diretor da revista *Transas, letras y artes de América Latina* (UNSAM) e como gestor cultural da Fábrica Cultural “En Eso Estamos” (La Plata, Buenos Aires, Argentina). E-mail: E-mail: recchiajuan@gmail.com.

Léa Costa Santana Dias

Doutora em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Possui Especialização em Estudos Literários e Mestrado em Literatura e Diversidade Cultural, ambos pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). É professora de Literatura Brasileira da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), onde desenvolve pesquisa relacionada à vida e à obra do escritor Euclides da Cunha. É autora do livro *Euclides da Cunha em terras baianas e amazônicas: impressões de um viajante sobre sertões brasileiros e outros espaços* (Edufba, 2021). Atuou na editoração e revisão da Revista *Outros sertões* (UNEB). Atuou como coordenadora de área PIBID/UNEB. Atualmente é membro do Comitê de Ética da UNEB. E-mail: leacsdias@gmail.com.

Lu Zhengqi

É aluna do Programa de Pós-Graduação em Teoria e História Literária do IEL-UNICAMP, onde cursa o mestrado sob orientação do Prof. F. Foot Hardman. Graduada em Língua e Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade de Pequim (PKU), em 2020. E-mail: qipku0000@gmail.com.

Lucicleide Guimarães Ribeiro

Doutoranda em Crítica Cultural pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade do Sertão Baiano (2017) e graduação em Letras – português/inglês pela Faculdade de Tecnologia e Ciências (2010). Especialista em Gestão Escolar e Pedagogia Histórico-Crítica para professores de educação do campo (UFBA). É professora da Educação Básica na Rede Municipal de Ensino de Monte Santo (BA). E-mail: lucicleide_let@hotmail.com.

Marieli de Jesus Pereira

Graduada em Língua Estrangeira Moderna, Especialista em Estudos Linguísticos, Mestre em Letras e Doutora em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Bahia. Dedicar-se ao desenvolvimento dos estudos na área de ensino de língua e literatura de língua inglesa sob a perspectiva da Educação Antirracista e da Pedagogia Crítica, bem como atua na área de estudos do processo de criação artística e tradução intersemiótica. E-mail: marieli.pereira@gmail.com.

Otavio de Jesus Assis

Possui graduação em Letras (licenciatura) pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (1996), especialização em Literatura Brasileira pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (1997), mestrado em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação pela Universidade do Estado da Bahia (2013), especialização em Gestão Pública pela Universidade do Estado da Bahia (2019). Tem experiência na área de Letras com ênfase em Letras Vernáculas e Literatura e formação de professores, atuando principalmente nos seguintes temas: Literatura brasileira, Literatura infantil e infantojuvenil, Literatura portuguesa, teoria da literatura, trânsitos entre Literatura, História e Memória, Literatura e representação e ainda Literatura latinoamericana. E-mail: oassis@uneb.br.

Rafaela Gama

Pesquisadora de iniciação científica da Faperj e graduanda em Jornalismo na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: Rafaela.gama@discente.eco.ufrj.br.

Rozeaux Sebastien

É professor adjunto de história moderna e contemporânea na universidade de Toulouse Jean Jaurès (França), e membro do laboratório Framespa. Especialista em história do Brasil contemporâneo, trabalha nas áreas da história cultural, da história social e da história ambiental. É membro do conselho consultivo da Revista do Instituto histórico e geográfico brasileiro e diretor da revista e-Storia. Além de artigos publicados em revistas na França, em Portugal e no Brasil, escreveu dois livros, *Préhistoire de la lusophonie. Les relations culturelles luso-brésiliennes au 19e siècle* (em 2019, livro que será publicado em português pela Hucitec no decorrer do ano) e *Letras Pátrias. Les écrivains et la création d'une culture nationale au Brésil* (2022). Nos últimos anos anda pesquisando novos terrenos, nos sertões do Nordeste. Este artigo inscreve-se no projeto mais amplo de escrita de um livro sobre a história e a memória de Canudos. E-mail: rozeaux@gmail.com.

Walnice Nogueira Galvão

Professora Emérita aposentada da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP). Possui graduação em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (USP), com doutorado e livre-docência no Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada. Seu campo de pesquisa concentra-se em Euclides da Cunha, Guimarães Rosa, Crítica da Literatura e da Cultura. Tem 40 livros publicados. Foi docente em diversas universidades no Exterior. Escreve assiduamente para jornais e revistas. E-mail: wngalvao@uol.com.br.